



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 080 – QUINTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL	PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95) <i>Aguardando indicações pelas lideranças</i>	
<i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i>		
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL) Líder Tião Viana PT-AC Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior	Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella LIDERANÇA DO PMDB - 22 Líder Renan Calheiros PMDB-AL Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá	Rodolpho Tourinho José Jorge LIDERANÇA DO PSDB – 10 Líder Arthur Virgílio PSDB-AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB) Líder Efraim Morais PFL-PB Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho	LIDERANÇA DO PFL - 18 Líder José Agripino PFL-RN Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges	LIDERANÇA DO PDT - 5 Líder Jefferson Péres PDT-AM Vice-Líderes Almeida Lima
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Aloizio Mercadante PT-SP		LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO Vice Líder Patrícia Saboya Gomes
EXPEDIENTE		
Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 75ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE JUNHO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 124, de 2003 (nº 245/2003, na origem), de 9 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Doutor Cláudio Lemos Fonteles para exercer o cargo de Procurador-Geral da República. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....

15005

Nº 125, de 2003 (nº 246/2003, na origem), de 9 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Mario da Graça Roiter, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Barenne. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....

15015

Nº 126, de 2003 (nº 244/2003, na origem), comunicando a retificação, em edição do **Diário Oficial** da União do dia 9 de junho de 2003, da Lei nº 10.684, que altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências. (O processado da Medida Provisória nº 107, de 2003, retorna à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN).....

15017

1.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 170/2003, de 30 de maio último, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 198, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. Ao Arquivo.....

15018

Nº 364/2003, de 30 de maio último, do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, encaminhando infor-

mações em resposta ao Requerimento nº 155, de 2003, da Senadora Serys Slhessarenko. Ao Arquivo.....	15018
Nº 1.537/2003, de 3 do corrente, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 211, de 2003, do Senador Garibaldi Alves Filho. Ao Arquivo.....	15018
Nº 2.886/2003, de 30 de maio último, do Ministro de Estado das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 222, de 2003, do Senador Romero Jucá. Ao Arquivo.....	15018
1.2.3 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 206/2003, de 4 do corrente, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 189, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa. Ao Arquivo.....	15018
Nº 858/2003, de 5 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 199, de 2003, do Senador Osmar Dias. Ao Arquivo.....	15018
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Conclamação ao Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para liberação de recursos destinados à recuperação das instalações de armazenamento do Terminal Salineiro Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, instalado em 1974 no Estado do Rio Grande do Norte.....	15018
SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Realização, na próxima quinta-feira, na cidade de Bom Jesus/PI, da Exposul 2003, II Feira de Agronegócios.....	15020
SENADOR LEONEL PAVAN – Reflexões sobre o regime previdenciário dos servidores públicos, em razão da proposta do governo de taxar os inativos e pensionistas.....	15021
SENADOR EFRAIM MORAIS – Posicionamento contrário à cobrança previdenciária dos servidores inativos conforme prevê a proposta de reforma encaminhada pelo governo federal.....	15026

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Comentários ao pagamento de ajuda de custo aos parlamentares em decorrência de convocação extraordinária do Congresso Nacional. Posicionamento contrário à extinção do recesso parlamentar de julho.	15027	do Trabalho as informações que menciona. À Mesa para decisão.	15033
SENADOR FERNANDO BEZERRA, como Líder – Apelo ao Ministério dos Transportes para a recuperação do Porto Ilha, em Natal – RN. Defesa da emenda constitucional que permite a tributação de ICMS no Estado produtor de energia.	15028	Nº 436, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra de Estado das Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão.	15033
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Apoio ao pronunciamento do Senador Fernando Bezerra. Solidariedade à marcha contra a reforma da Previdência.	15029	Nº 437, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 1999, com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2 e 34, de 2002, por versarem sobre matéria correlata (Salário-educação). O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.	15033
SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Regozijo diante da concessão do prêmio Saúde Global da Fundação Bill e Melinda Gates ao programa brasileiro de combate à Aids. Satisfação pela escolha do médico brasileiro Marco Antonio Vitória para coordenar o programa da OMS de expansão do tratamento da Aids.	15030	1.2.7 – Leitura de projetos Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2003, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei nº 3.419, de 5 de julho de 1958, e determina outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	15034
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Registro da visita do Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, ao Brasil. Defesa do fortalecimento e consolidação do Mercosul.	15030	Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, que modifica o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir o limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos veículos. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	15036
SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Solicitação ao Presidente José Sarney de informações a respeito das providências para impedir a transformação das instalações e corredores do Senado Federal em um fumódromo.	15032	Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que dispõe sobre a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (acesso ao Cais de Capuaba – Porto de Vitória à BR-262/ES). À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa.	15037
O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Resposta ao Senador João Alberto Souza. Transcrição da determinação do Primeiro-Secretário, Senador Romeu Tuma, com referência à Indicação nº 2, de 2003.	15032	1.2.8 – Designação dos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, de acordo com as indicações recebidas das Lideranças	
1.2.5 – Ofícios		1.3 – ORDEM DO DIA	
S/nº, de 10 do corrente, do Presidente da Central Única dos Trabalhadores, apresentando ao Presidente José Sarney a resolução aprovada pelo Plenário do seu 8º Congresso Nacional, realizado no período de 3 a 7 do corrente, na cidade de São Paulo. À publicação.	15032	Item 1	
Nº 164/2003, de 11 do corrente, do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, encaminhando ao Presidente José Sarney as contribuições deliberadas por suas instâncias sobre Previdência e Seguridade Social, bem como cópia das emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2003. À publicação.	15032	Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003. Aprovado com as Emendas nºs 56 a 61, sendo rejeitadas as Emendas nºs 16 e 30 e prejudicadas as demais emendas e a Medida Provisória, tendo usado da palavra o Sr. José Agripino, as Sras. Ideli Salvatti (Relatadora Revisora) e Heloísa Helena, os Srs. Osmar Dias, Almeida Lima, Efraim Morais, Aloizio Mercadante, Renan Calheiros,	
1.2.6 – Leitura de requerimentos			
Nº 435, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado			

Junho de 2003

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 12 15003

Fernando Bezerra, Jonas Pinheiro, Garibaldi Alves Filho, Antonio Carlos Valadares, Ney Suassuna, Arthur Virgílio, Tião Viana e Jefferson Péres (Votação nominal). À Comissão Diretora para redação final.....

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003 (Parecer nº 604, de 2003-CDIR). Aprovada. À Câmara dos Deputados.....

Item 2

Medida Provisória nº 115, de 2003, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa, e da Integração Nacional, no valor de doze milhões de reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, sendo rejeitadas as emendas, após parecer proferido pelo Senador Sibá Machado, Relator Revisor (**Parecer nº 605, de 2003**), tendo usado da palavra os Srs. Efraim Morais e Antero Paes de Barros. À promulgação.....

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2003, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2003, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003. **Discussão encerrada**, sendo aprovados o **Parecer nº 606, de 2003**, proferido nesta oportunidade pelo Sr. Roberto Saturnino, Relator Revisor, e o parecer do relator na Câmara dos Deputados, Deputado Cláudio Magrão, ambos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais da relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da matéria, tendo usado da palavra os Srs. Paulo Paim, José Agripino, Arthur Virgílio, Magno Malta, Antero Paes de Barros, Antonio Carlos Magalhães, Aloizio Mercadante, Almeida Lima, Tião Viana, Mão Santa, Leonel Pavan e Marcelo Crivella. A matéria constará da pauta de amanhã.....

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2003, que altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e dá outras providências (dispõe sobre o Fundo Garantia-Safra e o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica), proveniente da Medida Provisória nº 117, de 2003. **Apreciação sobreposta**.....

Item 5

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2003, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da

15038

Constituição Federal, proveniente da Medida Provisória nº 118, de 2003. **Apreciação sobreposta**. 15100

1.3.1 – Pronunciamento

SENADOR HÉLIO COSTA – Solidariedade à população de Uberaba pelo desastre ecológico em decorrência do descarrilamento de vagões de trem que despejaram substâncias tóxicas no córrego que abastece de água potável aquela cidade..... 15100

15038

1.3.2 – Leitura de parecer

Nº 607, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003 (nº 6.891/2002, na Casa de origem), que institui o ano de 2003 como o Ano Nacional Cândido Portinari. 15100

15064

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo do cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente..... 15101

15069

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Congratulações ao jornal **A Crítica**, de Manaus – AM, pela publicação de série de reportagens das articulistas Dione Santana e Mariléa Amaral a respeito da situação da Amazônia. 15101

15099

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Reflexão sobre as conquistas e desafios do trabalho infantil no País, a propósito do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. 15107

SENADOR VALDIR RAUPP – Considerações sobre matéria divulgada na revista **IstoÉ**, da semana passada, que trata de estudo realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, o qual constata o aumento de índices de criminalidade em Rondônia..... 15108

SENADOR LEONEL PAVAN – Transcrição de matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição do último dia 6, sob o título “Ipea reduz previsão de crescimento no ano”..... 15109

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Transcrição de matéria publicada no jornal **Estado de Minas**, edição do último dia 5, sob o título “PT impede Alencar de falar”..... 15110

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Transcrição de matérias publicadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do último dia 6, sob os títulos “Sem-terra ocupam prefeitura em Pernambuco” e “Reforma no Pontal exclui novos acampados”. Reflexão sobre a participação feminina na política, a propósito da realização, no Senado Federal, do Primeiro Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa. 15112

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Transcrição de matérias publicadas nos jornais O Estado de S. Paulo e Estado de Minas , edições do último dia 6, sob os títulos “Com pátios cheios, mais montadoras param produção” e “Arrocho paralisa o País”, respectivamente.....	15114	Realização de sessão deliberativa extraordinária amanhã, às 12 horas, com Ordem do Dia designada; e realização de sessão deliberativa ordinária às 14 horas e 30 minutos.	15120
SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Transcrição de matéria publicada no jornal Gazeta Mercantil , edição do último dia 6, que trata da redução da taxa básica de juros, promovida pelo Banco Central Europeu.	15116	1.4 – ENCERRAMENTO	
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Expectativa em torno da administração do novo Presidente argentino, Néstor Kirchner, em especial a preocupação com a retomada do Mercosul.....	15117	2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES	
SENADOR TIÃO VIANA – Considerações sobre a luta contra o trabalho infantil no Brasil.....	15118	Do Senador José Jorge, proferidos nas sessões de 19 e 20 de maio de 2003.....	15122
SENADOR PAULO PAIM – Abordagem sobre alterações introduzidas pela Câmara dos Deputados ao texto do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo a partir de 1º de abril do corrente ano.....	15118	3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 11-6-2003	
1.3.5 – Comunicações da Presidência		SENADO FEDERAL	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão conjunta solene do Congresso Nacional amanhã, dia 12, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a dar início às comemorações dos 180 anos de criação do Poder Legislativo no Brasil.	15120	4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
		5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 75^a Sessão Deliberativa Ordinária em 11 de junho de 2003

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Heráclito Fortes e Demóstenes Torres*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima –
Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana
Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Car-
los Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur
Virgílio – César Borges – Demostenes Torres – Duci-
mar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Edu-
ardo Siqueira Campos – Efraim Morais – Eurípedes
Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Gari-
baldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto
Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito
Fortes – Ideli Salvatti – Iris de Araujo – Jefferson Pé-
res – João Alberto Souza – João Batista Motta – João
Capiberibe – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen –
José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José
Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha
– Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno
Malta – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel
– Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Pa-
trícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim –
Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte –
Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Satur-
nino – Rodolpho Tourinho – Romeu Tuma – Roseana
Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio
Zambiasi – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotôn-
io Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir
Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Cam-
pos) – A lista de presença acusa o comparecimento
de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, ini-
ciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, o Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 124, DE 2003 (Nº 245,/2003, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Considerando o disposto nos arts. 84, XIV, 52,
III, e, 128, § 1º, da Constituição Federal, submeto à
elevada apreciação de Vossas Excelências nome do
Doutor Cláudio Lemos Fonteles para exercer o cargo
de Procurador-Geral da República.

Brasília, 9 de junho de 2003. – **Luis Inácio Lula
da Silva.**

C U R R I C U L U M V I T A E



CLAUDIO LEMOS FONTELES

1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1.1. Nacionalidade: Brasileira

1.2. Naturalidade: Nascido aos 11 de outubro de 1946, na cidade do Rio de Janeiro - RJ

Filiação: Geraldo Andrade Fonteles e Maria Correa Lemos Fonteles

Identidade: 057/MPF

CPF: 008615881-34

1.3. Estado Civil: Casado

1.4. Profissão: Advogado

1.5. Cargo Público: Subprocurador-Geral da República

1.6. Domicílio: SHIN - QI 09 - CONJ. 04 - CASA 02, Lago Norte - Brasília-DF.

2. CURSOS DE FORMAÇÃO:

2.1. Primário: 4 anos no Colégio Companhia Tereza de Jesus - 1953/56

2.2. Secundário: 1 ano no Instituto Guanabara (1957), cumprindo curso de Admissão.

2 anos e meio (1958 a junho de 1960), no Externato S. José-RJ.

1 ano e meio (agosto de 1960 a 1961), completando o ginásial, nos educandários hoje denominados Ginásio do Plano Piloto e Centro de Ensino Médio Elefante Branco - Brasília-DF.

3 anos no Centro de Ensino Médio Elefante Branco (1962/1964), cursando e concluindo o Curso Clássico.

2.3. Superior: Diplomado, no curso de Direito, da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade de Brasília (UnB) - 1965/1969.

3. ATIVIDADES NO MAGISTÉRIO FUNDAMENTAL

- 3.1. Diplomado em Língua Inglesa pela Casa Thomas Jefferson.
- 3.2. Professor de Língua Inglesa, após habilitação em EXAME DE SUFICIÊNCIA a que se submeteu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Universidade Federal de Goiás -Registro D nº 44.508/MEC.
- 3.3. Diplomado em Língua Francesa pela Alliance Française.
- 3.4. Participante do II Seminário de pesquisas Pedagógicas, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura, no CEMAB.

4. EXERCÍCIO NO MAGISTÉRIO FUNDAMENTAL

- 4.1. Ginásio Industrial de Sobradinho de 14.06.66 a 08.08.66
- 4.2. Centro de Ensino Médio Ave Branca: de 08.08.66 a 14.05.67
- 4.3. Ginásio da Asa Norte: de 14.05.67 a 31.03.68

5. ATIVIDADES NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

- 5.1. Curso de Especialização, dado em nível de graduação, em Direito Público, pela Universidade de Brasília.
- 5.2. Monitor em Direito Constitucional, conforme AR 545/69, publicado no Boletim nº 34, Ano III, da UnB.
- 5.3. Participante, na qualidade de ouvinte, do II Congresso de Direito Penal e Ciências Afins, realizado nesta Capital, em outubro de 1967.

- 5.4. Participante do Curso de Estudos Brasileiros, promovido pela UnB, no 1º semestre de 1969.
- 5.5. Participante, na qualidade de ouvinte, da II Semana do Ministério Público do DF.
- 5.6. Participante, na qualidade de Ouvinte, do VII Congresso Interamericano de Filosofia do Direito, realizado nesta Capital.
- 5.7. Professor da Academia Nacional de Polícia, sendo responsável pelas disciplinas Direito Penal e Processo Penal, ministradas nos cursos de formação de Delegado de Polícia Federal - curso de nível superior -, a partir de junho de 1976.
- 5.8. Portaria 198/77 - AnP: encarregado da elaboração do programa e questões de Direito Penal e Direito Processual Penal ao concurso público nacional, para ingresso nos cargos de Agentes da Polícia Federal e Escrivão - DOU 13/09/77, 12 107.
- 5.9. APROVADO, em concurso público de provas e títulos, obtendo a **3ª colocação geral**, para o ingresso no curso de Mestrado, oferecido pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, na área Direito e Estado, em março de 1975.
- 5.10. Detentor do Certificado de conclusão de Curso de pós-graduação na área de Direito e Estado, conferido pela Universidade de Brasília.
- 5.11. MESTRE em DIREITO: Título obtido no dia 21.06.83, porque **unanimemente** aprovada sua Dissertação - "A posição do Ministério Público - perspectiva processual penal" -, sustentada perante Banca Examinadora composta por Professores de Direito, da Universidade de Brasília: Profs. Henrique Fonseca de Araújo; Adhemar Raymundo e Elmano Cavalcanti Farias.
- 5.12. Membro efetivo da Banca Examinadora para contratação de professores pela Universidade de Brasília - UNB - na área de Direito Processual Penal.

6. EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

- 6.1. Professor contratado do Centro Universitário de Brasília - CEUB -, onde leciona Direito processual Penal, na categoria de Professor-Adjunto, desde **1º de junho de 1971. Rescindiu o contrato de trabalho em janeiro de 2000.**

- 6.2. Foi escolhido, **pelas 4 turmas**, que concluíram o curso de Direito em dezembro de 1974, como o **NOME DA TURMA**, então denominada "TURMA CLAUDIO LEMOS FONTELES".
- 6.3. Eleito, pela unanimidade dos formandos de **dezembro de 1975**, da Faculdade de Direito, do CEUB, seu **PARANINFO**.
- 6.4. Designado pelo Conselho Departamental da Faculdade de Direito, CEUB, professor-Titular da disciplina Direito Processual Penal, a partir de novembro de 1983.
- 6.5. Professor da ESUMA (Escola Superior da Magistratura) - seção D.F. - para a área de Direito Processual Penal.
- 6.6. Expositor de palestra versando sobre "As Imunidades Pessoais dos Agentes Diplomáticos, Consulares, e das Organizações Internacionais, sob o prisma penal", proferida no dia 02.12.77, no Auditório Dois Candangos, da UnB, sob a chancela do Deptº de Ciências Políticas e Relações Internacionais, da UnB.
- 6.7. Preletor Oficial da V Semana Internacional de Criminologia, realizada sob os auspícios do Instituto OSCAR FREIRE, na 1º Semana de agosto de 1975, quando apresentou a tese "O tratamento Penitenciário".
- 6.8. Autor de Artigo Doutrinário, publicado na Revista de Informação Legislativa, do Senado Federal, sob o título "A Propósito das Norma Jurídica" (vol. nº 48, pág. 215).
- 6.9. Autor de artigo publicado na Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal - nº 37 -, intitulado: "A condicionante de ausência de periculosidade à concessão de indulto: implicação".
- 6.10 Autor de artigo publicado na Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal - nº 38 -, intitulado: "Alguns aspectos da competência do Juiz das Execuções Criminais no apreciar medidas de segurança, impostas pelo Juiz de Conhecimento".
- 6.11. Autor de comentário sobre a Súmula nº 279, do Supremo Tribunal Federal, publicado na Revista de Direito Penal, **vol. 25**.

- 6.12. DISTINGUIDO com MENÇÃO HONROSA no I Concurso Jurídico Nacional do MINISTÉRIO PÚBLICO, pelo trabalho: O Alcance do princípio da Obrigatoriedade na Postura do Ministério Público, perante o Fato Acontecido, concurso patrocinado pela CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CAEMP -.
- 6.13. Este TRABALHO foi publicado na Revista do Conselho Penitenciário - nº 39.
- 6.14. Autor de artigo doutrinário versando: "O artigo 61 do Código Penal Militar: enfoque interpretativo", publicado no nº 40 da Revista do Conselho Penitenciário do D.F.
- 6.15. Autor de artigo doutrinário versando: "A competência ao julgamento dos incidentes da execução penal", publicado no nº 41 da Revista do Conselho Penitenciário do D.F.
- 6.16. Expositor Oficial do I Congresso Nacional de Política Criminal e Penitenciária - área de Direito Processual Penal -, com a Comunicação versando: "posição do Ministério Público".
- 6.17. Autor do artigo doutrinário: "Considerações em torno da prisão Albergue", publicado na Revista do Conselho Penitenciário do D.F. - nº 42.
- 6.18. Membro da ASSOCIATION INTERNATIONAL DE DROIT PENAL, com a sede em Paris, França.
- 6.19. Expositor Oficial da II Semana de Direito Penitenciário, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional, órgão do Ministério da Justiça, acontecida em setembro de 1984, com a Comunicações versando: Os órgãos da Execução Penal (Título III da nova Lei das Execuções Criminais) e da Execução das Penas em Espécie (Título IV da Lei citada).
- 6.20. Expositor Oficial da I Semana de Direito Público promovida pelo IBRADE, com a Comunicação versando: "A Extradicação", Palestra proferida no dia 05 de novembro de 1984.
- 6.21. Escolhido pela unanimidade dos formandos da Faculdade de Direito do C.E.U.B. - 2º semestre de 1986, seu PATRONO: Turma "Heleno Cláudio Fragoso".

- 6.22. Professor contratado pela Universidade de Brasília - UnB - , a partir de **agosto de 1986**, na categoria de professor-Assistente, para a disciplina Direito Penal e Direito Processual Penal.
- 6.23. Eleito **Paraninfo** da Turma "Paulo Latino Távora" dos formados em Direito da UnB no 2º semestre de 1987.
- 6.24. Professor Homenageado pelos formandos em Direito da UnB, no 1º semestre de 1988, também tendo proferido a Aula da Saudade para os formandos do 1º semestre de 1988.
- 6.25. Expositor, em palestra, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - 21.06.88 - sobre o tema: "O Ministério Público Federal e a Ação Civil Pública".
- 6.26. Expositor, em palestra, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo - 1º.09.88 - sobre o tema: A Tutela do Índio no Direito Brasileiro".
- 6.27. Eleito Paraninfo da Turma "Sobral Pinto- UnB- Formando de 1990.

6.28. Artigos publicados em Periódicos

- a) Os julgamentos dos Crimes Cometidos contra Comunidades Indígenas pela Justiça Estadual - **in** "Os Direitos Indígenas e a Constituição" (Sérgio Antônio Fabris - editor - 1993).
- b) O significado da individualização da pena - **in** Revista da Fundação Escolar Superior do Ministério Público do Distrito Federal - ano 2, nº 3 - janeiro/junho de 1994.
- c) Reflexões em torno do Princípio do Promotor Natural - **in** Revista da Fundação Escolar Superior do M.P.D.F. - ano 2, nº 4 - julho a dezembro de 1994.
- d) Atribuições à decisão revisional sobre conclusão pelo arquivamento do inquérito policial - **in** Revista da Fundação Escolar Superior do MPDF - ano 3, nº 5 - janeiro/junho 1995.
- e) A responsabilidade do Estado Autoritário - **in** Revista da Fundação Escolar Superior do MPDF - ano 3, nº 6 - julho/dezembro de 1995.
- f) Revogação parcial do Estatuto da Criança, no período de **vacatio legis** pela Lei dos crimes hediondos - **in** Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - vol. 1, nº 3 - jan/jun 94.

g) **Legitimatio ad processum - in** Resenha do TRF - 1^a Região - vol. 3, nº 4 novembro de 1996.

h) Doações de Órgãos - **in** Enfoque Jurídico - edição 05 - TRF, 1^a Região - março 1997.

i) O caso Corumbiara - **in** Revista de Direitos Humanos, Salvador-Bahia - edição nº 1º - ano 1997.

j) Suspensão da Aplicação de Tipo Penal por Medida Provisória consagração do absurdo. Boletim do IBCCrim ano 6 nº 63 - fevereiro de 1998.

k) A fome não faz de famintos, criminosos - **in** Enfoque Jurídico, edição 12, maio/junho de 1998.

6.29. Chefe do Departamento de Direito Processual do CEUB: abril/95

6.30. Professor Titular de Direito Processual Penal do IESB: Instituto de Ensino Superior de Brasília a partir de fevereiro de 2000.

7. EXERCÍCIO FUNCIONAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

7.1. Estagiário junto à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos meses de fevereiro a abril de 1968.

7.2. Estagiário junto à Defensória e Promotoria Públicas de maio de 1968 a maio de 1970.

7.3. APROVADO, **em Concurso Público, de provas e títulos** para o cargo inicial de Defensor Público, na carreira do Ministério Público do D.F.

7.4. NOMEADO, para o cargo de Assessor-Técnico da SUBPROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, fundação esta que exerceu de 03.07.1970 a 14.11.1972, quando saiu a pedido.

7.5. APROVADO, **em Concurso Público de âmbito nacional**, de provas e títulos às Funções de Assessoramento Superior do SENADO FEDERAL, tendo obtido o 1º lugar, em Direito Administrativo e o 6º lugar, em Direito Penal. Assumiu em 14.11.1972.

- 7.6. APROVADO, em Concurso Público de âmbito nacional, de provas e títulos, para o cargo de Procurador da República de 3^a categoria, tendo obtido a 4^a classificação geral.
- 7.7. Promovido para Procurador da República de 2^a Categoria.
- 7.8. Promovido por merecimento para o cargo de Procurador da República de 1^a Categoria. D.ºU. de 10.08.1979 - pág. 11.805.
- 7.9. Designado por ato do Exmº Sr. PROCURADOR GERAL para substituir, por tempo indeterminado, na 1^a Categoria, e Dr. JOAQUIM JUSTINO RIBEIRO, SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.
- 7.10. Designado por ato do Exmº Sr. PROCURADOR GERAL para compor a comissão Supervisora das provas para concurso de Juiz Federal Substituto de 1^a Instância - julho de 1975.
- 7.11. Expositor de palestra, versando o Inquérito Policial Militar, no 1º BPM, de Brasília, e junho de 1974.
- 7.12. Autor de Estudo pertinente ao Direito Penal, parte especial (Delitos econômicos e contra a Administração Pública, que constou do 2º volume da publicação Tecno-Fiscum, destinada aos candidatos ao concurso de Agente Fiscal dos Tributos Federais.
- 7.13. Designado, por ato do Governo do Distrito Federal - Decreto de 27 de setembro de 1978 (D.º do D.F. de 02.10.78 ano III, nº 188), membro do Conselho Penitenciário.
- 7.14. Designado Secretário do Concurso para ingresso no Ministério Público Federal - Portaria nº 31, de 13.02.1979.
- 7.15. Eleito PRESIDENTE do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, para o período setembro/83 a setembro/85.
- 7.16. Designado Chefe do Gabinete do Exmo. Sr. Procurador Geral da República, pela Portaria nº 74, publicada no D.º de 21.03.85 Seção II.
- 7.17. Membro-Substituto do Exmo. Sr. Procurador Geral da República no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, onde é relator de vários feitos, destacando-se a luta pela demarcação das terras indígenas no território de Roraima.
- 7.18. Nomeado, por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, de 15 de abril de 1987, para exercer o cargo em comissão de Subprocurador Geral da República.

- 7.19. Promovido, **por merecimento**, a Procurador da República de Categoria Especial - Portaria nº 125/88 - D.O. U. Seção II - 28.03.88, pág. 2350.
- 7.20. Transformado o cargo de Procurador da República de Categoria Especial, em Subprocurador-Geral da República, é hoje Subprocurador-Geral da República, com atuação na área criminal, no Supremo Tribunal Federal.
- 7.21. Foi designado em março de 1987, Secretário de Coordenação da Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos - SECODID - do Ministério público Federal.
- 7.22. Designado em novembro de 1991, Secretário de Coordenação dos Assuntos Criminais, do Ministério Público Federa.
- 7.23. Nomeado Consultor Jurídico do Ministério de Justiça em 09 de abril de 1992, até outubro de 1992.
- 7.24. Proferiu a Aula Inaugural do Curso Superior de Polícia Militar - 1992 - sobre o tema: A violência e a Sociedade Brasileira (1º/06/1992)".
- 7.25. Proferiu a Aula inaugural da Escola Superior do Ministério Público do D.F. - 1991 - sobre o tema: O Princípio da Presunção de Inocência."
- 7.26. Palestrante do I Ciclo de Estudos de Direitos Humanos da OAB/DF - tema. "a Tortura" - 04.06.1992.
- 7.27. Membro oficial da Banca Examinadora ao ingresso na carreira do Ministério Público Federal; examinador nas disciplinas Direito Processual Penal e Direito Penal.
- 7.28. Proferiu a Aula inaugural da Escola Superior do Ministério Público do D.F. - 1998 - sobre o tema "O Princípio do Promotor Natural."
- 7.29. Expositor no Painel "Investigação Criminal pelo Ministério Público e Procedimentos", promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público D.F. maio de 1998.
- 7.30. Expositor no Simpósio Internacional sobre Combate ao Crime Organizado: 03 a 06 de junho de 2003 - Brasília, DF.

(À Comissão de Constituição, justiça e Cidadania)

MENSAGEM Nº 125, DE 2003

(Nº 246/2003, na origem)

Senhores membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que ensejo fazer, do Senhor Mario da Graça Roiter, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Bareine.

Os méritos do Embaixador Mario da Graça Roiter, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de julho de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 170 DP/DSE/SGEX/ARC/G MRE-APES

Brasília, 29 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Mario da Graça Roiter, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Bariene.

Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum-vitae do Ministro Mario da Graça Roiter, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

Ministro de Segunda Classe **Mario da Graça Roiter**
Nascido no Rio de Janeiro/RJ, 6 de dezembro de 1941, Filho de Manoel Roiter e Alice Guimarães da Graça Roiter.
CPF nº 02009935772
ID nº 1826 MRE

Pós-graduação: "Master in Business Administration", Babson College, Mass., EUA. Tese defendida: "Japanese Trading Companies". Cursou a Escola Naval do Rio de Janeiro, CPCD, IRBr.

Terceiro Secretário, 24 de novembro de 1967.

Primeiro Secretário, antiguidade, 19 de setembro de 1986.

Conselheiro, antiguidade, 30 de junho de 1987.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 20 de junho de 1996.

Assistente do Secretário-Geral Adjunto, substituto, para Assuntos Econômicos, 1969.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1970.

Assessor do Chefe do Cerimonial, 1987.

Chefe da Divisão dos Estados Americanos, outubro de 1996.

Milão, Conselheiro, 1986/88.

San Juan, Cônsul-Geral, 1991/93

Bridgetown, Encarregado de Negócios, 1993/94.

San Juan, Cônsul-Geral, 1994/95

Atlanta, Cônsul-Geral, 1997/99

Belgrado, Ministro de Segunda Classe, 2000/2001

Kuaite, Embaixador, 2002.

Reunião de Consulta sobre Transportes Marítimos, Washington, 1969 (membro).

III Sessão do Comitê de Transportes Marítimos (UNCTAD), Genebra, 1969 (membro).

II Reunião do Grupo de Trabalho da IMCO, Londres, 1969 (membro).

IX Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Genebra, 1969 (assessor).

Delegação brasileira as negociações marítimas com a República Federal da Alemanha (RFA), Genebra, 1969 (membro).

Conferência Regional sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança, Santiago, novembro, 1995 (delegado)

Reunião Preparatória para a Conferência Ministerial sobre Lavagem de Dinheiro, Washington, novembro, 1995 (delegado).

Reunião Ministerial sobre Lavagem de Dinheiro, Buenos Aires, dezembro, 1995 (delegado).

XIX Reunião da CICAD, Washington, março, 1996 (delegado).

Conferência Especializada da OEA sobre Convenção contra a Corrupção, Caracas, março, 1996 (delegado).

Conferência Especializada Interamericana sobre Terrorismo, Lima, abril, 1996 (delegado).

XXVI Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, Panamá, junho, 1996 (delegado).

Ordem Royal Victorian, Grã-Bretanha.

Ordem do Infante Dom Henrique, Grande Oficial, Portugal. – **Eduardo Prisco Paraíso Ramos**, Director-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

Bareine – Informações básicas

Chefe de Estado: Xeque Hamad Bin Issa Al-Khalifa, Rei do Bareine

Chefe de Governo: Xeque Khalifa Bin Salman Al-Khalifa (Primeiro-Ministro) **Chanceler:** Xeque Mohammed Bin Mubarak Al-Khalifa

O Estado do Bareine tornou-se independente em 1971. O País é constituído por um pequeno arquipélago (712 km²) localizado no Golfo Arábico, com capital em Manama e uma população de 650 mil habitantes.

A monarquia bareinita, de confissão muçulmana sunita, sofre oposição interna de grupos de confissão xiita, majoritários na população, tendo sido registrada, ao longo da década de 1990, uma série de distúrbios civis.

A oposição reivindica a democratização do regime (restauração do Parlamento eleito em 1973 e dissolvido em 1975, e a libertação de prisioneiros políticos) e é acusada pelo Governo de manter ligações com o Irã, que treinaria sua militância radical.

As relações com o Irã, que passaram por períodos de tensão nos anos 90, passam atualmente por uma fase de distensão, graças à política do Presidente iraniano, Mohammad Khatami, de aproximação com os países vizinhos.

Em 1999, quando do falecimento do Emir Issa Bin Salman Al-Khalifa, o primeiro Chefe de Estado do

Bareine independente, seu filho, Hamad Bin Issa Al-Khalifa, foi nomeado o novo Emir.

O Brasil e o Bareine estabeleceram relações diplomáticas em 1980. Até 1985, o Brasil era representado em Manama por sua Embaixada na Arábia Saudita. A partir de então, a representação ao Estado do Bareine passou a ser exercida pela Embaixada no Kuaite. O Bareine é representado em Brasília por seu Embaixador residente em Washington.

Tradicionalmente, as relações econômicas bilaterais se concentraram na área financeira. Os bancos do Bareine – um importante centro financeiro regional – chegaram a constituir-se nos maiores credores árabes do Brasil. O Banco do Brasil já manteve escritório de representação em Manama.

Na perspectiva do declínio das suas receitas da venda de petróleo, o Bareine tem procurado diversificar sua economia, investindo nos setores de finanças, transportes, indústrias naval e química, mineração, comunicações, turismo e pesca. Nesse contexto, existiriam possibilidades de parcerias com o Brasil.

No início dos anos 1980, por iniciativa do Bareine, esboçou-se uma tentativa de cooperação industrial com o Brasil no setor siderúrgico, precisamente entre a Arab Iron and Steel Company e a Companhia Vale do Rio Doce, tentativa que não prosperou.

Em setembro de 2000, foi anunciada a aquisição, pelo consórcio internacional Gulf Investment Corporation (GIC)/ITACO (empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce), de usina de peletização no Bareine, anteriormente sob controle da empresa Kuwait Petroleum Corporation. O valor da transação foi de US\$183 milhões.

As relações comerciais entre o Brasil e o Bareine são ainda limitadas, mas com perspectivas de aumento. O Bareine importa anualmente cerca de 3 bilhões de dólares e a participação das exportações brasileiras atingiu, em 2002, cerca de 70 milhões de dólares.

Os principais produtos brasileiros exportados para aquele mercado são a carne de frango e o minério de ferro. O Brasil, quando importa do Bareine, adquire quase que exclusivamente óleos e petróleo.

O Bareine é membro do Conselho de Cooperação do Golfo, entidade que reúne os seis países árabes do Golfo Arábico (Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite e Omã).

Não há registro de visitas oficiais de alto nível entre o Brasil e Omã desde 1983, quando o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, fez breve visita ao Bareine, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio.

Têm sido eventualmente mantidos contatos entre os chanceleres brasileiro e bareinita, à margem das Assembléias Gerais da ONU (1996/97).

O Xeque Salman Bin Khalifa Al-Khalifa, filho do Primeiro-Ministro bareinita e Vice-Presidente da Companhia de Petróleo do Bareine (Bahrain Petroleum Company), visitou Brasília em outubro de 2000, ocasião em que manteve encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, efetuando gestão sobre o contencioso territorial que seu país mantém com o Catar. Reuniu-se também com o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, e realizou visita às instalações da Embraer, em São José dos Campos.

Por emenda constitucional referendada em plebiscito, em fevereiro de 2002, o país adotou como regime a monarquia constitucional democrática e alterou seu nome oficial de Estado do Bareine para Reino do Bareine. O Xeque Hamad Bin Issa Al-Khalifa passou, assim, a ser tratado como Rei do Bareine.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM N° 126, DE 2003
(Nº 244/2003, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Em atenção à Mensagem nº 15, de 5 de junho de 2003, da Câmara dos Deputados, informo a Vossa Excelência que a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que “Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências”, foi retificada em edição do **Diário Oficial** da União do dia 9 de junho de 2003.

Brasília, 9 de junho de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**



Sumário	
	PÁGINA
Atos do Poder Legislativo	1
Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5
Ministério da Ciência e Tecnologia	5
Ministério da Cultura	7
Ministério da Defesa	8
Ministério da Educação	10
Ministério da Fazenda	10
Ministério da Integração Nacional	22
Ministério da Justiça	23
Ministério da Previdência Social	26
Ministério da Saúde	27
Ministério das Comunicações	43
Ministério de Minas e Energia	44
Ministério do Desenvolvimento Agrário	51
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	51
Ministério do Meio Ambiente	66
Ministério do Trabalho e Emprego	67
Ministério dos Transportes	74
Ministério Público da União	75
Tribunal de Contas da União	75
Poder Judiciário	108
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	109

Atos do Poder Legislativo

RETIFICAÇÃO(*)

LEI N° 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003()**

Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

Onde se lê:

Art. 25. Os arts. 1º, 37, 51, 81, 11 e 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51

IV - ficam isentas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins as receitas decorrentes da industrialização de matérias-prima, intermediárias e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados e constantes de projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUPRAMA.

” (NR)

Leia-se:

“Art. 25. A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 51 A e com as seguintes alterações dos arts. 1º, 37, 81, 11 e 29:

Com referência à Mensagem nº 126, de 2003, que acaba de ser lido, o processado da Medida Provisória nº 107, de 2003, retorna à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 170/2003, de 30 de maio último, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 198, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. Ao Arquivo.

Nº 364/2003, de 30 de maio último, do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 155, de 2003, da Senadora Serys Shiessarenko. Ao Arquivo.

Nº 1.537/2003, de 3 do corrente, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 211, de 2003, do Senador Garibaldi Alves Filho. Ao Arquivo.

Nº 2.886/2003, de 30 de maio último, do Ministro de Estado das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 222, de 2003, do Senador Romero Jucá.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Ao Arquivo.

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 206/2003, de 4 do corrente, do Ministro de Estado da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 189, de 2003, da Senadora Ana Júlia Carepa. Ao Arquivo.

Nº 858/2003, de 5 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 199, de 2003, do Senador Osmar Dias. Ao Arquivo.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, peço a palavra para fazer uma comunicação inadiável no momento em que V. Ex^a entender mais adequado. Neste momento, vou à Presidência, junto com o Presidente José Sarney, atender à Central Única dos Trabalhadores.

Obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu também peço a palavra para, no momento oportuno, fazer uma comunicação inadiável.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, assim como os nossos companheiros Paulo Paim e Sibá Machado, também peço a palavra para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – De acordo com o Regimento Interno, no momento oportuno, que se dará exatamente na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as}s terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, o Brasil está correndo, neste momento, um sério risco de ver prejudicada a cadeia de produção de aproximadamente 14 mil produtos. Todos eles dependem de um insumo que nos parece insignificante, por estar disponível em todo o território nacional, mas que, tornando-se escasso, fará extrema falta.

Estou me referindo ao sal. O Brasil produz mais de 6 milhões de toneladas por ano, cobrindo o consumo nacional que gira em torno de 5 milhões de toneladas. O meu Estado, o Rio Grande do Norte, é responsável por aproximadamente 75% da produção do País. A maior parte da produção nacional diz respeito ao sal marinho, algo em torno de 4,5 milhões de toneladas. Desses, mais de 95% da produção nacional vem do Rio Grande do Norte.

A produção de sal vai bem, obrigado. O problema que trago a esta tribuna é o de distribuição do produto. Quase todo o sal produzido no meu Estado é escoado pelo Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha.

Esse terminal tem uma peculiaridade que necessita ser apresentada. Toda a porção de costa do Rio Grande do Norte que fica voltada para o norte apresenta um litoral relativamente raso. À medida que os navios aumentaram de tamanho, isso passou a ser um problema para o embarque do sal. A solução técnica encontrada, no início dos anos 1970, foi a construção de uma ilha artificial, distanciada 14 km da costa, na borda de um canal natural que apresentava profundidade suficiente para atender os navios maiores. O sal é embarcado na porção costeira do Terminal em barcaças de fundo raso e transportado até o Porto Ilha, onde fica armazenado. Dali, um sistema de esteiras de transporte permite o carregamento dos navios.

O Terminal vem funcionando de maneira ininterrupta durante as 24 horas do dia desde sua inauguração, em 1974, sendo notado um crescimento constante de sua utilização, especialmente nos últimos 15 anos, nos quais a carga movimentada, em peso, mais do que triplicou.

Entretanto, as verbas de manutenção do porto caminharam no sentido inverso nos últimos anos, minguando a olhos vistos. Como resultado das restrições orçamentárias e da desatenção a que o problema tem sido submetido, apesar dos sucessivos alertas da administração do Porto, tivemos a deterioração dos equipamentos e das instalações. O problema maior, como é fácil de adivinhar, é a questão da corrosão a que é submetida toda a estrutura, pelo fato de estar localizada em mar aberto e movimentar um produto que é, por si só, bastante danoso a construções metálicas.

O relatório produzido no final do ano passado é bastante alarmante. Existe registro de graves danos estruturais, inclusive com áreas já interditadas para evitar aumentar os riscos aos 80 trabalhadores empregados nas atividades do Porto Ilha, que são sub-

metidos a jornadas extensas com alto grau de insalubridade.

Já existem equipamentos inoperantes ou trabalhando com funcionalidade bastante reduzida. Outro problema notado é a obsolescência de parte dos equipamentos, o que compromete mais ainda o funcionamento do complexo.

O custo de recuperação acaba sendo maior do que o custo da manutenção preventiva, cujos recursos foram parcialmente negados ao longo dos quase 30 anos de bons serviços prestados pelas instalações.

A proposta orçamentária para 2003, de R\$30 milhões, acabou reduzida a menos de R\$2,5 milhões. A situação emergencial, entretanto, exige a aplicação imediata de pelo menos R\$16 milhões para evitar o colapso da operação, com efeito extremamente dano- so às finanças do Estado do Rio Grande do Norte e reflexo imediato na produção daqueles 14 mil produ- tos a que me referi há pouco.

É importante ressaltar que não existem alterna- tivas de transporte para o sal capazes de suprir uma eventual paralisação do Terminal de Areia Branca. O porto alternativo, em Natal, fica a aproximadamente 400 km de distância e a estrada de ligação, a BR 304, está em estado precário, não sustentando o aumento do tráfego. A Companhia Ferroviária do Nordeste também não é alternativa, pois não apresenta condi- ções de operação para o produto.

O mais alarmante é que, desde 1998, existem relatórios mostrando esses problemas detalhada- mente, que se agravaram, como podemos observar em relatório datado do ano 2000, beirando a parada da operação, segundo o relatório do final de 2002.

Estou falando de um porto fundamental para o País, como foi observado pela Gerência do Programa Corredor Nordeste ainda no ano de 2000, quando foi sugerido que a recuperação do Porto Ilha deveria ser classificada como obra estratégica no Plano Plurianual 2000/2003, o que acabou não acontecendo. Talvez por sua estrutura singela, sem o gigantismo dos grandes portos brasileiros, não tenha despertado a atenção do Ministério dos Transportes.

Entretanto, conclamo o Ministro Anderson Ada- uto a buscar uma solução para o problema – e aqui abro um parêntese para dizer que, hoje à tarde, a Bancada do Rio Grande do Norte visitará o Ministro exatamente para transmitir a S. Ex^a o que estamos di- zendo, aqui, nesta tarde –, uma vez que o recurso mí- nimo exigido de R\$16 milhões poderia ser classifica- do como ínfimo diante da importância do Porto, que

concentra enorme parte da atividade de embarque de sal, distribuído para todo o nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, temos escutado bastante neste plenário sucessivas reclamações e reivindicações, oriundas de praticamente todos os Estados da Federação, clamando por solução para o problema de escoamento da produção nacional. Estradas precárias, quase inexistência de investimentos no setor ferroviário, precariedade de funcionamento de instalações de embarque, entre várias outras razões, têm sido apontadas como responsáveis por boa parte do chamado custo Brasil.

A maneira de reverter isso é o reexame das prioridades estabelecidas pelo Governo Federal na área de transportes. Aproveitando a entrada do novo Governo, nos seus primeiros meses de mandato, devemos discutir a necessidade de redimensionamento dos investimentos em infra-estrutura, que precisam caminhar de braços dados com o planejamento macroeconômico. Não conseguiremos atingir nenhuma meta econômica relevante se o aumento da produção e o ganho de produtividade desejados esbarrarem na prosaica inexistência de canais de escoamento de produção.

Para completar, Sr. Presidente, peço a atenção dos colegas dos outros Estados no sentido de unir esforços para evitar o colapso do Terminal Salineiro de Areia Branca, sob pena de ver encarecer e mesmo faltar um insumo tão básico como é o sal, lembrando não apenas sua presença na alimentação humana e na pecuária, como a enorme importância em vários processos industriais das grandes empresas dos mais variados setores produtivos, tais como a indústria química, frigoríficos, curtumes, charqueadas, indústria têxtil e farmacêutica, prospecção de petróleo e tratamento de água.

Sr. Presidente, deixo aqui este apelo, na certeza de que não estou me preocupando apenas com o futuro do Rio Grande do Norte e com o produto produzido naquele Estado da Federação, mas também com o produto essencial à mesa de todo o brasileiro e ao parque industrial deste País.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, ao nobre Líder, Senador Heráclito Fortes, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os cerrados do Piauí representam hoje a mais nova fronteira agrícola do Brasil. São boas notícias num Estado carente, que, muitas vezes, tem freqüentado o noticiário por aspectos negativos. Estamos assistindo a uma grande mudança, e citarei hoje apenas um exemplo de um Município em que essas transformações estão se dando. Bom Jesus, a 600 quilômetros de Teresina, com apenas 15 mil habitantes, promove, a partir desta quinta-feira, a Exposul 2003, II Feira de Agronegócios. Em sua segunda edição, a Feira deve dobrar o volume de negócios em relação ao ano passado, chegando a valores em torno de R\$10 milhões.

Bom Jesus, por sua localização geográfica, está no coração dos cerrados piauienses, e a exposição começa a se firmar como um marco para a região granjeira nordestina, que inclui os cerrados do Piauí, Maranhão e Bahia. A Feira é destinada a produtores, indústrias de implementos, insumos e fertilizantes, esmagadoras de grãos, financiadoras, empresas de planejamentos, consultoria e logística. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste vão oferecer linhas de créditos especiais para os participantes do evento, o que deve dinamizar os negócios.

Neste ano, todos os estandes foram vendidos, o que obrigou os organizadores da Feira a abrirem novos espaços para os expositores. Grandes marcas ligadas ao agronegócio, muitas delas já atuando no sul do Piauí – como a Bunge Alimentos, a John Deere e a Massey Ferguson –, já confirmaram presença. Somente a Bunge está investindo mais de R\$400 milhões na instalação de uma esmagadora de grãos no sul do Estado.

A Feira vai ocupar uma área de 100 mil metros quadrados no Colégio Agrícola Bom Jesus, ligado à Universidade Federal do Piauí, e também terá o espaço para serviços (bancos, comércio, restaurantes) e as tradicionais festas.

Toda a cidade está envolvida na realização da exposição, tanto que, como os hotéis já estão lotados, a própria população se engajou na recepção de turistas e demais participantes do evento.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é por motivo justificado, portanto, que, como representante do povo do Piauí, congratulo-me com os organizadores dessa exposição, em especial com a Associação dos Produtores das Terras Altas do Quilombo, pois, para mim, é uma grande satisfação ver o progresso dessa região para o qual, modesta mas orgulhosamente,

pude contribuir por meio de recursos para a eletrificação da Serra do Quilombo.

Gostaria também de saudar o Prefeito Marcos Elbas e as lideranças da região, na pessoa de Adelmar Benvindo, sem me esquecer do Reitor da Universidade, Pedro Leopoldino, que também tem contribuído para os projetos de desenvolvimento da região.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os frutos que os cerrados piauienses estão colhendo agora foram plantados há alguns anos, e muitos são os responsáveis por isso. Gostaria de lembrar a importância dos produtores gaúchos e catarinenses, que tanto têm contribuído para esse resultado. Também a Bancada Federal do Piauí tem dado sua colaboração. Por intermédio de recursos do Orçamento, temos, nos últimos anos, proporcionado condições para que a energia elétrica e as estradas cheguem aos cerrados. Tenho a satisfação de ter participado desse esforço, inclusive com o asfaltamento da pista do aeroporto de Bom Jesus.

Enfim, faço votos para que esse trabalho de integração continue e para que, a cada edição, o sucesso da Feira seja ainda maior. Sabemos que, com isso, quem ganha é o Estado e o povo do Piauí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina, por vinte minutos, por permuta com a nobre Senadora Ideli Salvatti.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço à Senadora Ideli Salvatti, que permitiu que eu usasse o tempo destinado ao seu discurso. Hoje, falo como o segundo orador inscrito. Amanhã, estarei cedendo o meu espaço, como terceiro orador inscrito, para a nobre Senadora. Ontem, também cedi o meu espaço à Senadora Ideli Salvatti, do PT, para que pudesse fazer o seu pronunciamento referente à questão da CPI.

Sr. Presidente, a discussão da reforma da previdência social vai dominar boa parte dos debates desta Casa nos próximos dias. Aliás, este já vem sendo o principal tema abordado aqui, mas, agora, certamente, ele o será com maior brevidade, com maior entusiasmo, em função até da presença de mais de trinta mil servidores públicos em Brasília.

Entretanto, mesmo antes de essa discussão começar, Sr. Presidente, já há um claro perdedor: o servidor público, a quem se atribui boa parte das maz-

as que resultam na sensação de falência do sistema previdenciário brasileiro.

O servidor público inativo vem sendo demonizado pelas falas das autoridades do Governo Federal, repetidas sem maiores cuidados pelos órgãos de imprensa. Seus direitos, conquistados após anos de trabalho, passaram a ser rotulados como privilégios. As exceções de seu regime de previdência são citadas, de forma imprópria, como se fossem regras gerais.

Para que tais injustiças não continuem acontecendo, é necessário trazer à luz algumas reflexões. É necessário restabelecer a verdade histórica sobre os regimes de previdência do setor público. Não é totalmente correto compararmos a situação dos regimes do funcionalismo público ao chamado Regime Geral da Previdência Social.

O Regime Geral é caracterizado pelo caráter contributivo, em que o valor da remuneração que o aposentado receberá no futuro está diretamente ligado às contribuições que fizeram ao longo de sua vida produtiva. O montante disponível para o pagamento dessa aposentadoria, entretanto, está relacionado, também, com a arrecadação do momento em que o benefício será pago, ou seja, o desconto do trabalhador da ativa e a contribuição patronal são compostos para pagar os aposentados naquele momento.

Os regimes próprios do funcionalismo civil e militar só recentemente, a partir de 1993, passaram a ter caráter contributivo. Até então, foram contabilizados, exclusivamente, como despesas do ente público e somados aos salários dos funcionários ativos. Usar o raciocínio do Regime Geral para avaliar o equilíbrio de contas dos regimes próprios é uma operação duvidosa, uma vez que os entes públicos no passado não agiram como empregadores normais, repassando sua parcela da contribuição para a previdência, e isso não é culpa do funcionalismo.

A aposentadoria do servidor público, civil ou militar, tem, ademais, um aspecto de prêmio, diferente da aposentadoria do Regime Geral, para a qual apenas se assegura uma renda mínima de inatividade.

O servidor aposentado continua servidor. O servidor da ativa não pode acumular cargos ou benefícios previdenciários, mesmo contribuindo para tanto, não recebe o Fundo de Garantia na passagem para a inatividade, pode ter seu benefício cassado por ato de improbidade, não tem direito a dissídio coletivo, nem participa da distribuição de lucros ou resultados. A remuneração da inatividade do servidor público é uma extensão de seu cargo, estando submetida a todas as regras que determinam os salários dos ativos, inclusive seus tetos.

Dizer que as receitas dos regimes próprios do funcionalismo não são compatíveis com as despesas mascara o fato de o número de funcionários ativos ter diminuído nos últimos tempos, por decisão dos próprios governos, que fixam o efetivo de trabalhadores. No Regime Geral, mesmo com o aumento do desemprego, o número de trabalhadores descontados cresce em termos absolutos. Tampouco é culpa dos servidores, evidentemente, se o desconto dos ativos, que sequer têm teto como o desconto do Regime Geral, não cobre as despesas dos inativos. É o resultado de uma política consciente de Estado.

Vários remédios estão sendo propostos para a Previdência, quase todos eles contra o funcionário público. A idéia de desconto do inativo nos parece absurda. Não faz sentido o aposentado ser descontado para financiar sua própria aposentadoria. Aliás, agora está sendo proposto o eufemismo, substituindo a expressão "desconto dos inativos" por "salário líquido da ativa", que seria pago aos aposentados, o que significa que esses recebem um valor de onde já foi subtraída a contribuição previdenciária. Vão contribuir "na marra", sem sequer serem contados como contribuintes.

A diminuição das expectativas de direito do funcionalismo acarretará, não podemos esquecer, um efeito deletério sobre a qualidade do serviço público. Com salários acumulando perdas sucessivas, que não serão repostas no curto prazo, resta muito pouco a quem quer seguir carreira pública; talvez, só a expectativa de aposentadoria integral. Lembramos que o Governo Fernando Henrique Cardoso, por intermédio da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, já alterou substancialmente os regimes próprios, corrigindo boa parte dos erros do sistema.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, se ainda existem distorções na previdência do setor público, vamos identificá-las e corrigi-las, meu amigo Paulo Paim, mas sem penalizar os servidores inativos que, em sua maior parte, muito fizeram pelo País na atividade, com desprendimento, senso de responsabilidade e espírito público. Valorizar e proteger o aposentado do funcionalismo público, rejeitando a demonização, é valorizar, em última análise, o próprio serviço público como carreira e como espaço de realização de vocações, tão necessárias para o crescimento do País.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não, nobre Senador Paulo Paim. É um prazer imenso poder contar com o seu aparte em nosso pronunciamento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, é uma alegria apartear V. Ex^a. E o faço porque, na semana passada, fiz uma provocação e V. Ex^a respondeu, de imediato e de forma positiva, que deveríamos aprofundar, neste plenário, o debate sobre a reforma da previdência. É exatamente o que V. Ex^a está fazendo neste momento. Em primeiro lugar, Senador Leonel Pavan, muitos duvidavam de que haveria hoje aqui, em Brasília, uma grande manifestação. Mais de vinte mil trabalhadores não só da área pública, mas também da área privada, coordenados pela Central Única dos Trabalhadores e por entidades dos servidores públicos, fazem um cerco positivo ao Congresso. Tenho dito que toda mobilização é legítima, e, neste momento, trabalhadores da área pública e da área privada, que têm discordâncias pontuadas quanto à reforma, fazem esse movimento. Encontro-me naquela trincheira de resistência, neste momento, Senador Pavan, daqueles que querem mudar a reforma. Não sou contrário à reforma simplesmente por não querer que ela aconteça, mas de forma pontuada. E V. Ex^a cita um dos pontos que têm sofrido crítica, que tenho também endossado: a contribuição dos inativos. Em relação a esse item, ao qual vou me limitar para não usar de forma exagerada o tempo do pronunciamento de V. Ex^a, tenho apontado o seguinte: por que não construímos aqui um grande entendimento, Senador Heráclito Fortes, como naqueles debates que travamos na Câmara dos Deputados sobre o salário mínimo? Defendíamos o salário mínimo unificado em nível nacional. Mas o pensamento vitorioso foi o de que o salário mínimo não poderia ser o mesmo numa cidade de mil habitantes e noutra de dez milhões de habitantes. Pois, neste momento, no tocante à contribuição dos inativos, faço a mesma argumentação, ouvindo o que na época acabou sendo vitorioso. Por que simplesmente não deixamos de tributar os inativos, tirando-os do texto dessa reforma e deixamos como está? Vários Municípios deste País já decidiram o que fazer com a previdência municipal, se vão tributar os inativos ou não. Vários Estados já decidiram se vão ou não tributá-los. Uns optaram por 5%, no princípio de dois por um; outros, 4%. Há uma Prefeitura no Rio Grande do Sul, por exemplo – a de Bonito, se não me engano –, que, por opção daqueles que estão mantendo seu fundo de previdência, estabeleceu 5% e paga 10%. Por que nós, em Brasília, vamos engessar esse debate e exigir que as Prefeituras passem a pagar 11%, tanto em cidades com mil habitantes quanto com 10 milhões de habitantes? O mesmo caso é a questão do servidor. Pode-se até chegar a um entendimento, nesse Estado ou naquele Município.

pio, em que o servidor possa dizer que prefere pagar um pouco mais – 8% em vez de 7% – a continuar contribuindo depois de aposentado. Acredito que esse debate, da forma como estamos fazendo, civilizada, tranquila e equilibrada, e com os argumentos que V. Ex^a está usando neste momento, vai acabar fazendo com que tenhamos um grande entendimento. Estarei com o Presidente Lula, amanhã, juntamente com o Bloco governista do Senado, e levarei a Sua Excelência ponderações como essa. Com certeza, haveremos de elaborar uma proposta intermediária, que respeite os interesses dos servidores públicos e dos trabalhadores da área privada. Creio que há possibilidade, sim, de haver a aproximação de quem está sob regime geral da Previdência e de quem está no serviço público. Obrigado. Cumprimento V. Ex^a, porque traz o debate à Casa. É assim que vamos conduzir a proposta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Certamente, suas palavras contribuem muito para o meu pronunciamento. Cumprimento V. Ex^a por sua coragem, por defender o teor de seus pronunciamentos de antes das eleições. Aliás, seu discurso como Senador continua o mesmo dos anos anteriores, quando foi Deputado Federal.

Infelizmente, não posso dizer o mesmo do Governo Lula, que, buscando apoio dos servidores públicos para a eleição, disse em programas eleitorais e nos comícios, que o funcionalismo estava sendo punido pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Conversando com alguns funcionários públicos na noite passada e hoje pela manhã, constatei e achei incrível, Sr. Presidente, como ainda estão desinformados, pois, ainda usando a camisa do Lula, estão pressionando-nos, pensando que nós, Senadores e Deputados, é que somos os responsáveis e estamos coagindo Lula a mandar esse projeto. É essa a forma como estão vendo. Deveriam pressionar Lula a retirá-lo, porque, na verdade, está havendo uma pressão sobre aqueles que não querem aprová-lo na forma como o Governo o mandou.

Estou falando dessa maneira, porque há pessoas que ainda não entenderam quem é o responsável. Acreditam que aquilo que prometeram na campanha está sendo feito agora; pensam que Lula não tem culpa. No entanto, o Governo está fazendo o que combatia no passado. Houve um discurso, e a prática está sendo outra em relação a várias questões neste País.

Disseram: Pavan, o PSDB defendia, no passado, mais ou menos o que está sendo proposto. Talvez algum Senador pense em dizer isso, mas afirmo que

eu seria no PSDB o que Paulo Paim e Heloisa Helena são no PT hoje. Eu também condenaria essa prática. Aliás, o projeto está bem diferente; houve uma modificação muito grande em relação ao que se apresentou no ano passado e o que se quer agora.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, estão fazendo do funcionalismo público uma espécie de clube de futebol ou de condomínio, nos quais se faz a chamada de capital, quando se quer reformar. Em relação ao funcionalismo, estão querendo fazer uma chamada de capital até o fim de suas vidas.

Ora, poderíamos corrigir as distorções, fiscalizando os devedores. São centenas e centenas, por este País, de empresas públicas, privadas e clubes de futebol que devem para a previdência. Qual é o montante do rombo da previdência, Senador Paulo Paim? Qual é o montante que se tem de cobrar das empresas? Serão os inativos os responsáveis pelo rombo? Parece-me que Itaipu, a ponte Rio–Niterói e Brasília foram construídas com parte do dinheiro da previdência. Então, o rombo vem de anos, e, agora, para cobrir o rombo, querem cobrar um imposto do servidor público.

O Senador Leonel Pavan, que é do PSDB, sim, está nesta Casa pela vontade popular e usa o microfone hoje, para cobrar do Presidente Lula o que foi prometido em campanha eleitoral. Não sou advogado, nem tenho procuração para dizer o que aconteceu no passado. Tenho procuração do povo para cobrar o que foi prometido na eleição passada e não nos governos anteriores. Queremos que o Presidente Lula atenda, pelo menos, ao pedido do Senador Paulo Paim e da Senadora Heloisa Helena, ao pedido do PSDB, do PFL e de outros partidos, que estão lutando para que a sociedade brasileira tenha mais qualidade de vida, com base em suas conquistas de tantos anos de trabalho.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com muito prazer, concedo o aparte ao Líder da Minoria no Senado, nosso amigo Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, inicialmente, parabenizo V. Ex^a pelo assunto que traz a esta Casa, principalmente o que diz respeito à contribuição previdenciária dos inativos. V. Ex^a testemunhou, como eu, a presença de mais de 30 mil trabalhadores e funcionários públicos em praça pública, para dizer ao Governo Lula que os tecnocratas gostam de brandir a matemática como argumento superior ao da moralidade e do direito. O Governo se

preocupa muito com os números. Para que V. Ex^a tenha uma idéia de números – já que o Governo do PT gosta tanto deles –, os dados extraídos dos Relatórios de Execução Orçamentária do Governo Federal mostram que a despesa líquida total da União com inativos e pensionistas do serviço público, incluídos os civis e os militares, atingiu em 2002, o valor de R\$25 bilhões. Veja bem: R\$25 bilhões! Sabe V. Ex^a quanto significaria a arrecadação líquida, descontada a fração que o servidor aposentado pagaria ao Imposto de Renda? Ela não ultrapassaria R\$950 milhões ao ano. O nobre Senador Paulo Paim tem razão: isso é equivalente a apenas 4% do que se propala por aí afora. Então, é preciso que o diálogo entre esta Casa e a Câmara dos Deputados aconteça, para que os Srs. Deputados tenham, realmente, coragem de mudar o texto que lá se encontra, retirando, de uma vez por todas, a cobrança dos inativos, que é um massacre àqueles que, durante toda a vida, ganharam pouco. Se compararmos o funcionário público e o trabalhador da empresa privada, o funcionário público levou a vida toda ganhando pouco para ter a sua aposentadoria integral, e, lamentavelmente, o Governo do PT, que usou o palanque, que usou o discurso para chegar ao Governo, está fazendo o discurso contrário. Parabenizo V. Ex^a. Estou solidário com os funcionários públicos federais, estaduais, municipais e trabalhadores brasileiros. Digo a todos os funcionários e a todos os trabalhadores deste País que ainda existem homens e mulheres que irão defendê-los. Homens e mulheres, também do PT, sim, que ainda vão estar ao nosso lado porque não têm medo do trator que está sendo passado pelo Governo, e nós estaremos aqui em defesa de uma tese positiva. Podemos avançar na reforma da previdência tirando a cobrança de 11% dos aposentados.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Efraim Morais, certamente esses números que V. Ex^a acaba de apresentar poderão ser uma luz para o Governo. Não posso acreditar que um homem que há tantos anos vem lutando para gerar emprego, para garantir direitos aos trabalhadores, agora, no poder, esquece tudo, rasga seus compromissos, esquece as suas lutas, os movimentos populares e massacra aqueles que mais trabalharam. Ainda acredito que o Governo Lula vai se sensibilizar e voltar atrás, vai atender aos nossos pedidos, aos pedidos da minoria, vai atender esse povo que tanto lutou para que o País crescesse social e economicamente.

O Presidente Lula comparecia a todas as manifestações, inclusive aqui em Brasília. Mas hoje não vi o Presidente. Não sei se Sua Exceléncia choraria por

suas lutas ou por ver as lágrimas dos trabalhadores públicos que estão em Brasília gritando desesperados pensando justamente no futuro das suas famílias.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Efraim Morais.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, depois de ouvirmos a palavra serena e segura do Senador Leonel Pavan em defesa dos funcionários públicos brasileiros, quero reiterar a minha solidariedade a todos os funcionários públicos federais, estaduais, municipais, aos trabalhadores brasileiros que hoje voltam à praça pública para defender seus direitos.

Com certeza, esperamos que a mesma sensibilidade do Presidente Lula e do seu Partido em épocas passadas em defesa desses mesmos trabalhadores se manifeste agora tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, porque, como se diz, começou o campeonato; agora vamos discutir as matérias, agora vamos ouvir todas as tendências da sociedade brasileira e aqui estaremos nesta tribuna, na condição de Líder da Minoria, de Líder da Oposição, em defesa desses trabalhadores, em defesa desses funcionários.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, esperamos que o PT se alie a nós para que possamos derrubar, por exemplo, a cobrança dos 11% dos inativos. Vamos derrubar os 11%! Esse foi o discurso permanente do Partido que agora se encontra no Governo. Todos nós temos cópia da carta assinada pelo Presidente José Dirceu. Precisamos continuar no mesmo pensamento do Ministro José Dirceu, na mesma palavra do PT durante toda a sua história, que se posicionou veementemente contra a cobrança de 11% aos aposentados.

Além deste assunto, temos muitos outros que precisam da presença dos funcionários e dos trabalhadores brasileiros, não só dentro desta Casa, do Congresso Nacional, mas, acima de tudo, em praça pública, para que possamos discutir essa matéria que diz respeito não só aos trabalhadores, mas a todo o Brasil.

Senador Leonel Pavan, parabenizo V. Ex^a, reiterando a minha solidariedade e a minha posição em defesa do trabalhador e do funcionário público brasileiro, principalmente no que diz respeito à taxação dos inativos.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero agora tratar de um outro assunto. Estamos a uma semana da nova reunião do Comitê de Política Monetária, que decidirá sobre a taxa básica de juros, a Selic, e as pressões políticas em torno do assunto já estão novamente em curso.

Na semana passada, o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, passou a ser visto como um aliado na luta contra os altos juros. Também ele repetiu que os juros altos, estabelecidos pelo Banco Central, são "um assalto" à economia do País e um fator de agravamento do quadro econômico-social. Só esqueceram de mencionar que o próprio Ministro é co-responsável por isso, já que integra a equipe econômica responsável pela política de juros.

Ontem, o Ministro Guido Mantega voltou à cena para dizer que já há condições macroeconômicas para que os juros caiam. Há sinais, segundo ele, de recuo permanente na inflação, o "que consolida a estabilidade do País". Preocupam-me essas declarações não propriamente por seu conteúdo, que é positivo, mas pelo que representam no contexto mais amplo da política monetária nacional.

Quando da última reunião do Copom, que manteve a Selic em 26,5%, a imprensa informou amplamente que um dos fatores fundamentais para que a taxa de juros não baixasse foi exatamente a pressão política sobre o Banco Central, por várias tendências da sociedade brasileira.

Dizia-se que, se o Banco Central cedesse às pressões, pareceria, diante do mercado e da comunidade financeira internacional, um organismo frágil, sujeito a injunções políticas. Por essa razão, ainda que as condições macroeconômicas já fossem naquele momento favoráveis à queda dos juros, eles não iriam cair, em nome da imagem de intocabilidade técnica do Banco Central. Esse critério é questionável do ponto de vista técnico e moral.

Pelo que pudemos entender, Sr. Presidente, o País foi penalizado com mais um mês de juros estratosféricos, simplesmente para não abalar a imagem de independência do Banco Central. Estamos todos pagando o preço – alto preço, diga-se – daquela decisão do Copom em consequência de declarações consideradas inoportunas.

Daí minha preocupação agora, a uma semana da nova reunião do Copom, com as declarações do Ministro do Planejamento, Guido Mantega. O que S. Ex^a disse – que as condições macroeconômicas já permitem a queda dos juros – pode ser interpretado como uma pressão política, o que poderia resultar em mais um mês sem que a Selic caia. Deus nos livre disso, Sr. Presidente, mas a hipótese é pertinente. O Banco Central quer existir e decidir à revelia da sociedade, como se dela não fizesse parte, como se fosse uma instância superior acima do bem e do mal. Sou dos que defendem uma autonomia operacional do Banco Central, mas não posso concordar que o Banco deixe de baixar os juros simplesmente para não dar a impressão de que é vulnerável a pressões políticas.

Não há nada de errado em acatar pressões políticas, desde que essas pressões estejam em consonância com a realidade objetiva dos fatos. Se há quase um mês já existiam condições para a queda dos juros – e isso está sendo dito por gente do próprio Governo –, não haveria por que não baixá-los apenas para dar a impressão de impermeabilidade a pressões políticas.

Ontem, em seminário promovido pela Câmara dos Deputados, sobre a autonomia do Banco Central, o Presidente daquela instituição, Dr. Henrique Meirelles, ex-Deputado Federal, do Partido do Senador Leonel Pavan, repetiu a frase de sempre: "Nenhum Banco Central do mundo pode agir de forma política, qualquer que seja sua decisão". Constatou, pois, que, ao deixar de agir em função de pressões políticas, o Banco está, paradoxalmente, sendo político. Está estabelecendo condições políticas para agir, está dizendo que só baixará a Selic se ninguém pedir para que o faça. E esse é um gesto político, um gesto – permitem-me a expressão – de burrice política, mas, sem dúvida, um gesto político, já que nenhum lamento fundamental técnico o sustenta.

Nenhuma instituição pública, sobretudo uma instituição cujos atos se refletem diretamente na vida de cada um dos cidadãos, é exclusivamente técnica. A própria Economia está longe de ser uma ciência exata. Antigamente, essa disciplina, nos meios acadêmicos, era denominada de Economia Política. E assim o é, de fato.

Sabe-se, Sr. Presidente, que a inflação, por exemplo – apontada pelos técnicos da política monetária como premissa básica para regular a taxa de juros –, é sensível ao fator psicossocial. Não é um dado técnico, isolado do contexto humano. É, pois, um fator político, antes mesmo de ser técnico.

Por essa razão, eu, que sou favorável a uma autonomia operacional do Banco Central, que sei que a política monetária não pode estar submetida a injunções partidárias, peço aos integrantes do Copom que sejam menos intolerantes e menos políticos ao que classificam de pressões políticas. Não será possível silenciar os agentes econômicos e políticos da Nação diante de tema tão relevante quanto à taxa de juros.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concedo o aparte a V. Ex^a, meu Líder, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Efraim Moraes, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade e pela substância do pronunciamento que faz nesta tarde, ao qual acrescento algumas poucas informações. Hoje, pela manhã, convidado que fui pela TIB, entidade que congrega os setores que respondem pela infra-estrutura do País – transportes, energia, petróleo, telecomunicações –, tive uma conversa com alguns empresários, dirigentes da TIB e dirigentes de empresas, um pedaço expressivo do PIB brasileiro. Devo confessar a V. Ex^a que fiquei assustado com o que ouvi dos empresários. Ouvi palavras de muita preocupação com relação ao encaminhamento da economia do País e às propostas de reforma previdenciária e, principalmente, tributária. Há preocupação com relação à condução do Governo em relação às agências reguladoras e aos marcos regulatórios, pois, no entender daqueles senhores, a política praticada está afugentando investimentos novos e assustando o prosseguimento de investimentos em curso. E tudo isso está criando dificuldades a um setor que gera, como disseram, 295 mil empregos qualificados neste País. Devo dizer a V. Ex^a que saí assustado da reunião, que foi longa – durou até às 10 horas –, e tudo isso vem ao encontro do que V. Ex^a está apresentando: a taxa de juros de 26,5%. Senador Efraim Moraes, a taxa de juros de 26,5%, praticada ou estimulada pelo Governo – a taxa Selic, taxa de juros primária –, é um instrumento de fixação de capitais. Vejamos os números da economia brasileira, que são monitorados pelo Fundo Monetário Internacional, de quem o Governo, na campanha, dizia que ia apartar-se. O Governo prometia a ruptura com o FMI, assim como a retomada do crescimento e a geração de dez milhões de empregos. As metas assumidas junto ao FMI e por este fiscalizadas estão em muito superadas. Nos quatro primeiros meses deste ano, o superávit primário das contas públicas foi de R\$32 bilhões, e o compromisso tomado com o FMI para, até junho, é de R\$34,5 bilhões. Só em abril, foram R\$10 bilhões

de superávit. Para se cumprir o compromisso com o FMI e haver ampla liberdade para uma reativação ou reanimação da economia, bastariam R\$2 bilhões no mês de maio. Já ocorreu muito mais do que isso. O que estou ouvindo nas ruas de Natal, de João Pessoa, de Patos, de Piancó, de toda parte, o que ouvi dos grandes empresários recomenda, e recomenda de plano, uma tomada de posição voltada para a sociedade. O País não é o seu governo, o País é o seu povo, e o Governo precisa se voltar para o sentimento do povo. Ouvi hoje na reunião com os empresários algo que me assustou: “iniciou-se um processo de desestímulo”. Não há nada mais perigoso do que ouvir isso de empresários que respondem por 295 mil empregos. De modo que quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade e substância de seu pronunciamento e quero me associar inteiramente às idéias que V. Ex^a, como Líder da Oposição, prega neste plenário.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Líder José Agripino, eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece o conteúdo do nosso pronunciamento, principalmente quando traz dados que foram discutidos **tête-à-tête** com V. Ex^a hoje. Há a preocupação do empresariado brasileiro porque está sentindo que o Governo está estagnado, o País está parado.

Ontem, tivemos a oportunidade de, na Comissão de Assuntos Econômicos, receber o presidente do BNDES, o inteligente professor Carlos Lessa. Ele foi claro, mostrou a sua preocupação e deu a entender algo que a maioria absoluta daquela Comissão concluiu: que não há nenhum plano de governo. O Governo não sabe o que vai fazer. Essa situação deixa a todos nós, brasileiros, preocupados com os acontecimentos.

Para completar, não deu para convencer a forma como foram investidos US\$1 bilhão no empresariado argentino, gerando empregos lá na Argentina, em vez de se aplicarem esses recursos aqui, no Brasil, gerando empregos aqui.

Agradeço a V. Ex^a o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Escuto, com muita satisfação, o Senador Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Quero cumprimentá-lo, meu Líder Efraim, por seu pronunciamento, por sua transparência e por sua coragem de vir à tribuna alertar o Governo e o povo brasileiro, que certamente está assistindo ao seu pronunciamento pela TV Senado. Estava estampada nas capas dos jornais de ontem e de hoje e em várias páginas de todos os jornais, nas páginas de economia, nas páginas de política, a questão do risco que o Brasil está

correndo em função das altas taxas de juros. Eu apenas queria contribuir – claro que V. Ex^a já comentou o assunto –, dizendo que estamos tendo a maior taxa de desemprego desde 1992, meu Líder Senador Efraim. Só em São Paulo, a taxa de desemprego, em função dos altos juros, é de 20,8%; a queda de produção é uma das maiores dos últimos anos, há estagnação da economia; a indústria, comparada a abril do ano passado, diminuiu a sua produção em 4,2%; o salário recuou 7,2% nas indústrias. E não vejo o Governo preocupado com isso. Até o Vice-Presidente da República, de uma forma corajosa e inteligente, alerta o Governo para o perigo por que o País está passando. E vejo o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Governo tranquilos, dizendo que é necessário, que é preciso manter os juros altos. Não estão sentindo, certamente, a emoção que outras pessoas sentem ao ver trabalhadores desempregados por causa da falência das nossas empresas. Queria apenas cumprimentá-lo e acrescentar esses dados que estavam estampados nos jornais no dia de ontem e no dia de hoje.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL–PB) – Agradeço, Senador Pavan, e acrescento, com o maior prazer, essas informações, esses novos dados, ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu temor é o de que, na reunião da semana que vem, repita-se o mesmo critério verificado na reunião anterior, em que a reação às pressões resultou na intocabilidade dos juros.

Sabemos que novas pressões virão. Senador Jefferson, o **Jornal do Brasil** de hoje, por exemplo, diz, na coluna “Informe JB”, que economistas ligados ao Partido dos Trabalhadores, ao PT, articulam a divulgação de documento, que já contaria com mais de quarenta assinaturas, criticando a política econômica do Governo Lula. Sustenta o documento que ela contraria os compromissos históricos do Partido. Entre os signatários, diz o **Jornal do Brasil**, estão nomes ilustres do Partido, como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares.

Escuto V. Ex^a, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. Ex^a não dispõe mais de tempo para apartes, nobre Senador.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Então abro mão do aparte.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Darei um minuto ao Senador, dividirei o tempo que me resta com S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O nobre Senador Jefferson Péres levantou o microfone para usá-lo como Líder, logo após o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Então, vou concluir. Lamento não ter o aparte do Senador, mas em outra oportunidade o terei.

Sr. Presidente, arma-se novamente o cenário de confrontação interna dentro do Partido governista, pondo em jogo a governabilidade. Esperamos que o Banco Central deixe de lado suas susceptibilidades em relação às pressões políticas e vá à essência da questão: se há as condições macroeconômicas favoráveis de que fala o ministro Guido Mantega, que se atenha a elas e baixe então os juros.

O que pedimos é bom senso e eficiência e não demonstrações egocêntricas de fortaleza institucional. O ambiente de paralisia administrativa e de recessão econômica precisa ser revertido com urgência, pois agrava o quadro de exclusão social da maioria da população. E a sensibilidade dos responsáveis pela política monetária é fator fundamental nesse processo.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, nobre Presidente Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. Ex^a é merecedor e bem sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa solicita a presença dos Srs. Senadores para o registro de presença a fim de que possamos dar início à Ordem do Dia.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Jefferson Péres, lembrando que estão inscritos para falar em seguida os Senadores José Agripino, Fernando Bezerra e Renan Calheiros.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi ontem, como Líder, expediente do ilustre Senador Paulo Paim pedindo o meu apoio a uma proposta de emenda constitucional que ele pretende apresentar suprimindo o recesso parlamentar do mês de julho.

Sr. Presidente, vou responder publicamente ao Senador Paulo Paim. Entendo que o anteprojeto de PEC de S. Ex^a surgiu em decorrência da próxima convocação extraordinária, já anunciada, para serem votadas as Reformas Previdenciária e Tributária, com o pagamento de ajudas de custo aos Parlamentares, o que tem provocado, como sempre e habitualmente, manifestações de protesto da imprensa e da população.

Considero que é preciso separar as duas coisas: uma, o recesso de julho; outra, o pagamento de convocação extraordinária. Não me parece que seja correto suprimir o recesso do mês de julho. A atividade parlamentar não pode ser comparada com as atividades comuns. Somos agentes do Estado, somos agentes políticos, e nossa atividade é de cunho especial.

Creio e tenho dito que o Parlamento ou qualquer Casa legislativa é um paraíso para quem não quer trabalhar; é ótimo para quem quer fazer tráfico de influência; e, para obter vantagens pessoais, é excelente. Se quiser, o Parlamentar entra, marca presença, não faz coisa nenhuma, a não ser correr os ministérios. Para esses, a atividade parlamentar é um paraíso.

No entanto, Sr. Presidente, para quem vem trabalhar em favor do interesse público, sem visar a proveito pessoal algum, trabalhar mesmo nas comissões, no plenário, e ficar viajando para seus Estados freqüentemente – porque isso é indispensável também –, a atividade é estressante. E o Parlamento brasileiro é um dos que tem mais atividade regular, ao longo do ano. Muito mais, por exemplo, do que os parlamentos europeus. O problema, portanto, não é questionar sobre se são justas ou não as férias de julho. Não me importo nem um pouco que o recesso de julho continue, porque, quando chega junho, sinto-me mesmo estressado, Sr. Presidente.

Entretanto, convocar em julho e pagar aos Parlamentares duas ajudas de custo, isso, sim, é indefensável. Deveríamos manter o recesso de julho, e, sempre que necessário, sermos convocados para trabalhar nesse mês, mas por que nos pagarem duas ajudas de custo? Por que recebermos três salários, três subsídios para isso?

O que é ajuda de custo? Como o próprio nome já diz, é um valor para cobrir despesas decorrentes da convocação. Quais são nossas despesas extras? Como possuímos apartamento funcional em Brasília, não temos despesa de hospedagem; temos também direito a passagens aéreas. Por que ajuda de custo? E por que duas? Isso, sim, me parece injustificável e não está na Constituição. Penso que deveríamos manter o recesso de julho, mas sem pagamento de extra decorrente de convocação extraordinária. E essa decisão cabe à Mesa, não precisando de emenda constitucional.

Se a Mesa convocasse o Congresso para trabalhar, por exemplo, três semanas de julho, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, não haveria pagamento de extraordinário, de duas ajudas de custo. Ou a ajuda de custo é pelo medo de que convocados e sem receber ajuda de custo ninguém apareça aqui ou

muito poucos apareçam? Neste caso, que se controle a freqüência e se desconte rigorosamente. E aí vamos saber quem é que vem aqui trabalhar sem receber ajuda de custo.

Sr. Presidente, minha posição é a minha resposta ao Senador Paulo Paim: creio que o recesso de julho deve ser mantido, mas deve ser eliminado, nem que seja por um ato específico ou por emenda à Constituição, o pagamento de ajuda de custo por convocação extraordinária do Congresso, porque isso nos deixa muito mal perante a sociedade e também porque não é justo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o nobre Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Rio Grande do Norte é o Estado que mais produz sal neste País. Noventa e cinco por cento da produção brasileira de sal é feita no meu Estado, o Rio Grande do Norte.

Trago esta informação porque me preocupa o fato de que toda a produção de sal do meu Estado é escondida por um porto-ilha, construído há alguns anos e que se encontra hoje em estado deplorável. Inclusive, uma inspeção do Ministério do Trabalho, o que torna mais grave ainda o assunto, manifestou a necessidade de imediata interdição daquele porto, dadas as condições de insegurança em que se encontra.

Diante do apelo feito pelos dirigentes do meu Estado, na expectativa de uma ação imediata e urgente do Ministério dos Transportes, adiou-se a interdição para que o Ministério aja no sentido de proteger a produção do sal brasileiro.

O assunto é grave, pois não tenho a menor dúvida de que a interdição desse porto faria com precisássemos importar sal, o que é extremamente negativo, visto que atingiria de forma mortal a economia do meu Estado.

O Senador Garibaldi Alves Filho fez um pronunciamento há poucos instantes. Quero comunicar, pois, a esta Casa que tomamos a iniciativa, os Senadores do Rio Grande do Norte, de irmos ao Ministro dos Transportes, hoje, para falarmos a S. Ex^a sobre a gravidade da situação da produção salineira do Estado e exigirmos do Governo uma imediata ação, sob pena de aumentarmos o desemprego e atingirmos, de forma dura, a frágil economia do Estado do Rio Grande do Norte.

Também quero aproveitar, Sr. Presidente, para comunicar a esta Casa que os governadores dos Estados produtores de energia se encontram, hoje, reunidos no

Rio de Janeiro na busca de sensibilizar o Congresso Nacional para que, na Reforma Tributária, se tribute a produção de energia – e eu falo em nome do meu Estado pela tributação do petróleo na origem. Este é um sonho do meu Estado. Em seu primeiro mandato, o nobre Senador Garibaldi Alves Filho conseguiu a aprovação, desta Casa, no sentido de que a cobrança do ICMS se fizesse na origem e não no destino.

Quero dizer que vamos nos juntar a esse movimento dos governadores que levarão, amanhã, ao Congresso Nacional – à Câmara dos Deputados – uma solicitação para que se faça a cobrança do petróleo na origem e não no destino ou, então, que se cobre todos os produtos no destino, como é do conceito do ICMS. Não podemos nos constituir na exceção: ou se cobra todo o ICMS no destino ou não se excepciona o petróleo e faz a cobrança do mesmo na origem e não destino, como é feita hoje.

Encontra-se em tramitação, nesta Casa, uma PEC de autoria dos três Senadores do Rio Grande do Norte. Ela tem a assinatura do Senador Geraldo Melo, mas é fruto de entendimento entre mim, o Senador José Agripino e o Senador Geraldo Melo.

De modo que, mais uma vez, trago minha preocupação sobre fatos que atingem a economia de um Estado pobre, inserido numa economia frágil, que merece a atenção do Governo Federal na urgente recuperação do Porto-Ilha, para escoamento de 95% da produção do sal brasileiro, como também para fazer justiça com a imediata aprovação, nesta Casa, da PEC que estabelece a cobrança do ICMS sobre o petróleo na sua origem. Essa é a reivindicação dos Estados do Rio de Janeiro, Sergipe, Bahia, Paraná e de vários outros que são produtores de energia neste País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, como Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, endosso em gênero, número e grau o pronunciamento do Senador Fernando Bezerra no que diz respeito ao Porto-Ilha do meu Estado e à questão do ICMS do petróleo, ambas lutas do povo do Rio Grande do Norte, nas quais me incluo e manifesto o trabalho solidário que haveremos de empreender, Garibaldi Alves Filho, Fernando Bezerra e eu.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome do meu Partido, desejo manifestar voto de solidariedade à marcha a que assisti – creio que ainda está

ocorrendo – de milhares de brasileiros portando bandeiras da CUT, da Contag, da CGT, do MST, bandeiras de diversos movimentos. Falando de caminhões de som onde pude ler “Agora, é Luta”, manifestam-se sobre questões da atualidade.

Tenho certeza de que desta marcha participam brasileiros trabalhadores que votaram em Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República na esperança de ver o salário mínimo dobrado no prazo de quatro anos. E esperavam, logo no primeiro ano, ver o primeiro passo para que esse objetivo fosse alcançado, mas viram-se frustrados com o aumento real de apenas 1,85%.

Tenho certeza de que desta marcha participam milhares de servidores públicos de todos os órgãos a quem se prometiam reajustes justos de salário e a quem se concedeu – aliás, ainda nem foi concedido –, diferentemente do que se prometia, um aumento pífio de 1%.

Tenho certeza de que desta marcha participam profissionais liberais ou trabalhadores prestadores de serviços, sejam médicos, dentistas, encanadores ou pedreiros, que se viram injustamente taxados na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas com um aumento de 167%.

Tenho certeza de que desta marcha participam brasileiros e brasileiras que, no passado, eram acompanhados por pessoas que pregavam a ruptura com o FMI e, ao contrário do que propunha e exigia o FMI, prometiam a geração de 10 milhões de empregos.

Tenho certeza de que desta marcha participam brasileiros e brasileiras que estão desencantados, porque as propostas que eram feitas e nas quais eles confiavam e acreditavam e que os levaram a votar no Presidente eleito transformaram-se naquilo que hoje é o objeto de sua marcha e do seu protesto: juros de 26,5% e proposta de reforma previdenciária com taxação de inativos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome do meu Partido, quero me solidarizar com a coerência e referir-me a uma declaração que li do Presidente da CUT – e eram inúmeras as bandeiras da CUT na marcha a que assistimos – de que a marcha ou o movimento não objetivava protestar contra o Governo, mas sim contra as reformas. Mas quem é o autor das reformas? O PFL? O PSDB? O PMDB? Não, é o próprio Governo. As propostas são de autoria do Governo.

É sobre isso que quero falar, porque, há pouco, setores da imprensa me diziam que dez Deputados do Partido dos Trabalhadores, integrantes do Grupo dos 30, a quem se alcunhavam de radicais, compareceram

à manifestação para dialogar e haviam sido bem recebidos, com simpatia. No entanto, o Líder do PT tinha sido mal recebido e até teria sido admoestado.

Percebe-se claramente que aqueles que participam da marcha não estão aceitando a incoerência. Dentro do Partido dos Trabalhadores hoje há uma marca evidente entre aqueles que preferem guardar coerência com o seu passado e aqueles que preferem ser fiéis ao que o Governo determina.

Sr. Presidente, com a minha manifestação de solidariedade aos que fazem esta marcha democrática, quero dizer que saúdo a coerência e que o PFL, meu Partido, votará, coerentemente com aquilo que dizia, a reforma da previdência e a reforma tributária.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para um rápido registro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, como Líder, por cinco minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o nosso País ganhou destaque na mídia internacional nos últimos dias por conta de algo que nos deve encher de orgulho.

Na quinta-feira da semana passada, o Programa Brasileiro de Combate à Aids ganhou prêmio de Saúde Global da Fundação Bill e Melinda Gates. O valor do prêmio, US\$1 milhão, embora significativo e importante para a continuidade dos trabalhos, é o de menos.

Dois aspectos que envolvem o assunto merecem mais destaque ainda. O primeiro é que a Organização Mundial da Saúde está cada vez mais favorável à adoção da proposta brasileira de quebra de patentes dos remédios usados no combate ao HIV.

Outro ponto positivo é a seleção, entre outros 159 especialistas de todo o mundo, do médico brasileiro Marco Antônio Vitória, mineiro de 38 anos de idade, para coordenar, a partir de Genebra, na Suíça, o programa da OMS de expansão do tratamento da Aids.

Embora jovem, o Dr. Marco Antônio Vitória é experiente na matéria, na medida em que coordenou o programa no seu Estado, Minas Gerais, e depois passou a desempenhar a mesma função para o Governo Federal.

O jornal **Correio Braziliense** destaca, na sua edição desta segunda-feira, a escolha do médico Marco Antônio Vitória para o cargo. O jornal o entrevista ainda para saber quais são as propostas que ele leva na bagagem para enfrentar o problema da Aids, sobretudo em países pobres, onde a doença se alasta, atingindo desde crianças, passando pelos jovens até adultos.

No que se refere ao seu maior desafio, o médico cita os países em desenvolvimento, onde, segundo ele, “menos de um por cento da população infectada tem acesso a tratamento”.

Sua meta, Sr. Presidente, é elevar das atuais 300 mil pessoas, que estão sendo tratadas em países em desenvolvimento, para três milhões até 2005. Ao admitir que a experiência brasileira servirá de inspiração para frear a epidemia de Aids no mundo, o Dr. Vitória faz uma previsão catastrófica. Segundo ele, citando organismos internacionais, “algumas nações africanas podem desaparecer nos próximos dez a vinte anos por causa da Aids”.

Apenas na África do Sul, morrem, por ano, 250 mil pessoas vítimas da doença. Esse é o número total de casos registrados pelo Brasil até hoje, graças ao trabalho de profissionais como o Dr. Marco Vitória.

Antes de encerrar esta breve comunicação, aproveito para saudar o Dr. Marco Vitória e lhe desejar sucesso. Ele vai-se juntar a outros ilustres brasileiros que trabalham em programas de combate à Aids, no exterior. São eles: Paulo Teixeira, Coordenador Nacional de D.S.T. e Aids do Ministério da Saúde, cedido à Organização Mundial de Saúde; Pedro Chequer, ex-coordenador do mesmo programa, que atua na Rússia; Jorge Bermude, que trabalha com Paulo Teixeira na Organização Mundial de Saúde, formulando novo programa de combate à Aids.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Líder Aloizio Mercadante.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, participei, juntamente com V. Ex^a, do almoço que o Presidente Lula ofereceu ao Presidente da República Argentina, Néstor Kirchner, que foi eleito em um momento extremamente difícil da história daquela nação, seja pelo colapso econômico herdado pelo novo governo, seja pelas imensas dificuldades políticas, institucionais e sociais geradas pelo modelo neoliberal e pelo regime de con-

vertibilidade, que, semelhante ao primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, o da âncora cambial, prejudicou muito as contas externas, desequilibrou as contas públicas, impulsionou a privatização sem controle e a desnacionalização da economia e que – no caso do Brasil, foram quatro anos e meio –, por mais de onze anos, levou aquele país a uma situação extremamente delicada, economicamente desafiadora e socialmente perversa.

Mal havia sido promulgado o resultado das eleições, o Presidente Lula anunciou que a sua primeira visita ao exterior seria para a República da Argentina. Tive a honra de acompanhar a delegação que visitou aquele país, em 2 de dezembro. O Presidente Lula foi recebido com um carinho imenso pelo povo argentino, e, naquela ocasião, ficou clara a proximidade e a identidade dos dois povos e a disposição de aprofundar a integração regional.

Nesse inicio de Governo, o Mercosul se recompondo. O Mercosul, hoje, por meio dos quatro países que o integram, trabalha unido nas negociações internacionais da Alca e da OMC. A vitória do Presidente Kirchner permitiu a consolidação dessa estratégia. Estamos oferecendo uma negociação bilateral – Mercosul/EUA –, o que fortalece a nossa capacidade de negociação e de atuação e a defesa dos interesses dos povos dessa região. Mais do que isso, temos recebido a sinalização de vários Presidentes – como Lúcio Gutierrez, recém-eleito no Equador; Alejandro Toledo, do Peru; Hugo Chávez, da Venezuela; e Álvaro Uribe, da Colômbia – com relação à possibilidade de darmos um passo além na ampliação do Mercosul e na integração de toda a América do Sul.

No almoço, o Presidente Lula homenageou o Presidente José Sarney, usando uma citação que gostaria de repetir: "Como dizem os chineses, quem bebe a água do poço tem que lembrar sempre de quem abriu o poço". Com essa afirmação, Sua Excelência lembrou que foi o Presidente José Sarney que, juntamente com o Presidente Raúl Alfonsín, deu início a essa obra histórica de constituição do Mercosul.

Saí, desse almoço, seguro de que a relação estratégica que construímos com a Argentina é decisiva para o futuro da América do Sul, para a inserção soberana da América do Sul na ordem internacional, nas negociações com a União Européia e com os EUA.

Precisamos agora dar um grande passo na busca da integração institucional, do Parlamento do Mercosul, da integração cultural científica, tecnológica e social no sentido mais amplo, a exemplo da União Européia. A Europa entendeu, depois de duas guerras,

ocasião em que se dividiu, há meio século, que a sua força está na união econômica, diplomática, política e institucional. Depois de ter construído um mecanismo de coordenação macroeconômica ao longo desse período – o Tratado de Maastricht, parâmetros comuns –, conseguiu construir um Banco Central e ter uma única moeda, o euro, que disputa a zona de influência com o dólar e traz o benefício da senhoriação, da emissão para o continente, permitindo a sua recuperação e consolidação.

A unidade diplomática da Europa foi fundamental para o peso político e econômico que aquele continente tem hoje no mundo e para a integração política – o Parlamento Europeu – e também social, porque há, inclusive, tempo de televisão em todos os países com a finalidade de integrar culturalmente aquela região, tanto nos esportes como em todas as frentes sociais, legislação trabalhista, previdenciária, entidades sindicais, ONGs.

Eu diria que esse salto de qualidade talvez seja o maior êxito da diplomacia no século XXI. Estamos longe ainda da obra semelhante à União Européia, mas estamos dando um passo decisivo, com uma nova diplomacia. Não se trata de uma diplomacia do Presidente Lula, mas de uma diplomacia de Nação, no sentido de se impor com soberania na reunião do G-8, com a cara da América Latina e do povo latino-americano, e de permitir a articulação do Fórum Social de Porto Alegre com o Fórum Econômico Mundial e a integração do Mercosul e a unidade regional.

Por tudo isso, Sr. Presidente, V. Exª tem um papel muito importante nessa obra. Tenho certeza de que estará muito atento a esse esforço, à consolidação desse projeto.

Hoje, é um dia muito importante, pois o Brasil está recebendo o Presidente de um país amigo, de um país irmão. Temos que acabar com a rivalidade, como disse o Presidente Lula, entre Maradona e Pelé, no futebol. Temos que jogar juntos na diplomacia, na economia, na política, no comércio, na cultura, para enfrentarmos os muitos desafios dessa região pobre e excluída do planeta, que tem muitas dificuldades sociais, para podermos aumentar sua capacidade de negociação, sua ação diplomática, sua presença neste mundo globalizado, com tantos desequilíbrios, e, sobretudo, para podermos reverter a relação entre o mundo da produção, da indústria e da agricultura, com um sistema financeiro volátil e desestabilizador, deste final de século XX e início de século XXI.

Por tudo isso, queria saudar o Presidente Lula, V. Exª e o Presidente Kirchner por essa oportunidade

de recomposição, de consolidação e de salto de qualidade na integração regional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Agradeço a V. Ex^a as generosas referencias a meu respeito.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, envie um expediente a V. Ex^a referente ao que está acontecendo: a transformação do Senado em um fumódromo. Depois, pronuncie-me a respeito do tema neste plenário, no sentido de que a lei que votamos não está sendo obedecida por esta Casa. Pedi providências por parte de V. Ex^a para que evite a transformação dos corredores do Senado em verdadeiros fumódromos. Reclamando a V. Ex^a é que estou abordando essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Respondendo que a **Indicação nº 02, de 2003**, de autoria de V. Ex^a, foi enviada ao Sr. 1^º Secretário, Senador Romeu Tuma, que me informou ter determinado ao Diretor-Geral da Casa que tome as devidas providências, no sentido do cumprimento da lei.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE, SENADOR JOSÉ SARNEY.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE DECISÃO DO SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO, A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE

Ref. Indicação nº 2/2003

Uso de produtos fumígeros nas instalações do Senado Federal.

Senhor Diretor-Geral,

Levo ao conhecimento de Vossa Senhoria que o Senador João Alberto Souza, por intermédio da Indicação nº 2/2003 sugeriu o cumprimento da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que versa sobre as “restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do parágrafo 4º, do art. 220 da Constituição Federal” nos corredores do Senado Federal, mais especificamente do disposto no artigo 2º, da mencionada lei.

Por entender que a matéria encontra-se regulada em lei, e sendo a reserva legal uma medida de pre-

servação da saúde humana, cabendo apenas regular a sua aplicação no âmbito do Senado Federal, decido por determinar a Vossa Senhoria que tome todas as medidas necessárias ao cumprimento integral da norma federal em comento nesta Casa Legislativa e seus órgãos supervisionados.

Brasília, 6 de junho de 2003. – Senador **Romeu Tuma**, Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

São lidos os seguintes:

São Paulo, 10 de junho de 2003

Ao
Excelentíssimo Senhor José Sarney,
Presidente do Senado

Excelentíssimo Senhor,

A Central Única dos Trabalhadores apresenta ao Excelentíssimo Senador José Sarney, Presidente do Senado, a resolução aprovada pelo Plenário do seu 8º Congresso Nacional, realizado no período de 3 a 7 de junho do corrente ano, na cidade de São Paulo.
– **Luiz Marinho**, Presidente.

OF. Nº 164/03/PR

Brasília, 11 de junho de 2003

Exmo. Sr. José Sarney,
Presidente do Congresso Nacional,

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, entidade representativa de cerca de 2,5 milhões de profissionais da educação básica pública em todo país, vem pelo presente encaminhar a V.Ex^a, contribuições deliberadas por suas instâncias sobre Previdência e Seguridade Social, bem como cópia das emendas à PEC nº 40/2003, a fim de intervir propositorivamente no debate da reforma.

A CNTE, seguindo a posição da Central Única dos Trabalhadores – à qual é filiada – entende como necessária a reforma do sistema previdenciário; porém, com o objetivo de aperfeiçoá-lo para atender aos desafios impostos pelas mudanças dos quadros social, econômico e de vida da população brasileira.

Tais mudanças devem procurar reverter anormalias do sistema, que signifiquem retirada de direitos dos trabalhadores. Se a soberania nacional orienta todo projeto de Estado, a reforma da Previdência não pode incorrer no risco de atender a interesses meramente financeiros do capital externo.

Neste sentido, e com o mais alto compromisso de contribuição, que encaminhamos a V. Ex^a, as propostas de emendas a PEC 40/2003, as quais expressam o anseio dos trabalhadores em educação de participar como protagonistas da construção do país em conjunto com o novo governo.

Respeitosamente, – **Juçara Dutra Vieira**, Presidente da CNTE.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os expedientes lidos vão a publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 435, DE 2003

Requer informações ao Ministro do Trabalho, acerca do Seguro Desemprego.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, e tendo em vista estudos visando a alterar o Seguro Desemprego, bem como sobre a política de emprego e renda, que o Senado Federal solicite informações a esse respeito, ao Exmº Senhor Ministro do Trabalho, indicando, inclusive, as modificações a serem objeto de projeto de lei.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X, do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalização e controle, portanto, de acompanhamento das ações do Governo nas diferentes áreas. No caso em tela, formulamos este requerimento para que o Senado da República possa inteirar-se das cifras a respeito das mudanças a serem propostas para o Seguro Desemprego. Os dados permitirão subsidiar estudos em torno do problema junto à Comissão de Estudos Sociais.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 436, DE 2003

Requer informações, à Ministra das Minas e Energia, sobre as obras do gasoduto Coari-Manaus, pela Petrobrás, diante dos estudos de impacto ambiental a esse respeito.

Requeiro, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50,

2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas à excelentíssima senhora Ministra das Minas e Energia, as seguintes informações acerca das obras de construção do gasoduto da Petrobrás entre Coari e Manaus, especificando:

- Quais os pontos que estariam faltando para que as obras possam ter início?
- O início dessas obras já tem data?
- Qual a previsão para sua conclusão?

Justificação

A Constituição Federal, no art. 49, item X, atribui ao Congresso Nacional a função fiscalizadora e o controle dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta. Para que o Senado Federal possa inteirar-se oficialmente acerca das ações e dos programas de Governo, estamos solicitando à Exm^a Sra. Ministra das Minas e Energia informações pormenorizadas sobre os procedimentos para o início das obras do gasoduto entre Coari e Manaus, no Amazonas, principalmente diante da questão do relatório de impacto ambiental, elaborado pelo Instituto de Preservação Ambiental do Amazonas – IPAAM.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão encaminhados à Mesa para decisão, na forma do art. 216, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 437, DE 2003

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado, requeiro a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 82, de 1999, que tem como primeiro signatário o Senador Jefferson Peres, com as PECs nºs 2 e 34, de 2002, que têm como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, por versarem sobre a mesma matéria.

A PEC nº 82, de 1999, visa alterar o § 5º do art. 212 da Constituição Federal com o objetivo de estender, a toda educação básica pública, os benefícios do salário-educação. A PEC nº 2, de 2002,

propõe alteração semelhante, mas inclui apenas a educação infantil.

Por sua vez, a PEC nº 34, de 2002, de forma bem mais abrangente, intenta modificar tanto o art. 212 como o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Com relação ao § 5º do art. 212, pretende que o salário-educação seja fonte adicional de financiamento de toda a educação básica.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – Senador **Magro Malta**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2003

Altera a Lei nº 3.419, de 5 de julho de 1958, e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 6º da Lei nº 3.419, de 5 de julho de 1958.

Art. 2º O art. 1º da lei mencionada no artigo anterior, passa a ter a seguinte redação:

“É o Poder Executivo autorizado a doar aos respectivos ocupantes as porções que integram o terreno com frente para as Ruas Comendador Amorim, Xavier de Mendonça, Wilken de Matos e Comendador J. G. Araújo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, incorporado ao Patrimônio da União Federal em virtude de deferimento, em seu favor, de herança jacente de Júlia Costa e Zulmira Amorim.”

Art. 3º O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, dará integral cumprimento às doações previstas na Lei nº 3.419, de 5 de julho de 1958.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 3.419 foi editada em 5 de julho de 1958, autorizando o Poder Executivo a doar, aos seus ocu-

pantes, as porções que integram o terreno situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, incorporada ao patrimônio da União Federal em virtude do deferimento, em seu favor, de herança jacente de Júlia Costa e Zulmira Amorim.

Ocorre, porém, que o art. 6º deste diploma legal – cuja revogação é ora pretendida – proclamava:

“Art. 6º A União reservará ao seu patrimônio, na área total do imóvel cuja doação a diversos ocupantes é autorizada nesta lei, a porção de terreno localizada na esquina da Rua Xavier de Mendonça com a Rua Alexandre Amorim, necessária à construção de um edifício de 3 (três) pavimentos destinado ao funcionamento de um Patronato de Menores, em cujo andar térreo funcionarão ambulatório, lactário e os serviços de merenda escolar.

Parágrafo único. Para compensar os ocupantes da área destinada ao edifício educacional e assistencial de que trata este artigo, que deveriam ser contemplados na doação autorizada nesta lei, a Diretoria do Patrimônio da União entrará em entendimento imediato com os interessados, devendo, nesse caso, ser elaborado um plano especial de construções, no terreno doado, a ser executado com os recursos da quota destinada aos Serviços Assistenciais no Estado do Amazonas, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, atendendo-se aos ocupantes acaso prejudicados.”

Decorridos mais de quarenta anos da Lei nº 3.419, até hoje, as doações não foram efetivadas devido ao encargo constante de seu art. 6º.

Com a modificação proposta no artigo 2º pretende-se corrigir um lapso do legislador quando da elaboração da lei em questão.

Este projeto de lei tem em vista, pois, corrigir uma injustiça que já deveria ter sido reparada há mais tempo. Cumpre-me, até mesmo por uma questão de justiça social, tranquilizar as famílias que ocupam essa área de terreno.

Espero contar com a sensibilidade dos nobres pares para que a questão seja resolvida com inegável justiça.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – Senador **Jefferson Péres**.

Legislação Citada

LEI N.º 3.419, DE 5 DE JULHO DE 1958

Autoriza o Poder Executivo a doar aos seus ocupantes as porções que integram o terreno situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, incorporado ao Patrimônio da União Federal em virtude de deferimento, em seu favor, de herança jacente de Júlia Costa e Zulmira Amorim, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a doar aos respectivos ocupantes as porções que integram o terreno com frente para as Ruas Comendador Amorim, Xavier de Mendonça e Wilken de Matos, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, incorporado ao patrimônio da União Federal em virtude de deferimento, em seu favor, de herança jacente de Júlia Costa e Zulmira Amorim.

Art. 2.º As porções doadas do terreno serão estabelecidas em conformidade com o registro das ocupações, para cobrança das taxas, existente no Serviço do Patrimônio da União ou, na falta deste, pela prova de ocupação permitida pelas extintas proprietárias.

Parágrafo único. No caso de, por suas dimensões ou configuração, as porções de terreno não se ajustarem às exigências das posturas municipais, o Serviço do Patrimônio da União, com audiência das partes interessadas, fará a recomposição dos lotes.

Art. 3.º A Delegacia do Patrimônio Nacional em Manaus procederá a todas as verificações necessárias à ratificação das extremas do aludido imóvel da União, na conformidade das escrituras originais existentes e devidamente registradas.

Art. 4.º A doação autorizada nesta lei será feita em referência às diversas porções cuja ocupação é, sendo permitida, tanto pelas extintas proprietárias do imóvel, considerado bem vacante, como pelas autoridades do Patrimônio da União, mediante a cobrança de uma taxa sobre respectivos ocupantes.

Art. 5.º Para cada pessoa que se encontre regularmente nas diversas porções que integram o terreno referido nesta lei, que possam receber o documento legal da posse da área ocupada, é necessário comparecer, perante a Diretoria Geral do Patrimônio da União:

a) a ocupação permitida, tanto pelas extintas proprietárias do bem vacante, e pelas autoridades do Patrimônio da União, com relação das benfeitorias úteis construídas às suas próprias expensas;

b) a situação de seu estado civil, atestado de vida, profissão e residência.

Art. 6.º A União reservará ao seu patrimônio, na área total do imóvel cuja doação a diversos ocupantes é autorizada nesta lei, a porção de terreno localizado na esquina da Rua Xavier de Mendonça com a Rua Alexandre Amorim, necessária à construção de um edifício de 3 (três) pavimentos destinado ao funcionamento de um Patronato de Menores, em cujo pavimento térreo funcionarão ambulatório, lactário e os serviços de merenda escolar.

Parágrafo único. Para compensar os ocupantes da área destinada ao edifício educacional e assistencial de que trata este artigo, que deveriam ser contemplados na doação autorizada nesta lei, a Diretoria do Patrimônio da União entrará em entendimento imediato com os interessados, devendo, nesse caso, ser elaborado um plano especial de construções, no terreno doado, a ser executado com os recursos da quota destinada aos Serviços Assistenciais no Estado do Amazonas, pela Superintendência do Plano de Valorização Económica da Amazônia, atendendo-se os ocupantes acaso prejudicados.

Art. 7.º Imediatamente à decretação pelo Poder Executivo da doação, a Diretoria Geral do Patrimônio da União providenciará sobre a organização da relação dos ocupantes do terreno doado, aos quais deverá ser expedido o título de doação respectiva, mandando, por sua vez, delimitar a área referida no art. 1.º desta lei, e proceder na forma do art. 2.º e seu parágrafo único.

Art. 8.º O decreto de doação, a que se refere esta lei, deverá ser baixado dentro de 60 (sessenta) dias de sua vigência.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor nos termos do regulamento que for expedido para sua execução.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1958; 137º da Independência e 70.º da República. — JUSCELINO KUBITSCHKEK — Lucas Lopes.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Decisão Terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 235, DE 2003

Modifica o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir o limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos veículos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9.503 de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a inclusão do seguinte inciso VII:

“Art 105.
.....

VII – dispositivo destinado a limitar a velocidade dos veículos automotores em, no máximo, dez por cento acima da maior das velocidades máximas permitidas nas vias do território nacional.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O mais forte dos argumentos que justificam o presente projeto é também o mais simples e o mais lógico: nenhum veículo nacional deve e desenvolver uma velocidade que seja superior à maior velocidade permitida no Brasil. Assim, as alterações propostas visam a garantir a validade prática, e não apenas teórica, de tão forte argumento.

O segundo argumento diz respeito aos elevados índices de acidentes fatais de trânsito no Brasil. Conforme dados do Departamento Nacional de Trânsito, ao longo do triênio 1999-2000-2001, por exemplo, esse índice foi sempre superior a 20.000 mortos por ano.

E não é difícil correlacionar mortes no trânsito com o excesso de velocidade. Apesar das estatísticas brasileiras serem omissas em relação a este ponto, as estatísticas dos Estados Unidos, por exemplo, apontam que, no mínimo, 75% dos acidentes fatais ocorridos naquele país tiveram ao menos um dos veículos envolvidos trafegando em excesso de velocidade. Informações obtidas em diversos jornais apontam uma série de atropelamentos e colisões ocorrendo a velocidades superiores a 150Km/h, mesmo em vias urbanas! Como foi o caso do estudante Carlos Augusto Lins, o Kadu, de 17 anos, barbaramente atropelado a 155Km/h em uma via do Distrito Federal cuja velocidade máxima permitida era de 60Km/h.

No futuro, a tecnologia permitirá que os veículos “dialoguem” com a via trafegada, de forma a, por

exemplo, receber uma determinação da velocidade máxima que deva transitar, minimizando bastante a freqüência e a gravidade dos acidentes. Entretanto, enquanto essa tecnologia ainda não está disponível, o primeiro passo que urge ser dado é o de estabelecer um teto de velocidade veicular que não poderá ser ultrapassado.

Uma vez que, no momento, esse teto não possa ser modificado em função da via trafegada, é racional estabelecer que ele deveria ser igual à máxima velocidade permitida no País. Entretanto, é importante deixar uma margem na limitação, de forma a permitir que os veículos possam realizar ultrapassagens de maneira segura. Essa margem foi estipulada em dez por cento da velocidade máxima permitida.

Assim sendo, contamos com a colaboração dos ilustres pares no sentido de aprovar este projeto que, acreditamos, poderá reduzir bastante a violência do trânsito brasileiro.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – **Valdir Raupp.**

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 105. São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo Contran:

I – cinto de segurança, conforme regulamentação específica do Contran, com exceção dos veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé;

II – para os veículos de transporte e de condução escolar, os de transporte de passageiros com mais de dez lugares e os de carga com peso bruto total superior a quatro mil, quinhentos e trinta e seis quilogramas, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

III – encosto de cabeça, para todos os tipos de veículos automotores, segundo normas estabelecidas pelo Contran;

IV – (VETADO)

V – dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo Contran;

VI – para as bicicletas, a campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2003

Dispõe sobre a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (acesso ao Cais de Capuaba – Porto de Vitória à BR 262/ES).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído no Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o seguinte trecho rodoviário de ligação:

“2.2.2. Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal”:

BR-447/ES Cais de Capuaba (Porto de Vitória) – BR 262/ES.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto proposto trata da criação de rodovia no Estado do Espírito Santo ligando o Cais de Capuaba (Porto de Vitória) à BR 262/ES. O art. 5º da Lei nº 5.917/73 estabelece que “Poderão ser considerados como complemento e integrando uma via terrestre do Plano Nacional de Viação os acessos que sirvam como facilidades de caráter complementar para o usuário, desde que estudos preliminares indiquem sua necessidade e viabilidade financeira ou haja motivo de Segurança Nacional, obedecendo-se às condições estabelecidas por decreto”, no que o pleito se enquadra.

A criação da rodovia federal de ligação, que compreende o trecho Cais de Capuaba no Porto de Vitória à BR 262/ES, no Estado do Espírito Santo, é de grande importância, uma vez que além de reduzir consideravelmente o custo dos transportes, eliminará o intenso tráfego de caminhões provenientes do porto com destino às rodovias federais BR-101 e BR-262, que atualmente utilizam vias urbanas municipais e estaduais da Grande Vitória, inadequadas ao referido tráfego.

A ligação é estratégica no sentido de dar condições alternativas de mobilidade rodoviária para a região.

Além do acima exposto o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917/73, determina:

“2.1.2. As rodovias do Plano Nacional de Viação devem satisfazer a, pelo menos, uma das seguintes condições:

a) ligar a Capital Federal a uma ou mais Capitais de Estados ou Territórios ou a pontos importantes da orla oceânica ou fronteira terrestre;

b) ligar entre si dois ou mais dos seguintes pontos, inclusive da mesma natureza:

- capital estadual;
- ponto importante da orla oceânica;
- ponto da fronteira terrestre;

c) permitir o acesso:

–

–

– aos principais terminais marítimos e fluviais e aeródromos constantes do Plano Nacional de Viação;

e)

Concluímos, portanto, que a inclusão da Rodovia BR-477/ES no Plano Nacional de Viação atende às várias condições legais estabelecidas porquanto ligará o Porto de Vitória (constante do “Anuário Estatístico Portuário de 2000”), por meio das Rodovias Federais BR-101 e BR 262/ES a diversas Capitais Estaduais e a Capital Federal, permitindo acesso a este importante ponto de nossa orla oceânica (terminal marítimo).

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – Senador **Magno Malta**.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tendo em vista a criação, pelo Requerimento nº 2, de 2003-CN, de autoria da Deputada Maria do Rosário e outros, de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa, para integrarem a referida Comissão, os Senhores:

SENADORES		PSB	
TITULARES	SUPLENTES	Janete Capiberibe	Miriam Reid
Bloco (PFL-PSDB)			
Marco Maciel	Roseana Sarney	Severiano Alves	(vago)
Demóstenes Torres	Renildo Santana	Nos termos regimentais, o prazo da Comissão se encerrará no dia 11 de dezembro de 2003. (§ 3º do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum).	
Eduardo Azeredo	Teotonio Vilela Filho	* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.	
Lúcia Vânia	Reginaldo Duarte	O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à	
Bloco (PT-PSB-PTB-PL)			
Serys Slhessarenko	Flávio Arns	ORDEM DO DIA	
Ana Júlia Carepa	Aloizio Mercadante	Item 1:	
Fátima Cleide	Paulo Paim	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	
PMDB		Nº 17, DE 2003	
Íris de Araújo	Papaléo Paes	(Proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003)	
Juvêncio da Fonseca	Luiz Otávio	(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)	
Mão Santa	Ney Suassuna	Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003, tendo	
PDT		Pareceres proferidos	
Augusto Botelho	1.(vago)	– no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado João Grandão (PT-MS), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu parecer anterior, promovendo alterações no Projeto de Lei de Conversão;	
PPS*		– sob nº 599, de 2003, de Plenário, Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade relevância e urgência, e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 114, de 2003,	
Patrícia Saboya Gomes	1.João Batista Motta		
DEPUTADOS			
TITULARES	SUPLENTES		
PT			
Maria do Rosário	João Magno		
Terezinha Fernandes	Luiz Couto		
PFL			
Celcita Pinheiro	(vago)		
Laura Carneiro	(vago)		
PMDB			
Ann Pontes	Dr. Pinotti		
Sandra Rosado	(vago)		
PSDB			
Eduardo Barbosa	Thelma de Oliveira		
PP			
Suely Campos	Leonardo Vilela		
PTB			
Arnaldo Faria de Sá	Roberto Jefferson		
PL			
Maurício Rabelo	Alice Portugal (PC do B)		

convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003; e

– sob nº 603, de 2003, de Plenário, Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti, 2º pronunciamento: quanto ao mérito, pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão, com as Emendas nºs 56 a 59, de redação e 60 e 61, de mérito, que apresenta.

A matéria constou da sessão deliberativa ordinária de ontem, oportunidade em que foi apresentado o Parecer nº 603, de 2003, de Plenário, e iniciada a discussão da Matéria.

Continuação da discussão, em conjunto, do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Estava inscrito para discutir, como primeiro orador, o Senador Antero Paes de Barros. S. Exª ainda não está presente, mas sua inscrição para discutir a matéria fica assegurada.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como essa discussão está se arrastando há vários dias em função de uma emenda minha, que está inclusive destacada, eu preciso saber qual foi a decisão da Relatoria ou do Governo ou dos Líderes, que vêm se reunindo para decidir sobre a possibilidade ou não de aprovação dessa emenda. Quero preservar a minha inscrição, mas preciso saber sobre o que vou discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Heloísa Helena, nesta primeira parte V. Exª pode discutir o projeto e as emendas em conjunto. Por ocasião da votação da emenda, V. Exª terá assegurado o uso da palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu sei, Sr. Presidente, mas digamos que o tom do debate dependerá do que vamos votar. Os Líderes é que têm que dizer. Não estavam reunidos ontem? Não suspenderam a votação justamente para dizerem isso? A votação foi suspensa ontem para ver se seria aceita ou não a modificação.

Desculpe-me, Sr. Presidente, mas eu gostaria de entrar na discussão apenas quando os Líderes se pronunciarem, para ver se houve ou não modificação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pergunto aos Srs. Líderes, atendendo à solicitação da Senadora Heloísa Helena, se desejam antecipar as posições das Lideranças e a discussão do debate. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena, a sua solicitação está sendo atendida.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que os Líderes gastaram boas horas de entendimento em torno dessa matéria. Mas valeu a pena, porque é uma matéria que diz respeito a milhares de pequenos agricultores do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul, de todo o Brasil, mas a muitos da minha Região Nordeste.

Para se fazer justiça, reconheço que alguns avanços foram conseguidos, inclusive no que diz respeito ao Pesa, que é a renegociação de juros vencidos no valor de R\$700 milhões, que ameaçavam levar para a dívida ativa R\$5,5 bilhões de empréstimo concedidos – o que colocava no Serasa milhares de agricultores de todos os tamanhos, grandes, médios, pequenos, que ficariam inviabilizados de tomar novos empréstimos. Foi feita uma composição, e aqui quero destacar o bom entendimento ocorrido entre as Lideranças, e também o papel do Senador Aloizio Mercadante, para ser justo.

Por ocasião da discussão da Medida Provisória nº 114, foi incluída, é verdade, por iniciativa das Lideranças – e aí eu quero me incluir –, a discussão de condições favorecidas para a renegociação de débitos contraídos em valor original de até R\$15 mil, com recursos do FAT, e até R\$35 mil, com recursos do FAT e dos Fundos Constitucionais ou do Tesouro. Pela MP nº 77 estavam contemplados empréstimos concedidos no valor de até R\$35 mil, mas com benefícios concedidos somente até o valor de R\$15 mil. Bons benefícios: prazo longo, de dez anos; boa carência, de dois anos; taxa de juros conveniente, de 3% ao ano; rebate de 70% para o semi-árido, 30% para os Fundos Constitucionais e 20% para os outros Estados. Mas ficavam de fora dos benefícios os empréstimos concedidos com recursos do FAT, mesmo até os R\$15 mil, e os empréstimos concedidos em valor original de até R\$35 mil. E foi feito um ajuste, com um avanço razoável: foram incluídos os recursos do FAT no benefício negociado e foram estendidas para os contratos de até R\$35 mil condições melhores do que as que vigiam anteriormente, quais sejam, dez anos de prazo, dois anos de carência e 3% de juros, e, infelizmente, não o rebate de 70% para os contratos do semi-árido, mas apenas de 50%, o que já é um bom avanço; para os fundos constitucionais, nenhum, infelizmente; e, para outras regiões, nenhum infelizmente.

O PFL reconhece o entendimento feito, valoriza o esforço do Senador Aloízio Mercadante, mas não se dá por satisfeito. Votaremos "sim" ao projeto de lei de conversão, e, respondendo objetivamente à Senadora Heloísa Helena, votaremos "sim" à emenda de S. Ex^a, para a qual tomei a iniciativa de, também, pedir destaque.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua a discussão.

Consulto a Senadora Heloísa Helena se deseja usar imediatamente da palavra, uma vez que só há S. Ex^a inscrita.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, usarei da palavra após a Relatora da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Relatora da matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa medida provisória do Governo Lula representa indiscutivelmente um grande avanço no sentido de desobstruir o acesso ao crédito de milhares de pequenos agricultores e assentados rurais, segmento da agricultura familiar que, ao longo de décadas, por conta de problemas econômicos, tem tido a sua situação praticamente inviabilizada.

O alcance dessa medida provisória se dá a partir de números que revelam de forma explícita essa preocupação do Governo atual de buscar resolver os impasses a que esse segmento está submetido.

A medida provisória votada no início do ano beneficiava pouco mais de 300 mil contratos. Essa medida provisória, esse projeto de lei de conversão beneficiará 825 mil contratos. Portanto, estaremos praticamente triplicando o alcance daquilo que já votamos no início do ano.

Ao estender esse benefício para diversos outros segmentos, atendendo o Procerá, os fundos constitucionais, o FAT e o Proger, o endividamento, a questão do Tesouro Nacional não-equalizado e equalizado, o Pronaf e o FNE, estaremos dando uma abrangência que não estava prevista na medida provisória votada em março, dando condições variáveis para determinadas situações, tais como dez anos de alongamento – no caso do Procerá é dezoito anos –, dois anos de carência, juros de 3% para investimento e de 4% para custeio e oferecendo, no caso do semi-árido, 70% de rebate, nos demais fundos, 30% e 20% nas demais regiões.

É um alcance indiscutivelmente grandioso para um setor de pequenos agricultores, de assentados,

de miniprodutores rurais. Talvez nunca tenha sido dado um volume de recursos e de benefícios para que esse setor pudesse sair do sufoco do impedimento de acesso ao crédito por dívidas contraídas e sem possibilidade de quitação.

É um volume de recursos que por si só diz também o alcance: são R\$2,3 bilhões para beneficiar, para repactuar e alongar a dívida desses 825 mil contratos; só, neste ano, serão R\$325 milhões.

Juntamente com essa abertura, com esse desafogo da questão creditícia, Sr. Presidente, ainda teremos a institucionalização do Programa de Aquisição Alimentar. Só neste ano, serão R\$400 milhões para comprar safra, produção agrícola dos agricultores familiares; no próximo ano será R\$1 bilhão aproximadamente, o que dará sustentabilidade à agricultura familiar em nosso País e permitirá que o Governo possa fazer os estoques reguladores e atender à demanda reprimida do Fome Zero, porque é a agricultura familiar que faz o abastecimento do alimento que o povo brasileiro consome.

Tivemos um impasse, por isso que esse projeto de conversão não foi votado até agora. Esse impasse constituiu-se numa modificação feita pela Câmara, pois a medida provisória não contemplava inicialmente a questão do Pesa. Na Câmara, foi aprovada uma alteração na medida provisória que permitiu a repartição dos juros do Pesa, o que criou um impasse político, porque se beneficia, nem que seja só na parte dos juros, uma parte pequena, se comparada com o volume de recursos devidos, mas beneficiou novamente os grandes produtores rurais, até porque há três anos eles não pagam os juros. Assim também esse benefício tem o viés de permitir que eles voltem a pagar – em alguns casos que de fato paguem e não que voltem a pagar.

Contudo, esse impasse político reforçou a demanda de vários Parlamentares do Nordeste. Há a emenda da Senadora Heloísa Helena e a reivindicação encabeçada pelo Senador Renan Calheiros. O Governo, por sua vez, buscou de todas as formas possíveis chegar a um acordo, apresentar uma proposta em que não foi possível o atendimento integral. Mas, indiscutivelmente, avançou-se muito porque a reivindicação vinha no sentido de dar todos os benefícios que os contratos até R\$35 mil tinham para a parte de contratos até R\$15 mil, havendo a extensão dos benefícios até a totalidade de contratos até R\$35 mil. Mas conceder integralmente não foi possível, embora o avanço tenha sido muito grande, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, porque todos os benefícios para contratos até R\$15 mil ficam garantidos e para o

caso do semi-árido, vamos ter alongamento por dez anos, com dois anos de carência, 3% de juros e 50% de rebate, de desconto no momento da efetivação do pagamento.

Esse é o limite. Não há como apresentar algo a mais. Para poder inclusive viabilizar economicamente a proposta, dado o impasse criado pela inclusão da rolagem dos juros do Pesa pela Câmara, a saída foi buscar reduzir um pouco o benefício do Pesa para, dessa forma, conseguir alocar recursos e tê-los para beneficiar os contratos de R\$15 mil a R\$35 mil. A modificação no Pesa, que veio da rolagem dos juros, referiu-se à diminuição do prazo de pagamento de quatorze para treze anos; e, na parte da compra, da aquisição de títulos, ao aumento de 18% para um pouco mais de 20%. Foi algo do tipo **robin hood**: tirar uma parcela do benefício dos grandes, concedida pela Câmara, para poder avançar na reivindicação justa e legítima da Bancada do Nordeste e beneficiar o semi-árido, tendo em vista que esse setor, além de ter sofrido as consequências econômicas, ainda teve a seca.

Sr. Presidente, precisamos votar as emendas, a medida provisória, o projeto de conversão, porque o Presidente da República está na iminência de apresentar o Plano de Safras. Os agricultores precisam ter acesso ao crédito novamente e estão aguardando a publicação das mudanças a que a Câmara procedeu e que o Senado está, nesse momento, completando. E, além do Plano de Safras, para que principalmente os pequenos agricultores possam ter acesso ao crédito, os R\$400 milhões que estão destinados ao Programa de Aquisição Alimentar já estão disponibilizados. A Conab já está acionada, somente aguardando que o projeto seja definitivamente votado para que ela possa começar a operar, comprar alimentos para regulagem de estoques e para atendimento dos agricultores familiares.

Faço um apelo, como relatora, porque chegamos no limite. Atendemos à justa reivindicação tendo em vista as possibilidades e fizemos uma modificação no texto de mérito que veio da Câmara dos Deputados. A nossa vontade, inclusive, era de não fazer mudança para que isso pudesse, imediatamente, entrar em vigor. Sabemos que, com a mudança, o projeto voltará para a Câmara Federal, ou seja, que retardará a aplicação do projeto, talvez por mais alguns dias ou por algumas semanas.

Assim, fazemos o apelo para a votação e a aprovação com as emendas de mérito, que foram acatadas pela relatoria e pelo Líder do Governo, que foram negociadas com o Governo, exatamente para atender

ao apelo justo – digo mais uma vez, justo – da Bancada do Nordeste, de forma muito bem capitaneada, inclusive, pelo Senador Renan Calheiros, e que contemplam também, em parte significativa, a emenda da Senadora Heloísa Helena.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para discutir a matéria.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, há três anos, quando cheguei a esta Casa, de fato, eu não acompanhava este debate: o chamado debate dos pequenos e médios produtores rurais. Eu ouvia os Senadores Jonas Pinheiro e Osmar Dias e vários Srs. Senadores que debatiam a agricultura. Como a minha vinculação sempre foi com o movimento dos sem-terra, com a Pastoral da Terra, com a Contag, com os movimentos que lutam pela reforma agrária e com os movimentos da agricultura familiar, é evidente que sempre me dediquei a essa área, a da agricultura familiar e dos assentados.

Como a nossa Bancada era muito pequena, é evidente que caberia a alguns assumir determinadas tarefas. A mim coube, na nossa ainda pequena Bancada, há três anos, a obrigação de me dedicar mais ao tema, junto ao núcleo agrário, e de estudá-lo mais.

Os grandes, esses geralmente são ligados à UDR; são os grandes canaviais, setores contra os quais, ao longo da minha história, acabei travando uma disputa muito grande quando da luta pela reforma agrária. Mas o setor que estamos debatendo, Sr. Presidente, de fato está sufocado, não tem entidades a defendê-lo, porque nem está entre os grandes nem vinculados a partidos de esquerda, são os assentados ou os que se dedicam à agricultura familiar.

Quando eu comecei a estudar o tema, de pronto identifiquei a gigantesca injustiça entre o tratamento concedido aos pequenos, médios e grandes produtores rurais, em relação à repactuação do saldo devedor, e aos devedores do chamados Fundos Constitucionais. Ou seja, as regiões mais pobres do País não tinham condição nenhuma de fazer a repactuação do saldo devedor perante as estruturas governamentais.

Os mesmos pequenos, médios e grandes produtores do Sul e do Sudeste acabaram sendo contemplados, desde 1995, ou com a securitização ou com o Pesa; completamente diferente dos devedores dos Fundos Constitucionais.

Assim, Sr. Presidente, como a injustiça sempre me arrepia – a vigarice e a dissimulação também, mas a injustiça me arrepia muito –, passei a me dedicar, pela obrigação como nordestina, a participar desse debate. Passamos três anos aqui lutando para que os devedores dos Fundos Constitucionais com o chamado **mix** do FAT fossem também contemplados, pois quando o produtor rural foi à agência bancária pegar o empréstimo, o gerente do banco não lhe informou que, tomados R\$ 20 mil, seriam R\$10 mil do FAT e R\$ 10 mil de Fundo Constitucional, e que os R\$10 mil do FAT nunca seriam negociados, porque teriam de passar pelo Conselho Gestor do FAT etc. Brigamos muito, o tempo todo, para que esses produtores fossem contemplados.

Sei que a questão existe não porque se trata de emenda de minha autoria, não é possível que esse seja o motivo. Na Câmara dos Deputados essa proposta foi modificada para atender aos grandes produtores, que, aliás, desde 1998 não pagam. Mas está tudo bem. Entre atender aos gigolôs do Fundo Monetário Internacional, os parasitas dos bancos e viabilizar uma ação construtiva para o setor produtivo rural... Conversamos com o Deputado João Grandão. Era possível que isso efetivamente fosse feito.

Entretanto, Sr. Presidente, as emendas aqui feitas não contemplam o que é fundamental para as três regiões mais pobres do País. Os devedores dos Fundos Constitucionais com o **mix** do FAT, os devedores da região Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste não são contemplados com essa medida provisória. Se a dívida for de até R\$35 mil, poderá utilizar aquilo que negociávamos quando ainda era Ministro o Sr. Pedro Parente: até R\$15 mil, um tipo de repactuação, de R\$15 mil a R\$35 mil, zero de repactuação. Porque, como está, está se levantando um único rebate para todas as regiões do País: os devedores do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, os pequenos produtores que devem – não estou falando dos grandes, não, que foram beneficiados como apoio do Governo na Câmara, mas daqueles que devem até R\$35 mil. Se devem até R\$15 mil, rebate de 20%, de 40%, ou de 70%, se semi-árido. Se for de R\$15 mil até R\$35 mil, haverá rebate de 50%, diferentemente do semi-árido da oura região, apenas 50% do semi-árido.

Então, os devedores dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste terão zero. Zero! Alguém pode alegar que o impacto é grande. É grande coisa nenhuma! Vamos mostra as contas! Efetivamente, se fossem repactuar todos os contratos, seria R\$35 milhões! Só que metade desses con-

tratos já estão repactuados até R\$15 milhões. Então o impacto é insignificante.

Por isso, Sr. Presidente, espero realmente que a minha emenda seja aprovada, porque vou destacá-la e vou pedir verificação de **quorum**. É claro que pode haver manobra regimental na Casa para pedir verificação de quórum antes, para não dar uma hora depois, para que não possamos pedir nova verificação da minha emenda. Mas não terá problema. Apresentarei um requerimento de votação nominal para que os Parlamentares se exponham, declarando contrários a esse requerimento.

Além disso, Sr. Presidente, discutirei novamente a alínea "c" do inciso II, por haver um fato extremamente grave. Para os devedores de 1998 a 2000, a única condição de rebate para a dívida é de até R\$15 mil para o semi-árido. Basta ler o projeto. Por isso, elaborei uma emenda de destaque para retirar o termo e garantir a todos os devedores dos Fundos Constitucionais a condição não apenas de sentar em frente ao gerente para repactuar essa dívida, mas de obter efetivamente as condições objetivas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, último orador inscrito para discutir a matéria.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva, por gentileza, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, serei rápido. Quero concordar com os argumentos da Senadora Heloísa Helena.

Também acompanho a matéria há três anos. Pôrém, ressalto o cumprimento do acordo feito pelo Senador Aloizio Mercadante neste plenário, depois que usei da palavra na última discussão sobre a Medida Provisória nº 107 e outra anterior – não lembro mais o número. S. Ex^a assumiu esse compromisso, em parte, com a edição desta medida provisória. E por que apenas em parte?

A Senadora Heloísa Helena tem razão. Apenas não concordo com o argumento de que o Sul foi privilegiado. O que a região obteve foi apenas o que S. Ex^a pretende para o Nordeste. Por isso, faço essa defesa,

para ser justo, porque o Sul não obteve privilégio algum, apenas negocou.

As regiões Sul e Sudeste foram atendidas em parte. Ainda há uma pendência das cooperativas, que não foram contempladas como previa o acordo feito na Câmara dos Deputados. Pretendo conversar com os membros do Governo, principalmente com o Senador Aloizio Mercadante, sobre a questão da retroatividade do PIS e da Cofins, pois não posso aceitar o argumento de que: "Daqui para frente está bom, daí para trás as cooperativas devem se virar". Não é assim. Precisamos conversar sobre o assunto.

A Senadora Heloísa Helena tem razão. Os pequenos agricultores que tomaram empréstimos nos Fundos Constitucionais estão sendo prejudicados, pois não podem negociar suas dívidas como os tomadores de empréstimos de outra natureza das regiões Sul e Sudeste fizeram. É claro que utilizaram os recursos com a mesma finalidade, ou seja, para produzir, investir na modernização da sua propriedade. Ficaram endividados exatamente pela inviabilidade de pagar o empréstimo contratado. Não vejo por que, então, dar um tratamento diferente aos pequenos produtores do Nordeste que, como disse a Senadora Heloísa Helena, são tão necessitados quanto os do Sul.

Também é preciso ter em mente que os pequenos produtores do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste e do Nordeste têm condições semelhantes às dos demais. Não é porque estão no Paraná, em Santa Catarina ou Rio Grande do Sul que têm capacidade de produção maior. Não. A situação da pequena propriedade naquelas regiões também é precária. Podemos separar um percentual muito pequeno de pequenas propriedades que se transformaram em pequenas empresas rurais; os outros são agricultores familiares que procuram se manter. Não fosse assim, não teríamos um enorme êxodo rural, que, no Paraná, colocou mais de um milhão e duzentas mil pessoas do campo na cidade, nos últimos quatro anos, fazendo com que crescessem a violência e o desemprego, principalmente na capital, Curitiba, que antes não conhecia esse drama e hoje convive dramaticamente com ele.

Então, Senadora Heloísa Helena, assim como os pequenos produtores, agricultores familiares, do Sul e Sudeste, mereceram ter a dívida alongada, tenho também a convicção de que os pequenos agricultores do Nordeste têm o mesmo direito. E vou votar a favor da emenda de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, para discutir esta matéria serei breve, até pela desnecessidade de uma palavra mais longa diante do que foi dito há poucos instantes pela Senadora Heloísa Helena, com quem quero me somar neste instante. Aplaudindo a defesa que a Senadora fez, quero me solidarizar com S. Ex^a em seu pronunciamento, endossar a sua emenda, por entender ser extremamente justa, diante do tratamento de desigualdade, de injustiça que se pretende estabelecer em relação aos pequenos agricultores e produtores do Nordeste, verdadeiros trabalhadores que labutam diariamente em pequenas glebas, na busca do sustento para si e sua família, sem mesmo ter a condição e a possibilidade, diante da pequena área que possuem, de produzir excedentes para a comercialização além de terem que enfrentar todas as intempéries conhecidas.

Por esta razão, concluo dizendo que apoio integralmente as palavras de V. Ex^a. Quero dizer às SRA.s e aos Srs. Senadores das regiões a que a Senadora Heloísa Helena se referiu que é preciso pôr um basta nessa discriminação. Além de serem beneficiados por créditos mais avolumados, ainda são beneficiados no momento da negociação, da renegociação, excluindo de forma perversa aqueles que precisam, prioritariamente, da atenção do Estado.

Está de parabéns V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, que teve o cuidado, entre outros companheiros, de aprofundar o estudo sobre o tema e apresentar as emendas, que terão o meu apoio e, espero, de todos os Colegas Senadores, sobretudo das Regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste; evidentemente, sem desprezar o apoio de todos os outros Senadores, porque somos brasileiros do mesmo nível, não merecedores de discriminação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua a discussão.

Concedo a palavra para discutir ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a nossa posição, na condição de Líder da Minoria, também é em favor da emenda da Senadora Heloísa Helena.

Como homem do Nordeste, sei da dificuldade que vive o nosso semi-árido e entendo que o Governo poderá compensar essa pequena diferença, entre R\$15 mil e R\$35 mil para o semi-árido. Entendemos que essa emenda vai favorecer o pequeno agricultor,

que hoje está preocupado em ter a sua situação resolvida, porque empenhou a sua propriedade e terá, amanhã, um cidadão do banco batendo à sua porta, e ele não terá condições de pagá-la. O Nordeste sofre com a seca e com a estiagem, e o cidadão que tem esse débito de até R\$35 mil precisa contar com a nossa defesa.

Portanto, o entendimento da Minoria é em favor da emenda da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, eu pediria um pouco de atenção de V. Ex^{as}s para destacar alguns pontos. Porque todo esse avanço que estamos votando hoje foi construído por acordo, neste plenário do Senado, em abril, quando pactuamos entre todos os Partidos uma renegociação generosa para a dívida dos pequenos produtores. Esse projeto tem o apoio hoje da Contag, de todo o movimento sindical rural do País, do MST, do Movimento da Pequena Agricultura Familiar, do MPAF, e de todas as entidades do campo que participaram, negociaram e apóiam essa iniciativa.

Quais as principais conquistas, para ver o tamanho do compromisso que este Governo – e diria que o Congresso Nacional, porque isso foi construído a muitas mãos e vários partidos – tem com a agricultura, e especialmente a familiar?

Os assentados da reforma agrária vão ter 18 anos de prolongamento do prazo, juros de 1,15% ao ano e um rebatimento de 70% como bônus. Se for para pagar à vista? Dez porcento da dívida. E resolvemos o problema daquele crédito individualizado.

É por isso que tem o apoio da Contag, do MST e de todas as entidades do campo, porque viabiliza os assentamentos e repactua a dívida em condições extremamente generosas. É muito melhor, para o País, ter o agricultor produzindo alimentos no campo do que tê-lo, depois, como cliente do Programa Fome Zero. Pois ajudam a produzir e a combater a fome.

O FAT, que foi objeto de negociação na última vez em que estivemos reunidos – os Líderes José Agripino, Arthur Virgílio, Renan Calheiros, Tião Viana, Antonio Carlos Valadares e Jefferson Péres –, não estava contemplado. E está integralmente contemplado como fonte para repactuar a dívida, compromisso que assumimos, e resolvemos os dois pontos pendentes.

Eis o que está sendo oferecido para a agricultura familiar: quem possui contrato de até R\$15 mil, terá

um rebatimento de 20% da dívida para todas as regiões do País; de 30% para as áreas de fundos constitucionais; e de 70% para o semi-árido. E não apenas isso. Estão sendo concedidos dois anos de carência, com dez anos para pagar, a juros de 3%, para financiamento de investimento. Além disso, não há nenhuma procedência na afirmação da Senadora Heloísa Helena de que no período de 1998 a 2000 não estão contemplados no acordo. Estão. E no semi-árido vale o rebatimento de 70% da dívida, sim. É isso que está no texto, e é o que estamos defendendo.

Estamos ainda incluindo, em relação ao FAT e ao FNE, 50% de rebate para quem recebe entre R\$15 mil e R\$35 mil. Ou seja, quem tem contrato de R\$35 mil terá o rebatimento de 70% da dívida na parcela até R\$15 mil mais 50% da dívida na parcela entre R\$15 mil e R\$35 mil. E quero de público dizer que, além de 10 anos de prazo, haverá 2 anos de carência e juros de 3%. Essa conquista é do Senado Federal e particularmente pelo empenho dos Senadores Renan Calheiros e Teotônio Vilela, que propuseram essa iniciativa, lutaram até o último momento pelo rebatimento de 70% extensivo até R\$35 mil. Mas nós argumentamos que essa emenda já tinha sido votada e derrotada na Câmara, apresentada pelo Deputado Ronaldo Caiado, e que precisávamos construir um acordo novo. E para construir esse acordo, tivemos que mexer no Pesinha.

E peço a atenção, particularmente, dos Senadores ligados à bancada ruralista. Temos que dar 70% de rebatimento até R\$15 mil mais 50% de rebatimento até R\$35 mil para o semi-árido com prazo de 10 anos, sendo 2 anos de carência e juros de 3% porque é absolutamente insustentável o que a seca representa no Nordeste, o impacto que tem na agricultura familiar. Não há outro caminho a não ser repactuar com essa generosidade; isso é praticamente uma anistia de dívida.

Temos de abrir um plano de safra e rediscutir a concepção de agricultura em alguns Estados porque, senão, vamos continuar enxugando gelo. Essa é a preocupação que os Líderes José Agripino, Renan Calheiros, Arthur Virgílio e Teotônio Vilela expuseram durante todo esse processo, quando discutiram a matéria com profundidade. Precisamos de um plano especial de desenvolvimento para a agricultura. Mas estamos repactuando essa dívida de uma forma, eu diria, absolutamente decisiva. Para isso tivemos que mexer nos grandes devedores, o Pesinha, que não estava na proposta do Senado, não estava na medida provisória do Governo, mas foi incorporado pela Câmara. Segundo a Câmara era preciso fazer um acor-

do para que parcelas dos 700 milhões de reais em juros atrasados do Pesinha, que não eram pagos há quase 5 anos, passassem a ser pagos. A proposta da Câmara era: 10% à vista dos juros atrasados, 18,4% em títulos públicos dos juros atrasados, e 14 anos para pagar.

Nesse acordo, que foi coordenado pela Senadora Ideli Salvatti, Relatora, que fez um trabalho extremamente inteligente, estamos propondo 20,6% em títulos públicos à vista e mais 10% em dinheiro para os grandes pagarem; em vez de 14 anos, nós propomos 13 anos, porque é com essa repactuação que entrará dinheiro no Tesouro para melhorar a situação da agricultura familiar e fazer um rebatimento de mais de 50% da dívida no semi-árido na faixa de até R\$35 mil.

Antes de apresentar essa proposta conversei com o Senador Jonas Pinheiro e com vários Deputados da bancada ruralista, além de Líderes da Câmara, para que aquela Casa sustente a votação e o acordo que estamos construindo no Senado. É fundamental um avanço dessa natureza que praticamente resolve o problema da dívida, pois há três anos e meio não era repactuada com os pequenos agricultores. São 2,3 milhões de pessoas diretamente envolvidas nessa negociação; são 825 mil contratos com apoio de todas as entidades do campo.

Poderíamos, hoje, repetir o resultado do mês de abril e aprovar por unanimidade. É verdade que não foi possível. Alguns acham que a única forma é manter 70% entre R\$15 mil e R\$35 mil. Pergunto: 70% de rebatimento da dívida até R\$15 mil, mais 50% até R\$35 mil, mais 10 anos para pagar, com juros de 3% e 2 anos de carência... se isso não é repensar o lugar da agricultura familiar no País, tratar com generosidade a agricultura, dar possibilidade de investimento, de voltar a produzir – porque é esse o espírito da lei –, eu realmente vejo que o problema é político. Entendo a atitude do PFL, não entendo a atitude de outros Senadores que, pretensamente, deveriam estar na base do Governo.

Mas tenho absoluta convicção da votação que teremos hoje aqui. Queria de público agradecer ao Líder Renan Calheiros, que está há mais de três anos nessa luta. Esta vitória é sua, é do Senador Teotônio Vilela, é do Senador Arthur Virgílio, que tem a grandeza de entender, sobretudo porque foi líder do Governo anterior e sabe das dificuldades de repactuação de dívida, que chegamos aqui construindo coletivamente. Essa não é uma conquista só do Governo, isso é espírito público, isso é um compromisso suprapartidário, isso é uma atitude de atenção à agricultura desse País, que precisa ter um lugar de destaque.

A agricultura empresarial está gerando um superávit, este ano, de US\$22 bilhões; a agricultura empresarial, Senador Jonas Pinheiro, está aumentando a safra em 19,5% este ano; a agricultura empresarial aumentou em mais de 30% a produção agrícola em 2 anos. O Brasil, hoje, é o maior produtor de soja, de laranja, de carne, de couro, de álcool e de açúcar. E a agricultura empresarial pode e deve dar sua contribuição para dar um lugar aos pequenos agricultores, especialmente no Nordeste e no semi-árido. É muito pouco o que o Senado está pedindo a mais para poder atender essa faixa de R\$15 mil a R\$35 mil. Mas é justa, é necessária, é correta essa pactuação entre o grande produtor moderno, eficiente, que exporta e gera divisa, e a pequena agricultura familiar, que está sendo contemplada e totalmente beneficiada.

Por tudo isso eu tenho absoluta segurança da convicção e do espírito público que movem esse acordo e de que isso é uma construção coletiva deste Plenário como em abril – eu diria que deveríamos repetir abril e aprovar por unanimidade uma proposta com essa profundidade e com essa consistência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, com base no art. 14, quero pronunciar-me depois, porque fui citada pelo Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em seguida, V. Ex^a usará a palavra para uma explicação pessoal.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, indiscutivelmente, chegamos a um impasse e tentamos superá-lo há muitos dias. A pauta está paralisada há muito mais de uma semana.

A Bancada de Alagoas – na verdade, a Senadora Heloísa Helena tem absoluta razão – começou a defender, junto ao Palácio do antigo Governo, a necessidade de roarmos essas dívidas, aliás, seguindo o que já havia ocorrido com as dívidas de agricultores de outras regiões do Brasil. Por quê? Porque aprovamos regras, condições, benefícios; e os agricultores do semi-árido precisavam pagar à vista 10% para ter direito a esses benefícios. Benefícios significam rebaite, juros diferenciados de 1,5%, de 3%, com prazo de 10 anos para pagar e 2 anos de carência e outras coisas mais. E a Medida Provisória nº 77, Sr. Presidente, foi editada exatamente para colocarmos os 10% que os agricultores do semi-árido teriam que dar no montante da dívida. Por isso, a Medida foi editada.

Tivemos mais de sete encontros com o Ministro do Gabinete Civil. Em plena eleição paralisamos a campanha eleitoral e fizemos audiências. Depois, durante a tramitação, outros fatores foram incorporados. E consagramos avanços em todos os momentos. Conseguimos o rebate, os juros de 3% e de 1,5% para os assentamentos, para a agricultura familiar, com 10 anos de prazo e 2 anos de carência; nós superamos a necessidade de pagar os 10% e incluímos outros programas. Suspendemos, no texto das próprias medidas provisórias, as execuções bancárias que apavoravam os agricultores – e foram inúmeros os depoimentos dramáticos de agricultores que estavam na iminência de perder suas terras. Conseguimos a edição da Medida Provisória nº 114 como consequência da negociação. Nela, incluímos o Proger rural e o ampliamos para o Brasil. Incluímos, Sr. Presidente, o FAT até R\$15 mil com rebate de 70%. Por que a dificuldade maior foi com relação ao FAT? O FAT tinha regras próprias, não era “equalizável”, e o Governo teria que assumir o ônus. Por isso, a negociação, verdadeiramente, demorou. Depois evoluímos para uma negociação relativa aos empréstimos do FAT de R\$15 mil a R\$35 mil.

É óbvio que gostaríamos que o rebate para valores de R\$15 mil a R\$35 mil fosse de 70%, como o é para os valores de até R\$15 mil, o que defendemos em todos os momentos, até a última hora.

Sr. Presidente, essa negociação não poderia delongar-se, porque o Governo argumentava que essa emenda teria sido derrubada pela Câmara na votação anterior, e verdadeiramente foi o que aconteceu, porque a bancada ruralista, surpreendentemente, patrocinou a defesa dessa emenda, mas aprovou o Pesinha, colocando-o no texto do projeto de conversão. Ela não tem, provavelmente, a mesma fidelidade nem usou os mesmos argumentos, porque aprovou o Pesinha, com o qual não tínhamos compromisso – fiz questão de deixar isso claro –, e não aprovou a medida provisória que garantia aos pequenos agricultores do semi-árido, exatamente os agricultores que tiveram empréstimos de valores entre R\$15 mil e R\$35 mil, as mesmas condições dadas aos agricultores que fizeram empréstimos, na origem, de até R\$15 mil com recursos do próprio FAT.

Esse acordo que fizemos foi bom. V. Ex^a há de perguntar se foi o melhor que poderia ter sido feito. Não, não foi! O melhor seria o rebate de 70%, mas o rebate de 50% é um bom acordo, é o acordo possível. Na média passamos de 60%, já que ele terá o rebate de 70% para valores de até R\$15 mil e de 50% para os empréstimos de R\$15 mil a R\$35 mil. É importante

que se diga que, não aprovando esse acordo, correríamos o risco de ver acontecer o pior, isto é, o Governo vetar ou a emenda lamentavelmente cair, como já ocorreu na Câmara dos Deputados, e os agricultores perderem tudo. O que poderia ser pior era exatamente isto: os agricultores perderem tudo, não poderem repactuar suas dívidas, não terem rebate nenhum em vez do rebate de 50% no caso de empréstimos de R\$15 a R\$35 mil com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e de 70% de até R\$15 mil com recursos do FAT. Aí, Sr. Presidente, teríamos o pior: sem a negociação, eles iriam perder as suas terras porque os bancos teriam de dar consequência às execuções que já estavam infernizando a vida de todos eles.

A posição do PMDB, sensata, assumida como consequência de uma negociação que delongou mais do que queríamos, é no sentido de votar favoravelmente ao projeto de conversão, sabendo que esse não é o melhor, mas é um bom acordo. O melhor acordo seria o rebate de 70%, mas um bom acordo é esse de rebate de 50%, que, na prática, significa mais de 60%. A posição do PMDB – e digo isso com muita satisfação – é favorável ao projeto de conversão. Votaremos favoravelmente para acabar com essa delonga, para pôr fim a essa novela, porque os agricultores do Nordeste querem renegociar suas dívidas.

Com todo o respeito que tenho ao Senador Osmar Dias e também respeitando um argumento exposto pela Senadora Heloísa Helena, sinceramente não é possível comparar a situação dos agricultores do semi-árido do Nordeste com a situação dos pequenos agricultores do Sul e do Sudeste. Temos problemas estruturais, climáticos, o sistema produtivo do Nordeste está verdadeiramente destruído e não é o que acontece com o Sul e com o Sudeste.

O voto do PMDB é, portanto, favorável ao projeto de conversão.

É a orientação que dou.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, de acordo com o art. 14, item VI, do Regimento.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sei que o Senador Renan Calheiros não está subestimando o poder de pressão que tem sobre o Governo, porque se S. Ex^a votasse favoravelmente à minha emenda, com certeza, o Governo não a derrubaria, ou seria um acordo realmente muito frágil.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Se eu tivesse essa garantia...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em explcação pessoal não pode haver aparte.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, foi dito da tribuna, há pouco, que o item **c** do inciso II contempla todos os produtores que tomaram empréstimo no valor de até R\$15 mil. Explicarei bem, porque talvez as pessoas não tenham entendido ainda.

Primeiramente, essa medida provisória é para aqueles que devem aos fundos constitucionais até R\$15 mil, dívidas de 1998 a 2000, que têm zero de rebate. Ele terá 70% se estiver no semi-árido. É por isto que estamos fazendo a emenda: para garantir não apenas aos devedores que estão no semi-árido, mas a todos os devedores dos fundos constitucionais o rebate dado aos devedores até 1997. É importante deixarmos isso claro.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é de fundamental importância dizer que se trata dos devedores dos fundos constitucionais de R\$15 mil a R\$35 mil que estão fora do semi-árido, portanto, os Parlamentares do Nordeste que não estão no semi-árido, os Parlamentares do Norte e os do Centro-Oeste não são contemplados com essa medida. É por isso que nossa emenda se propõe a incluir os devedores dos fundos constitucionais que devem de R\$15 mil a R\$35 mil. Quem está com dificuldade de interpretar deve ler, porque é impossível ser mais claro do que esse texto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Para discutir. Sem revisão do orador – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, embora o Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, tenha falado sobre a matéria agora em discussão com a mais absoluta clareza, quero, para não ser repetitivo, em nome do meu Partido e como nordestino, dizer que participei de um esforço para que chegássemos ao entendimento de que esta, se não for a melhor, é a proposta possível e que atende ao semi-árido nordestino, como também ao pequeno e ao microagricultor da Região Nordeste.

Quero aqui fazer o registro do bom senso com que se manifestou o Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, que, nordestino como eu, sabe do esforço conjunto que fizemos para chegarmos, nesse instante, ao entendimento que não foi totalmente possível. Quem negocia sabe que estamos negociando o pos-

sível e que o ótimo é inimigo do bom. Estamos fazendo um bom acordo para os agricultores nordestinos. Tenho a mais absoluta convicção disso. Eu, que estou acostumado ao tratamento com os Bancos na condição de empresário, que sou também agricultor em minha terra, Rio Grande do Norte, sei que fizemos hoje aqui um grande esforço para que a pequena agricultura do Nordeste, sobretudo a do semi-árido, tenha uma perspectiva de recuperação, porque sabemos que a dívida contraída pelos agricultores, sobretudo com o Banco do Nordeste, é impagável. Por isso, as condições dadas hoje são excepcionais e dão oportunidade a todos os agricultores, sobretudo os pequenos, de se inserirem na legalidade e se habilitarem, sobretudo, a desenvolver a agricultura como forma de sustentação das suas famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a deseja usar da palavra para discutir a matéria?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sim, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Devo informar que V. Ex^a já discutiu a matéria na sessão de ontem. Assim, V. Ex^a poderá usar da palavra no encaminhamento da votação.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Declaro encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 438, DE 2003

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da expressão “para o semi-árido”, que consta no texto do art. 7º, inciso II, alínea **c** do PLV nº 17, projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 114-A.

Sala das sessões, 11 de junho de 2003. – Senadora **Heleiá Helena**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 439, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da Expressão “desde que pagos até o vencimento” constante do § 2º do art. 14 do PLV 17/2003.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – Senador **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 440, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 16, apresentada à Medida Provisória nº 114, dando nova redação ao inciso III, do art. 7º, a ser modificado no texto do PLV nº 17, com consequente solução dos alíneas **a** e **b** do mesmo inciso III.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – Senadora **Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 441, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da emenda nº 16 à Medida Provisória nº 114, de 31-3-2003, a fim de que a mesma seja incluída no Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 442, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 30, apresentada à Medida Provisória nº 114, de 2003, que dá nova redação ao **caput** do art. 11, a ser modificado pelo texto do Projeto de Lei Conversão nº 17, de 2003.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – **Jonas Pinheiro**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os dispositivos destacados serão oportunamente votados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, que tem preferência regimental, sem prejuízo das emendas apresentadas pela Relatora Revisora e dos destaques.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, para encaminhar a votação, que disporá de cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a renegociação de dívidas dos produtores já tem dez anos. Começou depois que os produtores rurais não aguentavam mais

tanta imposição de juro e correção monetária sobre a agricultura. Por isso, o Deputado Vitor Faccioni, do Rio Grande do Sul, apresentou proposta de CPMI para tratar do assunto, na qual ficaram estabelecidos todos os procedimentos para o acerto das contas dos produtores, que vinham desde 1986, ou seja, do Plano Cruzado. Todos eles – o Plano Cruzado, o Plano Bresser, o Plano Verão, o Plano Collor, o Plano Real – impuseram pesadas dívidas aos produtores rurais.

É verdade que, em 1994/1995, a inadimplência dos produtores rurais do Brasil já ia a 60%. Hoje, a inadimplência dos produtores rurais do Brasil, após o crédito rural prefixado, não é mais que 1% da dívida de todos os produtores. Portanto, os produtores não são maus pagadores.

Como disse o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, a agricultura vai bem. O setor vai muito bem, porque renegociamos as suas dívidas. Sem isso, evidentemente, os produtores rurais não teriam acesso ao crédito, não poderiam utilizar o Moderfrota, não poderiam usar os fundos constitucionais. Isso só foi possível em razão da negociação das suas dívidas.

O que estamos negociando, Líder José Agripino, ainda é o remanescente do passado. Não estamos pedindo para renegociar dívida de produtores com taxas prefixadas. Estamos renegociando dívidas de produtores com correção monetária. E o Governo entendeu isso aos poucos. É verdade que, em plena campanha política, estivemos juntos na Casa Civil, com a Bancada de Alagoas, com o Senador Antonio Carlos Valadares tomando conta desse processo. Aos poucos, o Governo foi entendendo que o produtor tinha necessidade dessa negociação. E, agora, estamos encerrando esse processo.

Por isso, Sr. Presidente, ao encerrar esse processo, faço este registro como Presidente daquela CPI de 1993, que resultou nessa negociação que estamos trazendo até o dia de hoje. Não se trata exatamente de um encaminhamento. Eu só queria fazer justiça aos produtores brasileiros que, ontem, eram caloteiros, mal pagadores e chorões; hoje, são os heróis nacionais. E nós, de defensores dos caloteiros, passamos agora a defensores dos heróis nacionais, sejam eles do tamanho que forem, sejam eles de qualquer ramo de atividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pretendo fazer um reparo ao justificar o meu voto favorável ao projeto e, posteriormente, às emendas.

Refiro-me exatamente à palavra do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, há poucos instantes, que disse entender a posição do PFL, mas não a de outros Senadores, sobretudo aqueles que pretendem estarem na base de sustentação do Governo.

Justifico o meu voto, pedindo, mais uma vez, que não me incluam como Senador da base de sustentação do Governo, pois não sou, como também não sou Senador de oposição e muito menos "murista", porque quem tem posições claras como eu não é "murista". Sou Senador de postura independente. Quero votar a favor do Governo quando ele tiver razão, como fiz há 15 dias na questão do Refis, pois eu estava convencido de que deveria fazer o que seria melhor para o País. Entretanto, votei contra o Governo quando ele pretendeu, e conseguiu criar no País, com a aprovação do Senado Federal, mais de quarenta Ministérios, o que é um absurdo. Votarei a favor desse projeto e também das emendas de autoria da Senadora Heloísa Helena.

Concluo dizendo que me considero um Senador da República por Sergipe e pelo Brasil e não um Senador de Governo ou de Oposição. Quero ter a liberdade de, com a consciência tranquila, respeitar a vontade que o povo de Sergipe me outorgou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, para encaminhar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, não participei da discussão da liderança, porque não sou líder. Mas quero dizer que o Senador Jonas Pinheiro proporcionou-me um momento saudoso de volta ao passado ao lembrar a luta da CPI sobre o endividamento rural.

No início da década de 90, os agricultores estavam numa situação muito difícil. Fui convocado pelo Senador Jonas Pinheiro para relatar a CPI sobre o endividamento rural. Percorremos várias regiões do Brasil levantando dados, e, sobretudo, tomando conhecimento de uma situação verdadeiramente estarrada. Como disse aqui o Senador Fernando Bezerra, a dívida era impagável e, ainda hoje, o é. É uma dívida, Sr. Presidente, que, se não fosse a sensibilidade deste Congresso Nacional e do Governo, poderia ter dizimado qualquer esforço de nossa agricultura.

Lembro-me de que em Goiás deparamos com um agricultor que dizia: "Senador, aqui não podemos

chamar as nossas esposas de meu bem". E eu lhe perguntei por quê? Ele respondeu: "Podemos chamá-las de minha prenda, minha querida, meu amor, mas se chamarmos de meu bem o banco penhora". Era uma situação das mais dramáticas.

Então, Sr. Presidente, diante dessa discussão, não quero avançar mais porque chegou a hora de eu parar. Efetivamente, quero apenas resgatar esse período histórico, essa CPI, e fazer justiça a esse grande lutador, que é o Senador Jonas Pinheiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra, para encaminhar, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero reiterar as palavras do Senador Garibaldi Alves Filho a respeito do trabalho eficaz e notável realizado, ao longo de todos esses anos, pelo Senador Jonas Pinheiro.

Quando cheguei aqui, no ano de 1995, já o encontrei nos corredores desta Casa e nos gabinetes dos Senadores, mostrando a viabilidade da agricultura brasileira, que a sustentabilidade da nossa economia residia justamente no fortalecimento do sistema agrícola nacional.

Em função da sua luta, desencadeada no Senado Federal, e da luta de quantos participaram na Câmara dos Deputados, em favor da resolução da dívida brasileira, que consegui restaurar uma emenda da Câmara dos Deputados que foi aprovada aqui, por unanimidade, concedendo o rebate da dívida dos produtores rurais. Como disse S. Ex^a, o Senador Jonas Pinheiro, o que estamos discutindo neste momento é ainda o resíduo daquilo que o Governo cobrou a mais, porque, ao longo de todos esses anos, Sr. Presidente, houve planos e mais planos que terminaram desorganizando a economia nacional. E quem "pagou o pato", quem mais sofreu na própria pele as consequências das políticas econômicas que foram implementadas, ao longo desses anos, foram justamente os produtores rurais, que se dedicam no campo a produzirem alimento.

Por isso, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para enaltecer, não só o trabalho do Senador Jonas Pinheiro, como também na legislatura passada, da brava Senadora Heloísa Helena a meu lado e ao lado de outros Senadores como Renan Calheiros, Teotônio Vilela Filho, propugnamos pela independência, pela autonomia do produtor rural.

A sua luta continua, Senadora Heloísa Helena, e temos certeza que se ela não for 100% vitoriosa nesta tarde, V. Ex^a, ao lado de todos nós, obtivemos 70% de vitória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra por um minuto aos Srs. Líderes para orientarem as suas Bancadas.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nada como a visualização.

Suponhamos que isso seja os 100%, mas estamos dispensando 70%. Dois anos de carência, 12% em uma inflação de 6%, sobram ainda oito anos para pagar 3% em uma inflação de 6% com lucro de 3% em relação à inflação. No final, teremos para pagar apenas isso. Não é o ideal, mas é o melhor que poderíamos conseguir.

Realmente é uma vitória e, por essa razão, recomendo aos meus Pares que votemos todos a favor da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, ainda embalado pelos elogios feitos pelo Presidente do BNDES, Carlos Lessa, à política agrícola de grande êxito, a política do agronegócio do Governo Fernando Henrique Cardoso, ressalto aqui a responsabilidade de liderar o partido de Oposição, por ter sido Líder de Governo e por ter visto as dificuldades pelo lado de dentro.

Por isso, entendendo que o repasse de 70% seria o melhor, o ideal, mas, por outro lado, reconhecendo o esforço que vi laborado pelo Senador Teotônio Vilela Filho, pelo Senador Renan Calheiros, esforço que foi, sem dúvida alguma, trabalhado também pela competência do Líder Aloizio Mercadante, o PSDB decidiu acompanhar a intuição, o espírito prático e o conhecimento teórico do Senador Teotônio Vilela Filho.

Mais ainda, dei-me ao trabalho de ouvir pessoas de Alagoas, o Presidente da Associação dos Produtores Rurais, Sr. Maxwel Faustino, e figuras ilustres, como o Suplente de Deputado Federal e Vereador Jorge VI. Ouvi alagoas e concluí, Sr. Presidente, que, se não se chegou ao ideal, por outro lado, reeditaram-se momentos em que, quando era Líder de oposição Aloizio Mercadante e eu, Líder de governo, fomos capazes de chegar a um entendimento a favor da construção de uma política pública.

Dessa forma, o PSDB recomenda, em homenagem ao Senador Teotônio Vilela e reconhecendo os

esforços do Líder do Governo e do Senador Renan Calheiros, o voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PT como vota?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a considerasse sempre o Bloco de apoio ao Governo.

A recomendação é do voto “sim”.

O Partido dos Trabalhadores fecha a questão em apoio ao projeto de conversão defendido pela Senadora Ideli Salvatti, entendendo ser a melhor proposta apresentada aos agricultores brasileiros, ao setor produtivo familiar brasileiro que poderia ser feita. E o nosso Partido presta uma homenagem sincera e elogiável ao Líder Aloizio Mercadante, Líder do Governo, que fez todos os esforços possíveis para um entendimento à altura das responsabilidades de quem dirige com grandeza o País atualmente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Como vota o PDT?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, como não há consenso na Bancada, o PDT está liberado. Mas, por entender que foi o acordo possível no marco de uma negociação difícil, eu pessoalmente voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Como vota o PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entre o texto da medida provisória original e o PLV que estamos votando neste momento há um avanço que, preciso reconhecer, é substancial, pois são atendidos devedores de empréstimos tomados com recursos do FAT no montante de 15 mil até 35 mil. E o benefício é estendido a devedores de outros tipos de empréstimo, ou seja, recursos do Tesouro e recursos dos Fundos constitucionais de até 35 mil, em condições mais favoráveis em termos de prazo, carência e juros. O rebate não era o que nós do PFL pretendíamos. Entendo que houve um avanço. Louvo a iniciativa do Líder do Governo, que se moveu, é verdade, é preciso reconhecer, pela força do diálogo levado a efeito pelos Líderes do PSDB, do PMDB, do PTB, do PFL e do PDT, que contribuíram com sugestões e com argumentos em favor dos agricultores. Lembraram fatos e sugeriram argumentos. E o Governo foi sensível – e isso o PFL agradece, mas registra que o avanço é devido à iniciativa de todas essas Lideranças que trabalharam com espírito público para avançar em benefício dos agricultores.

O voto do PFL, sem prejuízo do voto às emendas destacadas, é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, que tem preferência regimental, sem prejuízo das emendas apresentadas pela Relatora Revisora e dos destaques.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para, dotado do que entendo seja meu próprio senso de justiça, dizer que omiti – e isso para minha consciência é grave –, ao falar de pessoas ilustres de Alagoas que tiveram mérito no decorrer dessa negociação, o nome da Senadora Heloísa Helena.

Portanto, eu gostaria de dizer que foi por lembrar tanto que talvez eu tenha esquecido. É difícil entender essa sutileza. Mas, de fato, faço essa homenagem, por entender que, embora eu tenha divergido dela, orientado pelo Senador Teotônio Vilela Filho – e vai o Senador divergir dela no seu destaque –, S. Ex^a trabalhou muito e que foi o seu brado, junto com Renan e Teotônio, que levou o Governo a chegar o mais perto possível do que seria a proposta ideal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a importância da matéria exige verificação de votação, que submeto a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a tem que ter o apoio de três Senadores, no mínimo, para podermos fazer a verificação de votação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço verificação de votação com o apoio dos Srs. Senadores Tião Viana, Aloizio Mercadante e Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O nobre Senador Hélio Costa pede verificação de votação. Sendo regimental a solicitação, S. Ex^a será atendido.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Heloísa Helena, tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gosto de explicar aos telespectadores as coisas “superlegais” que acontecem aqui no Congresso! Vejam V. Ex^{as} que a matéria foi aprovada por unanimidade – nenhum voto contrário. Depois, pede-se verificação de **quorum**, sabe por quê? Porque o Regimento diz que só pode haver verificação de **quorum** no intervalo de uma hora. Pedir agora significa que, daqui a pouco, na votação das emendas que destaquei, não poderá ser pedida verificação de **quorum**. Mas quanto a isso não haverá problema, porque, como apresentei um requerimento para votação nominal, evidentemente, as Lideranças terão de se expor e votar contra o requerimento de votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Do ponto de vista regimental, é absolutamente legítimo e correto que se peça a verificação nominal.

Do ponto de vista do debate político, cada um aqui está votando por convicção. Esse acordo é o melhor que a agricultura familiar deste País já teve em sua história recente. Estamos contemplando 825 mil contratos; 2,3 milhões de pessoas estão sendo beneficiadas. Depois de amanhã, o Presidente lançará o Plano de Safras para a Agricultura Familiar. São mais R\$5,6 milhões para a agricultura familiar. O que não é possível é que, depois de três anos e meio de luta, quando se pedia 70% de rebatimento, tivemos 70% até 15 mil, mais 50%, mais 10 anos, e 2 anos de carência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Aloizio Mercadante, o Plenário está esclarecido. Vamos iniciar o processo de votação. Os Senadores já podem votar. V. Ex^a, por favor, conclua.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Perfeito. É exatamente por essa convicção que estamos votando. Além do apoio do Bloco, temos apoio do PMDB e do PSDB – o que dá uma ampla maioria. Temos absoluta convicção no mérito, na segurança e na consistência do que estamos votando.

Por isso vamos votar dessa forma, porque esta Casa sabe o que faz, sabe o que está votando, sabe quem são os beneficiários e não precisa de lição de moral de quem quer que seja, porque aqui estamos votando pelo mérito, pela consistência, pelos princípios, pela convicção e, sobretudo, porque o acordo é o

melhor caminho. A Câmara dos Deputados votou essa emenda e foi derrotada, e nós vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Aloizio Mercadante, peço que V. Ex^a colabore com a Mesa. Estamos num processo de votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sr^as e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, a recomendação da Liderança do PMDB é o voto favorável ao Projeto de Lei de Conversão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar. Peço aos Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, pois estamos em processo de votação nominal. (Pausa.)

Peço às Sr^as e aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário. Estamos em processo de votação nominal.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão pela ordem. É sobre a votação?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se, na verdade, de um comunicado, que faço com a tolerância de V. Ex^a, pedindo a atenção dos Srs. Senadores membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para uma reunião extraordinária que faremos hoje, logo após a votação, a fim de apreciarmos assuntos da maior urgência e que precisam ser examinados ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Edison Lobão, quero lembrar a V. Ex^a que mais quatro medidas provisórias serão submetidas à votação e que continuam bloqueando a pauta da nossa Casa.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Estou perfeitamente atento a tudo isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Se todas as Sr^as e todos os Srs. Senadores já votaram, esta Presidência encerrará a votação. (Pausa.)

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)



Senado Federal

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2003 (MP 114/2003)

DISPÕE SOBRE A REPACTUAÇÃO E O ALONGAMENTO DE DÍVIDAS ORIJUNDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 11/6/2003

Num. Votação: 1
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 11/6/2003 17:44:06
Encerramento: 11/6/2003 17:49:17

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PDT	PR	ALVARO DIAS	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	SIM
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALEO PAES	SIM
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PFL	SE	RENILDO SANTANA	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	SIM

VOTAÇÃO NOMINAL

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 59
Votos NÃO : 01
Votos ABST. : 00 Total: 60

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 59 Srs. Senadores; e NÃO 01.

Não houve abstenções.

Total: 60 votos.

O projeto foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passaremos à votação dos destaques.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esqueci de votar e queria registrar meu voto. Voto “sim”.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de corrigir o meu voto: o meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Infelizmente, a votação está encerrada, mas a Ata registrará as manifestações de V. Ex^{as}s.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Unanimidade.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Peço que conste em ata o meu voto “sim” ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, quero que a Ata registre que tentei votar mas não consegui. Não foi “sim” nem “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará o esforço de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação a expressão “para o semi-árido”, constante do art. 7º, II, “c”, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, destacada.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, autora do requerimento, nos termos do art. 300, XVII, do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o inciso I traz as condições de repactuação do saldo devedor, até R\$15 mil, até o ano de 1997. O inciso II contém as condições de repactuação do saldo devedor entre 1998 e 2000. Na alínea “c”, Sr. Presidente, entretanto, como no inciso II – para a repactuação dos débitos entre 1998 e 2000 – não há bônus. A Câmara tentou fazer uma emenda para ajudar, para que as condi-

ções que foram aplicadas no item “b”, da repactuação do saldo devedor até 1997, possam ser incorporadas. O que estamos retirando? Apenas a palavra “semi-árido”. Por que, Sr. Presidente? Porque, se a deixarmos, estaremos dizendo que os devedores de até R\$15 mil, por exemplo, de Alagoas, que tem apenas 20% de seu território na região do semi-árido, de Arapiraca, de Quebrangulo, de Palmeira dos Índios, terão zero de bônus.

Sr. Presidente, o que estamos sugerindo, ao retirar a palavra “semi-árido”, é a garantia, para devedores de até R\$15 mil, e não estou falando dos devedores de R\$35 mil, de que o mesmo bônus dado até 1997 seja também a eles concedido.

Alguns podem dizer que a palavra que está aqui, com as condições diferenciadas para o semi-árido, garante os 70% para todos. Então, pergunto, por exemplo, ao Relator se estamos aqui dizendo que, para os contratos firmados entre 1998 e 2000, para as regiões que não estão no semi-árido, todos os devedores terão 70%, ao contrário dos devedores com contratos firmados até o ano de 1997, que terão 30%, 20% e 70%. Se assim for, retirarei a minha emenda, porque, com certeza, o texto estará até melhor.

Se estivéssemos aqui, Senador José Agripino, dizendo que, com as condições diferenciadas para o semi-árido – porque a intenção do legislador conta mais do que a interpretação que faço, igual a de V. Ex^a –, então, se estamos dizendo que nos contratos feitos entre 1998 e 2000, diferentemente dos contratos repactuados até 1997, que têm uma escala de bônus de repactuação de 20%, 40%, e 70%, todos terão 70%, está tudo muito bem. Caso contrário, teremos que incorporar. De outra forma, até R\$15 mil em outras regiões e no caso específico de Alagoas, que tem apenas 20% de seu território na região do semi-árido...

Então, preciso de um esclarecimento para que eu retire ou não minha emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação a retirada da expressão “para o semi-árido”, constante do art. 7º, II, “c”.

Esclareço ao Plenário que os Senadores que votarem “sim” estarão votando pela permanência do texto, conforme se encontra nos avulsos distribuídos, e os que votarem “não” estarão votando pela retirada da expressão “para o semi-árido”.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a tem a palavra para orientar a Bancada.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Bloco vota “sim”, pela manutenção do texto e contra a modificação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – A intenção do legislador conta muito mais do que uma interpretação. É por isso que eu queria um pouco de atenção, porque aqui diz, no inciso II...

Desculpe-me, Sr. Presidente, sei que não está no momento, mas como posso retirar minha emenda, preciso de um esclarecimento sobre a intenção do legislador, porque o inciso II estabelece que os contratos até R\$15 mil – aqui não há nada de R\$35 mil – de 1998 a 2000 não terão bônus de repactuação. O que estamos querendo é dar aos contratos...

(O Sr. Presidente José Sarney faz soar a campainha.)

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Então está bem, Sr. Presidente. Quer dizer que não há interpretação do legislador...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estamos em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o destaque. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PFL, para orientar a minha Bancada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para que não haja nenhuma dúvida com relação aos devedores de até R\$15 mil, seja do semi-árido, seja dos fundos constitucionais ou de outras regiões, o PFL vota a favor do agricultor, “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para encaminhar, tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se daquilo que já explicamos. Foi feito um acordo, que não é o melhor, mas o possível, e é, sem dúvida, um bom acordo. O acordado, verdadeiramente, tem que ser cumprido. E faço questão de assumir minha posição

em cumprimento do acordo. Voto, portanto, contra a emenda.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem.) – Levantei a mão, mas parece que não foi computado meu voto, que é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O voto é de Liderança.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aprovada a expressão “para o semi-árido” constante no texto do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, com voto contrário da Senadora Heloísa Helena.

Os Senadores que estão contrários, por favor, manifestem seus nomes para constar da ata.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Senador Almeida Lima.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Senador Leomar Quintanilha.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador Antero Paes de Barros.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador José Agripino.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Efraim Moraes.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador José Jorge.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador Pedro Simon.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Senadora Heloísa Helena.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Senador Marco Maciel

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Paulo Octávio.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Senador Renildo Santana.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Queria que cada Senador declinasse o seu voto para que a Ata pudesse fazer o competente registro, sem omissão da Mesa.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Jefferson Pérés.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará seus nomes, sem participação da Mesa.

Segundo destaque.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, quero que V. Ex^a indique o nome dos que votaram, porque ouvi tanta gente dizendo que votou de forma contrária, como o Senador Jefferson Pérés e vários outros Senadores. E quero, portanto, que V. Ex^a me diga os Senadores que usaram... Porque a impressão que tenho...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Heloísa Helena, a Ata registrará o nome dos Senadores que votaram contra. De acordo com o Regimento da Casa, temos 71 Senadores presentes e a votação foi por Liderança...

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, então faço um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Assim, os Senadores que disseram “não” não representam maioria de maneira alguma.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Mas, Sr. Presidente, quero que V. Ex^a, então...

Está certo, enquanto os votos são computados, quero saber quantos Senadores presentes na Casa votaram.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em seguida, encaminharemos a V. Ex^a as notas taquigráficas com os nomes dos Senadores que votaram contrariamente.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Isso é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É do Regimento. Estou apenas cumprindo o Regimento Interno.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu sei, porque a manobra anterior impediu a verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação a expressão “desde que pagos até o vencimento”, constante do § 2º do art. 14 do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, destacada.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, autor do requerimento. (Pausa.)

Na ausência do autor, a expressão destacada retorna ao corpo do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, tudo de acordo com o disposto no inciso XVII do art. 300 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votação, em globo, das Emendas nºs 56 a 61 da Relatora Revisora. (Pausa.)

As Sr^as e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação a Emenda nº 16, apresentada perante a Comissão Mista, de parecer contrário, destacada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 443, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 294, do Regimento Interno, requeiro votação nominal para a Emenda nº 16 oferecida à Medida Provisória nº 114, 2003.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2003. – **Heloísa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr^as. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Rejeitado.

Em votação a Emenda nº 16, apresentada perante a Comissão Mista, de parecer contrário, destacada.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena e, posteriormente, ao Senador José Agripino, autores dos requerimentos aprovados, nos termos do art. 317 do Regimento Interno.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, minha emenda possibilita a repactuação do saldo devedor dos produtores rurais que devem de R\$15 mil a R\$ 35 mil no contrato originário, devedores dos Fundos Constitucionais que contrataram suas operações de crédito com as instituições oficiais de crédito com o chamado **mix** do FAT.

Quanto ao que tem sido discutido aqui sobre o avanço em relação a esses produtores rurais, passo a dizer a V. Ex^as o seguinte: até R\$15 mil, há um bônus,

ou seja, um rebate de 30% sobre cada parcela da dívida, e de 20% nas operações de custeio e investimento nas demais regiões do País. No caso do semi-árido, será de 70%.

Então, o que estamos querendo para o devedor de R\$15 mil a R\$35 mil além do que se diz que foi o grande acordo? Qual é o grande acordo? Para os produtores do semi-árido, haverá um rebate de 50% no montante de R\$15 mil a R\$35 mil, apenas para o semi-árido. Ora, Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, o que eu pretendo é que possamos estabelecer melhores condições para os produtores rurais devedores das regiões Norte – do Senador Arthur Virgílio –, Nordeste e Centro-Oeste, pois não são apenas os grandes que devem. Para os grandes, é mais fácil conseguir as coisas. Eu apenas quero um rebate de 30% ou 40% para os que devem entre R\$15 mil a R\$35 mil e que não estejam no semi-árido, mas no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste e em 80% dos Municípios de Alagoas. Se estiverem no semi-árido, que o rebate seja de 70%.

É somente isso, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra somente para aduzir, pois sou o autor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a é o autor e pode encaminhar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é simplíssimo. O que se pretende com essa emenda constitucional e a razão pela qual a destaquei é dar aos que devem entre R\$15 mil e R\$35 mil, no empréstimo de origem, as mesmas vantagens concedidas a quem tomou empréstimo até R\$ 15 mil, valor na origem, seja com recursos do FAT, do Tesouro ou de Fundos Constitucionais.

Sr. Presidente, não há diferença de tamanho dos agricultores que tomaram R\$ 1 mil, R\$ 15 mil ou R\$ 35 mil. São todos pequenos e, como pequenos, merecem tratamento igual. A emenda se propõe, única e exclusivamente, a estabelecer tratamento igualitário para pequenos. Ou seja, o rebate concedido pelo acordo – que considero bom –, de 50% para o semi-árido, por esta emenda, chega aos 70%. No caso dos empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais, o rebate sai de zero para 30%. Para o das demais regiões – Sul, Centro-Oeste, Norte –, que não têm nenhum rebate, este será de 20%. A emenda objetiva, portanto, única e exclusivamente, dar tratamento igual aos pequenos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a pode orientar sua Bancada, mas não encaminhar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de forma muito breve, ressalto que entendo o esforço do PFL, mas não foi possível fazê-lo durante os últimos três anos e meio. Estamos fazendo agora, dentro do quadro de restrição financeira grave. Lembro que o rebatimento é do contrato de origem, não com a dívida; portanto, o volume de recursos pode ser muito maior hoje do que era no passado. E está havendo rebate de 30% nas regiões dos Fundos Constitucionais, 20% nas demais regiões do País, 70% na região do semi-árido. Além disso, Sr. Presidente, há dez anos de prazo, dois anos de carência e juros de 3% para investimento; e quatro anos de prazo, um ano de carência para o custeio. É isso o que foi votado. Por isso, peço que seja encaminhado, para que não utilizemos o tempo de fala sem as exigências regimentais, como forma de obstruir a votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação a Emenda nº 16.

As Sr^{as}s. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Em votação a Emenda nº 30, apresentada perante a Comissão Mista, que tem parecer contrário e foi destacada.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, autor do requerimento.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, peço a atenção do eminente Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, para uma falha da Medida Provisória nº 114. A Lei nº 10.177, que trata dos Fundos Constitucionais, permitia que se fizesse a repactuação das dívidas no Pesa. Agora, o Conselho Monetário Nacional prorrogou a negociação do Pesa até 30 de setembro, mas a Medida Provisória nº 114 retirou a possibilidade de o produtor que utiliza os Fundos Constitucionais incluir-se no Pesa. Então, o projeto ficou falho nesse aspecto, para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Discuti esse assunto agora com o Senador Aloizio Mercadante, que não sabia dessa falha.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, essa questão é grave! Vão ficar muitos produtores que utilizam os Fundos

Constitucionais fora do Pesa. Daí essa nossa emenda, que destaquei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que o parecer é contrário.

Em votação a Emenda nº 30.

As Sr^{as}s. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada a emenda.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, com emendas, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as Emendas de 1 a 15, 17 a 29 e de 31 a 55, apresentadas perante a Comissão Mista.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

São os seguintes o projeto e as Emendas nºs 56 a 61, aprovados:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003)

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras provisões.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam autorizados a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas ao abrigo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até noventa dias após a data em que for publicada a regulamentação desta lei, observadas as seguintes condições:

I – repactuação, pelo prazo de até dezoito anos, tomando-se o saldo devedor atualizado pelos encargos pactuados para situação de normalidade até a data da repactuação, incorporando-se os juros de que trata o inciso II, e calculando-se prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de junho de 2006;

II – a partir da data da repactuação, as operações ficarão sujeitas à taxa efetiva de juros de um inteiro e quinze centésimos por cento ao ano;

III – os mutuários farão jus, nas operações repactuadas, a bônus de adimplência de setenta por cento sobre cada uma das parcelas, desde que o pagamento ocorra até a data aprazada;

IV – os agentes financeiros terão até cento e oitenta dias após a data em que for publicada a regulamentação desta lei para formalização do instrumento da repactuação.

Art. 2º Os mutuários adimplentes que não optarem pela repactuação farão jus ao bônus de adimplência de noventa por cento, no caso de pagamento total de seus débitos até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta lei.

Art. 3º Os mutuários com prestações vencidas a partir de 2001 poderão ser beneficiários da repactuação nas condições descritas nos incisos do art. 1º.

Art. 4º Os mutuários com obrigações vencidas em anos anteriores a 2001 terão duas alternativas para enquadramento nas disposições do art. 1º:

I – repactuação do somatório das prestações integrais vencidas, tomadas sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento; ou

II – pagamento das prestações integrais vencidas, tomadas sem encargos adicionais de inadimplemento e aplicando-se o bônus de que trata o inciso III do art. 1º sobre o montante em atraso.

Art. 5º Fica autorizada a individualização das operações coletivas ou grupais ao amparo do Procedimento, inclusive as realizadas por associações e cooperativas, para possibilitar o atendimento a cada mutuário isoladamente.

§ 1º Os mutuários integrantes de contratos coletivos ou grupais, quando optarem pela operação individualizada de que trata o **caput**, poderão valer-se:

I – da faculdade prevista no art. 1º, se estiverem adimplentes com suas obrigações vencidas em anos anteriores a 2001;

II – de uma das alternativas constantes do art. 4º, se estiverem inadimplentes com suas obrigações vencidas em anos anteriores a 2001.

§ 2º Aplica-se às operações individualizadas o disposto nos arts. 2º, **caput**, e § 3º, **caput** e § 1º, da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, e mantém-se a garantia originalmente vinculada ao contrato coletivo ou grupal quando todos os mutuários optarem pela individualização.

§ 3º Nos casos em que pelo menos um dos mutuários integrantes de contrato coletivo ou grupal não optar pela individualização:

I – o agente financeiro fica autorizado a contratar operação de assunção de dívidas com cooperativa ou associação de cujo quadro social os mutuários participem, mantendo-se a garantia originalmente vinculada ao contrato coletivo ou grupal, para fins de

assegurar que o bem em garantia permaneça servindo às atividades rurais dos agricultores; ou

II – fora da hipótese a que se refere o inciso I, havendo pelo menos um mutuário inadimplente que não optou pela individualização até o encerramento do prazo fixado no **caput** do art. 1º, para regularização das obrigações, o agente financeiro iniciará, no dia útil seguinte, as providências relativas ao encaminhamento do contrato para cobrança dos créditos pendentes e sua inscrição em Dívida Ativa da União, observada a legislação em vigor.

§ 4º Se houver execução da garantia vinculada ao contrato coletivo ou grupal, em decorrência do que dispõe o § 3º, inciso II, eventual sobra de recursos, depois de liquidadas as obrigações dos mutuários que não optaram pela individualização, será carreada à amortização, proporcionalmente, das operações individualizadas na forma deste artigo.

Art. 6º Cumpre aos agentes financeiros:

I – dar início às providências relativas ao encaminhamento dos contratos ao amparo do Procera para cobrança de créditos e sua inscrição em Dívida Ativa da União, observada a legislação em vigor:

a) em 30 de setembro de 2003, no caso dos mutuários com obrigações vencidas em anos anteriores a 2001 que não se valerem de uma das alternativas previstas no art. 4º;

b) após cento e oitenta dias do vencimento de prestação não paga; e

II – informar, no prazo de até cento e vinte dias após a data que for publicada a regulamentação desta lei, à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os montantes envolvidos nas repactuações e nas liquidações de obrigações.

Art. 7º Fica autorizada a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, no valor total originalmente financiado de até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem segundo as regras contratuais cento e vinte dias após a data eis que for publicada a regulamentação desta lei, observadas as seguintes características e condições:

I – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Fundo de Ampa-

ro ao Trabalhador – FAT, no caso de operações classificadas como “Proger Rural”, ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$15.000,00 (quinze mil reais), para investimento, e até R\$5.000,00 (cinco mil reais), para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, que não foram renegociados com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e pela Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000:

a) rebate no saldo devedor das operações de investimento equivalente a oito inteiros e oito décimos por cento, na data da repactuação;

b) bônus de adimplência de trinta por cento sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, no caso das operações de custeio e investimento no âmbito dos Fundos Constitucionais, e de vinte por cento nas operações de custeio e investimento nas demais regiões do país, sendo que nas regiões do semi-árido, e Norte do Espírito Santo, o bônus será de setenta por cento para custeio e investimento;

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano, a partir da data da repactuação nas operações de investimento, e de quatro por cento ao ano nas de custeio;

d) no caso das operações de investimento, o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que as operações repactuadas de custeio serão liquidadas em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, após um ano de carência contado da data da repactuação;

e) no caso de financiamentos com recursos dos mencionados Fundos Constitucionais, a adesão à repactuação dispensará contrapartida financeira por parte do mutuário, exigindo-se, nos demais casos, o pagamento, no ato da formalização do instrumento de repactuação, do valor correspondente a dez por cento do somatório das prestações vencidas, tomadas sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento;

II – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos no período de 2 de janeiro de 1998 a 31 de dezembro de 2000, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no caso de operações classificadas como “Proger Rural”, ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$15.000,00

(quinze mil reais), para investimento, e até R\$5.000,00 (cinco mil reais) para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário:

a) rebate de oito inteiros e oito décimos por cento no saldo devedor das operações de investimento, na posição de 1º de janeiro de 2002, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados;

b) no caso das operações de investimento, o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que as operações repartidas de custeio serão liquidadas em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, após um ano de carência contado da data da repactuação;

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano a partir de 1º de janeiro de 2002, com as condições diferenciadas para o semi-árido previstas na alínea **b** do inciso I.

III – nos financiamentos de investimento concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com valor total originalmente contratado acima de R\$15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), observadas as seguintes condições:

a) aplica-se o disposto no inciso I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais) na data do contrato original;

b) para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), mantêm-se os encargos contratuais vigentes para situação de normalidade.

§ 1º No caso de operações referenciadas no **caput** deste artigo formalizadas com cooperativa ou associação de produtores, considerar-se-á:

I – cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito;

II – como limite individual, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados ou associados da entidade que se enquadram como agricultores familiares, respeitado o mesmo teto de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para enquadramento.

§ 2º Na hipótese de liquidação antecipada e total do saldo devedor das operações a que se refere o **caput** deste artigo até 31 de dezembro de 2006, aplicar-se-á bônus adicional de dez por cento sobre o montante devido.

§ 3º Para efeito do disposto nos incisos II e III do **caput** deste artigo, ficam os gestores dos Fundos Constitucionais autorizados a reclassificar as operações realizadas simultaneamente com recursos do FATE de um dos Fundos Constitucionais para a carteira do respectivo Fundo, bem como, nesse caso, a assumir o ônus decorrente das disposições deste artigo.

§ 4º Aplicam-se as condições previstas no inciso I, do **caput** deste artigo, aos mutuários que tenham renegociado as suas dívidas com base em legislações posteriores à Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, exclusivamente nas áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais, não sendo cumulativos os benefícios previstos nesta lei com os anteriormente repactuados.

Art. 8º Fica autorizada, para os financiamentos até o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) concedidos aos produtores rurais que sejam lastreados por recursos de outras fontes que não os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no caso de frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios decretados em situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do Governo Federal, a conversão das operações para o âmbito do Fundo Constitucional respectivo, mantendo-se integralmente as condições financeiras do Pronaf, nos casos de agricultores familiares, mini e pequenos produtores e, para os demais casos, as condições previstas no art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com absorção dos respectivos ônus pelo Fundo Constitucional.

Art. 9º Fica o Ministério do Desenvolvimento Agrário encarregado das providências legais e administrativas necessárias à nomeação de liquidante para conduzir os trabalhos de encerramento das atividades do Fundo Contábil do Procera.

Parágrafo único. Fica a Secretaria Federal de Controle Interno incumbida de certificar os valores dos ativos e passivos do Fundo Contábil do Procera.

Art. 10. Ficam os gestores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste autorizados a conceder bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até o vencimento, nas proporções e condições a seguir explicitadas, no caso de operações de crédito ao setor rural

ao amparo de recursos desses Fundos, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem até noventa dias após a data em que for publicada a regulamentação desta lei:

I – operações de valor originalmente financiado de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais):

a) nas dívidas contraídas até 31 de dezembro de 1994: trinta e cinco por cento;

b) nas dívidas contraídas no ano de 1995: vinte e cinco por cento;

c) nas dívidas contraídas no ano de 1996: dezenove por cento;

d) nas dívidas contraídas no ano de 1997: dezesete por cento;

e) nas dívidas contraídas no ano de 1998: catorze por cento;

II – operações de valor originalmente financiado acima de R\$200.000,00 (duzentos mil reais):

a) para a fração de cada parcela que corresponda ao crédito original de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) aplica-se o disposto nas alíneas do inciso I;

b) para a fração da parcela que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) são mantidos os encargos financeiros pactuados sem aplicação do bônus aqui estabelecido.

§ 1º Para aplicação do disposto neste artigo, considerar-se-á o somatório das operações existentes em nome do mesmo emitente do instrumento de crédito, identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física – CPF ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se somente as operações que não foram contempladas com os benefícios estabelecidos no art. 7º desta lei.

Art. 11. O prazo estabelecido pelo § 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até noventa dias após a data em que for publicada a regulamentação desta lei, sem que essa dilação de prazo alcance a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida lei.

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das parcelas em atraso até 28 de fevereiro de 2003, exclusivamente das operações adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, ocorra mediante a contratação de nova operação realizada pelo mutuá-

rio, até noventa dias após a regulamentação desta lei, observadas as seguintes condições:

I – pagamento, em espécie, de dez por cento do saldo devedor em atraso;

II – refinanciamento em catorze anos do saldo devedor remanescente, mediante repactuação vinculada à aquisição de Títulos Públicos Federais equivalentes a dezoito vírgula quarenta e dois por cento desse saldo remanescente, a serem entregues em garantia ao credor.

Parágrafo único. Para as operações refinanciadas nos termos do inciso II deste artigo, aplicam-se os benefícios previstos nos incisos I e II, do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, sobre as parcelas de juros pagas até o vencimento.

Art. 13. O inciso I do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I – zero vírgula setecentos e cinqüenta e nove por cento ao mês sobre o saldo principal, para a variação IGP-M do mês imediatamente anterior ao de incidência;

..... “(NR)

Art. 14. Fica autorizada, para as operações adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto da 2001, que são passíveis de enquadramento no art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, a substituição dos encargos financeiros pactuados, no período que se inicia em 28 de outubro de 2002 até sessenta dias após a data da publicação desta lei, pelos encargos estabelecidos nos termos dos incisos I e II do **caput** do referido art. 2º.

§ 1º As prestações que estavam vencidas em 28 de outubro de 2002 são corrigidas da seguinte forma:

I – dos respectivos vencimentos até o dia 27 de outubro de 2002, pelos encargos financeiros definidos no art. 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001;

II – de 28 de outubro de 2002 até sessenta dias após a data da publicação desta lei, pelos encargos estabelecidos no art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002.

§ 2º Aplicam-se as disposições do **caput** deste artigo às parcelas com vencimento a partir de 28 de outubro de 2002 até sessenta dias após a data da publicação desta Lei, desde que pagas até o vencimento.

Art. 15. Os bancos oficiais federais poderão, a seu exclusivo critério, retardar a propositura ou suspender processo de execução judicial de dívidas de operações de crédito rural, no caso de agricultores fa-

miliares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, quando envolverem valor originalmente financiado de até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em projetos localizados eis áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, desde que haja reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades para resgate ou ampliação da capacidade de geração de renda dos agricultores.

§ 1º Para efeito de reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades, os bancos oficiais federais poderão se valer de estudos realizados por entidades de pesquisa e de prestação de assistência técnica e extensão rural.

§ 2º Excluem-se do disposto neste artigo as operações adquiridas sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, as renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, as contempladas pelo art. 7º desta Lei e aquelas formalizadas após 30 de junho de 2000.

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo às operações lastreadas por recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Art. 16. Os custos decorrentes desta Lei, no âmbito do PROCERA, dos Fundos Constitucionais e das Operações Oficiais de Crédito, serão compensados com o resultado decorrente do contingenciamento estabelecido pelo Poder Executivo nesta exercício, nos termos do art. 67 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, e do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que poderá ser liberado para estas ou outras finalidades.

Art. 17. Para efeito do disposto no art. 1º, inciso I, alínea a, da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, são considerados componentes dos encargos financeiros os rebates e os bônus por adimplemento que forem aplicados aos financiamentos concedidos aos beneficiários do PRONAF, consoante resolução do Conselho Monetário Nacional, cabendo o ônus desses benefícios ao respectivo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Art. 18. O § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º (...)

§ 1º O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de vinte e cinco por cento ou reduzi-lo a vinte por cento.

(...) “(NR)

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

§ 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar.

§ 2º O Programa de que trata o **caput** será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

§ 3º O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, para a operacionalização do Programa de que trata o **caput**.

§ 4º A aquisição de produtos na forma do **caput** somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Art. 20. O Conselho Monetário Nacional, no que couber, disciplinará o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nºs 10.464; de 24 de maio de 2002, e 10.646, de 28 de março de 2003.

Emenda nº 56, da Relatora

Substitua-se, na letra **b**, do inciso I, do art. 7º, do PLV-17/2003, a expressão “no âmbito” pela expressão “contratadas na região”.

Emenda nº 57, da Relatora

Substitua-se, no **caput** do inciso II, do art. 7º, do PLV-17/2003, após a palavra “Pronaf”, a vírgula “, por um ponto e vírgula “;“.

Emenda nº 58, da Relatora

Substitua-se, no **caput** do inciso II, do art. 7º, do PLV-17/2003, após a expressão “Centro-Oeste”, a vírgula “, por um ponto e vírgula “;“.

Emenda nº 59, da Relatora

Substitua-se a expressão, no **caput** do inciso II, do art. 7º, “31 de dezembro de 2000”, para “30 de junho de 2000”.

Emenda nº 60, da Relatora

Inclua-se, no art. 7º, do PLV-17/2003, o seguinte parágrafo e seus incisos:

“Parágrafo – Para os financiamentos de que tratam os incisos I e II, realizados na região Nordeste e lastreados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT em operações com recursos mistos desse Fundo e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, ou realizadas somente com recursos do FAT sem equalização, nesta região, cujo valor total originalmente contratado não exceda R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), prevalecem as seguintes disposições:

I – aplicam-se os benefícios de que tratam os inciso I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais);

II – a parcela do saldo devedor, apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o norte do Espírito Santo, poderá ser prorrogada pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, com rebate de 50% (cinquenta por cento) sobre a prestação ou parcela liquidada na data do vencimento, e taxa efetiva de juros de três por cento ao ano a partir de 1º de janeiro de 2002”.

Emenda nº 61, da Relatora

Dê-se nova redação ao inciso II, do art. 12, do PLV-17/2003:

“II – refinanciamento em treze anos do saldo devedor remanescente, mediante repactuação vinculada à aquisição de Títulos Públicos Federais equivalentes a 20,62% (vinte vírgula sessenta e dois por cento) desse saldo remanescente, a serem dados em garantia ao credor”.

São as seguintes as *Emendas nºs 16 e 30, rejeitadas*:

Emenda nº 16

Dê-se nova redação ao inciso III, do art. 7º da MP cm apreço, excluindo as alíneas a e b do referido inciso:

III – financiamentos de investimento concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, ao am-

paro de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Noite, Nordeste e Centro-Oeste, ou do FAT, no caso de operações com recursos mistos desse Fundo e de um dos três Fundos Constitucionais e daquelas classificadas como “Proger Rural”, com valor originalmente contratado de até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), torão mesmas condições dos referidos incisos.

Emenda nº 30

Dê-se ao caput do art. 11 da MP nº 114, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 11. O prazo estabelecido pelo § 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até noventa dias após a data em que for publicada a regulamentação desta medida provisória, inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida lei.”

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Srs. Senadores, eu sei que a matéria é polêmica, mas peço serenidade e compreensão a V. Ex^{as}s.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 17, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte

PARECER Nº 604, DE 2003

(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003 (Medida Provisória nº 114, de 2003).

A Comissão Diretora, apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003 (Medida Provisória nº 114, de 2003), que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

Sala de Reniões da Comissão, 11 de junho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos**.

ANEXO AO PARECER Nº 604, DE 2003

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras provisões.

Emenda nº 1 (de Redação)
(Corresponde à Emenda nº 56 – Relatora-revisora)

Substitua-se na alínea **b** do inciso I do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão a expressão “no âmbito” pela expressão “contratadas na região”.

Emenda nº 2 (de Redação)
(Corresponde à Emenda nº 57 – Relatora-revisora)

Substitua-se no **caput** do inciso II do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão após a palavra “PRONAF” a vírgula “,” por um ponto e vírgula “;”.

Emenda nº 3 (de Redação)
(Corresponde à Emenda nº 58 – Relatora-revisora)

Substitua-se no **caput** do inciso II do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão após a expressão “Centro-Oeste” a vírgula “,” por um ponto e vírgula “;”

Emenda nº 4
(Corresponde à Emenda nº 59 – Relatora-revisora)

Substitua-se no **caput** do inciso II do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão a expressão “31 de dezembro de 2000” para “30 de junho de 2000”.

Emenda nº 5
(Corresponde à Emenda nº 60 – Relatora-revisora)

Inclua-se no art. 7º do Projeto de Lei de Conversão o seguinte § 5º:

“§ 5º Para os financiamentos de que tratam os incisos I e II, realizados na região Nordeste e lastreados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT em operações com recursos mistos desse Fundo e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, ou realizadas somente com recursos do FAT sem equalização, nesta região, cujo valor total originalmente contratado não exceda R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), prevalecem as seguintes disposições:

I – aplicam-se os benefícios de que tratam os incisos I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais);

II – a parcela do saldo devedor, apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o norte do Espírito Santo, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, com rebate de 50% (cinquenta por cento) sobre a prestação ou parcela liquidada na data do vencimento, e taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir de 1º de janeiro de 2002”.

Emenda nº 6
(Corresponde à Emenda nº 61 – Relatora-revisora)

Dê-se nova redação ao inciso II do art. 12 do Projeto de Lei de Conversão:

“II – refinanciamento em 13 (treze) anos do saldo devedor remanescente, mediante repactuação vinculada à aquisição de Títulos Públicos Federais equivalentes a 20,62% (vinte inteiros e sessenta e dois centésimos por cento) desse saldo remanescente, a serem dados em garantia ao credor.”

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 115, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 115, de 2003, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa, e da Integração Nacional, no valor de doze milhões de reais, para os fins que especifica, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Co-

missão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado José Borba (PMDB – PR), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão.

Relator Revisor: Senador **Sibá Machado**.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária ontem, quando teve sua deliberação adiada em virtude da falta de acordo de lideranças para apreciação do item nº 1 da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial** da União, foram apresentadas vinte e sete emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 22 de abril, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 21;

– quando da apreciação da matéria no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 21 de maio, foi retirada a Emenda nº 1, pelo seu autor Deputado Bismarck Maia;

– o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no dia 17 de maio e o de vigência no último dia 1º, tendo sido prorrogado por ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 29 de maio.

Passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, Relator e Revisor da matéria, para proferir parecer.

PARECER Nº 605, DE 2003 (DE PLENÁRIO)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 115, de 2003, editada em 2 de abril de 2003, abre crédito extraordinário no valor de R\$12 milhões em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional. A dotação em comento destinou-se a ações emergenciais de combate ao incêndio florestal no Estado de Roraima, que atingia fortemente os

assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, além de terras indígenas.

Sr. Presidente, passo ao mérito para ganharmos tempo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, queremos ouvir o relatório completo. Pedimos, inclusive, que o Senador Sibá Machado leia mais devagar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência solicita ao Relator que leia por completo a matéria, que será votada posteriormente. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, segundo a Exposição de Motivos nº 092/2003 – MP, dada a extensão dos focos de incêndio e seus vultosos danos, a intervenção federal fez-se necessária, inclusive por meio de aporte de recursos.

O crédito extraordinário utiliza como fonte de recursos o cancelamento parcial de dotação alocada à Reserva de Contingência.

No âmbito do Congresso Nacional, a referida Medida Provisória tramitou na Câmara dos Deputados, onde recebeu parecer favorável do Plenário, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 6º, § 2º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN. Foram apresentadas, inicialmente, 27 emendas à proposição, sendo que uma delas foi retirada pelo autor e as demais foram rejeitadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Da constitucionalidade

O exame acurado da Medida Provisória nº 115, de 2003, evidencia que não existem óbices constitucionais que possam ser opostos à sua aprovação. Seus dispositivos afiguram-se de acordo com as normas constitucionais vigentes, particularmente com a disposta no art. 165, § 3º, da Constituição Federal, que permite a abertura de créditos extraordinários para atender a despesas urgentes e imprevisíveis.

De outra parte, verificam-se, na hipótese, os pressupostos de relevância e urgência. Ante o imediatismo das ações públicas de combate aos incêndios exigido quando editada a medida provisória, resta configurado o requisito da urgência. Por outro lado, o grande potencial de danos sociais, econômicos e ambientais decorrentes de calamidades dessa natureza caracteriza a relevância necessária para a edição da medida provisória.

Da adequação financeira e orçamentária

A medida provisória demonstra-se adequada tanto do ponto de vista financeiro quanto do orçamentário. Coaduna-se, nesse sentido, com o Plano Pluri-anual 2000–2003 (Lei nº 9.989, de 21/07/2000) e suas revisões e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 (Lei nº 10.524, de 25/07/2002).

Eventuais questionamentos quanto à ausência de informações associadas a demonstrativos de compensação dos efeitos da despesa criada sobre o resultado primário não consideram a excepcionalidade da situação, em que a urgência das ações do Poder Público é fundamental. Portanto, conclui-se que a medida provisória em exame atende às normas de Direito Financeiro em vigor.

Do encaminhamento da Medida Provisória.

Quanto à forma de encaminhamento da Medida Provisória nº 115/2003 ao Congresso Nacional, cumpre assinalar estarem cumpridas as condições previstas no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, segundo o qual o texto de medida provisória há de ser encaminhado a este Poder, fazendo-se acompanhar da respectiva mensagem e do documento em que se exponha a motivação do ato.

Do mérito

Quanto ao mérito da medida provisória sob análise, mister destacar sua inegável conveniência e oportunidade. Calamidades desse jaez exigem a célebre e efetiva ação do Poder Público, de modo a se minimizarem os prejuízos socioeconômicos e ambientais. Sabe-se que, nesses casos, as esferas estadual e municipal mostram-se, muitas vezes, incapazes de disponibilizar as providências imprescindíveis para se debelar os focos de incêndio, sendo de todo recomendável o auxílio da esfera federal.

Ademais, as emendas apresentadas devem ser rejeitadas, eis que afetariam a integridade do crédito extraordinário e as correspondentes ações do Poder Público. Nesse momento, em que boa parte das dotações já foi executada, é inoportuna a aprovação dessas emendas.

Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação integral da Medida Provisória nº 115, de 2003, nos termos em que foi publicada e encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. José Sarmey, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência pede a atenção do Plenário. O parecer é favorável.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Em votação os pareceres do Relator: Deputado José Borba, do PMDB, do Paraná, e do Relator Revisor, Senador Sibá Machado, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovados.

Passamos à apreciação do mérito.

Discussão, em conjunto, da medida provisória e das emendas, em turno único.

Está inscrito para discutir, em primeiro lugar, o Senador Arthur Virgílio, que tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada quantas emendas existem à sua frente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa vai fazer a verificação e informará a V. Ex^a.

Ainda temos três matérias a serem votadas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas há quantas emendas apensadas a essa matéria, relatada tão diligentemente pelo Senador Sibá Machado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa informará a V. Ex^a em seguida. (Pausa.)

Senador Arthur Virgílio, 27 emendas foram apresentadas à medida provisória. Concedo a palavra a V. Ex^a para discutir. (Pausa.)

V. Ex^a declina do direito de discutir?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, Sr. Presidente, há uma emenda que apresenta particular interesse para mim e, nessa hora, eu pedirei a palavra a V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa atenderá V. Ex^a, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes por até dez minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Senador Sibá Machado apresentou o seu relatório à medida provisória que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e da Integração Nacional no valor de doze milhões de reais para os fins que especifica.

A medida provisória, Sr. Presidente, trata do meio ambiente. Sabemos que principalmente o Ministério da Integração Regional teve o maior contingenciamento do Governo. Agora, por intermédio dessa medida provisória, o Governo abre crédito para o Meio Ambiente e para a Integração. Lembro que é importante a questão do meio ambiente no que diz respeito às queimadas, mas lembro também um fato que espantou toda a sociedade brasileira e em especial o Congresso Nacional: mesmo não tratando desse assunto nessa medida provisória, o Governo, ao liberar recursos para o Meio Ambiente, Senador Arthur Virgílio, autorizou a importação de pneus usados.

Sabemos que foi exatamente o Partido do Governo que, anos atrás, combateu fortemente a importação de pneus usados para o nosso País, o que, sem dúvida, é uma contradição em relação à defesa do Governo dessa medida provisória.

Devo dizer que essa matéria nos preocupa. Portanto, gostaríamos de, aproveitando esta oportunidade, trazer para o Congresso Nacional a discussão, em audiência pública, com empresários, principalmente os responsáveis pela importação de pneus usados, pois essa importação é ruim para o nosso meio ambiente! Uma contradição do Governo, pois agora defende exatamente uma medida provisória que trata da defesa do meio ambiente.

Quanto à integração nacional, esta é uma oportunidade para protestar contra o contingenciamento feito por este Ministério, principalmente quando paralisou todas as obras relativas a recursos hídricos do Nordeste. Agora o Governo começa a abrir a torneira dos recursos sem consultar Governadores, Secretários de Estado, o Congresso Nacional, dando uma preferência estritamente pessoal.

Votaremos a favor da Medida Provisória, mas deixamos aqui o registro de que o Governo precisa discutir determinadas matérias no Congresso Nacional, e não simplesmente ignorá-lo, como ocorreu em relação ao BNDES, quando não ouviu o Congresso Nacional, nem esta Casa nem a Câmara dos Deputados.

Quanto às medidas provisórias que aqui estão chegando e seguindo para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, comunica-

mos ao Governo que, a partir de agora, pretendemos discutir as matérias. Queremos entender por que o PT, que mais condenou medidas provisórias no País, agora bate o recorde de edições. Sr. Presidente, ao analisar as matérias, é preciso discutir e dialogar, a fim de que possamos, acima de tudo, negociar uma posição que venha favorecer o próprio Brasil.

Parabenizo o Senador Sibá Machado pelo relatório bem-feito, bem estudado e bem trabalhado, mas discordo da defesa do Partido do Governo, embora brilhante. E tenho certeza de que V. Ex^a, como fez seu Partido no passado, criticou a importação de pneus usados. Isso não é bom para o meio ambiente. É ruim para o meio ambiente e para o Brasil, abrirmos um espaço que complica a situação do nosso País.

Portanto, deixo registrado meu protesto em relação a esse posicionamento, bem como dizer ao Governo que devemos estudar, junto ao Ministério da Integração Nacional, maior liberação de recursos contingenciados, para que possamos dar continuidade às obras iniciadas, e que se encontram paradas.

Sabemos que, até o presente momento, o Governo não gastou mais de 1% dos recursos destinados pelo Orçamento, mas gastou 6% com propaganda. Precisamos que o Governo esclareça à população brasileira por que investiu 1% em todas as outras áreas, enquanto investiu 6% em propaganda. O Governo precisa dar esses esclarecimentos.

Mas vamos atendê-lo, votando favoravelmente à matéria, para que também possamos votar o salário mínimo.

Portanto, em nome da Liderança da Minoria, encaminho favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Continua em discussão a **Medida Provisória nº 115, de 2003**.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito para discutir, declaro encerrada a discussão.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, eu não estava inscrito para discutir a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa não havia registrado, mas, se V. Ex^a deseja discutir, concedo-lhe a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, inicialmente, queremos declarar que votaremos favoravelmente.

Tivemos a oportunidade de realizar audiência pública no Senado, com a presença do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e ficamos assusta-

dos. Estamos no mês de junho e, só neste momento, vem, para discussão, uma medida provisória no sentido de dotar o Ministério da Integração Nacional de condições para atender a ações emergenciais de defesa civil. Do total de R\$12 milhões, R\$3.8 milhões serão destinados ao Ministério da Integração Nacional.

Entendemos que devemos aprovar a medida provisória, o relatório do Senador Sibá Machado, porque trata de necessidades inadiáveis dos três Ministérios.

No detalhamento da utilização dos recursos encaminhados ao Congresso Nacional, R\$1.648 milhão do Ministério da Defesa serão aplicados na aeronáutica, na manutenção e suprimentos de combustíveis e lubrificantes. É imprescindível, urgente, inadiável que essas providências sejam tomadas pelo Senado da República. Para o Ministério do Exército, serão destinados R\$3.551 milhões, para emprego na força terrestre em operações.

É bom destacar que ontem o Senado passou a discutir se utiliza ou não o efetivo das Forças Armadas na segurança nacional. Portanto, é necessário que esta Casa, que o Congresso brasileiro, dê condições de funcionamento para as nossas Forças Armadas.

A Casa também não pode negar aquilo que pleiteia o Governo Federal para o Ministério do Meio Ambiente. Aqui relacionado, temos R\$3 milhões destinados ao combate a incêndio. Sabemos do zelo e do carinho da Senadora Marina Silva, no sentido de dotar seu Ministério de condições de funcionalidade, e esperamos inclusive que, na proposta orçamentária, o Ministério do Meio Ambiente seja mais bem contemplado no ano de 2004.

Sr. Presidente, não poderíamos nos furtar a apoiar essas iniciativas. Somos do PSDB, estamos na oposição, mas, quando o assunto é urgente e relevante, como restou demonstrado na mensagem do Executivo e também no relatório do Senador Sibá Machado, é evidente que o Senado tem que apoiar.

Nesse sentido, manifesto a opinião favorável, principalmente quanto à urgência dessas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a **Medida Provisória nº 115, de 2003**, aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo das emendas.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam
queiram permanecer sentados (Pausa.)

anormal

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Passa-se à votação, em globo, das emendas com pareceres contrários, apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em votação as Emendas nºs 1 a 27.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a medida provisória aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 115, DE 2003

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente; da Defesa; e da Integração Nacional, no valor de R\$12.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente; da Defesa; e da Integração Nacional, para atender à programação constante do Anexo I, desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO : 5300 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00											
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	N	R	M	O	I	U	F	T	VALOR
		04101 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA												1.648.300
		ATIVIDADES												
05 151	0621 2842	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LÍQUIDOS DE CONSUMO E SUPRIMENTOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINÁRIO)												1.648.300
05 151	0621 2846 0101													1.648.300
		F 3 2 95 0 100												1.648.300
		TOTAL - FISCAL												1.648.300
		TOTAL - SEGURIDADE												0
		TOTAL - GERAL												1.648.300

ÓRGÃO : 5300 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXÉRCITO

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00											
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	N	R	M	O	I	U	F	T	VALOR
		0420 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO												3.551.700
		ATIVIDADES												
05 153	0620 2885	EMPRESA DA FORÇA TERRESTRE EM OPERAÇÕES												3.551.700
05 153	0620 2885 0101	EMPRESA DA FORÇA TERRESTRE EM OPERAÇÕES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINÁRIO)												3.551.700
		F 3 1 2 1 90 0 1 100												3.551.700
		TOTAL - FISCAL												3.551.700
		TOTAL - SEGURIDADE												0
		TOTAL - GERAL												3.551.700

ÓRGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00											
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	N	R	M	O	I	U	F	T	VALOR
		0467 DEFESA CIVIL												3.800.000
		ATIVIDADES												
05 152	0647 4580	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL												3.800.000
05 152	0647 4580 0179	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - NA REGIÃO NORTE (CREDITO EXTRAORDINÁRIO)												3.450.000
05 152	0647 4580 0331	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE (CREDITO EXTRAORDINÁRIO)												350.000
		S 3 4 2 30 0 0 100												3.400.000
		TOTAL - FISCAL												0
		TOTAL - SEGURIDADE												3.800.000
		TOTAL - GERAL												3.800.000

ÓRGÃO : 99000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
UNIDADE : 99000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00											
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	N	R	M	O	I	U	F	T	VALOR
		09999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA												12.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS												
99 999	09999 0998	RESERVA DE CONTINGÊNCIA												12.000.000
99 999	09999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FISCAL												12.000.000
		F 0 0 0 0 0 0 100												12.000.000
		TOTAL - FISCAL												12.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE												0
		TOTAL - GERAL												12.000.000

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Votam-se as emendas, não o parecer. Portanto, a votação que se deu foi pela rejeição das emendas.

Item 3:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 18, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2003, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2003, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Cláudio Magrão (PPS-SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; da Medida Provisória e da Emenda nº 8, e inadequação das Emendas de nºs 1 a 7 e 9 a 15; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 4 de abril e não chegou a se instalar;

– durante o prazo de seis dias, após a publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial** da União, foram apresentadas quinze emendas perante a Comissão Mista;

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 22 de abril, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 28, que concluiu pela aprovação nos termos de Projeto de Lei de Conversão;

– o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no dia 17 de maio, e o de sessenta dias de vigência no último dia 1º, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 6.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Designo o nobre Senador Roberto Saturnino Relator Revisor da matéria.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

**PARECER Nº 606, DE 2003
(DE PLENÁRIO)**

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei de Conversão nº 18, proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2003.

Sr. Presidente, são aproximadamente 35 milhões de brasileiros, entre trabalhadores e aposentados que recebem o piso, que dependem para sua sobrevivência desse reajuste anual que é exigido pelo art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal. Por conseguinte, Sr. Presidente, a questão dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância fica preenchida pela própria natureza da medida, que é exigida constitucionalmente e ainda não havia sido votada para o ano corrente.

Sobre a questão da adequação financeira e orçamentária, a ação está prevista não só no Orçamento, na Lei Orçamentária Anual, mas no Plano Pluriannual. O eventual excesso sobre a despesa reservada, que é de R\$4.767 bilhões, eventualmente excedente, será coberto pelo contingenciamento previsto no decreto correspondente.

Com relação à questão da admissibilidade, que envolve pressupostos de urgência e relevância, assim como de adequação financeira e orçamentária, não há o que obstar à aprovação do projeto de lei de conversão ora em exame.

O mérito, Sr. Presidente, já foi bastante discutido nesta Casa na medida em que salário mínimo é sempre um item de grande importância e matéria de preferência de discussão e priorização por parte de representações das mais diversas camadas da população brasileira.

No momento em que foi anunciado o valor de R\$240,00, e que a discussão se processou nesta Casa, ficou patente e evidente para todos que esse era o limite possível, dentro da cautela exigida e absolutamente essencial que o Governo tinha de adotar na condução da sua política econômica nesse primeiro semestre de ano.

A proposta embutida no orçamento que veio do Governo anterior mencionava o valor de R\$211,00. A

proposta apresentada pelo candidato de oposição, o ex-Senador José Serra, falava em R\$220,00 antes de ele conhecer – ele, candidato – a situação dramática pela qual a economia do País passou no final do período anterior, nos últimos 20 ou 30 dias, durante o mês de dezembro e que foi efetivamente uma situação da mais alta gravidade, envolvendo riscos, sim, de desestabilização da economia que o Governo, presente, teve de enfrentar logo em seus primeiros dias; daí a atitude de cautela que o levou a propor esse nível de salário mínimo, que cobre o reajuste do desgaste monetário do ano anterior e acrescenta uma pequena parcela de aumento real, dentro das possibilidades limitadas – todos sabemos – exatamente pelo risco de desestabilização que poderia ter ocorrido se não fosse usada – como continua sendo usada – atitude de extrema cautela por parte do Governo atual.

Sr. Presidente, eu gostaria de ter à mão aqui – infelizmente não tenho porque esse assunto me pegou de surpresa – uma entrevista publicada recentemente no **Correio Braziliense** com a professora Marilena Chauí, em que ela analisa precisamente a atitude cautelosa do Governo sob o ponto de vista econômico e financeiro, dizendo que o risco de uma desestabilização, de uma contestação mesmo, institucional do Governo atual foi muito grande e que, pelo conhecimento de história que tem do País, das tradições brasileiras e da fraqueza ainda da consolidação do regime democrático brasileiro, ela chegou a trabalhar com essa hipótese da desestabilização, tão grave era a situação assumida pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva nos primeiros meses do seu exercício.

Sr. Presidente, não poderia ter sido outro o comportamento, senão este de extrema cautela, que, infelizmente, não vem sendo adequadamente compreendido por uma parte da chamada esquerda brasileira, que exigia, ou pretende exigir, uma atitude mais ousada, que poderia envolver riscos de extrema gravidade, nos quais, ninguém com responsabilidade, quer incorrer.

A proposição, no mérito, encontra essa justificativa de ser o nível mais elevado possível dentro da orientação de conceder aumentos reais ao salário mínimo e completar esta evolução ao fim do quarto ano de mandado. Mas, neste primeiro ano, diante da gravidade da situação, o nível proposto foi de R\$240,00, que, aliás, resultou de um consenso de praticamente todos os analistas que enfrentaram essa questão e que vieram nessa proposição a manifestação de bom senso e de seriedade por parte do Governo.

Cumpridos os pressupostos de urgência e relevância e de adequação financeira e orçamentária; no

mérito, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003, e contrário às emendas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa pede a atenção do Plenário.

O Parecer é favorável.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, um momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Continua V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, com a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, para completar o Parecer, eu esqueci dois aspectos importantes que estão no art. 2º do Projeto de Conversão que dizem respeito à modificação do art. 41 da Lei nº 8.213 e que vêm atender a duas reivindicações antigas e importantes por parte dos aposentados brasileiros. O primeiro estabelece que os reajustes dos benefícios serão concedidos na mesma data dos reajustes do salário mínimo; o segundo institui o pagamento desses benefícios até o dia 05 de cada mês, por conseguinte, antecipando substancialmente, o que sempre foi uma reivindicação dos aposentados, o atendimento desse benefício.

Peço a compreensão de V. Ex^a porque realmente escaparam-me esses dois aspectos que são de grande importância para a justificativa do projeto em exame.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa agradece a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador) – Eu consultei os Líderes de diversos Partidos e, por ser esta uma matéria importante e polêmica, estamos solicitando que a votação seja feita amanhã. Concluiríamos a discussão e votaríamos amanhã a matéria. E que se avise a todos os Srs. Senadores da importância da votação de amanhã para que possamos limpar a pauta da Casa, votando todas as medidas provisórias; os nomes dos diretores do Banco Central e dos dois representantes das agências de regulação. Com isso, limparíamos a pauta de todas as matérias e daríamos um passo importante no Senado Federal. Esta é uma matéria nobre demais para, com o risco de outros

compromissos que os Senadores sempre têm, ser colocada em votação nessas condições.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa pretende, em primeiro lugar, antes de iniciar a discussão, votar as preliminares dos pressupostos constitucionais da relevância e da urgência antes da votação de mérito, antes da discussão. E logo em seguida a Mesa ouvirá os demais Líderes sobre a proposta de V. Ex^a.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Em votação os pareceres do Relator: Deputado Cláudio Magrão, do PPS de São Paulo, e do Relator Revisor, Senador Roberto Saturnino, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais da relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A partir de agora, nós iniciariámos a discussão de mérito da matéria. Pelo que propôs o Líder Senador Aloizio Mercadante, essa discussão se daria também amanhã.

Eu gostaria de ouvir os demais Líderes sobre a proposta do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Na verdade, hoje se deveria encerrar a discussão, a fim de que a votação fique para amanhã. Essa era a proposta inicial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Iríamos, portanto, até a discussão. A Mesa agradece ao Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o PSDB reconhece que é extremamente relevante e, de fato, nobre o tema. Mas vamos ter aqui três momentos: a opção pelo salário mínimo de R\$240, defendida pela Liderança do Governo e por seus aliados; um destaque do Partido da Frente Liberal que estipula o valor de R\$ 260, e um destaque do meu Partido, do PSDB, que estipula o valor de R\$ 252 para o salário mínimo. Esse é o ponto. Há um acordo para que se façam duas votações nominais, ou seja, os destaque seriam votados às claras. De fato, as posições têm de

ser legitimamente tomadas, às claras, ou seja, quem pensa assim pensa assim, às claras; quem pensa assado defende assado, às claras também.

O PSDB seguirá os Líderes. Pode-se discutir hoje; pode-se discutir amanhã. O importante é que tenhamos um debate límpido e tranquilo a respeito do que seria o melhor caminho e a maior possibilidade para o salário mínimo que o Brasil adotará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A proposta seria esgotarmos a discussão hoje, e V. Ex^a concorda.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – As duas posições nos são convenientes. O PSDB concorda com o que os Líderes decidirem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pelo PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de minha parte, não há nenhum problema em que se encerre a discussão hoje. Esta matéria é objeto, inclusive, de duas emendas: uma do Senador Arthur Virgílio, de R\$252, no caso do PSDB, e uma nossa do PFL que propõe a majoração do salário mínimo para R\$260. Eu concordo que essas emendas precisam ser ouvidas pela maior quantidade possível de Senadores, ou seja, por um Plenário numeroso para que a manifestação da sociedade se expresse por inteiro. Esse argumento me convence. Se alguns Líderes crêem que o quórum já não está com esse nível de qualificação quantitativa, eu concordo que se faça a discussão da matéria e a votação na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Portanto, o PFL concorda. A Mesa já dispõe dos dois requerimentos de votação nominal, especificamente para os dois itens mencionados pelo Líder Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, Líder da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ressalto a minha temeridade em relação ao quórum de amanhã. Poderá não haver amanhã quórum satisfatório para votar esta matéria. Espero que esteja enganado.

Deixo já registrada a minha posição em relação ao assunto. Tenho um compromisso inadiável no meu Estado, para onde estou indo na noite de hoje. Estava aqui justamente para votar, mas respeito a posição das Lideranças. Acredito que amanhã provavelmente não haverá quórum. Seria interessante discutirmos a

matéria na próxima semana. Dispomos de segunda, terça e quarta-feira da próxima semana para votar a proposição. Deixo já claro meu ponto de vista porque deverei estar ausente amanhã. Se aqui estivesse, votaria favoravelmente à emenda do meu Líder, Senador José Agripino, para que o salário mínimo passe a vigorar com R\$260. Receio, repito, que amanhã não haja quórum. Informo a todos que, a partir de amanhã, se iniciam os festejos juninos no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa informa a V. Ex^a, nobre Líder Efraim Moraes, que, por acordo de Lideranças, como haverá amanhã sessão deliberativa, a Mesa submeterá a matéria à votação.

Chamo a atenção do Plenário para a importância da proposição. Entretanto, não havendo quórum, na próxima terça-feira, a matéria será reinserida em pauta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, logo em seguida, ao Senador Tião Viana.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, percebo que nasce um consenso aqui. Ou seja, não teríamos por que não votar a proposição amanhã. Há vontade de todos de exibir suas faces políticas diante do tema. Se, porventura, por qualquer acidente, não for possível completar a votação, a proposta que faço aos Líderes – na preliminar, ela foi tacitamente muito bem aceita pelo Senador Aloizio Mercadante – é que a votação não seja na próxima semana, que tem um feriado e, sim, na semana seguinte para termos um dia nobre, com Casa cheia, com participação efetiva e patriótica daqueles que defendem quaisquer pontos de vista. Os nossos serão defendidos com a mesma intensidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Arthur Virgílio, a Mesa informa a V. Ex^a que a matéria entrará em pauta amanhã; se não houver quórum, entrará na pauta de terça-feira e assim sucessivamente até o dia em que houver quórum.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Tião Viana, Líder do Bloco.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a concordância com os demais Líderes sobre o adiamento dessa matéria. Entendemos que, assim, estaremos permitindo um melhor debate, um debate

aberto aos olhos da sociedade brasileira. Esta matéria nos traz muita tranquilidade e muita firmeza na sua condução porque é do Presidente Lula a afirmação de um compromisso histórico de tentar dobrar o poder de compra de quem ganha um salário mínimo neste País. É uma bandeira histórica do Partido dos Trabalhadores e dos partidos que têm atuado na luta pela mudança para um novo País.

Ao mesmo tempo, temos muita tranquilidade em lembrar aos eminentes Líderes que foi do então candidato à Presidência, José Serra, no último debate da eleição presidencial, a defesa de um salário mínimo de R\$220,00. Nossa Governo já apresentou um salário mínimo de R\$ 240,00. Então será um debate muito oportuno e muito importante para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Luiz Otávio. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela liderança do PMDB, quero apenas deixar bem clara a nossa posição que é a de, inicialmente, esgotarmos a discussão ainda hoje. A partir de amanhã, deve entrar na pauta para votação o projeto sobre o salário mínimo que está em discussão no momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nesse sentido foram todos os depoimentos dos Srs. Líderes, portanto, permanece a decisão de discutirmos a matéria até a sessão de hoje. Ela entrará na pauta de amanhã e sucessivamente até o dia em que houver quorum.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sugiro uma sessão extraordinária amanhã, às dez horas. A Presidência poderia comunicar isso a todos os gabinetes dos Senadores, e as Lideranças mobilizarem as suas Bancadas para que possamos começar a votação amanhã cedo, pois a pauta não pode continuar trancada até a semana que vem, porque há muitas decisões a serem tomadas. Por exemplo, o projeto eleitoral, que está na CCJ, cuja apreciação depende da desobstrução da pauta, tem implicações fundamentais para a Justiça Eleitoral. Os dois Diretores do Banco Central, cuja votação está pendente, são fundamentais para a reunião do Copom

que irá se realizar na próxima semana. Enfim, temos grandes obrigações constitucionais. Os Senadores têm de participar dos trabalhos no plenário. Precisamos mobilizar a Casa para reunir-se amanhã às dez horas numa sessão deliberativa. Tal mobilização pode começar desde agora, avisando gabinete por gabinete. Além disso, cada Líder poderia contribuir avisando suas Bancadas. Assim limparíamos a pauta amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Aloizio Mercadante, a Mesa informa a V. Ex^a que haverá uma sessão do Congresso Nacional amanhã às 11 horas. O que a Mesa poderia fazer, de acordo com os Líderes e em entendimento com o Presidente José Sarney – e eu gostaria de ouvir os Líderes sobre essa nova proposta do Senador Aloizio Mercadante –, seria marcar uma sessão para amanhã a partir do meio-dia. Para isso, ouviremos os Líderes.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas comunicar aos Membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que a reunião que eu próprio havia anunciado, ainda há pouco, para as 18 horas não se realizará porque deveríamos votar projetos em caráter terminativo e, como não houve a votação completa das medidas provisórias no plenário, não poderá haver a reunião da CCJ. Fica, portanto, cancelada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, comunica ao Plenário o cancelamento da reunião de amanhã da referida Comissão.

A Mesa está mantendo entendimentos com o Presidente José Sarney acerca da proposta do Senador Aloizio Mercadante e gostaria de ouvir os Líderes sobre a proposta de realização de uma sessão amanhã a partir do meio-dia.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio, pelo PMDB.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também está marcada uma reunião da Subcomissão de Turismo para amanhã, quinta-feira, de manhã, para ouvir todos os presidentes das companhias de aviação que enfrentam essa problemática

financeira e estrutural de fusão de empresas. Esse assunto é muito importante para o Senado Federal.

Realmente, precisamos reunir o Congresso Nacional, que inclusive realizará uma sessão extraordinária amanhã, às 11 horas.

Há pouco, o Senador Aloizio Mercadante, como Líder do Governo, propôs a realização de uma sessão extraordinária amanhã, às dez horas. O PMDB encaminha favoravelmente a essa proposta.

O Presidente José Sarney decidirá se a sessão do Senado será às dez ou às 12 horas, após a reunião do Congresso Nacional.

O PMDB encaminha o voto favorável à proposição do Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa pede a atenção do Plenário para a seguinte comunicação: já foram mantidos entendimentos com a Câmara dos Deputados e com o Presidente José Sarney – resta apenas ouvir a opinião dos Srs. Líderes – a respeito da convocação de sessão amanhã, às 12 horas, para votarmos a matéria requerida pelo Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em face da realização de sessão solene do Congresso Nacional e de supormos, de maneira que imagino abalizada, que há **quorum** neste momento, sugiro a V. Ex^a que acione as campainhas para verificarmos se, de fato, a Casa está plena de presenças para votarmos hoje a matéria e desobstruirmos a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência convoca os Srs. Senadores que se encontram nas outras dependências da Casa a comparecerem ao plenário, a fim de que possamos decidir se votamos a matéria ainda hoje ou amanhã, às 12 horas, após a sessão do Congresso Nacional, que terá início às 11 horas.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, solicito que dê continuidade à discussão da matéria até que possamos fazer a verificação de presença. Penso que, neste momento, os governistas estão nos Ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Discussão, em conjunto, da Medida Provisória, do Projeto de Lei de Conversão e das Emendas, em turno único.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que desejem discutir a matéria podem inscrever-se perante a Mesa.

Concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Rio Grande do Sul.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em minha avaliação, o Plenário refletiu muito para decidir se votava essa matéria hoje ou amanhã, porque de fato ela envolve a vida de, nada mais, nada menos, cem milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, o último censo demonstra que, neste País, há 54 milhões de pessoas que recebem de zero a meio salário mínimo; e 46 milhões de pessoas que recebem de meio a um salário mínimo. Pode ser incrível para muitos, mas a verdade é que, neste País, cem milhões de pessoas dependem da decisão que será tomada neste momento aqui, no Senado da República.

Sr. Presidente, durante os meus 16 anos de vida pública, na Câmara dos Deputados, sempre advoguei um salário mínimo correspondente, pelo menos, a US\$100, o que corresponderia hoje a cerca de R\$290,00.

Por três vezes, durante esses 16 anos, consegui aprovar na Câmara dos Deputados o salário mínimo correspondente a US\$100. Lembro-me de que a luta mais difícil foi em 1991, quando conseguimos um reajuste de 147%, que não queriam estender aos aposentados e pensionistas, o que provocou enorme mobilização. Lembro-me da simbologia da ponte de Florianópolis, quando os aposentados interromperam o tráfego, fechando a ponte. A partir daí o Supremo Tribunal Federal estende aos 20 milhões de aposentados os 147%.

Lembro-me, 1991, 46% de reajuste, também a discussão foi profunda e diziam que quebraria o País. Ultrapassamos os US\$100, mais uma vez. Fim de 1998 e 1999, mais uma vez, conseguimos chegar aos US\$100.

E, no ano passado, infelizmente, a Câmara dos Deputados, embora insistíssemos nos US\$100, na época, mediante um acordo firmado por todos os Partidos, fixou que o salário mínimo, este ano, seria de R\$240,00.

Lembro-me de que, na época, eu insistia com a quantia de R\$260,00, que era o correspondente aos 100 dólares. Fui derrotado em todas as Comissões e nos debates. Diziam que R\$260,00, que é um valor insignificante, levaria o País ao caos.

Num primeiro momento, a peça que chegou ao Congresso – à Câmara na época – recomendava um salário mínimo de R\$211,00. Não houve entendimento. Depois de um longo debate, construíram os R\$240,00 na peça orçamentária. Para mim, não era na Comissão Mista de Orçamento que se deveria discutir o salário mínimo e, sim, na Comissão de mérito. Mais uma vez fui derrotado, e engessaram para este ano que o salário mínimo não poderia chegar a um valor maior que R\$240,00.

Assim mesmo, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eleito o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, fiz uma série de movimentos para que o salário mínimo chegasse próximo aos 100 dólares. A resposta que recebi foi a de que não se poderia romper um acordo feito com todos os partidos e que estava refletido na peça orçamentária. Assim mesmo, insisti e procurei os ministérios correspondentes e fiz mais duas propostas: A primeira, que pelo menos a data-base fosse unificada para o dia 1º de maio, para que não ficasse o salário mínimo em 1º de abril e os aposentados em 1º de junho. Responderam-me que, mediante processo já encaminhado, não daria para fazer essa mudança. Mas se comprometeram comigo, naquela oportunidade, que, dentro do possível, no projeto de lei de conversão da medida provisória, apontariam para que, no ano que vem, o salário mínimo voltasse para a sua data histórica: dia 1º de maio.

Tenho de reconhecer, Sr. Presidente, aqui de público, que o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu esse acordo. O projeto de lei de conversão que, no momento, está na Casa garante que, a partir do ano de 2004, o salário mínimo será corrigido no dia 1º de maio, assim como os benefícios dos 22 milhões de aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, percebendo que não dava para trabalhar com um número maior que 240 reais, fiz outra solicitação aos ministérios correspondentes, já que os 22 milhões de aposentados e pensionistas, infelizmente, recebem os seus vencimentos no 11º, no 12º, no 13º, no 15º, no 16º, no 17º e até no 18º dia, enquanto os trabalhadores da área privada e os que recebem o mínimo recebem até o 5º dia: que, pelo menos, os vencimentos dos aposentados e pensionistas, a partir do Governo Lula, tivessem a mesma data de correção. Conseqüentemente, receberiam também até o 5º dia. Pedido felizmente acatado.

Posso, neste momento, questionar os R\$240,00, que estão longe do que eu gostaria – e tenho certeza de que, assim como eu, esta Casa também, e por unanimidade –, mas devo reconhecer que, neste projeto de lei de conversão, são atendidas duas

grandes solicitações do conjunto do movimento sindical, de todas as centrais sindicais, de todas as confederações e de todas as entidades de aposentados e pensionistas.

Não é justo, Sr. Presidente, que os aposentados e pensionistas, que têm de pagar o aluguel no fim do mês, de comprar o remédio mensalmente – já que não há outra oportunidade –, por não receberem no 5º dia útil como os outros trabalhadores, acabem indo até para o SPC, sejam processados e paguem juros, por terem de esperar mais dez, doze dias além do prazo ora estipulado. Devo reconhecer o avanço nos dois pontos, mediante acordo feito com o Palácio do Planalto e com os ministros da área correspondente.

Neste substitutivo, está garantido o grande pleito dos aposentados e pensionistas, que não esperarão mais pelo 18º dia – receberão no 5º dia. E a data-base de reajuste do salário mínimo e do salário dos aposentados e pensionistas, a partir do próximo ano, está consagrada para o dia 1º de maio.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, apresentei projeto de lei do salário mínimo para o próximo ano, e asseguro que terá correção plena. Fica, ainda, uma longa discussão: correção pelo IGP-DI ou pelo INPC? Historicamente, nos últimos sete anos, o IGP-DI dava um índice bem mais alto do que o INPC. Nos últimos dois meses, houve inversão: o INPC passou a dar um reajuste maior do que o IGP-DI.

Sr. Presidente, gostaria que esse meu projeto, para o ano que vem, garantisse, de uma vez por todas, a definição do índice de correção do valor do salário mínimo. Não podemos ficar ao sabor dos ventos: quando o IGP-DI é maior, reajusta-se pelo INPC e, quando o INPC é maior do que o IGP-DI, usa-se o índice menor.

Confesso a V. Exas que amanhã, no almoço com o Presidente Lula – até gostei que essa discussão ficasse para hoje, pois assim o almoço de amanhã não será prejudicado –, solicitarei a Sua Excelência que seja assegurado aos aposentados e pensionistas exatamente o INPC. Porque o Governo fez uma projeção para este mês, com base no INPC, e já está concedendo ao aposentado um reajuste correspondente a 19,6%. O INPC registrou 20,4%, o que significa uma diferença de quase 1% a menos para aposentados e pensionistas, porque não foi dado um índice exatamente com base no INPC, nem no IGP-DI.

Entendo que é uma projeção de cálculo, mas sei também que o Presidente da República e seus Ministros poderão fazer esse arredondamento para que os aposentados e pensionistas recebam exatamente o INPC, que deve ficar no mesmo índice concedido ao

salário mínimo, qual seja, 20%. O aposentado e o pensionista que receberam 19,6% receberiam, então, 20,4%, – que é o correspondente ao INPC dos últimos 12 meses.

Sr. Presidente, todos sabemos que dificilmente esse número mudará. Se o número não mudar, quero destacar estes dois pontos: 1) a data-base volta a ser, a partir do próximo ano, 1º de maio; 2) a grande solicitação da Cobap e do Mosap é de que todos os aposentados passarão a receber no 5º dia; e 3) ainda amanhã, tentarei articular, junto à nossa base e ao Presidente – e sei que esta foi a posição do Ministro Berzoini –, para que seja dado ao aposentado exatamente o INPC, de acordo com a projeção feita. Dos cálculos encaminhados, ficou uma diferença um pouco menor de 1%.

Senador Tião Viana, penso que podemos corrigir ainda durante este mês, para assegurar o INPC integral e evitar aquela discussão eterna no Supremo Tribunal Federal e no STJ: se a correção de 1991 para cá deve ser com base no IGP-DI ou no INPC. Se, de uma vez por todas, construirmos essa cultura de que efetivamente o INPC é que irá reajustar os benefícios dos aposentados e pensionistas, serve para reajustar o salário mínimo, e aí, claro, vamos trabalhar de forma permanente naquilo que entendemos que é possível do aumento real.

No projeto que está em tramitação na Casa, que já vai definir o salário do ano que vem, eu trabalho com índice fixo e com aumento real, com certeza absoluta, por tudo aquilo que percebo na economia e por esse projeto, por nós aposentados, que, no ano que vem, o salário mínimo há de ultrapassar o valor dos US\$100.00.

E é uma questão de justiça, Sr. Presidente. Todos sabem que eu, de forma pontuada, tenho feito considerações e busco alterar a reforma da previdência. Mas, por uma questão de justiça, trabalho nesta área de salário mínimo a mais de uma década, há quase duas décadas. Nenhum governo conseguiu no primeiro ano chegar aos US\$100.00. Sei que o nosso Governo também não conseguiu, mas estou convicto de que no ano que vem ultrapassaremos a barreira dos US\$100.00.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há um destaque de uma emenda de autoria do PFL, propondo a elevação do salário mínimo para R\$260,00, que foi votada na Câmara dos Deputados, não tendo logrado êxito, e ela é colocada agora no Senado Federal.

Srs. Senadores, sou um pragmático, e gostaria de fazer um raciocínio pragmático com V. Exªs. Fui duas vezes governador do meu Estado, e com pragmatismo era daqueles que acompanhava o Senador Mão Santa, acompanhava os números da arrecadação toda semana, para ver até onde a minha ação administrativa poderia caminhar, até onde eu poderia conceder reajuste de salário, até onde poderia construir estradas, até onde poderia fazer barragens, até onde poderiam ir minhas obras sociais, tudo controlado por mim pessoalmente. Diziam até que eu conhecia os números do Estado mais do que o Secretário da Fazenda.

Lembro-me muito bem de que, quando eu era governador, convivia com uma inflação que atingiu 80% num mês e com a situação de reajustes quadrimestrais. A cada 4 meses, eu tinha uma perspectiva de greve, porque tinha de fazer reajustes de 4 em 4 meses; era a minha angústia quadrimestral. Eu tinha de colocar, a cada 4 meses, todos os meus conhecimentos, toda a minha sensibilidade à prova para evitar as greves. O caminho que eu encontrava era conceder sempre um aumento no limite máximo das possibilidades do orçamento do Estado para, fundamentalmente, fazer justiça aos servidores, e procurava sempre fazer reajustes diferenciados para os mais modestos. A história do meu Estado registra todos esses fatos. Essa situação perdurou por quase 4 anos.

Estamos agora diante de um fato para o qual, com a autoridade de quem fez o que fiz, eu queria a compreensão e a atenção da Casa. O PFL, até 31 de dezembro do ano passado, participou do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, era parceiro do PSDB, que era titular do Governo. Durante alguns anos do governo de S. Exª, o PFL teve uma bandeira de luta a nível nacional, que foi a majoração do salário mínimo em níveis superiores à inflação.

Quero fazer um registro. O que o PFL e o PSDB significam hoje é muito mais do que o PT significava nas lutas que travamos no passado. O poder de fogo do PT para mover o Congresso a conceder aumentos superiores à inflação para o salário mínimo era muito menor do que a nossa capacidade hoje, mesmo não

sendo majoritários. Mas, mesmo assim, por entender a necessidade de se procederem aumentos diferenciados para quem ganha menos, o salário mínimo, o PFL e o PSDB foram parceiros do PT. Em 2001, por exemplo, Sr. Presidente, conseguimos um aumento do salário mínimo de 11% acima da inflação. Nos juntamos e fomos parceiros por uma boa causa. Houve recursos, e o aumento foi concedido e pago. A parceria foi estabelecida.

Agora, propusemos R\$260,00, mas a proposta do Governo foi de R\$240,00. O Senador Tião Viana afirmou que a proposta do então candidato do PSDB era de R\$220,00. A proposta que faço de R\$ 260,00 é responsável, e mostrarei por quê. Com a mesma responsabilidade que tinha ao aplicar os aumentos quando era governador.

Senador Tião Viana, entre R\$ 240,00, que é a proposta constante da medida provisória e R\$260,00, há uma diferença de R\$20,00, dinheiro que é importante para uma família comprar alguns quilos a mais de feijão, de arroz, alguns litros de leite, uma lata de óleo, comer melhor. Dá-se a essa família pobre a real condição de nem ao menos precisar do programa Fome Zero.

Se nos juntarmos e exercermos a parceria que exercemos no passado, estamos dando uma contribuição efetiva no rumo do programa do Governo de V. Ex^a que é o Fome Zero. Estamos incorporando R\$20,00 ao salário mínimo, para que as famílias pobres não precisem da esmola e tenham condições de comprar uns litros de leite a mais, uns quilos a mais de arroz, de feijão, um quilinho de carne a mais.

Agora, há dinheiro para isso? Vamos às contas. Para cada R\$1,00 de aumento no salário mínimo, não que a União tenha despesa no seu orçamento geral, porque todos já ganham acima de R\$240,00 ou de R\$260,00, o ônus recai sobre a Previdência, e para cada R\$1,00 a Previdência é onerada em R\$150 mil. Para R\$20,00 de diferença entre R\$240,00 e R\$260,00, a União, ou a Previdência seria onerada em R\$3 bilhões.

Como estão as contas públicas? Será que o Presidente da República tem condição efetiva de conceder esse aumento e pagar? Vamos à responsabilidade – e sou obrigado a fazer o raciocínio responsável de quem foi Governador. Vamos às contas. O superávit primário pactuado pelo Presidente Lula e o Fundo Monetário Internacional, estabelecido em 4,25% do PIB, determina até 30 de junho deste ano, um superávit financeiro em Reais que ascende à monta de R\$34,5 bilhões. É com quanto a União se

comprometeu: a ter mais arrecadação do que despesa em R\$34,5 bilhões.

É preciso que se reconheça que o Governo vem sendo austero nas suas despesas, austero até demais. Mas o que é fato é que os registros oficiais demonstram, Sr. Presidente, que até 30 de abril deste ano já se tinha apurado um superávit da ordem de R\$32 bilhões, sendo que só no mês de abril um superávit de R\$10 bilhões ocorreu. Uma média, portanto, de R\$8 bilhões por mês, ascendendo à casa dos R\$32 bilhões. Faltam R\$2,5 bilhões e há os meses de maio e junho para que a meta tomada junto ao FMI seja cumprida. Já há, portanto, R\$32 bilhões de superávit estabelecidos para um compromisso de R\$34,5 bilhões na pior das hipóteses, R\$8 bilhões, em média, estão-se conseguindo de superávit. Para maio e junho se ascenderia à casa dos R\$46 bilhões de superávit, sem considerar que, em abril, não foram R\$8 bilhões, foram R\$10 bilhões, contra R\$34,5 bilhões. Há uma sobra efetiva de R\$11,5 bilhões. É preciso, para se concederem aumentos no salário mínimo de R\$240,00 para R\$260,00, de R\$3 bilhões. Estou querendo fazer com V. Ex^as uma conta pragmática e ver que, se o Governo quiser, condição ele tem de dar. Se ele quiser manter a parceria feita com o PFL e com o PSDB no passado recente, ele tem a condição financeira real de dar; se ele quiser na prática iniciar um Programa Fome Zero efetivo, condição financeira ele tem.

O PFL apresenta proposta e tenho certeza de que contará com a colaboração e com a participação do PSDB. Solicito o exame de consciência de cada um de V. Ex^as do PMDB, do PDT, do PSB, mas principalmente do PT, dos nossos parceiros de 2001. Orgulhamo-nos da luta que travamos juntos, quando conseguimos um aumento real de 11% para o salário mínimo. Orgulho-me muito dessa parceria e queria renová-la. Aproveito esta oportunidade para propô-la com toda honestidade, colocando os números para a reflexão do Plenário e pedindo justiça para o trabalhador do Brasil.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra o próximo orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador José Agripino acaba de

preferir um discurso memorável pelo conteúdo, pela forma talentosa, pelos dados e pela sensatez.

Evidentemente sem lhe seguir o brilho, pretendendo, Sr. Presidente, manter-me na linha da sensatez, assim como o meu Partido. Afinal, saio de uma experiência de Governo de oito anos. Eu próprio já governei o meu povo. Portanto, não sairia da lavra do PSDB nada imaturo, nada irrealista, nada descabido, nada que significasse o despautério, nada que significasse pura e simplesmente, nas ondas da irresponsabilidade, levar o Governo a uma situação difícil, tentando criar um brilho a eco e criar impopularidades, que talvez custassem espaço político para o Senhor Presidente da República e para o Governo que dirige.

Hoje mesmo, nesta Casa, demos um exemplo muito claro de que o bom convencimento – serei tauológico – a nós nos convence. O Senador Teotônio Vilela Filho levou o seu Partido a votar na trilha do bom senso, com o Governo, na emenda que refinanciava as dívidas dos pequenos produtores rurais.

Àquela altura, tínhamos à nossa frente um boqueirão, para por ele percorrer: o caminho da demagogia, por exemplo. Eu não estou dizendo que quem foi contra estivesse fazendo demagogia. Nós tínhamos o convencimento de que o Governo estava certo naquele episódio; portanto, nós, e apenas nós, estariam incorrendo em equívoco político e em erro histórico da demagogia, se porventura não ouvissemos o Senador Teotônio Vilela, o Senador Renan Calheiros, e tivéssemos embarcado, – contra a convicção que havíamos formado – nas águas da oposição pela oposição, do desgaste imposto ao Governo pelo desgaste imposto ao Governo.

Acabamos de mostrar, ainda há pouco, que não iríamos faturar a popularidade fácil. Respeito quem pensava o contrário, mas nós tínhamos o convencimento que nos havia sido propiciado pelo Senador Teotônio Vilela.

Portanto, é com enorme autoridade moral, maior do que a habitual, maior do que aquela de que não abro mão, que chego a esta tribuna para dizer que é possível, sim, pagar-se um salário mínimo menos injusto, maior um pouco do que este que está sendo proposto e foi adotado pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em primeiro lugar, deveremos colocar com muita clareza, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que para Sua Excelência cumprir com o compromisso de praça pública, de dobrar o valor real do salário mínimo em quatro anos, se persistirem os R\$240 de hoje, ele terá que dar aumentos reais acima de 20% nos três anos do seu Governo. Sua Excelência poderia fazer

autocrítica e dizer que não é possível e, aí, recuar e pedir desculpas à Nação pelo arroubo. Mas Sua Excelência, a persistir nisso, poderia também ver se não é possível sacrificar algum setor do seu Governo que fosse, de emendas parlamentares, o que fosse, para ficar menos longe desta meta que, neste pé, será completamente irrealizada, porque é completamente, Líder José Agripino, irrealizável.

Nós temos o cuidado de dizer que, em julho de 1994, o salário mínimo era de R\$64,79 e a cesta básica, medida pelo Dieese, em São Paulo, era de R\$67,40; ou seja, não se comprava com o salário mínimo uma cesta básica cheia.

Em maio de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso aumentou o salário para R\$100; e a cesta básica custava R\$ 96, ou seja, 1,08% da cesta.

Em 2000, o salário mínimo era R\$151; e a cesta básica de R\$115. Logo, o salário mínimo valia 1,3% da cesta básica.

Em 2002, a cesta básica baixou de R\$132 para R\$129, o que ainda aumentou um pouco mais o valor do salário mínimo.

Em março de 2003, a mesma cesta básica, medida pelo Dieese, passou a custar, em função das dificuldades que todos vivenciamos, R\$174,59; e o poder de compra do salário mínimo baixou para 1,15% das cestas básicas.

O Senador Antero Paes de Barros dará uma explicação mais detalhada – estamos combinados quanto a isso. Há o destaque do PSDB, propondo o valor de R\$252 em votação nominal, para que todos nós mostremos exatamente a nossa face política, com toda a transparência que devem fazer os homens públicos de efetiva estirpe. E há o destaque, porque imaginamos que, para se recompor o valor do salário mínimo minimamente, sem acarretar demasiado peso para o Orçamento da União, dever-se-ia reajustá-lo para R\$252, porque um real de incremento do salário mínimo custa R\$146 milhões no Orçamento da União. Assim, voltaríamos aos momentos numéricos de 2002.

Sr. Presidente, veja como este Brasil está avançando. Registro, não sem uma ponta de decepção, de amargura, de tristeza e até de dor, que este não era o ambiente com o qual eu estava acostumado a debater o salário mínimo – Casa cheia, sessão congressual, geralmente noites que lembravam os dias mais esplendorosos do Congresso Nacional. Hoje temos dúvidas sérias se há **quorum** para votação da matéria. Hoje, estamos vendo mais cadeiras vazias no Senado da República do que cadeiras com Senadores dis-

cutindo algo que importa muito pouco para quem tem muito em sua própria poupança, mas importa muito para quem faz parte do segmento mais deserdado da população, que é o segmento obrigado a sobreviver com o salário mínimo.

Não questiono se o salário mínimo de R\$240 é o único possível. Entendo que o de R\$252 é o mais justo. O Líder Agripino Maia entende que o de R\$260 é possível e é mais justo ainda. Ressalto que a primeira decepção a registrar, Sr. Presidente, é que a Casa está vazia e parece que não está dando a devida importância a algo do interesse do trabalhador da base da pirâmide social do nosso País.

Como este País avançou! Por outro lado, não temos apitos, não há nenhuma estridência. A nossa oposição pode ser veemente, como estou sendo veemente ao falar, mas ela não prejulta, não difama, não berra e não agride. A nossa oposição apenas diz que é necessário um mínimo de coerência de um Governo que imaginava que US\$ 100.00 era o salário possível e que agora se limita a “tocar a bola para o lado”, para usar o jargão futebolístico, e propor o salário mínimo de R\$ 240,00.

Estou falando de R\$ 252,00. São R\$ 12,00 a mais. Peço aos Srs. Senadores que dividam R\$12,00 por trinta, que dividam a diferença entre R\$ 260,00 e R\$ 240,00, ou seja, R\$ 20,00, por trinta, para vermos como isso é irrisório do ponto de vista do que pode caber a cada um. Não estamos pedindo muito. Estamos pedindo o mínimo.

Quero me congratular com os membros da base do Governo que aqui estão, estoicamente, cumprindo com o seu dever.

Sr. Presidente, o Brasil avançou, porque – e a alternância no poder é tão boa por isso – nunca mais os nossos antigos opositores farão a oposição do apito. Não farão, nunca mais. Nunca mais farão a oposição da irresponsabilidade. Não farão nunca mais a oposição da vontade política, aquela que diz que a vontade política faz mágica, faz milagre e é capaz de tudo, de aumentar salário dos funcionários públicos, de aumentar o salário mínimo e de prover todas as necessidades e as demandas da reconstrução da infra-estrutura de um país. Não farão isso nunca mais. No Governo, eles estão aprendendo que o recurso é escasso, estão aprendendo que não dá para se fazer o jogo da demagogia eterna e impunemente – aliás, não se deve fazer o jogo da demagogia nunca e jamais –, de forma alguma. Aqui está: chegam ao Governo e não conseguem aumentar para mais do que R\$240,00 o salário mínimo. E nós estamos simplesmente propondo algo que vinha na trilha do caminhar do Governo

do Presidente Fernando Henrique. Absurdo se eu faltasse alguma coisa que destoasse do compromisso com o ajuste fiscal. Absurdo se eu viesse aqui para pura e simplesmente criar embaraço ao Governo. Eu digo que o Brasil avançou porque mais tarde os governistas de hoje voltarão a ser oposição, e aí farão uma oposição respeitosa, saberão quanto custam as coisas, saberão que o dinheiro é escasso, saberão que não dá para se tirar dinheiro nem da demagogia nem do colete dessa coisa falsa que é chamada vontade política. Quando queriam encurralar o Governo, diziam: “Falta vontade política”. Nós dizíamos: “Não, está faltando dinheiro, está faltando possibilidade real, está compromisso com a economia, está faltando compromisso com a sociedade para valer”. Diziam isso a partir de uma análise falsa dos que acreditavam que a vontade política fazia a mágica de transformar – faço aqui uma homenagem a minha terra – os peixes do rio Amazonas em peixes de ouro, que supririam as necessidades dos doentes, dos famintos, dos deserdados.

Se tivéssemos enfrentado o Governo no episódio da dívida rural, teríamos faturado a popularidade mais facilmente. Não o fizemos. E nesse caminho, Sr. Presidente, digo com a mesma tranquilidade de quem acabou de apoiar o Governo em algo que pode até nos ter custado um naco de popularidade, com essa mesma autoridade moral, digo, com a sinceridade que não deve faltar a nenhum de nós: no rumo e no pé em que vão as coisas, o Presidente Lula não cumprirá com o seu compromisso, com a sua promessa de duplicar o valor real do salário mínimo em quatro anos. Eu sei disso, as Lideranças do Governo sabem disso, Sua Excelência sabe disso, o Ministro da Fazenda sabe disso, o Ministro do Trabalho sabe disso, os brasileiros começam a desconfiar disso. Tenho a impressão de que o pior dos caminhos é enveredarmos pela postergação das decisões e da assunção de responsabilidades.

Aceito que digam que é impossível fazer, mas não aceito que se encene a pantomima de dizer que, neste ano, praticamente nada, mas a partir do próximo ano, tudo. Transforma-se em campanha eleitoral de nível não alto o que deveria ser uma discussão de homens de Estado preocupados com o destino de seu País.

Finalizo meu pronunciamento, desmontando uma última balela: a de que havia uma previsão de R\$ 220,00 do candidato José Serra para o salário mínimo. O Líder José Agripino já falou muito bem sobre o assunto e não vou repetir. Era outra circunstância. O candidato Serra foi até mais sincero. Se tivesse pro-

metido mais, talvez recebesse mais votos. Prometendo menos, menos votos. Como não se podia dar mais, parece-me que, àquela altura, ganhou o nosso candidato, que perdeu a eleição, no quesito sinceridade. No entanto, não houve esforço a mais do Presidente Lula ou de quem quer que seja em relação ao que foi feito pelo Governo Fernando Henrique e pela Liderança do Governo à época para se chegar ao valor de R\$ 240,00.

O Relator do Orçamento, Senador Sérgio Machado, do PMDB, trabalhou em concordância conosco, no antigo Governo, e chegou a esse número, adotado pelo Governo de transição, pelo governo passado e também por esta Casa. Não houve nenhuma mágica, nenhuma generosidade a mais.

Queremos apenas pontuar que, se Casa avançou até R\$ 240,00, não temos por que não fazer um grande esforço para, tirando de algum lugar, dar alguns trocados a mais. Não estou falando de nenhuma revolução, não falo de salário mínimo de país desenvolvido, nem de nada que cheire a demagogia, porque não construí minha carreira política com base nisso. Estamos falando de um pouco mais e mostraremos fontes, mostramos os custos para o Orçamento, o Líder José Agripino já falou dos custos para a Previdência.

Em outras palavras, quando formos votar a matéria, imagino que a Casa estará cheia, não com esse número medíocre de presentes, medíocre em relação ao que o Senado merece e ao que o tema sugere. Dá a impressão ao povo de que não nos preocupamos com a discussão de algo fundamental para o escalão mais baixo da pirâmide social brasileira. Dá a impressão de que o assunto não é importante. Estamos preocupados com muitas coisas, mas com o salário mínimo nem tanto, ou pelo menos não todos, porque a Casa não está apinhada como me acostumei a vê-la.

Sr. Presidente, gostaria de conceder um aparte ao Senador Sérgio Guerra antes de concluir meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa alerta a V. Ex^a que seu tempo está esgotado e aproveita para pedir ao Senador Sérgio Guerra que utilize apenas os dois minutos fixados pelo Regimento para apartes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Líder Arthur Virgílio, o conteúdo da palavra de V. Ex^a é contundente. Efetivamente, nestes últimos tempos, todos estamos, de uma forma ou de outra, perplexos. Todos

desejamos o melhor para o País: que o Governo do Presidente Lula dê certo, que reformas que antes foram impedidas agora ocorram. Mas a nós todos surpreende o tamanho das contradições, a inconseqüência das palavras empenhadas, a absoluta descontinuidade de um pensamento que durante muitos anos presidiu determinado discurso que terminou por eleger o Presidente Lula e que não tem nada a ver com o que faz o seu Governo. Num primeiro momento, há um excesso de exibição do Presidente, há uma ebulição, uma certa confusão na opinião pública. Os que têm tranqüilidade, como temos nós e, seguramente, tem o Líder Senador Arthur Virgílio, esperam que a poeira baixe um pouco, para que, no futuro, aqueles que falaram tanto e não fizeram nada do que disseram se expliquem à população. Nosso voto hoje é para melhorar a situação dos miseráveis brasileiros que têm um salário humilhante, que deve ser progressivamente recuperado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra, pelo brilhante aparte.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o jogo que proponho aqui é nada mais, nada menos que o jogo da verdade; não o jogo das cadeiras vazias, o jogo da fuga e do desgaste. Proponho apenas que se admite que se não se pode, hoje, do ponto de vista do Governo, garantir algo além de R\$ 240,00 – estou falando de um aumento para irrisórios, Senadora Patrícia Saboya Gomes, R\$ 252,00, para insignificantes, Senador Paulo Octávio, R\$ 260,00 –, se não se pode garantir pelo menos isso agora, então que, em consideração a um povo que merece respeito e que deu ao Presidente Lula uma das votações mais expressivas na história das eleições presidenciais no mundo inteiro, não se prossiga em algo que a mim me cheira até a uma certa mesquinharia. Por que se prometer 20% de ganho real – na verdade, acima de 20% – a partir do ano que vem? Como se, de repente, o cenário internacional se fosse alterar brilhantemente a favor de um Governo sortudo, como se, de repente, as condições internas pudesse ser refeitas, num passe de mágica, para que o Governo, à revelia da teoria econômica, pudesse operar o milagre de o salário mínimo aumentar de maneira tão forte sem trazer de volta, por exemplo, alguns pontos a mais de inflação.

E estou vendo a ortodoxia ultramonetarista utilizada pelos competentes técnicos que auxiliam o Ministro Antonio Palocci, da Fazenda. Não me parece, de forma alguma, pelo andar da carruagem do Ministro Antonio Palocci, um homem competente, que tem atuado bem na gestão macroeconômica do País, que,

ao longo dos próximos anos, se possa dar mais de 20% de ganho real para o salário mínimo.

Parece-me que chegou a hora, isto sim, de fazermos o que fizemos nesta tarde: um acordo. O PFL, nosso aliado tão tradicional, ficou de um lado, com sinceridade e convicção. Nós, por indicação do Senador Teotônio Vilela Filho, ficamos ao lado do Governo na votação do crédito rural.

Estou propondo exatamente esse jogo da verdade. Que se faça aqui algo parecido com uma auto-critica, que se faça, sobretudo, uma profissão de respeito ao povo, porque o pior seria prosseguir em uma promessa que não fosse cumprida, o que já é intolerável quando se trata de eleição, e, mais ainda, quando se renova o jogo demagógico no poder.

Eu insisto, se querem demonstrar alguma boa vontade, que busquem um pouco mais de recursos e aumentem para R\$ 252 reais, pelo menos, o salário mínimo tão amesquinhado, percebido por milhões e milhões de trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, esse tema é extremamente significativo e palpitante. Mexe com as nossas emoções e com as minhas de forma muito especial, porque sou oriundo de uma família que nem conheceu salário mínimo. Assim, é um assunto que me toca profundamente.

Sou grande admirador do Senador Arthur Virgílio e creio que ainda não conheci orador igual, com sua capacidade de raciocínio, sua velocidade de entendimento e, acima de tudo, sua capacidade de convencimento. E faço coro com S. Ex^a em parte do que diz, mas em parte não, até porque não posso comungar da parte apocalíptica do seu discurso, de que o Presidente Lula chegará ao final do seu Governo sem a mínima condição de dobrar o salário mínimo.

Eu, em minha fragilidade de informações, na minha falta de conhecimento técnico, estou convencido de que a vontade política é um fator extremamente importante, aliado à sensibilidade e à capacidade técnica.

Existe uma universidade em Israel chamada Universidade Berseba, onde estudam os gênios. Fazem um curso de oito anos e saem de lá com o título de doutor em milagre no deserto. Uma nação que se

tornou moderna tão rapidamente consegue tirar leite de pedra.

Há muitas pessoas com capacidade, e o Governo Lula vai ficar devendo se não tiver a capacidade de usar a máquina do governo para tachar os grandes deste País, os bancos, os empresários, os que construíram a vida ganhando muito e sem se importar com esta discussão que estamos fazendo hoje do salário mínimo.

A sociedade brasileira tem sido muito mal-informada. A informação não chega aos pequenos de forma entendível, de forma que possam, de fato, distribuir na porta do boteco, do mercado ou da feira onde fazem suas compras. É preciso explicar à opinião pública que o Orçamento operado por Luiz Inácio Lula da Silva não é dele, é ainda do Governo Fernando Henrique Cardoso. Este exercício está sendo operado com o Orçamento do ano passado.

A sociedade brasileira, os mais simples, têm que entender que Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um governo como se recebe um automóvel a trezentos quilômetros por hora: se fizer manobra, vira. Tem-se de entender a mecânica do carro devagar.

É verdade que todos nós, não somente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT, nas discussões acaloradas de um processo eleitoral, fazemos afirmações que na prática nunca assumimos. Mas Paul Tillich disse que “só os tolos não mudam”. Luiz Inácio Lula da Silva cresceu e amadureceu, assim como seu partido. Em alguns momentos, a nós e aos nossos ouvidos e aos da opinião pública, algumas atitudes soam contraditórias. Um salário de R\$240,00 foi proposto na campanha eleitoral de Anthony Garotinho. José Serra havia proposto R\$220,00. Quando Anthony Garotinho subiu alguns pontos na pesquisa, após falar em R\$240,00, José Serra mudou de discurso. E certamente era apenas discurso.

Portanto, em tempos de guerra, em que a economia mundial ensaiava um grande colapso e o risco Brasil crescia galopante e assustadoramente, precisamos entender que a mão de Deus esteve sobre o Brasil. O preço do petróleo começou a subir no meio de uma guerra, o risco Brasil começou a cair. Não há dados, mas o Presidente recebeu o risco Brasil em estado de crescimento veloz, mas esse índice começou a desabar já no primeiro mês de seu mandato.

Eu quero dizer o seguinte aos menores do País e aqui me refiro aos meus parentes de sangue, primos primeiros, irmãos da minha mãe, do meu pai, que ganham salário mínimo mesmo: precisamos ter esperança, porque, a despeito do técnico, temos um Presidente que é capaz de chorar publicamente pela

miséria dos seus irmãos. Isso não parece muito? Mas é, sim, quando se tem sensibilidade e sentimento.

Sei que não é o ideal, mas o ideal está por vir. Eu creio! Tenho esperança! Acho que vamos chegar lá, apesar dos embates que teremos ainda com as reformas. Confio muito!

Sr. Presidente, neste momento estamos debatendo o tema mais significativo da Nação, salário mínimo. Haverá muitas dificuldades com as reformas. E cada um de nós vive seu drama íntimo com essa reforma, pelo que apregoamos e vivemos ao longo de nossa história política. Mas minhas esperanças se concentram no final do próximo ano, quando o Presidente Lula estiver operando um Orçamento seu, escrito por seu punho, com suas relações internacionais e acordos. Até porque o combinado não é caro. Quando se busca combinadamente o dinheiro de alguém e aceitam-se os juros impostos, o tomador do empréstimo pegou o dinheiro porque quis e é obrigado a pagá-lo. Mas a ninguém está proibido negociar. E se o Presidente tiver essa capacidade de negociar, de prolongar, certamente, Senador Arthur, ao final de quatro anos, nós o veremos anunciar um salário mínimo não dos nossos sonhos, porque se o nome for sempre mínimo, vamos estar sempre brigando para que ele melhore. E mínimo nunca deixará de ser mínimo. No dia em que for US\$100, continuará sendo mínimo e vamos brigar para que seja US\$150. No dia em que for esse valor, será sempre mínimo. No dia em que mudarmos a lógica, estaremos, então, vivendo o dia dos sonhos de cada um de nós, dos simples, daqueles que não tiveram um berço privilegiado, da parcela significativa de brasileiros que recebem esse salário mínimo e dos comércios de interior de cidades pequenas que dependem para sua sobrevivência daqueles que ganham salário mínimo e que são aposentados com salário mínimo.

Nesta hora, ao encerrar minha fala, Sr. Presidente, até porque sei que há outros oradores inscritos, quero dizer ao Presidente Lula que estou solidário, pois sei que Sua Excelência está operando um Orçamento que não é seu. Estamos operando com o Orçamento proposto no ano passado, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. Sou solidário e reafirmo o meu compromisso com o Presidente da República, com seus sonhos, com seu sentimento e com sua vontade de inaugurar um dia novo neste País. É verdade que não se faz uma omelete sem quebrar ovos, e o Presidente enfrentará esse quebrar de ovos, que lhe custará algum desgaste, mas, tenho certeza de que Lula não mudou seus propósitos, de que Lula não mudou suas intenções e de que, ao final

de quatro anos, haveremos de comemorar a vitória de um Governo popular, de um homem simples. Este Governo caiu na hora certa nas mãos de Sua Excelência, que é um abençoado, porque tem como oposição o PL, o PSDB e o PFL, que lutaram por essas reformas.

Concordo com as últimas palavras do Senador Arthur, que, quando faz Oposição, não o faz com apito, não o faz com barulho, mas expõe suas idéias, mostra à Nação as razões das suas posturas e dos seus procedimentos. Um Presidente que tem uma Oposição assim deve, no mínimo, estar rindo à-toa. E é acreditando nessa Oposição que não apita, que não vaia e que não joga chinelo no Plenário que confio que, ao final de quatro anos, o Presidente Lula terá cumprido seus compromissos de campanha.

Encerro, dizendo que só estou triste porque, ao final de cinco meses, ainda os grandes não foram taxados como devem ser neste País. Estou sentado esperando o momento em que eles começarão a pagar a conta junto com os 54 milhões que estão abaixo da linha da miséria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de mais nada, lamento a ausência bastante significativa de boa parte da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ausência historicamente muito sentida, já que o PT ganhou as eleições em outubro, muito pouco tempo para que o tema salário mínimo – com a honrosa exceção ao Senador Paulo Paim – deixe de ser um tema recorrente no debate do Partido dos Trabalhadores. Creio que não tem justificativa histórica essa ausência. A Bancada do PSDB, que é menor, tem maior número de Senadores presentes, no momento, do que a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Já disse ao Senador Arthur Virgílio e quero fazer, inclusive, um apelo aos Líderes da Oposição dessa Casa para que, toda vez em que formos celebrar entendimentos para votação de medidas provisórias, deixemos clara a necessidade de explicitar as diferenças naquilo em que precisam ser explicitadas. Ou seja, façamos o entendimento, mas incluamos, também nesse entendimento, algumas questões extremamente relevantes.

Hoje, tivemos um ato da maior relevância aqui, em Brasília. Creio que hoje os trabalhadores brasileiros começaram a decidir sobre as mudanças necessárias na reforma da Previdência. É preciso deixar claro – e já o disse desta tribuna – que apoiaremos muitos pontos da reforma com os que concordávamos e continuamos concordando. Com outros não concordávamos e continuamos não concordando. A taxação dos servidores inativos é, em nossa opinião, a manifestação do desprezo pela coisa julgada, pelo direito adquirido e pelo texto constitucional. Ainda mais, porque o PT sabe disso, pois já patrocinou uma ação de inconstitucionalidade em que foi vitorioso, tendo em vista o posicionamento do Supremo Tribunal Federal de que é realmente inaceitável a cobrança dos inativos, porque fere o direito adquirido.

Faço um registro que irá corrigir uma injustiça que não foi cometida contra Fernando Henrique Cardoso ou contra o PSDB, na minha opinião. A injustiça foi cometida contra um amigo pessoal, contra uma pessoa que atuou como Relator do Orçamento. Fui membro da Comissão de Orçamento, presenciei sua atuação e sua perfeita interação com os que iriam assumir o poder, ou seja, com o Partido dos Trabalhadores.

O Orçamento sempre esteve à disposição do PT, foi modificado pelo Senador Sérgio Machado – que, aliás, hoje, é indicado para uma Diretoria importante no Governo do PT – e foi feito a não sei quantas mãos, mas, com certeza, com todas as mãos do Partido dos Trabalhadores.

O Governo Lula, evidentemente, governa com o Orçamento do ano passado, com o Orçamento feito para 2003, no qual influiu – e influiu decididamente. Governa com superávit, cujas condições foram proporcionadas no ano passado, e com o crescimento do agronegócio, cujas condições também foram proporcionadas no ano passado.

É preciso reconhecer que a economia está paralisada. É importante que o Senador e que o Deputado Federal quando forem para o seu Estado andem de carro nas estradas federais. Nunca as rodovias federais estiveram tão depauperadas como estão.

O meu Estado apresenta um crescimento da economia, há vários anos, em função de algumas medidas tomadas pelo Governo Estadual e também devido ao setor produtivo. E o setor do agronegócio tem impulsionado extraordinariamente o desenvolvimento do Mato Grosso. Mas foi o Presidente do BNDES, portanto, o insuspeito Carlos Lessa, quem, em depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos, fez o maior reconhecimento que o Presidente Fernando Henrique teve, nesta Casa, desde o início de seu Go-

verno, ao atribuir ao Programa Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos), aos juros negativos da agricultura, à forma como foi tratada a política agrícola no País, o sucesso do agronegócio brasileiro hoje.

Ainda temos algumas dependências, mas são da porteira da fazenda para fora. Da porteira da fazenda para dentro, somos Primeiro Mundo. Da porteira da fazenda para fora, continuamos precisando de ferrovia, de hidrovia, teses que foram retomadas no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A tese da exportação, a conquista dos mercados, o extraordinário trabalho do Embaixador Sérgio Amaral, tudo isso é herança atribuída e com a qual o Governo está trabalhando.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Eu gostaria de conceder o aparte ao Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Antero Paes de Barros, realmente estamos vivendo uma situação surrealista no Brasil. É verdade que o Governo do PT teve que fazer um estágio probatório – digamos assim – para merecer credibilidade, para provar que é capaz de ter responsabilidade em relação ao Governo de uma Nação como o Brasil, tendo em vista o que falava antes em discursos e em propostas. Entretanto, já se passaram quase seis meses. É hora de avançar um pouco. É hora de termos uma discussão mais avançada do salário mínimo. Tivemos, no Governo do PSDB, um ganho real de 11% no salário mínimo, como bem disse o Senador José Agripino, quando o PSDB entendeu o que era apresentado pelo PT e pelo PFL. Então, buscou o entendimento, aceitou, e conseguiu recursos no Orçamento para viabilizar esse ganho real. Mas agora o ganho real é de 1%! Não é possível que a situação seja tão precária. V. Ex^a faz bem ao destacar que não é só esse o motivo, outros dados mostram que o País está, de alguma forma, paralisado. As vendas da indústria automobilística estão no mais baixo patamar. Há questões que já poderiam ter sido encaminhadas, como a questão da Cide, cujo voto ocorreu em dezembro, decisão tomada em conjunto com o Presidente Fernando Henrique, atendendo à Comissão de Transição. Estamos em junho e as estradas, como V. Ex^a relatou, estão em estado precário, mas não se resolve nada. O dinheiro da Cide continua sendo acumulado, e ainda não há regulamentação para sua utilização nas estradas. O mesmo ocorre com dinheiro do Fust – Fun-

do de Universalização de Serviços de Telecomunicações, que é 1% de cada conta de telefone do Brasil. São três bilhões do Fust que estão parados, e o que vemos agora? Um novo adiamento está sendo anunciado pelo Ministério. O Fust só será utilizado a partir de janeiro do próximo ano, talvez, atrasando o objetivo primeiro de colocar computadores nas escolas, para coibir o aumento da exclusão social nas escolas públicas, onde as crianças mais pobres não têm acesso a avanços significativos. Eu poderia citar outros pontos, mas quero me ater ao Fust e à Cide, que mostram que o País realmente está precisando de mais agilidade nas ações de Governo. O aumento do salário mínimo é irrisório, é um ganho real que não corresponde ao que se poderia fazer neste momento. Daí a proposta do PSDB de R\$252,00 ou a do PFL, de R\$260,00; com esses valores nós teremos ganhos reais semelhantes aos concedidos pelo Governo do PSDB. Seria fazer justiça ao trabalhador brasileiro, sem demagogia – como bem afirmou o Líder Arthur Virgílio. Não estamos aqui querendo que se aumente mais do que é possível, mas querendo somente o que é possível. Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MS) – Eu gostaria de reafirmar alguns dados já citados, inclusive pelo Líder Arthur Virgílio. No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000, o salário mínimo passou de R\$100,00 para R\$151,00. Na época, a cesta básica custava R\$115,00. Portanto, o salário mínimo de 2000 comprava 1,3 cesta básica. Em 2002, o valor da cesta básica foi de R\$132,22 em abril e caiu para R\$129,26, em maio. O salário mínimo em 2002, já na base dos R\$200,00, comprava 1,55 cesta básica.

(O Sr. Presidente Demóstenes Torres faz soar a campainha.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MS) – Já concluo, Sr. Presidente.

Na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – o Senador Paulo Paim lembrou bem –, a proposta foi discutida e chegou-se à conclusão da real possibilidade dos R\$240,00. Mas também é verdade que estudos atualizados da reestimativa de receitas federais administradas pela Secretaria da Receita Federal, segundo metodologia adotada pelo Decreto de Contingenciamento (55% do IPCA e 45% do IGP-DI), prevêem um ganho líquido de R\$1.659,45 bilhão, em função de revisão das metas de inflação para o presente exercício.

É exatamente porque houve um incremento da receita em R\$1.659,45 bilhão, que é possível defender o que defendemos aqui. Daí por que a emenda do

Deputado Alberto Goldman não é nenhum “chutômetro”, sem indicar a possibilidade real e concreta de atender aos trabalhadores; daí a motivação da nossa proposta de que consultem esses dados até amanhã e votem favoravelmente ao acréscimo de R\$12,00 ao salário de cada trabalhador que recebe o mínimo – como disse aqui o Senador Magno Malta.

Também quero enfatizar que a mesma reestimativa de receitas federais administradas, utilizando-se a metodologia adotada na Lei de Orçamento, ou seja, o IGP-DI, nos levaria a um ganho líquido de R\$9,66 bilhões, valor que poderia alcançar um aumento bem maior do que aqui propomos.

Já que foi indicada a fonte da receita e que houve a constatação do que realmente ocorreu com as contas do Governo brasileiro, peço aos Srs. Senadores que digam “sim” aos trabalhadores.

Creio que haja tempo mais do que suficiente para que esses dados possam ser analisados e, sendo analisados com boa vontade e com os olhos que o PT tinha no ano passado em relação ao salário mínimo, não tenho dúvida de que teremos amanhã, aqui, uma posição do PT, do Líder do Governo, do Bloco de apoio, alegando que “é justo!”.

Não somos donos da verdade, mas o PSDB propõe o absolutamente necessário.

Lamento a impaciência do Senador Aloizio Mercadante. Mesmo não pertencendo à base, vamo-nos retirar, atendendo ao apelo, mas lamentando que a prática do silêncio sobre este tema seja agora defendida pelo PT.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Demóstenes Torres.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Fui citado... Em primeiro lugar, estou inscrito para debater e temos argumentos...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Só um instante, Senador!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno, pois fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve.

A questão que estou levantando diz respeito ao tempo que, para que seja democrático, deverá ser de dez minutos. Mas o Senador falou por quase dezenas de minutos. O respeito às inscrições e ao tempo é fundamental para o debate, para o diálogo. E, apesar do adiantado da hora e do esvaziamento do plenário, queremos falar e ser ouvidos. É exatamente por isso que estava solicitando um pouco mais de rigor da Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Sr. Senador, com efeito, V. Ex^a tem razão, mas a prática tem dito que muitos acabam suplantando – e muito – o tempo regimental, inclusive V. Ex^a. Evidentemente, não é o caso de hoje.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho absoluta convicção de que não é intenção do Líder, além de não conceder um salário mínimo um pouco maior que R\$240,00 castrar a possibilidade do debate. Tenho certeza de que não se trata disso.

Portanto, imagino que, se as regras forem estabelecidas para todos de maneira uniforme, a Liderança do PSDB estará de acordo. Mas V. Ex^a tem toda razão. Tem sido muito comum a tolerância da Mesa em face da importância do tema, mas ressalvo que não passa pela minha cabeça que, além de conceder o irrisório salário mínimo de R\$240,00, ainda queira impedir o debate do tema, comportamento que não se coaduna com o espírito democrático do nosso prefeito Líder Aloizio Mercadante.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, durante todos estes anos de mandato na Casa – já estou no quinto ano de mandato, sempre respeitei o horário das intervenções e gostaria que houvesse completa observância ao Regimento Interno do Senado Federal no tocante ao tempo destinado aos oradores.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, não é de hoje que defendo um salário mais justo para os trabalhadores do Brasil. Em 1995 – ninguém há de se lembrar deste fato –, tive uma cerrada discussão com o Senador, então Ministro, José Serra, em virtude de querer um salário mínimo que chegasse a R\$100,00, o equivalente a US\$100. Foi uma luta titânica com o Senador José Serra, mas acabei convencendo o então Presidente Fernando Henrique Cardoso que isso era indispensável, porque o trabalhador brasileiro não poderia viver com R\$72,00.

De lá para cá, continuei na mesma trilha. Tive sempre o apoio do Partido dos Trabalhadores. Até mesmo divergi do meu Partido, quando, na Presidência do Senado Federal, advogava um salário mínimo maior. A luta, então, era por R\$143,00, mas lutei para que o valor fosse de R\$180,00. Conseguimos essa marca.

Não seria agora, quando o Partido dos Trabalhadores está no Governo, que eu iria mudar. Ao contrário, entendo um dever do PT dar um salário maior. Acredito que faltou uma assistência política, não digo nem econômica, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de dar um salário, como prometia o PT e ele próprio na campanha, bem como seu corrente José Serra, acima de R\$300,00.

Agora, vem esse salário de R\$240,00. É uma falta de atenção com a classe trabalhadora brasileira. Ainda ontem vimos, e aí também é falta de assistência política, dar-se ao funcionalismo público 1% de aumento. Se tivesse cabeça política, não daria nada e seria melhor. Porque 1% é um aumento não só irrisório mas também aviltante.

Hoje estou aqui para dizer ao Senado da República que entendo que o salário, já que não pode ser de US\$100,00, que seja aproximadamente a esse valor. E se o Governo está fazendo cair o dólar, o que é louvável, embora alguns de seus membros não concordem com essa queda, para que a exportação seja beneficiada. O Partido dos Trabalhadores e a base do Governo nesta Casa deveriam sacrificar o Orçamento, mas não aceitar um salário mínimo de R\$240,00.

Venho a esta tribuna fazer um apelo ao Presidente da República e à sua Bancada. Todas as vezes que o Presidente Lula apresentar uma proposta de interesse do País, votarei e lutarei para que o meu Parti-

do voto a favor. Porém, para uma realidade tão dura, tão difícil, é incompreensível apoiar o atual valor do salário mínimo tão insuficiente.

Não faço demagogia em dizer aos Srs. Senadores que nos falta bastante autoridade para manter o salário baixo, uma vez que o nosso foi devidamente aumentado, e bem aumentado! Conseqüentemente, é um problema de consciência aumentar o salário dos Parlamentares e não permitir o aumento correto ou menos indigno para o trabalhador brasileiro.

Avalio o sofrimento do Senador Paulo Paim, meu companheiro de longas jornadas, que luta por um salário decente para o trabalhador brasileiro. Acompanhei o trabalho de S. Ex^a, sempre fiz justiça à luta que empreendeu e sei o quanto está sofrendo, iludido com a possibilidade distante de um salário mínimo bem maior no ano próximo. Evidentemente, quer se iludir, porque sabe que esse aumento não será possível. Se fosse, já estaríamos na trilha de um salário mais decente, mais correto, mais digno, mais condizente com o que merece o trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, embora tenha boa vontade para com o Governo do Presidente Lula, principalmente para com Sua Excelência e para com alguns dos seus Ministros, penso que o Governo, na sua totalidade, não está correspondendo aos anseios da Nação. Ao contrário. Por isso, quer Sua Excelência queira, quer não, deverá mudar.

O Presidente teve uma visão errada – e é culpado disso –: aproveitou todos os derrotados do PT na administração pública. Então, evidentemente, esse é um Governo de pessoas que querem vingar-se do eleitorado, do povo. São pessoas magoadas, sofridas, com derrotas, às vezes, até humilhantes. Mas todos foram aproveitados. Alguns realmente deveriam ser, porque têm valor. Outros, entretanto, comprometem o Governo.

Compreendo o trabalho dos Líderes nesta Casa, que têm conseguido muito para a atuação do Governo, não do Presidente Lula, que se distancia bastante do Governo e, com sua popularidade, sustenta um mau Governo. Mas esses Líderes aqui, graças também à compreensão dos Líderes que fazem oposição ao Governo, têm conseguido bastante. S. Ex^{as}s merecem até o nosso aplauso, mas, nesta questão do salário, nem eles podem ser aplaudidos. Portanto, o meu apelo nesta hora aos Srs. Senadores é para que façamos um esforço, cortemos o Orçamento onde quer que seja, mas vamos dar um salário decente, digno ao trabalhador do Brasil, principalmente porque soubemos das dificuldades dos Parlamentares, compreendemos, e foi dado um salário decente.

Conseqüentemente, não vamos humilhar a classe trabalhadora com esse salário de R\$240. Daí por que votarei com o salário maior que houver nesta Casa em favor do trabalhador brasileiro, obrigação que é minha e é de todos, mas principalmente do Partido dos Trabalhadores.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Demóstenes Torres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Líder Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fantástico assistirmos ao PSDB e ao PFL da tribuna argumentarem como se a história do Brasil começasse dia 1º de janeiro com o Governo Lula, e como se a herança do passado não tivesse absolutamente um papel determinante na discussão que estamos fazendo. Vejo o PFL cobrar reajuste de salário mínimo. Não vi, durante oito anos, esse empenho.

(Manifestação do Plenário – “Não apoiado!”)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Foram oito anos sem reajuste linear, sendo que os recursos que estavam neste Orçamento eram R\$2 bilhões para uma folha de pagamento de R\$78 bilhões apresentada pelo Governo anterior. E o que fez o Governo Lula?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Interrompo V. Ex^a para anunciar ao Plenário que os apartes são permitidos no horário da discussão.

A Mesa assegura a V. Ex^a o uso da palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quero lembrar que o que estava no Orçamento eram R\$2 bilhões para uma folha de pagamento de R\$78 bilhões. Esse foi o tamanho do reajuste salarial que o Governo anterior deixou para este Governo. Por isso, este Governo inverteu a lógica; deu 1% como média para permitir que 40% do funcionalismo, que recebia menos, tivesse um reajuste de até 13% porque os recursos que estavam no Orçamento eram absolutamente insuficientes e precários. Mas o Orçamento não era nosso e, sim, do Governo anterior.

Em relação ao salário mínimo, acho ainda mais espantosa a discussão que estamos tendo, porque o Governo anterior deixou apenas um reajuste de 5% para os 27 milhões de trabalhadores que recebem o

salário mínimo, os 16 milhões de aposentados e pensionistas e os 4,5 milhões de trabalhadores da economia formal e informal. Cada R\$1 do salário mínimo custa R\$176 milhões no Orçamento; e todos sabemos que sem a reforma da Previdência não conseguiremos equacionar um crescimento sustentável, substantivo e necessário ao País e ao salário mínimo. O que tínhamos de reajuste era 5%.

A propósito, quero lembrar somente uma passagem que todos vão recordar, um momento fundamental da campanha presidencial: o último debate entre os dois candidatos no segundo turno, na Rede Globo, o candidato Serra, do Governo e o candidato Lula. Era o debate decisivo e uma das perguntas com que o candidato Serra procurava comprometer o candidato Lula era relativa ao salário mínimo. O candidato Serra, exatamente o candidato do PSDB e do PFL, defendia que o seu reajuste seria de R\$220,00 porque no Orçamento não caberia mais, e cobrava uma posição do candidato Lula. O candidato Lula, de forma muito sincera e honesta, falou: "Vou ver as contas; darei o máximo possível, mas quero ver a situação do Orçamento para poder definir o meu índice" e não se comprometeu com o índice de R\$220,00. Isso se deu no último debate do último momento do processo eleitoral, no segundo turno. Temos a fita disponível para qualquer Senador que queira verificar. Como se isso não bastasse, um mês e meio depois, as Lideranças do PFL e do PSDB foram à Comissão de Orçamento da Casa e propuseram o seguinte: "Não votaremos o Orçamento se não houver o compromisso do salário mínimo de R\$240,00. Vamos obstruir a votação se esses recursos não forem incluídos no Orçamento".

O Governo sabia das dificuldades orçamentárias. A inflação estava a mais de 2,5% ao mês no IPCA; todos os índices de inflação apontavam para inflação alta em aceleração; havia uma crise; a taxa de risco do País era de 2.400%; o cenário se deteriorava e a conjuntura internacional era difícil. O Governo falou: "Todo esforço para o salário mínimo deve ser feito. Vamos votar o Orçamento com R\$240 por acordo de todos os Líderes desta Casa, de todos os partidos, com o esforço sincero do Governo de se chegar ao máximo possível no valor do salário mínimo pela importância que tem". De fato, o salário mínimo, além dos 16 milhões de aposentados e pensionistas, puxa a base do mercado de trabalho. Temos que recuperar o salário mínimo, desde que seja de uma forma consistente e sustentável. E temos restrições severas no Orçamento, porque o Governo anterior assumiu com uma dívida de R\$64 bilhões e entregou o País com uma dívida de R\$650 bilhões. É isso que constrange a capacidade de investi-

mento, de gasto, exige um superávit primário, limita as políticas públicas, o crescimento, as políticas sociais e, evidentemente, o salário mínimo.

Os R\$240 decorreram de um acordo do qual todos os Líderes que aqui estão participaram e patrocinaram. E, ainda assim, o Presidente Lula disse: "Não posso assumir o compromisso. Tomarei a decisão no momento oportuno, em abril." E cumpriu o acordo; decretou o salário mínimo proposto exigido pela Oposição como condição para votar o Orçamento, senão haveria obstrução e não teríamos orçamento para iniciar o Governo. Estamos cumprindo um acordo que os Líderes que estão falando hoje aqui há cinco meses defenderam, propuseram e acordaram.

Gostaria de lembrar que a inflação caiu e continua caindo de forma sustentada. O risco País caiu; a taxa de dólar evoluiu – e a taxa de câmbio deve ser competitiva porque traz uma série de benefícios. Não podemos cair na ilusão de apreciar o câmbio como no primeiro mandato do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que destruiu a balança de pagamento, que aumentou o endividamento do País, que destruiu a agricultura, que prejudicou a indústria e o crescimento e deixou a herança que aí está. E vimos também o que ocorreu na Argentina. Isso tem se repetido na história econômica do Brasil: no Plano Cruzado; no Plano Real. E o exemplo mais dramático foi, talvez, a Lei da Convertibilidade, na Argentina, por ter sido mais longo.

Temos que ter uma taxa de câmbio sustentável, que mantenha a competição da economia. E é o que está sendo construído; é este cenário macroeconômico que permite que a taxa de juros caia: o esforço fiscal de superávit primário a fim de diminuir a relação dívida/PIB para o Brasil recuperar crédito, capacidade de investimento, baixar a inflação, que é o que preserva o custo de vida da população.

Por tudo isso, gostaria ainda, Sr. Presidente, de lembrar ao Plenário que este projeto, durante sete anos, não foi votado. Tivemos que obstruir o Orçamento para fazer um acordo para uma votação nominal. Queremos votação nominal sim; não há problema. Queremos posições públicas. O prestígio do Lula reside no fato de o povo saber quem é o seu Presidente, de onde vem, quais são seus vínculos, sua história, qual o sentido e o caminho deste Governo. Lembro ainda que o projeto antecipa o pagamento dos 21 milhões de aposentados e pensionistas do dia 18 para o dia 5, reivindicação de anos e anos. O Senador Paulo Paim esteve à frente dessa bandeira durante muito tempo. E devemos aprová-lo porque beneficia 21 milhões de aposentados e pensionistas, que pas-

sam a receber no dia 5 do mês, e 16 milhões ganham apenas um salário mínimo. Há ainda a unificação da data base no dia 1º de maio. Essa luta histórica de todos os sindicatos, de todas as centrais sindicais, de que o reajuste do salário mínimo seja dado no dia 1º de maio, como ocorreu ao longo da História do Brasil, está também contemplada.

Em virtude de tudo isso, temos muita convicção ao votarmos o acordo construído no Congresso Nacional, um acordo que foi apoiado e exigido pelos Partidos de Oposição. Estamos votando o salário mínimo possível em virtude da herança orçamentária que recebemos, porque esse Orçamento também veio do período anterior. Estamos votando um reajuste pequeno, insuficiente, e teremos de trabalhar para reconstruí-lo. A aprovação da reforma da Previdência gerará as condições fundamentais para que comecemos uma recuperação mais segura e sustentável do salário mínimo. A melhora da relação dívida-PIB liberará o Orçamento para investir mais nas políticas sociais e preservar o salário mínimo. Quem propunha 5% do Orçamento, R\$220 na campanha eleitoral no último momento – não era no início da campanha, mas no último debate, no último momento –, quem exigiu desse Governo um acordo em torno de R\$240 pode até dar outras sugestões, mas, por favor, neste momento, é preciso um pouco mais de humildade, de espírito público, como temos tido em outros debates, em outros momentos nesta Casa, e argumentos mais consistentes, porque são severas as restrições fiscais. Além disso, as estradas estão esburacadas, faltam investimentos em saúde, faltam investimentos em escola. Enfim, há demandas sociais de todo tipo, há necessidade de criar programas de atendimento à população desempregada excluída, e precisamos recuperar o salário mínimo com as políticas sociais. O que estamos votando é o acordo construído, desenhado e apoiado por todos os Partidos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu lhe darei um aparte, se for possível, porque encerrei exatamente agora o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa, seguindo a solicitação de vários Parlamentares, vai cumprir o Regimento, segundo o qual o aparte tem de ser dado rigorosamente dentro do tempo do orador. Portanto, peço a compreensão de V. Exª, para que continuemos a cumprir o nosso Regimento, atendendo inclusive a pedido de V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quem faz a lei tem de cumpri-la. Quem pede a cobrança da lei, sobretudo, tem de cumpri-la. Está encerrada minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª foi preciso no cumprimento do tempo ao usar da palavra.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não haverá debate, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Almeida Lima, vou interromper V. Exª apenas para prestar um esclarecimento ao Plenário e especialmente aos Senadores que fazem indagações.

A Mesa esclareceu, depois de o terceiro orador fazer uso da palavra, que é permitido o aparte, mas o Regimento estabelece que o aparte deve ser concedido dentro do tempo do orador. Houve várias reclamações quanto ao cumprimento do tempo, vários Senadores se manifestaram. A Mesa passou, então, a partir da fala do Senador Antonio Carlos Magalhães, que cumpriu rigorosamente o tempo – o mesmo fez o Líder Aloizio Mercadante –, a cumprir o Regimento. Conceder aparte após o término do tempo significa descumprir o Regimento, o que a Mesa não permitirá. Ela vai zelar, Em virtude de pedido formulado por vários Senadores na data de hoje, a Mesa será rigorosa na observação do Regimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não podemos nem agradecer ao Senador Aloizio Mercadante a oportunidade do aparte?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª pode se inscrever e falar por dez minutos, Senador Tasso Jereissati.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria, se o Plenário o permitir, de me inscrever de novo para fazer o debate. Depois do que falamos, houve tanto interesse em discutir! Ouvi em silêncio tantos oradores do PFL e do PSDB! Só falamos uma vez até agora. Se for possível, posso retomar essa discussão, inscrevendo-me como Líder, porque, como tal, ainda não falei nesta sessão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de dizer apenas que estamos estranhando o fato de o Senador Aloizio Mercadante estar falando quase solitariamente. Isso me constrange. Sou solidário com S. Ex^a tendo em vista o esforço que faz para defender o Governo nessa hora difícil, mas, quero chamar a atenção para algo que foge do cavalheirismo habitual com que S. Ex^a trata seus colegas. Quando concordamos com S. Ex^a, estamos todos prenhes de espírito público; quando discordamos, nós escapamos dessa categoria.

Não estamos fazendo nada além de pedir um pouco mais de tempo, para mostrar a S. Ex^a que não existe verdade absoluta, e isso não é crime. Se S. Ex^a, neste momento, se sente impedido de lutar pelo trabalhador que ganha salário mínimo, que permita que a Oposição exerça o que lhe parece um direito e um dever sem ser acusada de “falta de espírito público”.

O seu Partido, Sr. Presidente, e nós propusemos um pouco mais para o salário mínimo, apenas R\$252,00 (duzentos e cinqüenta e dois reais). Parece que o trabalhador que ganha salário mínimo é um privilegiado. O Líder é tão convincente, que mais um pouco...

(O Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Peço a V. Ex^a só mais um segundo. S. Ex^a é tão convincente, tão talentoso, que, daqui a pouco, pedirá uma contribuição de quem ganha salário mínimo para o Programa Fome Zero.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Arthur Virgílio, a rigor...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos – Um minuto só, Senador Aloizio Mercadante. O “pela ordem” se refere sempre ao ordenamento dos trabalhos; não foi exatamente o que fez o Senador Arthur Virgílio. Ao citar o Líder Aloizio Mercadante, S. Ex^a o provoca a pedir a palavra com base no art. 14 – citação. À Mesa cumpre esclarecer que o Regimento é claro: o uso da palavra por ter sido citado pode ser permitido apenas a dois Senadores numa sessão. Isso já ocorreu hoje, mas concederei a palavra ao Senador Aloizio Mercadante porque entendo que o Se-

nador Arthur Virgílio fez uso da palavra não para reclamar do andamento dos trabalhos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a tem inteira razão e por isso peço as mais sentidas desculpas. Apenas aprendi aqui, no Senado, que quem se inscreve às vezes fala, e o Líder pode falar sempre um pouquinho. Aprendi aqui que quem pede a palavra pela ordem, a qualquer pretexto, fala demais. Apenas segui o que é uma praxe, talvez condonável. E se é para corrigirmos isso o faremos; serei disciplinado, porque tenho a capacidade de me disciplinar como militante do meu Partido.

Portanto, que “pela ordem” deixe de ser a palavra mágica que sempre foi até aqui. O Senador Tasso Jereissati me disse que aprendeu nesses poucos meses de Parlamento que a palavra mágica é “pela ordem”. O que fiz foi somente usar dessa palavra mágica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Não transformemos o “pela ordem” em “pela desordem”.

A Mesa aceita a intervenção de V. Ex^a como uma reclamação e será rigorosa ao conceder a palavra pela ordem. Assim, somente permitirá o uso da palavra pela ordem para o cumprimento do Regimento.

Há orador na tribuna.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu só queria responder à citação e de forma muito breve, respeitando o Regimento e o Senador. Penso que esse é o melhor caminho para o debate.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores que estão acompanhando o nosso debate, fizemos uma linha de argumentação e, com toda a habilidade das Lideranças, precisamos de respostas à altura dos argumentos e dos fatos relatados. Tergiversar sobre descaminhos, fazer ironias ou arguir questões de menor relevância neste momento não engrandecem a discussão. O que eu disse e repito é que havia no Orçamento 5% para o reajuste do salário mínimo e que o candidato dos Senadores que aqui cobram reajuste maior, no último momento da campanha, na hora em que a cortina se fechava, propôs o salário mínimo de R\$220,00, nenhum centavo a mais. Os Líderes colocaram isso no Orçamento, que este Governo tem de cumprir. As mesmas Lideranças aqui presentes estão cobrando, e com razão, investimentos em infra-estrutura, em transportes, em energia, pois estamos carentes disso. Hoje, assistimos à cobrança da rolagem da dívida do setor agrícola. Fizemos uma concessão, pois há três anos e meio estava pendente, que atingirá 2.300 mil famílias. Amanhã, o Presidente lançará

um Plano de Safras que destinará R\$5,6 bilhões para a agricultura familiar.

São tantas as demandas sociais por estrutura que precisamos ter critérios. O Orçamento é a construção da legitimidade do Legislativo na definição de prioridades. Duzentos e quarenta reais foi o valor exigido da Oposição para votar o Orçamento. O Presidente afirmou que só tomaria a decisão no momento oportuno. Estamos cumprindo um acordo. É isso que estou dizendo. É exatamente por cumprir um acordo que temos de tratar essa discussão em outro patamar. Não faltou a este Plenário, em nenhum momento durante a Legislatura, espírito público. Só peço que seja usada a mesma linha de racionalidade e argumentos que nos fez votar por acordo outras matérias e que nos fez, cinco meses atrás, construir um acordo de R\$240,00 para o salário mínimo. Foi um acordo firmado por todos os Partidos. Estamos honrando-o, cumprindo a palavra e preservando um acordo celebrado entre a Câmara e o Senado. A Câmara já votou o salário mínimo de R\$240,00, já referendou o acordo. Tenho certeza de que o Senado também o fará porque sabe respeitar sua palavra e o que é acertado ao longo das negociações.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo fazer duas observações. Primeira, quero indagar da Mesa se essas determinações no sentido de cumprir o Regimento serão exclusivamente para a sessão de hoje ou se serão aplicadas sempre. A Mesa vai, a partir de hoje, observar o tempo regimental?

Estou aqui há quatro anos e meio e, com muita sinceridade, não houve nenhum acordo sobre a matéria. Houve, sim, e nisso o Líder tem razão, o entendimento das Lideranças e até mesmo do relator, Senador Sérgio Machado, de que R\$ 240,00 eram suficientes, até porque o processo inflacionário estava indicando esse caminho. Trazemos documentos novos para o debate que mostram que esse processo inflacionário superou as expectativas e que cabe não apenas o valor de R\$ 240,00.

O que queremos é que o PT não veja o assunto salário mínimo com os olhos de hoje, que pense no assunto como pensava ao longo da sua história e no

ano passado e considere se é verdade ou não, se há folga ou não para viabilizar esse salário mínimo para os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Antero Paes de Barros, respondendo a sua indagação, o Regimento é um só e é para ser cumprido hoje, amanhã e enquanto não for modificado. A Mesa tem diligenciado para tentar assim proceder.

Senador Almeida Lima, com a palavra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, como Senador filiado ao Partido Democrático Trabalhista – o PDT, não venho a esta tribuna discutir salário mínimo trazendo teorias econômicas nem números. Venho com o objetivo de, com V. Ex^{as}, estabelecer uma reflexão política, sobretudo em atenção ao trabalhador do Brasil, que tenho consciência, nos assiste neste instante, perplexo, diante do que acontece no Plenário do Senado Federal.

Por um lado, temos um partido que está no Governo, o Partido dos Trabalhadores, que passou 23 anos de lutas, de propostas, de alternativas e de greves – das quais participei, ao lado também do meu Partido –, mas que hoje, da forma a mais incoerente possível, chega ao Governo e adota uma posição completamente diferente. Aliás, ainda hoje, nos Estados e Municípios onde PT é Oposição, continua a oferecer alternativas e soluções para os problemas como se não estivesse enxergando o que o Governo da União está fazendo do País, da classe trabalhadora e da sua economia.

E o pior: chegamos ao Senado Federal e estamos presenciando, de outro lado, o Partido da social democracia brasileira, que, durante oito anos, não concedeu salário ao servidor público e praticou política igual a que hoje é praticada por este Governo. Na verdade, quando oposição, tinha para o Brasil o Plano A; quando Governo, aplica o Plano B, que se transforma na política do engodo junto ao trabalhador brasileiro. Aqueles que nos assistem neste instante estão perplexos de ver, de um lado, o Partido dos Trabalhadores num permanente duelo com o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. É insustentável a incoerência desses dois Partidos, do ex-Governo e do atual Governo. A sociedade brasileira não suporta esse tipo de incoerência. É fazer pouco, pequeno, miúdo deste País. Não é admissível. Aqui se disse que a herança do atual Governo foi pesada. Não, esta herança é de 500 anos, bastante conhecida. O Governo que aí está por diversas vezes afirmou, quando na Oposição, que

conhecia. Durante os longos anos de Oposição e durante as quatro campanhas eleitorais à Presidência da República, quem passasse à frente de um diretório do Partido dos Trabalhadores, com homens de grava- ta entrando e saindo com pastas nas mãos – o pro- grama eleitoral sempre mostrava assim –, imagina- va-se que o Brasil estaria entregue em boas mãos, com gente inteligente, comprometida com o País e com propostas alternativas.

Não é isso o que estamos vendo. Do PT, hoje, não se pode esperar discurso. Ao PT não é dado o di- reito de discutir, de expor teorias econômicas. Ao PT é dada a obrigação de agir, porque foi eleito para ser a diferença, para construir um País diferente, e o que aplica é exatamente o que foi praticado pelo Governo anterior.

Portanto, não podemos aceitar esse tipo de en- caminhamento: PT **versus** PSDB, PSDB **versus** PT, e, de outro lado, o povo brasileiro a assistir a essa pantomima.

Digo isso com a tranqüilidade de quem já foi Executivo. Em Aracaju, cidade que administrei, tive a oportunidade de encontrar os meios para tratar com dignidade o trabalhador municipal.

Esses partidos precisam aprender que, chegan- do ao Poder, é necessário fazer a diferença para, en- contrando as soluções, – e elas existem – não tratar o trabalhador da forma que se trata e já se vem tratando há décadas.

Há cerca de três anos, li uma entrevista de um estadista europeu, Helmut Schmidt. Tratava ele de um fato conhecido e pacífico em toda teoria política, soci- ológica, falava da grandiosidade do nosso País e do destino que nos reserva que este País se transforme numa potência. E ele estabeleceu duas condicionan- tes. A primeira delas, a eliminação das desigualdades regionais. No dia em que, neste País, os ricos não es- tiverem mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, teremos condições de atingir os desenvolvimentos econômico e social, que é o que defendemos e alme- jamos. Mas, lamentavelmente, com a política de arro- cho salarial, de 1% para servidor público, depois de oito anos sem aumento, de políticas de concentração de rendas e de políticas para beneficiar aqueles que mais possuem, não chegaremos a esse desiderato, a esse objetivo final de ver o nosso País, que é rico, transformar as suas riquezas em benefício do povo, que é pobre, miserável e excluído.

Portanto, Sr. Presidente, SRA.s. e Srs. Senado- res, é preciso que esta Casa trave um debate diferen- te, em que a coerência seja respeitada. Por essa ra-

zão, aqui estou para dizer que votarei não na proposta de R\$240,00, mas na proposta que represento e aquela que poderá reunir o apoio mais considerável para ser aprovada, ou a de R\$252,00 ou a de R\$260,00. Pois não foi de forma diferente que, quan- do Prefeito de Aracaju, procurei os meios necessári- os, diminuindo a máquina do Governo, para atender ao trabalhador; não fazendo como hoje, que, ao invés de buscar as condições – concluo, Sr. Presidente –, o Governo Federal manda para o Congresso Nacional um projeto de medida provisória para ampliar em mais de 42 Ministérios, realizando despesas onde po- deria estabelecer as economias necessárias, para que o País pudesse tratar de forma mais digna o tra- balhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Cam- pos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discu- tir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, não tenho dúvida de que o debate que estamos testemunhando no Senado Federal, ex- pressa a relação que tem havido entre Governo e Oposição. Demonstra claramente uma capacidade de convivência democrática estabelecida entre Oposi- ção e Governo, principalmente em relação a um tema que, de fato, é desafiante, pois impõe revisão histórica dos procedimentos e atitudes tomadas ao longo des- ses anos de debate democrático no Parlamento brasi- leiro. Todavia, aqui há ou a coerência ou a incoerência de alguns.

Tenho a mais absoluta convicção de que o Parti- do dos Trabalhadores caminha com inteira coerência e retidão na defesa da sociedade brasileira, de um Estado Nacional forte, de uma sociedade justa, de uma política de distribuição de renda correta e de pre- servação da coerência com seus compromissos his- tóricos. O grande compromisso que temos, enquanto Partido, o grande compromisso assumido pelo Presi- dente Lula durante o processo eleitoral foi o de dobrar o poder de compra do trabalhador brasileiro que ga- nha o salário mínimo. Trata-se de um compromisso pelo qual temos de lutar com todas as forças para honrar, um compromisso sagrado para nós, do Parti- do dos Trabalhadores.

Temos componentes históricos da nossa luta, no que diz respeito ao salário mínimo, como o Senador Pa- ulo Paim, que faz disso uma pregação em sua própria vida Parlamentar, num debate, que é dele, no Parla- mento brasileiro. Temos de ter muito respeito pelas pala- vras que S. Ex^a expõe, no Congresso Nacional.

Agora, não me parece justo que venham agora, na insegurança do debate, alguns afirmar que é incoerência, que o Partido dos Trabalhadores está tramando as suas convicções e os seus propósitos. Não foi o Partido dos Trabalhadores que prometeu, durante a campanha eleitoral, pagar um salário mínimo de R\$220,00. Foi o candidato do PSDB. O próprio candidato do PSDB, no debate anterior, afirmou que daria para pagar R\$300,00 nos quatro anos de Governo que tivesse assumido.

É muito importante que isso seja colocado como registro da verdade dentro do debate no Parlamento. Não fomos nós que defendemos um caminho diferente do que tem sido claramente pregado pelo Presidente Lula. O compromisso é dobrar o poder de compra do trabalhador que ganha até um salário mínimo, neste País.

Portanto, não me parece justo esse tipo de consideração. Entendo que é natural que o PFL e o PSDB assumam esse debate e defendam um avanço. Entretanto, não me recordo, nos anos do Governo do Presidente Fernando Henrique, momentos em que após uma decisão do reajuste de salário mínimo acordada, em menos de três meses, tenha havido oportunidade de querer se levantar um novo aumento.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Tião Viana, V. Ex^a me concede um aparte, por favor?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Já concederei um aparte a V. Ex^a.

Então, é muito importante que tenhamos a devida lembrança desses procedimentos.

Ouvi Senadores aqui colocarem que o agronegócio brasileiro bem-sucedido é fruto da política do Governo anterior; que a economia nacional, no que tem de positivo, ainda é fruto do Governo anterior; mas que a economia nacional está paralisada. Sómente isso não foi dito que é fruto do Governo anterior; foi esquecido de dizer que é herdado.

Eu era membro ativo da Comissão de Orçamento, participei do comitê de receita da Comissão de Orçamento, junto com Parlamentares de todos os Partidos. Pelo PSDB estava o Senador Romero Jucá, pelo PFL estava o Deputado Santos Filho, estava o Deputado Jorge Bittar; estava eu e discutímos em profundidade a responsabilidade com a execução orçamentária para o próximo ano. Trabalhamos, sim, todos com o sentimento devido de onde poderíamos chegar. E o entendimento que chegamos, mesmo reconhecendo que a mensagem do Presidente Fernando Henrique era de um salário mínimo de R\$212,00 é

que podendo, na revisão de todas as possibilidades de receita, chegar a um salário mínimo de R\$240,00, e que o Presidente Lula assumiria a partir do mês de janeiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, esse debate foi travado com absoluta tranquilidade e responsabilidade de todos os Partidos – PSDB, PFL, PT, todos que faziam parte do Comitê de Receita da Comissão de Orçamento.

Concedo um aparte, inicialmente, ao Senador Eduardo Azeredo e, depois, com muito prazer, a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Tião Viana, quero apenas dizer que a questão do debate presidencial foi em outubro. De lá para cá, tivemos um aumento da inflação. De maneira que falar daqueles números da época, R\$220,00, estaríamos desprezando o aumento de inflação que ocorreu. Então, existe um fato novo. É por isso que está se fala disso. O Ministro José Serra, quando propôs R\$300,00, ele falou em valores...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – São R\$220,00; R\$300,00 em quatro anos.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Ele falou em valores reais, descontada a inflação. Ele diria assim: "Vamos dar a inflação e vamos aumentar para que seja R\$320,00 em valores reais". E essa é basicamente a discussão que se está fazendo aqui. Estamos discutimos uma política de aumento real para o salário mínimo; e a essa política o Governo do PSDB mostrou-se sensível. Houve um aumento de 11% real, no ano de 2001, e o PSDB entendeu a postura apresentada pela Oposição à época. Eu queria resumir a discussão nisso. Estamos dizendo que é muito pouco o aumento real de 1%. Poderia se dar um aumento real um pouco maior, considerando que esse projeto para elevar o piso salarial brasileiro e aumentar o salário mínimo pertence a todos nós, ao Brasil. Se aumentarmos apenas 1% ao ano, não conseguiremos elevar o salário em curto ou médio prazo. Essa é a questão. Eu queria resumir nisso, no aumento real.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Azeredo, agradeço a V. Ex^a o aparte. Faço apenas questão de lembrar e reiterar que o grande compromisso político do Partido e do Presidente Lula foi dobrar, em quatro anos, o poder de compra do trabalhador que ganha salário mínimo neste País.

Vamos perseguir essa meta e lutar, com todas as forças, para honrá-la. Agradeço a V. Ex^a, que está

coberto de razão ao esclarecer a posição do então candidato José Serra.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes, com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Tião Viana, eu queria apenas reavivar a memória de V. Ex^a, perguntando-lhe se V. Ex^a se recorda de quem foi o Relator do Orçamento, do ano passado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Senador Sérgio Machado. V. Ex^a é sabedor disso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Muito obrigado. Eu queria agradecer a V. Ex^a por isso e lembrar que o Senador Sérgio Machado fez um Orçamento exatamente nos moldes, no perfil do que o atual Governo desejava, tanto é que, segundo a imprensa, S. Ex^a foi aquinhado com um dos melhores cargos deste País e tem todo o mérito, que é exatamente de Presidente da Braspetro. Devo dizer a V. Ex^a, apenas para trazer-lhe à memória, que não deve jogar a culpa das falhas orçamentárias, inclusive a relativa ao salário mínimo, no PFL. Fui Líder no Governo do Presidente Fernando Henrique e, por questão de justiça, registro que o Senador Antonio Carlos Magalhães empreendeu grande luta em prol de um salário mínimo melhor. O meu Partido, o PFL, não pode ser acusado de ter sido omissos. Se nós cometemos alguns pecados, foi exatamente por isso que fomos derrotados. Os vitoriosos são os que estão no poder. A responsabilidade assumida com o povo brasileiro de reparar todos os erros que cometemos é dos senhores, e devem cumprí-la sem discriminá-los ou deixar de receber, nas audiências marcadas, seus próprios correligionários que defendem melhoria salarial para o povo brasileiro.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, agradeço o aparte e faço questão de reiterar que o compromisso político do Partido dos Trabalhadores e do Presidente Lula é dobrar o poder de compra de quem ganha salário mínimo. É um compromisso de ordem moral, um compromisso político claro.

No mais, trago à lembrança de V. Ex^as o que ocorreu na época da elaboração do Orçamento. Analisamos a receita orçamentária com o Governo do Presidente Fernando Henrique e com o Governo de Transição. Não houve um membro do Governo Fernando Henrique que se negasse a debater a matéria. Todos reconheceram, de imediato, que estávamos diante de uma grave crise de receita da ordem de 18 bilhões e 520 milhões de reais, receita extraordinária

conseguida no último ano do Governo anterior e com a qual não contamos neste exercício financeiro.

Qualquer Senador – e vários são ex-Governadores – sabe que o primeiro ano de gestão pública de qualquer governo é herança orçamentária do governo anterior, pois isso é um princípio básico da gestão pública. Espero que seu Partido não desconheça isso e tenha a compreensão que tem demonstrado até agora com as dificuldades do primeiro ano que o Presidente Lula está atravessando.

Concedo o aparte ao Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Tião Viana, quero cumprimentar V. Ex^a por sua maneira clara de mostrar a realidade que o Governo do Presidente Lula encontrou e está vivendo neste momento. Não adianta querermos fazer o contrário daquilo que a realidade nos impõe. O Governo não tem condições de fazer mais do que está, neste instante, submetendo à apreciação do Senado Federal e do Congresso Nacional. A boa vontade do Presidente está explícita. É evidente que Sua Excelência, como um trabalhador, como um homem que veio das bases, tem tudo para dizer “eu quero o melhor salário que podemos dar”. Mas esse é o melhor que podemos dar neste momento. O compromisso é de, nos próximos quatro anos, conforme disse V. Ex^a, dobrar o poder de compra do trabalhador brasileiro. Parabéns pela sua posição firme!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, nobre Senador, pelo seu aparte. Com minha tradição de respeito ao Regimento, dou por encerrada minha contribuição a este debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa agradece a V. Ex^a, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Mão Santa. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a falará logo após o Senador Mão Santa, conforme apontam os registros de pedidos de inscrição feitos pelos Srs. Senadores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, SRA.s. e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que acompanham o meu pronunciamento pela **TV Senado**, aprendi com Platão: Seja ousado, cada vez mais, mas não em demasia, e busque a verdade.

Com relação ao salário mínimo fiz um pronunciamento demorado nesta Casa. Ultrapassei o tempo regimental. Por trinta minutos, busquei os maiores salários que se ganham neste País. E encontrei muitos contra-cheques acima de 30 mil reais – e eu ainda os

tenho no meu gabinete – e os trouxe aqui. Analisei também os salários mínimos, desde o primeiro, do grande estadista Getúlio Vargas, até os dias de hoje, bem como os do mundo, os dos países ricos. Nos Estados Unidos, a nossa proposta equivale a um dia – todos nós sabemos. O trabalhador americano é livre. Ele pode trabalhar dez horas, a 8 dólares a hora e já ganhou isso. Mas, bem perto, no Paraguai e no Uruguai, o salário é maior do que isso.

Aprendi que o Parlamento não é soberano. O Parlamento é de debates. E nós estamos em um debate. O Parlamento fala; não decide. Mas nos compete debater isso.

O grande problema, além desse que nos envergonha, é este País ter a mais vergonhosa concentração de riqueza. E aqui temos uma chance de diminuir esta concentração vergonhosa do mundo: os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. E o salário mínimo é a chance.

Permitam-me V. Ex^{as}s dizer que esses dilemas nós sempre os teremos. Agora, temos que ter princípios e luz. Eu sempre os tive, e falo aqui com a vivência que quero levar ao companheiro Lula, o mais afável Presidente de toda a História do Brasil – é homem bem-intencionado.

E queremos rememorar a vida do Lula. Ele tem o dom, é um líder. Está discursando bem. É filósofo. Todos nós acompanhamos muitos discursos do Lula, mas um me encantou e me fez votar no PT – e eu não sou do PT. Ensinei o povo do Piauí a cantar “Lula lá, Mão Santa cá”. Ele me encantou no passado. Está encantando o Brasil e o mundo com suas frases filosóficas, verdadeiras, puras e sinceras. Mas me encantou com uma.

Uma vez, há muitos anos, mesmo sem votar nele, eu o ouvi dizer: “O operário, o trabalhador, tem que ter direito a tomar a sua cervejinha, no fim-de-semana, com sua mulherzinha. Tem esse direito!”

Esse salário não dá, meu grande Presidente Lula, para aquela cervejinha prometida, esperada, defendida e aguardada. Não dá mesmo!

Temos muitos desses conflitos. Uma grande experiência é ser prefeito. Sentimos o povo! E fui. Convi vi com o Presidente José Sarney, com o Fernando Collor e governei o meu Piauí com o Fernando Henrique Cardoso. Olha, sei que tinha inflação. Todo mundo o sabe. E muitos foram prefeitos dessa época: o orador que falou, o Almeida Lima; o companheiro Heráclito Fortes governava Teresina; e eu, Parnaíba, a maior cidade; também o Leonel Pavan. Olha, como esta noite que está indormida aqui, eu passei 48, as-

sim como o fizeram os companheiros que foram prefeitos, porque havia inflação. Todo mês era isso. Havia os gatilhos, que eram uma oportunidade de se fazer justiça salarial, porque se dava logo o mínimo. Era 60%, 80% da inflação, mas se resguardava o mínimo, os US\$100.00. E não foi outro discurso bonito, tão bonito como a cerveja do Lula, a que o operário, o trabalhador tem direito, com sua mulherzinha, no final de semana. Encantou-nos também o grande Líder do PT, o Senador Paulo Paim, que não permaneceu apenas no Rio Grande do Sul, na Câmara. S. Ex^a se expandiu. Era o Dom Quixote moreno, o gaúcho, a bradar pelo salário de US\$ 100.00. Fui atraído pela Liderança. Posteriormente, vi o Senador Antonio Carlos Magalhães, orgulho da coragem do nosso Nordeste, dar os US\$ 100.00; vi uma mulher, a Senadora Roseana Sarney, governar e conceder até mais. Eu me esforcei e concedi, como Prefeito e como Governador do Estado. E o povo reconheceu e nos enviou para cá.

Portanto, não serão apenas estes conflitos. Haverá muitos. Mas há que se ter princípios. E tenho os meus. É de Deus, é cristão. Entendo que a violência não é caso de polícia, não. Falta Deus, falta formação cristã na família. Conflitos eu os tive muitos, governando a minha cidade e o meu Estado. Por várias vezes um empreiteiro chegava e dizia que queria um valor, os técnicos outro, e caía na decisão do soberano, que é o Poder Executivo. E eu decidia, com Deus. Como diz, na Bíblia, o rei Salomão: “a verdade está no meio”. Os técnicos que aconselharam mal o Presidente Lula, o nosso Presidente, porque fomos um dos artífices da sua vitória, colocaram em R\$ 240,00. Os técnicos, que não são mais do que eu, não. O Antonio Palocci é um médico como eu, com a diferença de que ele foi Prefeito, mas eu fui Prefeito e também Governador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) –
E sua mão é santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço esse entusiasmo de aparte.

E o Paulo Paim, Líder, artífice da vitória do PT, que saiu lá do Rio Grande do Sul – é como o Lula disse, do Oiapoque ao Chuí –, se expandiu, levantou essa bandeira, que simbolizava o PT, de US\$ 100.00, que significava R\$ 300,00. Os técnicos é que aconselharam mal o Presidente Lula, que precisa nos ouvir. Esta Casa é para isso. Somos bons conselheiros, queremos o bem dele, ele é afável.

Sempre decidi. O empreiteiro queria um valor, os técnicos outro, e o Poder no meio. A verdade está no meio. Então, é a hora de uma reflexão do Presidente, que é cristão, que no Dia do Trabalho foi à igreja.

Foi a mais bela festa da história dos 502 anos do Brasil. É hora de o Presidente Lula se ajoelhar diante de Cristo e Deus. Que o Presidente Lula abra a Bíblia e fique com o que o rei Salomão disse: a verdade está no meio. Não estou nem com os US\$ 100,00, que são os R\$ 300,00 do Paim, e nem com os R\$ 240,00. Estou com Deus: R\$ 270,00.

Está ali o nosso patrono, do Senado, que tinha que ser baiano: Rui Barbosa. E o que ele disse? Ele disse: o trabalho vem antes. A ele devemos o respeito, a primazia e o apoio. A riqueza, o capital vem depois. E o que se vê é o apoio ao capital, é o juro pecaminoso que está levando os brasileiros ao desemprego.

Mais ainda. Meditai, oh Lula, grande Presidente deste País! É vergonhoso. Aqui estão os homens mais experimentados, este é o Senado. Problemas há. Sabem quando começou o Senado? Com Moisés, o maior líder da história, que guiou o povo de Deus a uma terra prometida por quarenta anos. Ele foi perdendo a liderança. O povo não queria seguir os mandamentos e adorava o bezerro. Ele foi orar e ouviu a voz de Deus: "Busque os setenta anciões mais velhos, que lhe ajudarão a carregar o fardo do povo".

Sr. Presidente, essa matemática é elementar. Médico sabe pouco matemática. Antônio Palocci sabe como eu: que a pressão é 12 por 8; que o coração é 70; que a glicemia é 120 e se der mais, entra em coma e morre; que, se o termômetro marcar 42º, ele quebra. Mas olhem esse cálculo, vejam a vergonha: se for R\$ 240,00, dez vezes isso dá R\$ 2.400,00 e cem vezes isso dá R\$ 24.000,00. E temos, Senador Hélio Costa, muita gente ganhando do Governo, neste País, mais de R\$ 30.000,00, cento e cinqüenta vezes. Isso é uma vergonha.

Então, que esse debate aqui seja necessário para acabarmos com a maior vergonha desta Pátria, que é a grande diferença entre os grandes salários e os pequenos salários. E vamos começar hoje. A grande caminhada começa com um passo e esse passo é esta Casa inspirar o Presidente da República, para mandar buscar essa medida provisória – bem pertinho – e trazer outra com R\$ 270,00. É um salário de Deus. A virtude está no meio. É uma homenagem e respeito ao trabalhador do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Leonel Pavan, do PSDB, de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, fico imaginando a frustração dos trabalhadores deste pungente Brasil. Fico imaginando a

frustração daqueles que são obrigados a achar palavras, frases, meios e formas para defender o indefensável. Digo isso porque até Senadores da base do Governo reconhecem publicamente que o Lula, que hoje governa o País, não está cumprindo com a palavra que assumiu percorrendo o Brasil. Repito: fico imaginando a frustração desses 30 mil servidores públicos que estão aqui em Brasília, que percorreram quilômetros e quilômetros para virem aqui dizer ao Lula, dizer ao Governo o que disseram, o que pediram anos atrás em movimentos populares.

Não vejo mais, Senador Arthur Virgílio, meu Líder, nas mobilizações, nos movimentos populares, a bandeira do PT, que tremulava, que gritava por salários. Não vejo mais a bandeira do PT, daqueles que gritavam por justiça social. Não vejo a bandeira do PT quando o Ministro percorre rodovias, como a BR-101, para mostrar que o Governo só viaja e não investe em infra-estrutura. Será que todos estamos equivocados? Será que os 30 mil servidores presentes em Brasília estão equivocados? Será que os sindicatos estão equivocados?

Ora, quero dizer à maioria do Governo, que é a minoria nesta Casa quando se discute o salário mínimo, que fico imaginando se não há mais uma farsa por trás do projeto Fome Zero.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como vão eliminar a fome com um salário injusto? Como vamos acabar com as desigualdades sociais com um salário injusto? Com um aumento, meu Líder, de 1% para os servidores públicos, que aliás ainda nem deram? Há dois meses, estão se vangloriando com esse 1% que ainda não foi dado.

Ora, desigualdade se acaba e fome se elimina garantindo-se salário, dignidade e emprego! E nunca se viu, há mais de 15 anos, tanto desemprego na história deste País como nos últimos 5 meses!

Concedo um aparte ao meu Líder, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Leonel Pavan, parabenizo V. Exª pelo belíssimo e contundente pronunciamento. Farei, de maneira telegráfica, duas afirmações. A primeira é que sou, e V. Exª também, bastante compreensivo com nossos adversários de ontem e de hoje. São figuras estimadas, figuras adoráveis, que, nesta transição, às vezes se apoquentam com o fato de estarmos aqui procurando alternativas viáveis e racionais, sem apitaço, sem deboche, para que algum aumento a mais – isso não é

pecado – seja concedido para o trabalhador que ganha salário mínimo. O segundo ponto é fazer um alerta: estão aprofundando o compromisso – e não vão poder colocar a culpa em ninguém, nem em George Washington, primeiro Presidente americano, nem em Fernando Henrique e muito menos em Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro Presidente brasileiro – de, a partir do próximo ano, concederem aumento acima de 20% de ganho real, para o trabalhador que ganha salário mínimo, de modo que o Presidente Lula possa cumprir a promessa feita em campanha eleitoral. Não sei. Minha impressão é de que o discurso de V. Ex^a deve ser visto como um alerta e, quem sabe, propiciando ao Governo duas coisas: uma, a autocrítica desse compromisso, que amanhã pode virar uma desculpa esfarrapada; a outra, uma reflexão para que percebam que nós, de fato – e tem razão o Senador Mão Santa –, não queremos o mal do Presidente, queremos apenas que Sua Excelência, ao encontro de sua biografia, vote conosco esse pouquinho a mais para o trabalhador que está na parte mais baixa da pirâmide social brasileira. Parabéns, Senador Leonel Pavan. O discurso de V. Ex^a mostra que é um combatente e combativo Senador da oposição.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço o aparte do meu Líder Arthur Virgílio. Em seguida, cederei o aparte ao nosso querido amigo e ex-Governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, também um brilhante Senador.

Ouvi aqui o meu amigo Almeida Lima, que considero um dos mais notáveis oradores desta Casa. Quando falei dessa frustração tanto do povo que elegera Lula quanto de companheiros da base do Senado Federal, também vi nas palavras do Senador Almeida Lima uma frustração, pois o PDT, igualmente, acreditou na mudança, acreditou que havia realmente algo novo. Todo Orçamento produzido até hoje pelo Governo passado, Senador Artur Virgílio, o PT mostrava em gráficos, em **slides**, em transparências, dizendo que, com aquele Orçamento, seria possível dar US\$100 de salário. Quem dizia que o Orçamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso poderia melhorar as rodovias, a educação, a saúde, o salário eram justamente os técnicos do PT, que usavam os microfones e diziam que faltava vontade política do Governo com os nossos trabalhadores.

Já tenho conhecimento de que o Brizola fará muitas cobranças na quinta-feira, amanhã, tamanha a frustração dos Partidos que apoiaram o Governo instalado em nosso País.

Concedo o aparte ao nosso amigo Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Leonel Pavan, cumprimento-o pelo brilhantismo de sua exposição, ressaltando realmente as questões da contradição existente hoje no comportamento do Governo Federal. Mas quero voltar aos argumentos técnicos. Os argumentos políticos são claros: a contradição entre o que foi dito no passado e o que é praticado, as questões humanas que envolvem a necessidade de o Brasil ter um salário mínimo mais alto. Mas voltarei à questão técnica. O Líder Tião Viana reiterou aqui o compromisso do Presidente Lula de dobrar o salário mínimo em quatro anos. Pois bem, dobrar significa aumentar em 100%. Vamos fazer as contas: se se está aumentando em apenas 1% o valor real neste ano, significa que faltarão 99%. Como disse o Líder Arthur Virgílio, precisaríamos de mais de 20% de valor real ao ano em cima do salário mínimo, porque são juros sobre juros. Esta é a questão que estamos expondo aqui: como daremos um aumento real superior a 25% ao ano, aproximadamente, nos próximos três anos, para atingir esse objetivo do Presidente Lula de dar 100% de aumento, que é o que significa dobrar. Eu gostaria de fazer essa conta aqui. Reiterando, 1% é muito pouco. A Oposição quer ajudar o Presidente Lula a cumprir essa promessa de 100%. Então, vamos dar um aumento real um pouco maior agora. Se for na linha dos R\$252,00, teremos um aumento de 26%, contra a inflação de 19%, que foi à época do aumento. Se for aumentado para R\$260,00, o aumento seria de 30%, um aumento real de 11%. Esta é a questão: se dermos só 1%, ficará muito difícil cumprir a promessa do Presidente Lula. Queremos que Sua Excelência já comece esse processo aumentando um pouco mais, dando 7% de aumento real, no caso da proposta do PSDB, ou 11%, no caso da proposta do PFL.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Incorporo ao meu pronunciamento o aparte do nobre Senador e amigo Eduardo Azeredo, que é um pronunciamento mais técnico.

Sr. Presidente, não sei como meus 10 minutos passam tão rápido. Não consegui entrar no assunto que desejo. Desculpe-me, Senador Hélio Costa, mas eu preciso me ater um pouco ao pronunciamento.

O PT está jogando 23 anos de luta por terra, em 6 meses! Estão sendo jogados fora 23 anos de história, da esperança que viveu e prometeu, por uma farsa. Enganaram mais de 50 milhões de eleitores, que tinham a expectativa de que haveria, sem dúvida alguma, uma transformação no início deste Governo.

Ouvi aqui muito sobre o Orçamento, Senador Arthur Virgílio. O Sérgio Machado, ex-Senador, que

fazia parte da base de sustentação do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi o Relator do Orçamento e, juntamente com Guido Mantega e Antônio Palocci, trabalhou com toda a equipe de transição. O Presidente Fernando Henrique Cardoso praticou um ato de cortesia, abrindo as portas do Governo e chamando a equipe de transição. Montaram o Orçamento e o fizeram tão bem, segundo eles, que chamaram o Sérgio Machado para um dos melhores cargos de confiança do Governo Lula. Se o Orçamento não fosse bem montado, essa pessoa não seria chamada. Aliás, o Senado tem de chamar Sérgio Machado para dizer como fez esse Orçamento que o PT condena tanto! Líder Arthur Virgílio, a Comissão de Assuntos Econômicos tem de convocá-lo para explicar como elaborou esse Orçamento tão condenado pelo PT e hoje admirado pelo Governo.

Não é possível usar-se tanto o passado. E foi dito que o José Serra prometeu aquilo. O Serra perdeu a eleição. O povo aprovou o salário mínimo de US\$100 no início do Governo. Tenho certeza de que, se Serra prometesse o que Lula prometeu, teria sido eleito Presidente. Mas ele foi coerente

Lamentamos que se busque muito do passado. Antes, eram dois meses; depois, eram três meses; agora, já são seis meses. Daqui a pouco, passa um ano. Daqui a três anos, já é eleição, e o povo vai continuar, como dizia Chico Anísio, com o salário “oh”!

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Marcelo Crivella, do PL do Rio de Janeiro.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Crivella se dirige ao plenário, eu poderia fazer uma intervenção de um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a pode inscrever-se para logo após o Senador Marcelo Crivella, Senador Hélio Costa, para sermos rigorosos com o Regimento. Eu já inscrevo V. Ex^a, que fica sendo o último orador inscrito.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo o meu pronunciamento permitindo um aparte ao meu companheiro, Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Crivella. Mais uma vez V. Ex^a demonstra a sua atenção, a sua compreensão e o seu cavalhei-

rismo. Mas eu queria, Senador Crivella, apenas fazer uma lembrança, usando a figura mais expressiva da política de Minas Gerais, que foi o nosso querido, saudoso e inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek. Vejo a Liderança da Oposição inconsistentemente preocupada com o fato de que o Presidente Lula não terá condições, segundo esses Senadores, de dobrar o poder aquisitivo dos trabalhadores nos próximos quatro anos. Lembro, Senador Crivella, que em 1960, quando deixou o Governo, a Presidência da República, o salário mínimo no Brasil era o equivalente a US\$500. O salário mínimo de 1960 valia US\$500. Então, é possível, sim. Eu queria que, na eloquência da Oposição, se acrescentasse uma pequena dose de paciência, porque, afinal de contas, são cinco meses de Governo, Sr. Presidente. Tenho certeza de que o Presidente poderá, sim, cumprir o seu compromisso com o povo brasileiro. Muito obrigado, Senador Crivella, pela atenção de V. Ex^a, especialmente neste momento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não, Senador.

Vim ocupar a tribuna num momento em que cada um de nós que faz parte da Base do Governo tem o coração estraçalhado. Nenhum de nós gostaria de estar aqui, votando um salário mínimo – e o povo brasileiro pode acreditar na intenção dos nossos propósitos – de R\$240. Queríamos, sim, um salário de R\$3 mil ou até de mais. Mas a Matemática é uma ciência de Deus e, como a lei de Deus, é inflexível.

Na iniciativa privada, são poucos os que ganham salário mínimo. Até mesmo um servente de obra ganha mais do que isso. O problema todo está nos aposentados, exatamente do setor rural, que foram agregados ao nosso sistema, sem nunca terem tido a oportunidade sequer de contribuir. Infelizmente, essa matemática que a todos encanta não permite, com os recursos de que dispõe hoje não o papel do Orçamento – aliás, o papel aceita tudo –, mas as reservas do Governo, as despesas em conta corrente. Já que temos 70% dos aposentados ganhando um salário mínimo e para cada um real de reajuste aumenta a despesa em R\$170 milhões, não é possível reajustarmos o salário mínimo no desejo do nosso coração, da Bancada do Governo e da Presidência.

Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe que assim é a Matemática, a Lei da Gravidade, as leis da Física. Se subirmos ao alto de um prédio e nos lançarmos, vamos cair e esbodegar-nos no chão. Não importa se pularmos hoje ou amanhã ou daqui a dez anos. A lei não varia.

O Senhor Jesus disse que ninguém pode construir uma torre sem antes calculá-la, e ninguém vai à guerra sem avaliar as forças do seu exército. São as palavras sábias do Mestre. É preciso calcular.

Mas não podemos duvidar de que um Presidente oriundo das camadas mais pobres, um retirante, um homem que orou na igreja e que pediu a Deus sabedoria não teria a intenção, caso tivesse condições, de dar um salário melhor para os nossos aposentados, para o nosso povo.

Estamos nos preparando agora para votar o Orçamento do próximo ano. Dispomos de um orçamento de US\$400 bilhões, que não chega ao orçamento **turn-over** da Ford, que são R\$600 bilhões por ano. E foi a Ford, Senador Arthur Virgílio, que conseguiu um empréstimo da pobreza brasileira para instalar uma fábrica em Camaçari, na Bahia.

Na ocasião, eu não era Senador, mas, assim que cheguei ao Senado, fiz um requerimento a respeito. Na época, eu fazia um kibutz no sertão da Bahia e fiquei muito triste ao ver que nos faltavam recursos para irrigar, mas não faltavam recursos para financiarmos uma grande empresa norte-americana. As condições da negociação eram: R\$1 bilhão do Governo brasileiro e R\$1 bilhão da Ford. Três anos depois – recebi a resposta do requerimento há quinze dias –, R\$2 bilhões foram aplicados pelo BNDES e R\$500 milhões, pela Ford. Dobramos os nossos recursos, e eles não colocaram a metade.

Aliás, saiu publicado na imprensa o artigo “A rude franqueza do Sr. Robert Zoellick”, o negociador norte-americano. Ouçam a mensagem que esse homem mandou ao Senado norte-americano:

A liderança norte-americana na criação da Alca permitirá o uso de todos os meios legais e necessários, nas várias organizações de comércio, para conquistar o máximo de vantagens para os norte-americanos. Vamos forçar e monitorar o que for possível. Os Estados Unidos estão exercendo pressões para realizar o cumprimento de uma visão norte-americana que data do século XIX.

Em outras palavras, preparem o lombo que o **big stick** vem aí.

Precisamos defender um salário mínimo melhor, mas tivemos tantas más negociações nas nossas privatizações, fomos tão generosos quando negociamos empréstimos tirando da nossa pobreza financiamentos para empresas americanas cujo **turn over** é maior do que o nosso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Concedo o aparte com muita honra ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – A honra é minha. V. Ex^a não estava na Casa e quem perdia com isso era o Senado, e eu perdia como modesto Congressista. Discutir as privatizações é um tema extremamente interessante. Podemos fazer isso em outra hora. Parabenizo V. Ex^a porque V. Ex^a fez, entre todos os Senadores da Base governista, certamente o mais habilidoso discurso. V. Ex^a é um quadro político que reputo dos mais preparados, dos mais qualificados. E agora, então, fez algo que daria inveja a Tancredo Neves. Com enorme competência, V. Ex^a está trazendo temas importantes, relevantes, instigantes à baila e falando pouco em salário mínimo. Mas vamos discutir privatizações e todos esses assuntos. Só volto a dizer que estamos pedindo um pouco mais embasados também – V. Ex^a é um homem que trata os seus colegas com muita humildade e é assim que costumo proceder – com dados. Ou seja, V. Ex^a defende com dados que não pode o salário mínimo ser mais do que R\$240; eu defendo com dados que há condições de se oferecer mais de R\$240. Defendo com dados que dá para se ter algum rebaixamento de taxas de juros; e o Governo defende com dados – respeito muito o Ministro Antonio Palocci – que não dá para se reduzirem os juros ainda. Volto a dizer que o discurso de V. Ex^a é muito inteligente porque não está repetindo essa promessa, esse compromisso de dobrar o valor real do salário mínimo em três anos, porque depois vai aprofundando e não tem mais em quem colocar a culpa. A comunicação que faço – e a honra de fazê-la no discurso de V. Ex^a me enche só a mim de alegria – é que estou eu próprio encaminhando um requerimento de informação ao Sr. Ministro Antonio Palocci perguntando a S. Ex^a se confirma que, a partir do próximo ano, haverá ganho real acima de 20% nos valores do salário mínimo, para que o Presidente Lula possa cumprir a sua promessa. Direi a V. Ex^a, de maneira muito crua, que o coração dos nossos colegas está transbordando de vontade de que isso ocorra. O Presidente Lula é uma figura sensível, adorável. Nós todos temos por Sua Excelência uma estima enorme, mas a palavra que me interessa, neste momento, é a do Ministro Antônio Palocci, aquele que não emitiria um mero gesto de boa vontade, aquele que falaria embasado em cálculos e em acertos, como antigamente fazia o famigerado e condenado Fundo Monetário Internacional, que agora virou uma entidade normal aos olhos do atual poder. Questionarei ao Ministro Palocci o assunto, porque tenho quase certeza de que S. Ex^a não assumirá este compromisso. Para-

béns, Senador Marcelo Crivella. Acompanho V. Ex^a, Senador de talento e de trajetória. V. Ex^a acaba de confirmar, para mim, que é o homem inteligente que sempre imaginei e, mais ainda, o político hábil que fará uma bela carreira nesta Casa. O mais habilidoso de todos os discursos que ouvi foi o de V. Ex^a, Senador Marcelo Crivella. Aceite o elogio como uma manifestação de admiração e de estima deste seu modesto colega do Estado do Amazonas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado. As palavras de V. Ex^a jamais serão esquecidas, Senador Arthur Virgílio.

Eu, que estou começando agora, fico muito agradecido em receber de V. Ex^a, um grande nome da nossa política, palavras tão elogiosas que me encchem de orgulho.

Fiz questão de participar dessa discussão, porque a base do Governo está triste ao votar essa matéria. Não gostaríamos de votar um salário mínimo de R\$240,00; gostaríamos de que fosse muito mais. Nenhum de nós está satisfeito. Infelizmente, somos limitados pela realidade. Fugir da realidade é uma utopia que a responsabilidade do cargo não permite ao Senhor Presidente.

O Líder do meu Bloco me faz lembrar uma história muito curiosa que ouvi quando morava no sertão: um sujeito levou à feira um canarinho que cantava extraordinariamente. Na mesma gaiola, havia um pássaro calado, de asa quebrada, que ficava no fundo. Quando as pessoas se aproximavam para comprar o canarinho cantor, diziam: "Quanto custa?" Respondia: "Cinco reais". "Quero levar agora. Esse pássaro é algo magnífico, é uma sumidade." Então, o vendedor dizia: "Só vendo o canarinho com o 'passo' preto, o asa quebrada que está no fundo da gaiola". "E quanto é o 'passo' preto?" Ele dizia: "O 'passo' preto custa quinhentos reais". "Mas quero comprar só o canarinho cantor". Às vezes, no bloco do Governo há muitos canarinhos cantores. O sujeito então dizia: "Vou explicar-lhe uma coisa: Você está vendo aquele canarinho que canta e encanta a todos? Pois o 'passo' preto é o compositor. Se vender um distante do outro, não haverá mais cantoria nenhuma."

Meus amigos, existem, sim, os cantores, e existem também os compositores. Se não tivéssemos sobre os ombros a responsabilidade da composição das contas públicas, também estaríamos cantando e encantando. Mas Governo é isto: responsabilidade.

Portanto, com muita humildade, digo à Nação brasileira que a base do Governo vota o projeto contrariada consigo. Gostaríamos de conceder muito mais. Se Deus quiser, ano que vem, cumpriremos a promessa feita pelo nosso Presidente e daremos aumento real ao salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa consulta o Senador Hélio Costa, já que havia feito o compromisso de inscrevê-lo, se V. Ex^a ainda pretende falar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG.) – Sr. Presidente, se me permite, gostaria apenas de manifestar a minha solidariedade ao povo da cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, porque ontem à noite um desastre ecológico de grandes proporções ocorreu exatamente nas proximidades da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Permita-me, apenas, Senador Hélio Costa, dar, então, por encerrada a discussão, e V. Ex^a continua com a palavra para fazer sua manifestação.

Está encerrada a discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2003, cuja apreciação continuará amanhã, em sessão deliberativa extraordinária.

A apreciação dos demais itens da pauta de hoje fica sobrestada.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

Item 4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 19, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 117, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão em turno único do Projeto de Lei de conversão nº 19, de 2003, que *altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e dá outras providências (dispõe sobre o Fundo Garantia-Safra e o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica)*, proveniente da Medida Provisória nº 117, de 2003, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Benedito Lira (PPB-AL), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária da matéria e das Emendas nºs 1 a 13 e 15 a 23 e inadequação da Emenda nº 14; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 4, 6, 13 a 23, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, 5, 7 a 12, 14 a 19, 21 e 22, apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu parecer anterior, com alterações que promove, e rejeitando parcialmente a Emenda nº 20.

Relatora Revisora: Senadora Patrícia Saboya Gomes

Item 5**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 20, DE 2003**

(Proveniente da Medida Provisória nº 118, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão em turno único do Projeto de Lei de conversão nº 20, de 2003, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, proveniente da Medida Provisória nº 118, de 2003, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Miguel de Souza (PL-RO), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária da matéria e das Emendas nºs 3 a 13 e pela injuridicidade das de nºs 1 e 2; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 8 e 12, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 7, 9 a 11 e 13, apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu parecer anterior, com as alterações que promove.

Relatora Revisora: Senadora Fátima Cleide

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em virtude da situação de emergência, o Prefeito decretou estado de calamidade pública na cidade de Uberaba, após o acidente, porque substâncias tóxicas caíram no córrego Alegria, afluente do rio Uberaba, que serve a toda a cidade. Por essa razão, foi cortado o abastecimento de água para cerca de duzentas e sessenta mil pessoas, que ficaram sem água potável na cidade. A prefeitura montou uma central de atendimento para solicitação de caminhões-pipa, e outras providências estão sendo tomadas. De forma que lamentamos profundamente o ocorrido na região de Uberaba e estamos nos solidarizando com o prefeito Marcos Montes, com os Srs. Vereadores, com toda a população da cidade, que passa por um momento tão difícil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É Lido o seguinte:

PARECER Nº 607, DE 2003

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003, (nº 6.891/2002, na casa de origem) que institui o ano de 2003 como o Ano Nacional Cândido Portinari.

Relatora: Senadora Iris de Araújo

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003 (nº 6.871, de 2002, na Casa de origem), institui o ano de 2003 como “Ano Nacional Cândido Portinari” em comemoração ao centenário de nascimento do artista plástico.

O projeto sugere, também, que o Poder Executivo incumba ao Ministério da Cultura (MinC) a coordenação das atividades comemorativas do referido ano.

Por fim a proposição autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a emitir selo comemorativo ao centenário de nascimento do pintor.

Em sua justificação o autor destaca a importância de Portinari, comparando-o à estatura de Carlos Drummond de Andrade, Villa Lobos e Guimarães Rosa para as artes brasileiras. Ressalta, ainda, a grandeza da obra do artista, reconhecida internacionalmente, e que retrata, basicamente, a realidade e a cultura brasileiras.

Na Câmara dos Deputados, o referido projeto de lei foi distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Desportos e de Constituição, Justiça e de Redação.

Na primeira Comissão, o projeto foi aprovado sem emendas; na Comissão de Constituição Justiça e de Redação, recebeu uma emenda destinada a corrigir vício de técnica legislativa.

II – Análise

Cândido Portinari foi um dos maiores artistas brasileiros. Sua obra, espalhada pelo mundo, se inspira na diversidade de cores e formas que compõem o Brasil.

Por meio de seus trabalhos, o mundo pode admirar a beleza de índios, brancos, negros e mulatos, descobrir o talento criativo deste país mestiço e conhecer a riqueza cultural que somente essa diversidade pode produzir.

Portinari amava o povo brasileiro, lutava por suas causas e fazia da sua pintura, também, instrumento de denúncia e protesto contra as injustiças sofridas pelos mais pobres.

Entretanto, o brasileiro não conhece Cândido Portinari, não sabe da beleza da sua obra, não vê a arte, o trabalho, a cultura e a luta da gente brasileira retratados nos quadros e murais do pintor. O ano de centenário de nascimento do artista pode ser uma grande ocasião para se começar a levar ao povo o talento desse seu precioso representante.

O projeto de lei em exame, ao instituir 2003 como "Ano Nacional Cândido Portinari", cria ambiente para que sejam desenvolvidas muitas atividades de divulgação da vida e obra do artista.

Vale ressaltar que, ao sugerir que o Poder Executivo incumba ao MinC a coordenação das ações comemorativas, bem como, ao autorizar a ECT a emitir selo comemorativo ao referido centenário, o projeto preserva a independência dos Poderes e respeita o direito do Poder Executivo de decidir de que forma e com quais recursos realizará as comemorações.

Toda ação que aproxime o povo de sua produção cultural e de seus artistas deve ser incentivada. O contato com Portinari dará ao povo brasileiro a possibilidade de se ver retratado com beleza e de se reconhecer em obras admiradas pelo mundo inteiro. A cultura, que é produção genuína do povo, não pode ser produto para consumo apenas da elite. E, Cândido Portinari foi um dos maiores operários da cultura brasileira.

Entretanto, como o ano de 2003 está em curso, propomos que o ano de 2004 seja instituído como o "Ano Nacional Cândido Portinari".

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003 (nº 6.871, de 2002, na Casa de origem), com a apresentação das seguintes emendas:

Emenda nº 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003, a seguinte redação:

"Institui o ano de 2004 como o Ano Nacional Cândido Portinari.

Emenda nº 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003, a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o ano de 2004 como 'Ano Nacional Cândido Portinari, em comemoração ao centenário de seu nascimento.

Sala da Comissão, 10 de junho de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Íris de Araújo**, Relator – **Fátima Cleide** – **João Capiberibe** – **Eurípedes Camargo** – **Hélio Costa** – **Valdir Raupp** – **Mão Santa** – **Demóstenes Torres** – **Renildo Santana** – **Edison Lobão** – **Marco Maciel** – **Leonel Pavan** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

DOCUMENTO ANEXADO, NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO:

RELATÓRIO

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003, que institui o ano de 2003 como o Ano Nacional Cândido Portinari.

Relatora: Senadora **Iris de Araújo**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003 (nº 6.871, de 2002, na Casa de origem), institui o ano de 2003 como "Ano Nacional Cândido Portinari" em comemoração ao centenário de nascimento do artista plástico.

O projeto sugere, também, que o Poder Executivo incumba ao Ministério da Cultura (MinC) a coordenação das atividades comemorativas do referido ano.

Por fim a proposição autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a emitir selo comemorativo ao centenário de nascimento do pintor.

Em sua justificação o autor destaca a importância de Portinari, comparando-o à estatura de Carlos Drummond de Andrade, Villa Lobos e Guimarães Rosa para as artes brasileiras. Ressalta, ainda, a grandeza da obra do artista, reconhecida internacionalmente, e que retrata, basicamente, a realidade e a cultura brasileiras.

Na Câmara dos Deputados, o referido projeto de lei foi distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Desportos e de Constituição, Justiça e de Redação.

Na primeira Comissão, o projeto foi aprovado sem emendas; na Comissão de Constituição Justiça e de Redação, recebeu uma emenda destinada a corrigir vício de técnica legislativa.

II – Análise

Cândido Portinari foi um dos maiores artistas brasileiros. Sua obra, espalhada pelo mundo, se inspira na diversidade de cores e formas que compõem o Brasil. Por meio de seus trabalhos, o mundo pode admirar a beleza de indios, brancos, negros e mulatos, descobrir o talento criativo deste país mestiço e conhecer a riqueza cultural que somente essa diversidade pode produzir.

Portinari amava o povo brasileiro, lutava por suas causas e fazia da sua pintura, também, instrumento de denúncia e protesto contra as injustiças sofridas pelos mais pobres.

Entretanto, o brasileiro não conhece Cândido Portinari, não sabe da beleza da sua obra, não vê a arte, o trabalho, a cultura e a luta da gente brasileira retratados nos quadros e murais do pintor. O ano de centenário de nascimento do artista pode ser uma grande ocasião para se começar a levar ao povo o talento desse seu precioso representante.

O projeto de lei em exame, ao instituir 2003 como “Ano Nacional Cândido Portinari”, cria ambiente para que sejam desenvolvidas muitas atividades de divulgação da vida e obra do artista.

Vale ressaltar que, ao sugerir que o Poder Executivo incumba ao MInC a coordenação das ações comemorativas, bem como, ao autorizar a ECT a emitir selo comemorativo ao referido centenário, o projeto preserva a independência dos Poderes e respeita o direito do Poder Executivo de decidir de que forma e com quais recursos realizará as comemorações.

Toda ação que aproxime o povo de sua produção cultural e de seus artistas deve ser incentivada. O contato com Portinari dará ao povo brasileiro a possibilidade de se ver retratado com beleza e de se reconhecer em obras admiradas pelo mundo inteiro. A cultura, que é produção genuína do povo, não pode ser produto para consumo apenas da elite. E, Cândido Portinari foi um dos maiores operários da cultura brasileira.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003 (nº 6.871, de 2002, na Casa de origem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Com referência ao parecer que acaba de ser lido, que conclui favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003 (nº 6.871/2002, na Casa de origem), que institui o ano de 2003 como o Ano Nacional Cândido Portinari, a Presidência comunica ao Plenário que a matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Não há mais oradores inscritos.

Os Senadores Arthur Virgílio, Patrícia Saboya Gomes, Valdir Raupp, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Lúcia Vânia, Eduardo Azeredo, Teotônio Vilela Filho, Eduardo Siqueira Campos, Tião Viana e Paulo Paim, enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

PELA DEFESA DA AMAZÔNIA

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, o jornal **A Crítica**, de Manaus, é um incansável defensor da Amazônia e, como tal, não tem medido esforços para, em reportagens de grande fôlego, em editoriais e no próprio noticiário do dia-a-dia, propagar esta que é uma das idéias mais necessárias ao Brasil, qual seja o engajamento de todos os cidadãos deste país em defesa da grande área estratégica do Norte do Brasil.

Já mencionei desta tribuna, em duas ocasiões, o magnífico trabalho de duas repórteres daquele jornal, Dione Santana e Mariléa Amaral, as quais, numa brilhante série de reportagens, concluídas neste último domingo, fizeram um notável levantamento da atual situação da Amazônia, um raio-X perfeito sobre esta nossa região, que representa a esperança de um futuro mais promissor para o Brasil.

A reportagem de número 3, a que me refiro, tem o título de **Amazônia: “guardai esta terra”**, tratando, com muito zelo e com informações atualizadas, a questão da legislação existente no País em torno do assunto, e que passa a ser parte integrante deste pronunciamento.

As duas repórteres sustentam que a Amazônia, mais do que nunca, necessita de uma lei de grande peso para tratar da defesa da biodiversidade da região. Uma lei, notam elas, que venha substituir a Medida Provisória nº 2.168, em boa hora editada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que, já agora, reclama uma modernização.

Quero informar a este Plenário que resolvi aceitar a sugestão dessas jornalistas e já determinei a minha assessoria que levante o assunto, para ensejar a elaboração, com certa urgência, de uma legislação mais atualizada para a defesa da Amazônia.

Sr. Presidente, peço que a reportagem das jornalistas Dione Amaral e Mariléa Amaral passe a ser parte integrante deste pronunciamento e, assim, constar dos Anais do Senado.

Já que estou falando sobre a Amazônia, quero aproveitar a oportunidade para saudar a oportuna descentralização dos debates em torno do Plano Pluriannual do Governo para o período 2004 a 2007.

O marco inicial dessa descentralização ocorrerá na próxima sexta-feira, dia 6, em Manaus, na reitora da Universidade Estadual do Amazonas, com a presença do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci.

Para se ter uma idéia do interesse pelos debates, basta mencionar que, até ontem, já estavam inscritas para os debates 72 entidades representativas de diferentes áreas do Amazonas.

Ao desejar que os debates sejam conduzidos com acerto, faço votos também para que desse encontro inaugural de descentralização resultem benefícios para a Amazônia, que, como sabem todos os brasileiros, é a região mais estratégica para o futuro do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno..)

JORNAL A CRÍTICA
Manaus, domingo, 1º de junho de 2003

Amazônia: 'Guardai esta terra'

**DISCUSSÕES EM TORNO DA
REGIÃO DEVEM CONTINUAR
ENQUANTO ISSO OS
GOVERNOS, PARLAMENTAIS
MILITARES E A
SOCIEDADE FRESCAM
FAZER A SUA PARTE**

DIONE SANTANA E
MARILEA AMARAL
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

A "lei" brasileira que protege a biodiversidade, o conhecimento tradicional e regula o acesso ao patrimônio biogenético é uma "Medida Provisória", de nº 2.186, editada 16 vezes. Se este fato não diz tudo, pelo menos revela parte da fragilidade da legislação de um País que possui a floresta mais conhecida do planeta, e é a "campeona" no quesito biodiversidade.

Uma medida, apenas provisória, tenta segurar a fúria dos amantes inescrupulosos da Amazônia. É um problema para o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva solucionar, mas enquanto isso não acontece, as discussões permanecem - e alguns vão tentando fazer a sua parte para proteger a "riqueza verde".

Não faltam reclamações por causa da ausência de uma lei federal estável regulando a preservação e a utilização da biodiversidade no País, especialmente na Amazônia. Afinal, em se tratando de meio ambiente, a região pode ser considerada.

da um caso peculiar: aqui está um quinto da água potável da Terra, 200 espécies diferentes de árvore por hectare, 1,4 mil tipos de peixes, 1,3 mil de pássaros, mais de 10 milhões de tipos de insetos, em São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus), existe a maior concentração de níobio do mundo, um minério utilizado na composição de foguetes espaciais.

A Medida Provisória do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi inspirada em um projeto de lei apresentado pela atual ministra do Meio Ambiente, a senadora Marina da Silva (PT-AC), que durante alguns anos tramitou no Congresso Nacional. O projeto foi aprovado de discussões, recebeu substitutivos, mas não avançou. Em junho de 2001, diante de uma sarabanda de denúncias de biopirataria, FHC tomou a dianteira e editou a Medida Provisória de nº 2.052 - reditada várias vezes, desde então.

"Precisamos de uma lei mais objetiva, inclusiva de controle da biopirataria porque hoje só temos essa Medida Provisória que dirige mal e

porcamente os problemas", protesta o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE), deputado Lino Chixaro (PPS), alertando que a realidade envolvendo as questões de meio ambiente têm mudado muito.

Ele ressalta como exemplo grítante a atual lei internacional de patentes, que permite aberrações como o registro do cupuaçu pelos japoneses. "Antes não tínhamos este tipo de coisa e agora há uma pressão internacional muito grande para que o Brasil aceite esta nova lei".

Durante o encontro anual da União Nacional das Assembleias Legislativas (Unale), que aconteceu na última semana em São Luiz (MA), Lino Chixaro expôs o problema e convocou todos os representantes da Região Norte a participar de um movimento amazônico para pressionar o Governo Federal. O deputado inclusive já agendou a primeira reunião para o final deste mês em Manaus.

FALTA DE INTERESSE

A deputada Federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), uma ferrenha defensora das causas amazônicas, concorda que a legislação não é perfeita. "Mas nós temos uma legislação", lembra, defendendo que o Brasil precisa de

"uma ação mais efetiva por parte dos recursos da União". Ela também condena o fato do ex-presidente FHC não ter "acelerado" a votação de uma lei no Congresso Nacional, pontificando que "tudo em rápida tramitação no Congresso é porque houve um interesse por parte do Governo Federal".

Se houve desinteresse - ou interesse - do antigo governo por uma legislação ambiental mais objetiva, que contemplasse, por consequência, a Amazônia, só o futuro vai dizer. No presente quem cobra uma posição do governo do PT e rebate as acusações é o senador Artur Virgílio Neto (PSDB-AM), ex-líder do governo FHC no Congresso.

"Temos o Centro de Biotecnologia para a Amazônia em fase final, por exemplo. O governo FHC significou para a região a consolidação da Sefram, porque nunca mais ouvimos falar da autarquia em escândalos. E ainda temos o projeto Sivam/Sipam (atual Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia)", lista o senador tucano. "A

segurança é um dos pontos frágeis do País. E o Lula já fará muito se investir na segurança da Amazônia", alfineta, reivindicando maior investimento nas Forças Armadas que atuam na área.

JORNAL A CRÍTICA
Manaus, domingo, 1º de junho de 2003

Amazônia: 'Guardai esta terra'

Exército sempre preparado

Embora adotando uma postura de reserva quanto as discussões sobre uma possível internacionalização da Amazônia no futuro, os militares brasileiros, todavia, vêm dando um recado discreto: a região "tem dono". Ano passado, por exemplo, foram realizadas duas grandes operações conjuntas das Forças Armadas na área. E o Exército planeja a transferência para a Amazônia de várias unidades da Força espalhadas pelo território nacional. O Comando Militar da Amazônia (CMA) não esconde que a região é prioridade para o Exército, mas por causa de sua posição estratégica na América do Sul. "Por meio da Amazônia o Brasil faz fronteira com sete países sul-americanos e tem ligação com rotas marítimas do Hemisfério Norte", explica o chefe do Estado-Maior do CMA, o general Eduardo Dias da Costa Villas Boas, lembrando, também, que a região ainda é um imenso vazio populacional. Outro fato que preocupa, segundo o general

Villas Boas, é a atual conjuntura dos países fronteiriços com a Amazônia, que vêm apresentando "um elevado grau de instabilidade econômica, política ou de segurança, quando não, todos estes fatores juntos". Além de investir na quantidade de soldados na região, o Exército quer qualificar sua presença na Amazônia. Em Manaus já foi instalado um esquadrão de aviação, foi criado um destacamento de operações especiais e está em curso a criação de unidade de guerra eletrônica. Mas a "menina dos olhos" do CMA, é o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Ali são preparados os militares especialistas em combate na selva, comenta. No Cigs é formulada e aplicada a doutrina brasileira da "resistência" - estratégia para enfrentar um poder militar maior do que o brasileiro.

SEMELHANÇA COM VIETNÁ

A doutrina reza que o inimigo, estando

num ambiente desconhecido e inóspito como a selva, irá sendo desgastado aos poucos - física e psicologicamente -, por soldados que conhecem a região. "Essa estratégia não é dirigida a um país, mas contra a eventualidade de nosso território, ou uma parte, vir a ser ocupado por um poder de combate muito superior ao nosso, onde não teríamos possibilidade de sucesso num confronto direto", explica o general Villas Boas. Trocando em miúdos, a estratégia dos militares brasileiros será muito semelhante à estratégia usada pelos vietnamitas durante a Guerra do Vietnã, cujo final todo mundo sabe. "É uma estratégia complexa, porque não envolve só a área militar, todo o País tem que se engajar nela", alerta o general. Para quem não sabe, a Operação Ajuricaba, realizada na Amazônia no ano passado, foi um teste da doutrina brasileira. E neste mês, acontece na região do Alto Solimões a Operação Timbó, voltada para a área de fronteira.

JORNAL A CRÍTICA
Manaus, domingo, 1º de junho de 2003

Amazônia: 'Guardai esta terra'

COMPARAÇÃO

Legislação é remédio ruim

O cientista Marcus Barros, atual presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e ex-diretor do Inpa, critica a atual legislação ambiental brasileira de uma maneira interessante. "Ela é uma das mais abrangentes porque temos o maior ecossistema do mundo", elogia. "Mas é tão rica que funciona como um remédio que mata o doente", diz ao referir-se as restrições que acabam limitando a produção de conhecimento científico na região. "O remédio só mata se for mal aplicado, acredita o Governador do Amazonas, Eduardo Braga (PPS-AM). "A legislação é boa, o problema é o modo como é aplicada", ressalta, alertando para a falta de uma política pública que dê acesso ao povo, às comunidades, às micro e pequenas empresas o benefício da legislação.

PROTEÇÃO

Os primeiros movimentos

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (foto), garante que o governo do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva está priorizando a aprovação de uma lei federal, definindo regras para o acesso ao patrimônio genético e a distribuição de benefícios oriundos da sua exploração. Em entrevista à A CRÍTICA, a ministra também garantiu que o governo quer encontrar uma resposta para o uso sustentável dos recursos da biodiversidade. Marina Silva exaltou o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético dizendo que ele tem um papel importante na elaboração, formulação e licenciamento das questões de recursos genéticos. "Estamos fazendo uma série de modificações, ainda que provisórias", revelou a ministra, afirmando que representantes da sociedade, tanto do setor produtivo quanto de Organizações Não-Governamentais (ONGs), comunidades indígenas e científicas foram convidados para participar das reuniões. "Essa é uma forma de estabelecer diálogo com esses setores. Embora sem direito a voto, estes representantes

terão direito de atuar ativamente nas discussões", frisou a ministra. No Parlamento amazonense, as coisas também estão começando a acontecer. Além da corrente em favor da lei federal encabeçada por Chixaro, estará sendo formada uma comissão - no próximo dia 5, data em que se comemora o Dia International do Meio Ambiente -, onde participam representantes de vários órgãos e instituições, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Polícia Federal, entre outros. Com base nos estudos desta comissão será criado um anteprojeto de lei estadual para regular o acesso à biodiversidade e punir a biopirataria. "A Assembleia Legislativa vai estar na vanguarda dessa luta, porque é uma luta patriótica. Trata-se do nosso futuro", anuncia Chixaro. E ao que parece, o movimento vai ser grande, com portal na Internet e logomarca, cujo tema é "Biodiversidade agora é de lei". Até a Igreja Católica já começou um pequeno movimento em direção à defesa da Amazônia e de uma legislação ambiental mais rigorosa. No

último encontro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o arcebispo de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, falou sem meias palavras sobre sua preocupação com o abandono da região e uma possível internacionalização no futuro. Os religiosos participantes ouviram, entenderam e umas das decisões foi aumentar o número de padres na região - uma maneira de evitar a atração de moradores da Amazônia por falsas missões religiosas estrangeiras. No Amazonas já se vê padres nascidos e criados na região, que têm uma identificação muito grande com as causas amazônicas. "Falando francamente, não há políticas sérias para a Amazônia", reclama o arcebispo, apontando que as vozes em favor do "desenvolvimento econômico da região", tratam quase que exclusivamente da Zona Franca de Manaus (ZFM). "Ela deve continuar, mas não é só isso. As iniciativas, infelizmente, são esporádicas e falhas", expõe dom Luiz. Ele resume tudo num só pensamento: "o Brasil não conhece a Amazônia e por isso mesmo não se comprometeu com ela", finaliza

JORNAL A CRÍTICA
Manaus, domingo, 1º de junho de 2003

Amazônia: 'Guardai esta terra'

MILITARES X ÍNDIOS

Aproximação quebra barreiras

Para guardar os 11,7 mil quilômetros de fronteira amazônica, o Exército reivindica o aumento no número de pelotões de fronteira - atualmente existem 23 postos - mas esbarra não apenas na insuficiência de recursos federais destinados à Força, como também nas polêmicas levantadas pelos que são contrários à instalação destes pelotões em terras indígenas e áreas de proteção ambiental, mesmo estando fincadas na fronteira do País.

A presença do Exército e da Polícia Federal (PF) nestas áreas foi garantida por dois decretos assinados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A revogação destes decretos, segundo os militares, poderá criar "vazios" na faixa de fronteira. "Não cabe ao Exército discutir sob o ponto de vista indígena, qual a diretriz antropológica que deve ser implantada, se é da segregação ou da integração. O que nos preocupa é que nestas áreas não podemos criar vazios", diz o chefe do Estado-Maior do CMA, alertando para o perigo que representa a existência de áreas na fronteira brasileira - algumas bem próximas de cidades localizadas em outros países, onde não é permitida a movimentação das Forças Armadas e da PF. "Se pudermos operar, mesmo sob certos condicionamentos, isso já nos dá alguma tranquilidade", afirma o general.

Atualmente o debate gira em torno da construção do pelotão de Uiramutá, localizado na reserva indígena Raposa/Terra do Sol, em Roraima. A reserva já foi delimitada e demarcada, mas a homologação pelo Governo Federal está pendente.

O CMA considera Uiramutá um

 PELOTÕES DE FRONTEIRA - A instalação dessas bases em reservas indígenas tem provocado polêmica devido à resistência de entidades ligadas aos índios

local estratégico para o Exército, porque está localizado num corredor de passagem natural entre a Guiana e o Suriname. "É importante que a gente tenha uma presença por ali. Se hoje a questão do tráfico de drogas não é muito intensa, pode vir a ser. Então, é um local importante para termos um pelotão de fronteira", explica o general Villas Boas, frisando que a instalação do pelotão influencia a questão da reserva "continua" ou em "ilha".

"Como a presença da PF ou do Exército tira a liberdade de ação, principalmente de ongs, há uma campanha muito grande contra a instalação deste pelotão", confirma o oficial.

Um caminho para solucionar o problema veio por meio de uma diretriz estabelecida pelo comandante do Exército que recomenda a abertura de canais de comunicação entre a Força e as

comunidades indígenas. O Comando Militar da Amazônia tem buscado relacionar-se mais com as instituições que trabalham na área indígena, entendendo que se há os "mal intencionados", existem também os "desinformados" sobre a maneira como as Forças Armadas realizam seu trabalho. "Acreditamos que a aproximação quebrará uma série de barreiras e dificuldades. Ninguém vai realizar um trabalho permanente e profundo na Amazônia, hoje, sem contar com o apoio das Forças Armadas. Algumas pessoas já se deram conta disso", finaliza o general.

ONGs, limitar é preciso

No grupo que defende uma legislação federal permanente, objetiva e eficaz há os que querem um capítulo dedicado somente à delimitação das ações de Organizações Não-Governamentais (ONGs). O arcebispo de Manaus é uma destas pessoas. "Tenho conhecimento de ONGs fajutas, que estão fazendo biopirataria e explorando sexualmente crianças", revela. "Falta uma decisão política para fazer a separação do 'joio do trigo', porque são centenas de ONGs. Muitas são sérias, mas outras estão ganhando dinheiro", alerta dom Luiz.

Os militares também

apelam para a fiscalização e limitação das atividades destas organizações, explicando que há pouco controle legal sobre a ação das ONGs. "Nos preocupa quando as atividades relativas aos índios são conduzidas não por parâmetros estabelecidos pelo Estado brasileiro. Você vê ongs trabalhando nisso", diz o general Villas Boas.

"Não que o Exército ache que estas organizações são ruins, absolutamente. O problema é que quase não há controle de suas atividades", esclarece o oficial, levantando um dado no mínimo

interessante. "Itá uma estimativa de que atualmente circulem pela Amazônia cerca de 20 mil estrangeiros, sendo que as Forças Armadas tem 22 mil homens na região. São 20 mil estrangeiros com muito pouco controle sobre eles", alerta.

Tramita no Senado um projeto de lei que ataca dois pontos principais da questão: primeiro prevê a regularização e fiscalização da entrada das pessoas que vêm trabalhar nas ONGs. Depois institui o hábito da fiscalização na entrada e aplicação dos recursos financeiros internacionais. É esperar para ver.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a data de 12 de junho foi escolhida pelas Nações Unidas como o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Muito mais do que comemorar as conquistas alcançadas na luta contra essa violação dos direitos da infância e da adolescência, a data deve ser encarada como um momento de reflexão e de busca de soluções para um problema que ainda afeta milhões de meninos e meninas no nosso País.

Até pouco tempo atrás, era comum a visão de que o trabalho infantil poderia ser uma solução para a pobreza. Esse cenário começou a mudar na década de 1990, quando ganhou força a mobilização dos movimentos sociais em defesa da infância e da adolescência, culminando na elaboração de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com o ECA, esse segmento populacional passou a ser tratado como sujeito de direitos e não como propriedade da família, do Estado ou da sociedade. Foi também nos anos 1990 que o Brasil, finalmente, reconheceu a existência do trabalho infantil e deu início ao debate em torno de ações para tentar erradicar o problema. Um dos marcos foi a implantação, em 1992, do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, coordenado pela OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Entre 1994 e 1996, tivemos grandes conquistas com a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o surgimento de programas como o PETI. Ao longo dos últimos anos, o País avançou muito na tarefa de livrar milhares de crianças de atividades insalubres, conduzindo-as de volta às salas de aula. A concessão de bolsas para as famílias desses meninos e meninas é uma estratégia que, efetivamente, tem dado certo.

Mas esses avanços só foram obtidos porque se consolidou, entre as autoridades públicas e boa parcela da população, a convicção de que erradicar o trabalho infantil significa romper com o círculo vicioso de pobreza e miséria que atinge milhões de famílias brasileiras.

Meninos e meninas que estão no batente desde cedo, em geral, não vão à escola com a freqüência necessária e acabam tendo o desempenho comprometido. Muito provavelmente eles serão, no futuro, adultos pouco qualificados para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. É uma história bem parecida com a protagonizada pela grande maioria dos pais desses garotos e garotas, que também foram trabalhadores na infância, tiveram escola-

ridade baixa e hoje enfrentam o desemprego ou o subemprego.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2001 evidenciam o quanto é importante investir em projetos sociais capazes de incentivar a troca do batente pelas salas de aulas. Segundo o estudo, diminuiu o percentual de crianças e adolescentes trabalhando no País entre 1992 e 2001. Em 1992, a parcela da população entre cinco e 17 anos que trabalhava era de 19,6%. Já em 2001, esse percentual caiu para 12,7%. Além disso, o estudo trouxe, pela primeira vez, informações sobre o número de meninos e meninas beneficiados pelos programas voltados para a educação, mostrando que eles têm uma taxa de escolarização maior na comparação com as demais crianças e adolescentes.

Apesar das conquistas, ainda é imenso o desafio do combate ao trabalho infantil no Brasil. De acordo com a PNAD, dos 5,5 milhões de meninos e meninas entre cinco e 17 anos que trabalhavam no País, em 2001, mais de um milhão estavam fora da escola e quase a metade deles não recebia nenhuma remuneração. Entre aqueles que eram remunerados, 77% ganhavam um salário mínimo ou menos. A pesquisa também mostrou que cerca de um terço desses trabalhadores cumpriam jornada integral: ou seja, passavam mais de 40 horas semanais no batente. Percebe-se que, na prática, crianças e adolescentes têm servido apenas como mão-de-obra mais barata para grande parte dos empregadores.

Para enfrentar essa questão, é necessário que projetos governamentais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) contemplem iniciativas capazes de gerar emprego e renda para toda a família. Também é imprescindível concentrar esforços em ações como a jornada ampliada, que assegura a permanência de meninos e meninas em atividades durante os dois turnos. A jornada ampliada evita que as crianças estudem em um período, mas no outro voltem à labuta.

Não há dúvidas de que o investimento maciço em educação é o melhor caminho para erradicar o trabalho infantil. E o grande salto que precisa ser dado pelo Brasil diz respeito à qualidade do ensino. As escolas devem oferecer a todas as crianças os instrumentos necessários para que elas possam exercer melhor a cidadania e contribuir para o desenvolvimento do País. Meninos e meninas que trocarem o batente por um ambiente educacional dinâmico e moderno estarão, de fato, rompendo com o círculo vicioso da pobreza. Não se trata de utopia. Melhorar a qua-

lidade da educação brasileira é uma tarefa que não pode mais ser adiada.

Muito obrigada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, não poderia deixar de ocupar esta tribuna para, em nome da preservação da honra de meu Estado, restabelecer a verdade. Trata-se de matéria divulgada na semana passada pela revista **IstoÉ**, veiculando estudo realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA) sobre violência. Refiro-me, mais especificamente, à reportagem que atribui a Rondônia crescentes e expressivos índices de criminalidade no contexto brasileiro.

Em absoluto, pretendo com isso duvidar da seriedade dos estudos realizados no Ministério da Justiça, de cuja estrutura a SENASP faz parte. No entanto, na condição de Senador da República, tenho que exercer o direito de cobrar transparência sobre tudo aquilo que o Estado declara e executa. Por isso, antes de tudo, é imprescindível que se esclareça a metodologia a partir da qual a pesquisa da SENASP chegou aos números divulgados.

Para tanto, já solicitei aos respectivos responsáveis, mais especificamente ao titular da SENASP, o Sr. Luiz Eduardo Soares, que forneçam ao Senado as informações completas sobre os métodos que nortearam a condução da pesquisa, para fins de aprofundamento do grau de confiabilidade da mesma. Mesmo porque a violência e a criminalidade que assaltam Rondônia não podem ser literalmente comparadas com aquelas praticadas nos grandes centros do Sul do País. A bem da verdade, as distinções de natureza e forma devem ser rigorosamente destacadas. Quando menos, com tais informações em mãos, o próprio Governo de Rondônia poderá formular proposições que contribuam para o reequilíbrio da segurança pública no Estado.

Agora, dito isto, somos forçados a corrigir, portanto, determinados pontos da pesquisa, por meio dos quais a revista **IstoÉ** foi levada a divulgar informações distorcidas a seus leitores. Em primeiro lugar, os dados levantados pela pesquisa referem-se ao primeiro semestre de 2002, o que, por si só, justifica um descolamento significativo da realidade atual. Isso se comprova diante dos dados comparativos fornecidos pela Segurança Pública de Rondônia, segundo os quais, em maio de 2003, houve, sim, redução de quase 20% nos índices de criminalidade. Nesse novo contexto, do ano passado para cá, medidas enérgicas têm sido tomadas pelo governo local para aplacar a

situação. Portanto, longe de “ter assumido a liderança no pódio das mortes violentas”, Porto Velho já cedeu seu lugar para as outras capitais citadas na pesquisa, como São Paulo, Vitória, Aracaju e Cuiabá.

Por outro lado, não se pode esconder de ninguém as adversidades geopolíticas às quais o Norte do País está invariavelmente exposto. Com efeito, o ambiente de fronteira no qual meu Estado está localizado constrange nosso Governo a um nível de vigilância, interna e externa, diuturnamente muito elevado. Como se não bastasse as implicações do impacto que os mil trezentos e setenta quilômetros de fronteira provocam sobre Rondônia, sua situação historicamente periférica na Federação tem-lhe imposto drásticas reduções orçamentárias. A crônica redução de investimentos sociais no País afeta tragicamente as condições estruturais para implementação de uma política de segurança eficaz no Estado. Não casualmente, a própria matéria da **IstoÉ** faz questão de mencionar o caso de Ji-Paraná, em Rondônia, em cujo sítio urbano uma onda enorme de homicídios tem assustado a população local.

O paulatino crescimento do crime organizado e da violência como resposta às carências sociais tem significado, no Brasil inteiro, uma deterioração abrupta da qualidade de vida da população em geral. Nesse sentido, causa espécie o grau de abandono com que o Estado trata o assunto no Norte do País. Apesar de Rondônia ter sido objeto de longo processo de investigação pelo Congresso Nacional e pelo Poder Público, o aparato estatal nada fez para sanear o grave problema. Em vez de, ao menos, estimular a ampliação do contingente das forças repressoras na região, as controvertidas CPIs do narcotráfico e do roubo de cargas renderam-nos apenas a pecha de ladrões e bandidos.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de enfatizar meu interesse em conhecer e estudar as minúcias da metodologia aplicada à pesquisa da SENASP, para que não pairem quaisquer dúvidas sobre os pesos e as medidas lá adotados. Rondônia faz sua parte no combate à violência e espera das autoridades federais uma política mais consistente e eficaz de segurança pública, sobretudo orientada para a perigosa área de fronteira. Em suma, a verdade sobre a realidade da “insegurança” brasileira não deve ser, em hipótese alguma, subtraída a pretexto de motivações que extrapolam o bom senso e a justa integridade da Federação.

Muito obrigado.

ESTAGNAÇÃO

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para comentar matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 06 de junho do corrente, de extrema relevância para a economia do País.

Na matéria, que solicito seja inserida nos anais do Senado, o IPEA apresenta sua revisão para a projeção de crescimento do PIB neste ano de 1,8% para

Folha de São Paulo, 06 de junho de 2003

Ipea reduz previsão de crescimento no ano

CHICO SANTOS

DASUCURSAL DO RIO

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão do Ministério do Planejamento, reviu sua previsão de crescimento da economia brasileira neste ano de 1,8% em março para 1,6%, de acordo com seu “Boletim de Conjuntura”, divulgado ontem. Os comportamentos do emprego e da renda e dos investimentos foram ajustados para pior.

Segundo o economista Paulo Levy, coordenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural do órgão, a revisão da projeção do PIB (Produto Interno Bruto) foi determinada pelo desempenho do trimestre em curso (abril a junho), que deverá ser inferior ao esperado, especialmente por causa do comportamento da indústria. Para 2004, o Ipea reviu o crescimento econômico para cima —de 2,8% na previsão de março para 3% agora.

No trimestre de abril a junho, o Ipea prevê que a economia crescerá apenas 0,7% (previa 1,3% em março) em relação ao mesmo trimestre do ano passado e que encolherá 0,8% em relação ao trimestre anterior (mais 0,1% em março), a segunda queda seguida nessa forma de comparação.

Recessão, não

Levy disse que não dá para dizer que duas quedas seguidas irão configurar recessão, como é classicamente considerado, porque a queda do primeiro trimestre de 2003 em relação ao último de 2002, já constatada (0,1%), é mui-

to pequena e poderá ser corrigida posteriormente.

“Se você disser qual é a diferença de menos 0,1% para zero ou para mais 0,1%”, ponderou.

O Ipea prevê que no segundo semestre deste ano haverá redução gradual da taxa de juros e um relaxamento do crédito na economia, estimulando o consumo das famílias que, ainda assim, crescerá apenas 0,2% no ano.

Mesmo com esse baixo incremento, segundo Levy, o consumo será o principal suporte do crescimento econômico na segunda metade do ano (crescerá 1,4% no terceiro trimestre e 3,3% no quarto sobre o mesmo período do ano anterior), embora no conjunto de 2003 as exportações ainda devam ser o principal fator de crescimento do PIB.

Maior consumo

“Programas como o Fome Zero [renda mínima] vão ter alguma influência no segundo semestre, aumentando as transferências governamentais, mas o crescimento do consumo virá mais do relaxamento das condições de crédito e da redução da taxa de juros”, afirmou Levy.

Mesmo apontando para uma melhoria no consumo, o Ipea está prevendo mais desemprego e menos renda neste ano. Os números usados no boletim ainda são baseados na metodologia de cálculo antiga do IBGE, modificada em dezembro do ano passado. Segundo Levy, o uso da metodologia antiga é para permitir comparabilidade com o passado.

Pelo método antigo, o IBGE

prevê que o desemprego fechará 2003 em 7,5% (7,2% em março) e que a renda cairá 2,1% (em março a previsão era de aumento de 1,2%). Pelo método atual do IBGE, o desemprego mensal está em 12,4% (dados de abril).

Inflação e juros

Embora considere que os indicadores de tendência de inflação permanecem “relativamente elevados”, o Ipea informa que a valorização do real em relação ao dólar norte-americano ocorrida nos últimos meses tende a favorecer a queda mais rápida da inflação.

O órgão reviu sua previsão do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado) para este ano de 12,6% para 11,5%. Com a inflação caindo mais depressa, o Ipea avalia que a taxa de juros básica (Selic) poderá também ser reduzida mais rapidamente.

No boletim deste mês, a estimativa da taxa de juros média para este ano é de 24,6% —em março, era de 25,2%. O Ipea prevê também que na média dos últimos três meses deste ano os juros básicos estarão em 22,5% —em março, a previsão era de 23,5%.

A expectativa de desempenho dos investimentos feita pelo Ipea é que piorou sensivelmente. Em março, o órgão previa que os investimentos cresceriam 1,5% neste ano em relação a 2002. Agora, a estimativa é que cresçam apenas 0,7%. Para 2004, a estimativa de crescimento foi revista para menos —de 5,1% para 3,6%.

→ LEIA MAIS sobre indústria e crescimento às pág. B2-B3

Editoria de Arte/Folha Imagem

IEPE REDUZ EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO DO PIB DESTE ANO

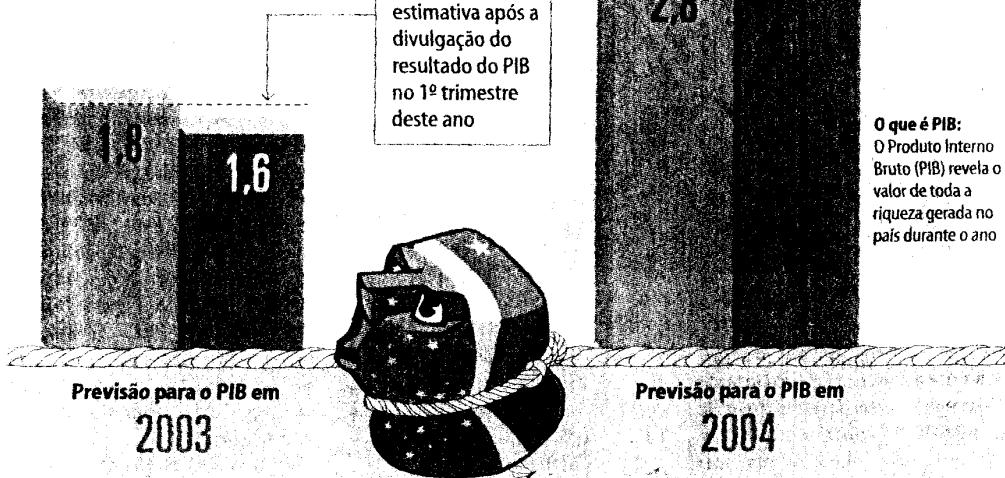
Em %

Projeção de março

Projeção atual

RECUO

O Ipea refez sua estimativa após a divulgação do resultado do PIB no 1º trimestre deste ano

**Só o setor agropecuário se salva, na projeção do Ipea**

Projeção para variação dos componentes de demanda e setores, em %

	Estimativa em março		Estimativa atual	
	2003	2004	2003	2004
Consumo das famílias	1,0	4,0	0,2	3,8
Investimento	1,5	5,1	0,7	3,6
Agropecuária	3,3	3,0	3,7	3,2
Indústria	2,3	3,9	1,8	4,3
Serviços	1,1	2,1	1,2	2,1
 Inflação	 12,6	 9,1	 11,5	 7,4
Saldo da balança comercial (US\$ bi)	16,2	16,9	17,2	17,0
Saldo das transações correntes (US\$ bi)	-4,9	-4,9	-3,2	-5,0
Câmbio médio (R\$ por dólar)	3,50	3,40	3,20	3,40

Fonte: Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas)



Foi o único setor cujo crescimento o Ipea revisou para cima significativamente



Para o Ipea, a alta nas exportações deve evitar uma retração

SILENCIO**O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB –**

MT. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo esta Tribuna, na tarde de hoje, para fazer um comentário sobre a matéria intitulada "PT impede Alencar de falar", publicada no jornal **Estado de Minas**, edição de 05 de junho do corrente.

A matéria, que solicito seja inserida nos anais do Senado, mostra as manobras que o PT vêm fazendo para evitar que o Vice-Presidente da República

manifeste sua opinião sobre as altas taxas de juros e a condução da política econômica do governo.

A matéria, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

 RÁDIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S.A. Presidência da República Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica	
MÍDIA IMPRESSA	
JORNAL	DIA
ESTADO DE MINAS	5
MÊS/ANO	CADERNO
JUN/2003	3
PÁGINA	

■ SILENCIO

GOVERNISTAS TRABALHARAM O DIA INTEIRO PARA IMPEDIR QUE O VICE-PRESIDENTE GANHASSE PALANQUE PARA FALAR CONTRA AS ALTAS TAXAS DE JUROS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. A ÚLTIMA CARTADA SERÁ DADA HOJE E VAI ANULAR O ATO DE PEDIDO DE EXPLICAÇÕES A JOSE ALENCAR SOBRE SUAS DECLARAÇÕES

PT impede Alencar de falar

BAPTISTA CHAGAS ALMEIDA

O PT manobrou o dia inteiro para evitar que o vice-presidente José Alencar (PL) ganhasse palanque na Câmara dos Deputados para falar contra as altas taxas de juros e condenar a política econômica do governo. A última cartada será dada hoje, quando o presidente da Casa, João Paulo Cunha (PT-SP), responder a questão de ordem apresentada pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG), anulando o convite feito a Alencar para "dar explicações" sobre suas declarações em favor da redução da taxa Selic, atualmente em 26,5%. A aprovação do requerimento se- rá anulada.

As críticas de José Alencar contra os juros movimentaram todo o governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou-se com o vice para discutir o assunto, em reunião reservada na Base Aérea de Brasília (veja **abaixo**). Alencar também foi alvo de críticas do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e até do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O vice e o presidente Lula tiveram, esta semana, posições divergentes sobre a questão dos juros.

A oposição abriu duas frentes para tentar dar espaço para o vice-presidente falar. A primeira iniciativa foi na Comissão de Finanças e Tributação, onde o deputado Raul Jungmann (PMDB-PE) apresentou requerimento para que ele fosse convidado. A iniciativa provocou um rebuliço entre os governistas da comissão e o líder do PT, Nelson Pellegrino (BA) foi acionado e conseguiu desmobilizar a reunião. O requerimento, no entanto, po-

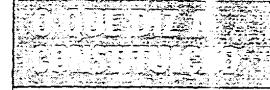
de ainda ser votado na semana que vem.

Enquanto concentravam suas atenções na Comissão de Finanças, os líderes do governo descuidaram da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo. O deputado Leo Alcântara (PSDB-CE) apresentou e aprovou requerimento com pedido de explicações por parte do vice-presidente. A notícia caiu como uma bomba na base governista.

A solução só foi encontrada à noite. O deputado Paulo Delgado apresentou, em plenário, questão de ordem, invocando os parágrafos 1º e 2º do artigo 50 da Constituição, que tratam apenas de convocação a ministros de Estado, não incluindo o presidente e o vice-presidente nas atribuições da Câmara dos Deputados.

Delgado alegou também que "convite", como o que foi aprovado na Comissão de Economia, não pode ser votado. "Isso se faz por consenso e ainda depende de o convidado querer aceitar, portanto não pode passar por votação e se tornar impositivo", argumenta o deputado mineiro.

A questão de ordem poderia ter sido aprovada ainda ontem, quando foi feita de forma oral por Paulo Delgado. Mas o autor do requerimento, Leo Alcântara, apresentou contestação e impediu a manobra já combinada com o presidente João Paulo Cunha. Ele se limitou a acaçar a questão de ordem e prometer uma resposta para hoje. A decisão será favorável a anular o ato que determinou o pedido de explicações ao vice-presidente da República.



ARTIGO 50

"A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 1º – Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º – As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas."

DEMANDA SOCIAL

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para destacar duas matérias publicadas no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 06 de junho do corrente, que tratam da ocupação de terras, pelo MST, nos Estados de Pernambuco e São Paulo.

As matérias, de extrema atualidade, pelo que entendo que a inserção nos anais do Senado é oportuna, ressaltam a grande demanda social existente no País e que precisa ser atendida urgentemente.

Há ainda um outro assunto, Sr. Presidente, sobre o qual desejo falar.

Termina hoje o I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa, que está sendo realizado aqui no Senado Federal. Quero cumprimentar as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara pela realização desse evento, em parceria com setores do Executivo e com apoio da ONU.

O debate sobre a atuação das mulheres parlamentares abre a possibilidade de refletirmos sobre dois aspectos importantes relacionados:

– ao desenvolvimento e à ampliação da participação feminina nas esferas do poder; e

– à evolução das legislações em prol dos direitos das mulheres no Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Nós que defendemos uma sociedade mais justa e solidária, com respeito aos direitos humanos de homens e mulheres, enfrentamos a difícil realidade do exercício parlamentar. Uma realidade que ainda reflete o predomínio masculino e o baixo engajamento feminino na política de forma universal. No Brasil, isso se deve, principalmente, à demora da obtenção de nossa cidadania.

Afinal, foram 108 anos de diferença entre a primeira lei eleitoral, que assegurava o direito de votar e serem votados a alguns homens, e a lei eleitoral que assegurava o mesmo direito às mulheres.

De poder votar a ser votada foi um grande passo, mas as mulheres ainda ocupam uma posição tímida na política, sendo poucas as que exercem cargos de liderança nas entidades de classe, nos partidos e nos governos.

Na verdade, a maioria ingressa na política ou devido ao parentesco com outros políticos (esposas, irmãs, filhas etc) ou impulsionadas por movimentos sindicalistas e sociais. No último caso, ocorre um fenômeno que, eleita, a mulher se vê na condição de não importar muito na estrutura partidária, passando a atuar isoladamente. Em consequência, criam-se segmentos dessas representações, alijando a mulher

do contexto partidário, uma espécie de apêndice do partido, com influência restrita ou inexistente.

Vale destacar, porém, que houve uma ação direta no sentido de equilibrar a participação política das mulheres em espaços de poder, no início dos anos 90, com a adoção de políticas de cotas para mulheres ou de cotas por sexo. E, embora ainda seja recente e tenha contribuído pouco para o aumento efetivo de mulheres eleitas, a Lei de Cotas favoreceu o crescimento das candidaturas de mulheres para as prefeituras e o Legislativo. Porém, mais importante do que o número de eleitas foi o fato de a Lei de Cotas ter provocado o debate sobre a importância da participação das mulheres nos espaços de poder.

Ficou claro que a participação de mulheres candidatas aos mandatos legislativos é limitada por fatores não apenas culturais – um deles é o financiamento de campanha, que desponta a situação de dependência econômica feminina e por si representa uma desigualdade. Uma situação que deverá ser resolvida com a reforma política, a ser rediscutida nesta Casa. Falar em reformar o sistema político é mais do que construir um bom sistema eleitoral partidário, mas também assegurar condições de termos regras claras no jogo democrático, deixando os concorrentes em igualdade de condições.

Dentro da reforma, outro instrumento favorável ao acesso da mulher à política deverá ser a adoção do sistema misto: distrital e proporcional. São inegáveis as vantagens dos dois sistemas clássicos – o proporcional, porque assegura a representação das minorias; e o distrital puro, porque permite a proximidade do eleitor e a representação das diversas regiões do Estado.

No atual sistema, os eleitos do partido são os mais votados do partido. Ou seja, a disputa acontece dentro do partido e não fora dele. Como hoje, no Brasil, as mulheres têm uma participação partidária muito pequena, estando fora até das executivas nacionais e regionais, isso também se reflete no resultado das eleições.

Além de mudar a estrutura política, é preciso promover campanhas que estimulem as mulheres à filiação partidária, dando-lhes ainda capacitação política. Uma campanha para a filiação traria a mulher para a política de forma objetiva, ou seja, com capacidade de influenciar a estrutura político-partidária, o que não ocorre atualmente.

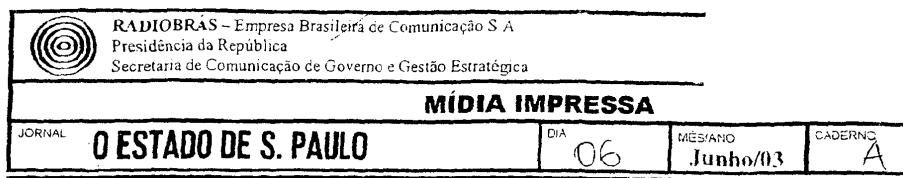
Por fim, quero ressaltar que, no Congresso Nacional, embora seja minoritária, a bancada feminina tem sido fundamental na conquista de inúmeros avanços para a sociedade brasileira.

Espero que consigamos avançar nos próximos anos e que essa primeira troca de experiências entre as parlamentares de língua portuguesa contribua para isso. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)



Sem-terra ocupam prefeitura em Pernambuco

Em Tracunhaém, onde engenho foi destruído em maio, eles reivindicam comida e apoio da prefeita

ANGELA LACERDA

RECIFE - Cerca de 200 trabalhadores sem-terra ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam a prefeitura de Tracunhaém, na Zona da Mata pernambucana, ontem de manhã, durante quatro horas. Acampados há sete anos no Engenho Prado, pertencente à Usina Santa Teresa, do Grupo João Santos, eles reivindicaram um posicionamento político da prefeitura em relação ao conflito

agrário no local, além da volta das aulas para alfabetização de adultos, suspensas desde janeiro, e cestas básicas.

A prefeita Graça Lapa (PSB) estava fora eles foram recebidos pela chefe de gabinete Ana Porto, que prometeu uma audiência da prefeita hoje com os trabalhadores e o retorno das aulas em oito dias. Quanto à alimentação, ela disse que iria entrar em contato com o governo do Estado, já que a prefeitura não tem condições de arcar com essa despesa. Ana informou que a prefeitura distribui diariamente sôpão para moradores da periferia e da zona rural.

Segundo a coordenadora da CPT, Marlue Melo, as cestas básicas do programa Fome Zero para os acampamentos de

sem-terra vieram em número aquém do necessário. Pernambuco tem 35 mil famílias acampadas e só vieram 7 mil cestas. Para Tracunhaém chegaram 90 cestas para 400 famílias.

O Engenho Prado foi recentemente palco de violência. Os trabalhadores depredaram imóveis e incendiaram tratores e máquinas agrícolas. Eles denunciaram que suas lavouras estavam sendo destruídas pelo proprietário e estavam vivendo clima de terror com ameaças.

Diante dos vários conflitos ocorridos na zona da mata, a Comissão Especial de Combate à Violência no Campo realiza hoje audiência pública em Pernambuco, com a presença do presidente do Incra, Marcelo Resende.

Reforma no Pontal exclui novos acampados

Governo avisa que sem-terra que chegam a assentamentos terão de esperar

JOSÉ MARIA TOMAZELA

SOROCABA - As famílias que estão migrando para os novos acampamentos de sem-terra em Presidente Epitácio, no Pontal do Paranapanema, na expectativa de serem assentadas, vão ter de esperar mais tempo para conseguir a terra. De acordo com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), os programas para a região este ano contemplam apenas as 1.400 famílias já cadastradas pelo órgão. O Incra também não prevê assentamentos no Pontal a curto prazo, segundo a assessoria do órgão federal.

Em Epitácio, além do superacampamento lançado pelo líder José Rainha, do Movimento dos Sem-Terra (MST), que já tem mais de 800 barracos, foi iniciada a formação de outro

núcleo pela União dos Movimentos Sociais pela Terra (Uniterra), de grupos dissidentes. Segundo o Itesp, o atendimento aos novos acampados ocorrerá somente depois de ser contemplada a lista dos já cadastrados, o que pode demorar anos.

O cadastramento foi feito no ano passado e início deste pelas comissões de seleção do instituto, integradas também por representantes da Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria da Agricultura, sindicatos, Câmaras, prefeituras, movimentos sociais. Do total,

1.000 famílias estão em acampamentos抗igos da região. Outras 400, embora tenham perfil de sem-terra, estão nas cidades.

O coordenador do acampamento do MST em Epitácio, Edi Ronan, disse que é obrigação do governo arrecadar mais terras na região para assentar as famílias. "O Pontal tem 1 mi-

lhão de hectares de áreas devolutas e desses, 240 mil já foram discriminados. É só não perder tempo e fazer assentamentos."

Segundo Ronan, não estão previstas, por ora, ocupações de fazendas. "Queremos sentar e conversar." A chegada de novos acampados, diz ele, mostra que existe uma grande demanda social a ser atendida. "Não temos culpa por ter gente desempregada."

O prefeito Adhemar Dassie (PSDB) disse que o sistema de saúde de Epitácio pode entrar em colapso. "Já houve um grande aumento no número de atendimentos." Segundo ele, muitos estão vindo do Mato Grosso do Sul e do Paraná. O Itesp informou que essas famílias não têm chance de entrar no cadastro oficial: uma das exigências é de que o candidato ao assentamento more há pelo menos dois anos na região.

**QUEREMOS
SENTAR E
CONVERSAR,
DIZ LÍDER**

ALTOS JUROS COMO INIBIDOR DE NEGÓCIOS

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG.
Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para comentar as matérias publicadas nos jornais **O Estado de S.Paulo** e **Estado de Minas**, edições de 06 de junho do corrente, intituladas, respectivamente, “Com pátios cheios, mais montadoras param produção” e “Arrocho paralisa o país”, que apontam os altos juros como principal inibidor dos negócios no país.

RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S A
Presidência da República
Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica

MÍDIA IMPRESSA

JORNAL	O ESTADO DE S. PAULO	DIA	6	MÊS/ANO	Junho/03	CADERNO	5	PÁGINA	4B
--------	-----------------------------	-----	---	---------	----------	---------	---	--------	----

Com pátios cheios, mais montadoras param produção

Depois da GM, Peugeot/Citroën, Fiat e Honda mandam funcionários ficar em casa

CARLA FRANCO
e **CLEIDE SILVA**

A retração nas vendas de veículos, que em maio caíram 13,4% em relação a igual período do ano passado e ficaram 1,7% abaixo dos resultados de abril, está levando as montadoras a suspenderem temporariamente a produção. Os pátios estão lotados. Os estoques das fábricas e lojas somam quase 180 mil carros, suficientes para mais de um mês e meio de vendas.

Além da General Motors, que já havia anunciado férias coletivas de dez dias em São Caetano do Sul (SP), a Fiat confirmou ontem medida similar, para parte dos funcionários da fábrica de Betim (MG), e a Peugeot/Citroën vai adotar, pela primeira vez, a semana reduzida de trabalho em Porto Real (RJ).

A partir deste mês, os funcionários da montadora francesa deixam de trabalhar às sextas-feiras, alternativa em vigor também na Volkswagen. A direção da Ford negocia com os trabalhadores uma provável paralisação para as próximas semanas. Na Fiat, as férias vão envolver 500 dos 8 mil funcionários. Eles ficarão em casa por 10 dias nes-

te mês, deixando de fabricar 1,5 mil carros. A Honda também suspenderá a produção de automóveis em Sumaré (SP) entre os dias 9 e 23, e na unidade de motocicletas em Manaus (AM), mas alega tratar-se de ajustes nas linhas de montagem.

Em maio, as montadoras venderam 101,6 mil veículos. O resultado contribuiu para que o setor registrasse o pior desempenho dos últimos 10 anos no período março/abril/maiô. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) aponta os altos juros

como principal inibidor dos negócios. Sem perspectivas de mudanças no curto prazo, oente a entidade reviu para baixo sua projeção de vender 1,5 milhão de veículos neste ano. A previsão agora é de 1,4 milhão de carros, volume 5% menor que o de 2002.

“O mercado interno está reprimido e o consumidor bastante retraído”, afirmou o presidente da Anfavea, Ricardo Carvalho. As vendas financeiradas respondem por 70% dos negócios. “O consumidor está preocupado e inseguro e a tendência é esperar”, disse o diretor da Ford, Rogério Gofbar.

Mesmo com a queda nas vendas, a produção de veículos cresceu 10,3% em maio, sustentada pelas exportações. No acumulado do ano, as vendas externas somam US\$ 1,924 bilhão, valor 33% maior que o registrado nos primeiros 5 meses de 2002.

Para Carvalho, o resultado favorável das exportações não é suficiente. “Se não tivermos um bom desempenho no mercado interno, a exportação por si só não é capaz de sustentar a escala de produção.” Suas projeções para a produção neste ano também foram revistas, baixando de 1,9 milhão para 1,85 milhão de unidades. Já as exportações devem somar US\$ 4,8 bilhões, 20% acima do ano passado.

MERCADO DERAPADA
Resultados em mil unidades

Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.
103,7	109,4	102,8	101,5	96,5	
28,6	35,5	42,0	46,4	50,4	
146,4	154,8	144,2	149,9	165,3	

Fonte: Arquivo

SETOR AINDA APOSTA NA EXPORTAÇÃO

ESTADO DE MINAS

Belo Horizonte, SEXTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2003



Controle ambiental

Começa programa de
inspeção de veículos. PÁGINA 19

Fundado em 7 de março de 1928. N° 22.439

PAISAGENS MINEIRAS: CACHOEIRA DA FUMACA, EM CARRANCAS (PÁGINA 25)

MG, SP, RJ, ES, DF e Goiás: R\$ 2,00. Outros estados: R\$ 3,00

VENDAS DE CARROS DESPENCAM. ENCOMENDAS DA INDÚSTRIA RECUAM E IPEA PREVE PIB MENOR. INDICADORES FINANCEIROS CONTINUAM A ANIMAR O MERCADO

Arrocho paralisa o País

Estatísticas divulgadas ontem mostram que a economia brasileira está travada. Em maio, as montadoras, conforme a Anfavea, tiveram o

seu pior desempenho em dez anos - as vendas de veículos despencaram 13,4%. As encomendas da indústria, conforme a confederação, recua-

ram 1,6% em abril, refletindo a temporada ruim do comércio - em BH, as vendas do varejo foram 18,5% menores, as piores em oito

anos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, reviu a previsão de crescimento do PIB de 1,8%

para 1,6% em 2003. ■ Os indicadores financeiros continuam a animar o mercado. O dólar fechou em R\$ 2,86, a menor cotação em dez me-

ses, o risco-país recuou para 745 pontos e o principal título da dívida externa atingiu 91,43% do valor de face.

PÁGINAS 2 E 14

Alencar convoca cruzada

Um dia depois da conversa reservada com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, José Alencar voltou a criticar a política de juros adotada pelo Banco Central. E foi além: conclamou os empresários a empreender uma cruzada para reduzir a taxa oficial,

atualmente fixada em 26,5% ao ano. "O País precisa mudar isso (juros altos)", disse o vice, para 600 empresários que participaram da abertura de congresso da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

PÁGINA 6

■ PREVIDÊNCIA

Rolo compressor do governo aprova a taxação de inativos

A base governista conseguiu manter a taxação dos inativos no texto da reforma da Previdência. A aprovação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara foi bem mais fácil do que o Planalto esperava. Apesar de 13 dos 57 deputados federais votaram contra o parecer do relator, Maurício Randi (PT-PE). Manobra regimento impedi que o

destaque que suprimia a cobrança dos servidores aposentados fosse decidido nominalmente. ■ Em seu discurso de posse, o novo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Corrêa, criticou um dos pontos do projeto, que altera a aposentadoria dos magistrados e desequilibra a renda e o ingresso de juizes.

PÁGINA 3

CORTE NOS JUROS

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL.

Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para destacar matéria publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, edição de 06 de junho do corrente, que trata da redução da taxa básica de juros, promovida pelo Banco Central Europeu, de 2,5% para 2%.

No referido artigo, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, o autor afirma que a redução na taxa de juros tem como objetivo combater a estagnação econômica observada nos países da eurozona.

A matéria é de extrema atualidade, pelo que entendo que a inserção nos Anais desta Casa é oportuna e serve, inclusive, de alerta para o Governo Lula.

O artigo, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

 <p>RÁDIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S.A. Presidência da República Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica</p>		<p>MÍDIA IMPRESSA</p> <table border="1"> <tr> <td>JORNAL</td> <td>DIA</td> <td>MES/ANO</td> <td>CADERNO</td> <td>PÁGINA</td> </tr> <tr> <td>GAZETA MERCANTIL</td> <td>6</td> <td>JUN/2003</td> <td>18</td> <td>4</td> </tr> </table>				JORNAL	DIA	MES/ANO	CADERNO	PÁGINA	GAZETA MERCANTIL	6	JUN/2003	18	4
JORNAL	DIA	MES/ANO	CADERNO	PÁGINA											
GAZETA MERCANTIL	6	JUN/2003	18	4											
<p>BCE corta juro para reavivar economia</p> <p style="text-align: right;">Assis Moreira da Gênebra (Suíça)</p> <p>Taxa básica passa de 2,5% para 2%; analistas dizem que medida pode ter vindo tarde demais</p> <p>O Banco Central Europeu (BCE) reduziu ontem sua taxa básica de juros de 2,5% para 2%, na tentativa de combater a estagnação econômica nos 12 países da eurozona. A decisão ocorreu em um dia de anúncios pessimistas sobre o desempenho econômico da Europa. A Comissão Europeia revelou que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da eurozona ficou em zero no primeiro trimestre deste ano, comparado com o 0,8% do ano passado. E, na hipótese mais otimista, crescerá apenas 0,4% nos dois próximos trimestres.</p> <p>A Alemanha entrou em recessão, anuciou o respeitado instituto de conjuntura alemã IfW. A maior economia da Europa terá crescimento nulo este ano e o desemprego não cai antes de meados de 2004. "A esperança de que a economia se recuperaria rapidamente após a guerra no Iraque não se concretizou", diz o IfW.</p> <p>Analistas elogiaram o corte de juros, mas vários deles acham que a medida veio tarde demais. O HSBC, um dos maiores bancos do planeta, foi incisivo. "É uma vergonha que não tenha sido mais cedo e maior, mas enfim o BCE cortou as taxas." Para o banco, persistem "riscos significativos" de que o corte de juros não evitará uma "recessão suave" na eurozona. Por isso, seus economistas acreditam que o BCE ainda precisará cortar 0,75 ponto percentual para deixar a taxa diretora em 1,25% no próximo ano.</p> <p>O Banco Central da Suécia também diminuiu em 0,50 ponto percentual sua principal taxa, que ficou agora em 3%. O Banco da Inglaterra reuniu-se ontem, mas de- cidiu manter sua taxa inalterada em 3,75%. Na quarta-feira, a Nova Zelândia anunciara corte de 0,25 ponto percentual. A rica Suíça, que não faz parte da União Europeia, pode tomar a mesma direção depois de constatar igualmente que entrou em recessão. O PIB caiu 1% no primeiro trimestre.</p> <p>O presidente do BCE, Wim Duisenberg, vinha sofrendo severas críticas por não agir de maneira mais agressiva para ajudar o crescimento de uma economia em estagnação. Na semana passada, Duisenberg já havia sinalizado que não desapontaria os mercados.</p> <p>Ontem, foi a terceira vez em seis meses que o BCE baixou os juros, agora deixando-os no nível historicamente mais baixo desde o lançamento do euro, em 1999. A instituição explicou que as perspectivas da estabilidade de preços na eurozona melhoraram, enquanto a atividade econômica continuava amortecida e justificava assim a queda de juros.</p> <p>Analistas dizem que o nível recorde do euro contra o dólar foi o fator decisivo para fazer o corte. A moeda única europeia valorizou-se 10% contra o dólar este ano. Isso afetou a competitividade das exportações europeias, mas também teve efeitos amortecedores na inflação, barateando as importações.</p> <p>A decisão do BCE foi particularmente comemorada no Alemanha. Para o chanceler Gerhard Schroeder, o impulso monetário vai encorajar a retomada econômica. Ele espera também que a forte cotação do euro face ao dólar possa voltar a níveis aceitáveis para ajudar o setor exportador.</p> <p>Duisenberg previu que a zona do euro pode ter uma retomada gradual no segundo semestre, impulsionada por maior consumo privado. Mas alertou que persistem "medidas sobre a economia. Ele disse que a inflação vai cair para menos de 2% "por algum tempo", mas que no momento não há estimativas indicando riscos deflacionistas na região.</p>															

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a posse, no último dia 25 de maio, do novo Presidente da República Argentina, Néstor Kirchner, significa, além de todo o simbolismo de uma solenidade de tal natureza e magnitude, a abertura de uma animadora, necessária e impostaável perspectiva para o país e seus 38 milhões de habitantes e também para o futuro do nosso Mercado Comum do Sul. Para o Mercosul, especificamente, reintroduz a possibilidade concreta de um renascimento, que logo vai fortalecer, fazer crescer e, afinal, consolidar o bloco econômico que liga o Brasil ao Uruguai, Paraguai e Argentina.

Kirchner encarna uma profunda e oportuna renovação na prática política interna argentina e, em sua trajetória recente, soube perceber e vocalizar as inquietações que alcançam nossos vizinhos em seu cotidiano. Ao chegar à presidência da nação, tornou-se portador da esperança de seus conterrâneos, que reclamam a urgente reconstrução institucional, social, econômica e política daquele país. Como acompanhamos, atentos e consternados, depois da renúncia do Presidente Fernando de la Rúa, em dezembro de 2001, sucederam-se na Casa Rosada quatro Presidentes, em uma hemorragia estancada apenas pela liderança do ex-Presidente Eduardo Duhalde. No trânsito para o ano 2002, o país experimentava uma turbulência político-institucional aguda, precipitada pelo colapso econômico-financeiro. Uma situação virtualmente falimentar, de quebradeira geral, que impôs o abrupto empobrecimento da classe média local – tradicionalmente uma das maiores, mais estáveis, educadas e prósperas de nosso subcontinente –, além de transferir uma dose extra de perdas e sofrimento às classes mais pobres.

Néstor Kirchner, ainda há poucos meses, um político de expressão regional, consagrou-se como protagonista central da política argentina. Tem, nessa posição, ciência dos imensos desafios e obstáculos que a precária situação nacional e o instável panorama internacional impõem impiedosamente a inúmeras nações. Parece um homem obstinado e bem-intencionado, porém realista, capaz de vislumbrar com clareza e discernimento o conjunto de problemas que deverá equacionar, em negociações notadamente delicadas e difíceis, com as principais instituições oriundas de *Bretton Woods*, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Não ignora, tampouco, que um dos mecanismos decisivos na geração do empobrecimento social é a crise do emprego, lamentavelmente em expansão na

Argentina, como de resto em todo o nosso continente, inclusive no Brasil. E trata-se de uma crise que não é conjuntural; antes, tem fundo estrutural, que dificulta e eventualmente inibe a sua rápida superação. Ademais, a economia, alheia às intenções e aos raciocínios daqueles que pretendem situá-la na categoria das ciências exatas, alimenta-se da subjetividade da percepção e das idiossincrasias dos agentes que formam o mercado. Por mais inacreditável que pareça, no mundo da *nova economia*, o Estado e seus principais agentes vêem-se constrangidos, cada vez mais, ao limitado papel de coadjuvantes.

Igualmente não é lícito desconsiderar a herança recebida por Kirchner e o pouco de alento que ela é capaz de produzir em cada um dos argentinos: no ano passado, a economia encolheu quase 11% – tendo chegado a 25% a queda do PIB em todo o período recessivo –, o desemprego ronda os 18% e quase 60% da população situa-se na faixa de pobreza.

Consciente de todas essas vulnerabilidades e reconhecendo, como fez em seu discurso de posse, que “o mercado organiza economicamente, mas não articula socialmente”, Kirchner sabe que o Estado “tem o dever de levar igualdade onde o mercado exclui e abandona”. Assim, será possível desfazer as graves distorções engendradas pela prevalência do interesse econômico sobre o social.

Um aspecto que julgo extremamente importante na pauta de preocupações do novo Presidente argentino, e quero aqui ressaltar, por coincidir com a agenda do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é a retomada do Mercosul. A história mostra como sofrem reverses e são longos os processos de integração econômica. Lembremo-nos da trajetória do que hoje conhecemos como União Européia, abarcando 15 nações às quais logo se somarão outras dez, do Leste europeu. Foi uma paciente tessitura de mais de cinco décadas, cujo processo de integração começou em maio de 1950, quando a França propôs oficialmente a criação da federação européia.

Ora, o nosso Mercosul, obra formidável da visão e da inteligência política do Presidente José Sarney, no Brasil, e de seu colega argentino, Raúl Alfonsín, com a *Declaração de Iguaçu*, que sepultou décadas de mútua desconfiança e recorrentes rivalidades, somente agora atinge a maioridade, pois tudo só começou em 1985. Abalado pela ciclotimia econômica e, muitas vezes, política dos diversos parceiros, o bloco econômico acusou, nos últimos anos, golpes quase mortais. Retoma, agora, gradualmente, os instrumentos indispensáveis para a sua plena recomposição contando, sobretudo, com a determinada e explícita

vontade política dos líderes daqui e do Prata para o seu reerguimento.

Poucas vezes, na história de nosso relacionamento bilateral, Brasília e Buenos Aires estiveram tão afinadas – ousaria dizer irmãadas –, somando vontades e conjugando iniciativas concretas convergentes, como agora. Lula e Kirchner estão realmente dispostos a afastar os óbices e a superar as debilidades que ainda comprometem a proposta do bloco. Sabem os dois Presidentes que no mundo contemporâneo só conseguirão fazer seus países alcançarem o desenvolvimento sustentável pela via das alianças, pelo entendimento, pela descoberta e pelo respeito a culturas distintas, mas complementares.

No momento em que recebemos a visita do ilustre Presidente argentino, expresso aqui minha grande e positiva expectativa em torno da administração de Néstor Kirchner. Que seja muito bem-sucedida na missão que lhe confiou o povo argentino. E torço, também, para que juntos, nossos países consigam materializar e tornar operante o Mercosul, com benefícios diretos para todos os brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios.

Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, é certo que, do ponto de vista legal, a luta contra o trabalho infantil alcançou grandes vitórias nos últimos 20 anos. Tivemos a Constituição de 1988; a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança; o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990; e a assinatura das Convenções 138 e 182 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, restringindo o trabalho infantil.

Tivemos, da mesma forma, a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que permitiu o trabalho apenas para aqueles com mais de 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz, permitida a partir dos 14. A mesma emenda vedou, também, para menores de 18 anos, o trabalho noturno e várias tipos de trabalho considerados perigosos ou insalubres. Exemplos seriam o corte de cana e as atividades em carvoarias e indústrias químicas, entre outros.

Podemos dizer, sem medo de errar, que o Brasil realizou, no campo legal, grandes conquistas contra o trabalho infantil. Elas significaram grande mudança cultural da sociedade brasileira. Antes, no Brasil, o trabalho infantil não apenas era aceito, mas também incentivado. É lícito afirmar que existia uma arraigada crença de que as crianças – especialmente as mais pobres – deveriam, o mais cedo possível, encontrar

uma profissão, ofício ou alguma espécie de sustento próprio. Encontrar um emprego, diga-se de passagem, era ver a criança tão-somente como meio para aumentar a renda familiar. Não haveria, pois, pudores em deixar a criança – às vezes com idades entre cinco e seis anos – trabalhando na lavoura ou em fábricas.

A criação de leis ou assinatura de convenções internacionais de combate ao trabalho infantil representa, portanto, uma intenção clara dos órgãos estatais e de boa parte da sociedade de combater o trabalho infantil.

Se podemos dizer, com orgulho, que a legislação brasileira, hoje, é uma das mais modernas do mundo, não podemos, porém, fechar os olhos e afirmar que o problema está encerrado entre nós. Não; infelizmente, o trabalho infantil ainda existe, e muito, em nosso Brasil.

Não podemos ser ingênuos e imaginar que, por termos um bom conjunto normativo, o trabalho infantil desapareceria da noite para o dia. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada todos os anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que ainda existiam, em 2001, aproximadamente 5 milhões e meio de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando.

É verdade que, ao longo dos anos 90, houve uma redução gradativa do número de trabalhadores infantis e juvenis. Pela mesma pesquisa do IBGE eram, em 1992, 9 milhões e 700 mil e, em 1998, 7 milhões e 700 mil crianças e adolescentes em atividades laborais.

Se houve, ao longo da década de 90, uma redução significativa, o número de 5 milhões e meio encontrado em 2001 ainda é muito representativo. Representativo, porque, desses, 2 milhões e 200 mil eram menores de 14 anos. Além disso, o problema afeta todas as unidades da Federação. Em alguns Estados, até 20% das crianças trabalhavam. Some-se a isso que mais de 1 milhão não freqüentavam a escola.

Além disso, metade não recebia qualquer tipo de remuneração. Para a maioria dos que recebiam algum dinheiro pelo seu trabalho, o valor não chegava a um salário mínimo.

É importantíssimo ressaltar, também, que existem muitas crianças e adolescentes envolvidas em atividades ilícitas ou relacionadas ao mundo do crime. Entre essas atividades intoleráveis, vale citar o tráfico de entorpecentes e a exploração sexual.

É significativo, ainda, verificar quem são os trabalhadores infantis. De acordo com análise realizada pela Organização Internacional do Trabalho em 2001, a concentração maior dos trabalhadores estava em jovens de 16 a 17 anos, homens e de cor negra ou parda. Além disso, a maior concentração, proporcionalmente, estava na região Nordeste. Em suma, podemos verificar que o trabalho infantil é seletivo. Os que mais sofrem, mais se desgastam e mais são explorados são aqueles que se encontram entre os grupos excluídos da sociedade.

De acordo com documento elaborado pelo Ministério do Trabalho, o combate ao trabalho infantil é essencial para a melhoria dos indicadores sociais. Uma criança que trabalha geralmente apresenta falhas na educação. Quando adulto, dificilmente concorrerá com aqueles que não trabalharam quando crianças. Como consequência, acabará por ter poucas condições de ascensão social e, provavelmente, repetirá com seus filhos aquilo que fizeram com ele: trabalharão desde crianças. É um círculo vicioso. Os danos causados pelo trabalho infantil são, portanto, transmitidos de geração para geração.

Segundo a ONU e organismos internacionais de proteção à criança e ao trabalho, as crianças até a idade de 14 anos devem dedicar-se, unicamente, à escola. A criança deve ter, pois, espaço para garantir o seu pleno desenvolvimento intelectual, físico e moral, os quais ficam seriamente comprometidos quando devem trabalhar precocemente.

O trabalho infantil resulta em fadiga, dores de cabeça e problemas de saúde, alguns dos quais são irreversíveis. Não raro, há, da mesma forma, consequências psicológicas e mentais, como estresse ou neuroses; muitas de difícil solução.

Medidas eficazes, de acordo com a pesquisa, são programas como o Bolsa-Escola e outros programas de geração de renda para a família. Muitas vezes criticado como assistencialista, o Bolsa-Escola é um dos mais interessantes e originais programas sociais. A criança recebe, em troca de freqüentar a escola, um determinado valor por mês.

Essa é uma das medidas que o Estado vem implantando para que a criança troque o trabalho pela escola. O Ministério da Educação prevê não só a melhoria desse programa como a implantação de alguns outros que assegurem que a criança troque o trabalho pela escola. O MEC pretende, também, implantar programas de combate direto ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e jovens.

Para concluir, podemos dizer que o Brasil tem, enfim, todas as ferramentas institucionais para com-

bater o trabalho da criança e do adolescente. Esse combate, entretanto, não é exclusividade do Estado. O combate ao trabalho infantil é dever do Estado, da família e da sociedade civil. Precisamos, pois, neste momento de reafirmação das esperanças nacionais, mostrar uma postura firme e decisiva contra o trabalho infantil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, no momento em que esta Casa recebe para deliberação o texto oriundo da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo a partir de 1º de abril do corrente ano, gostaria de abordar as importantes alterações introduzidas pelos Senhores Deputados no texto original da Medida Provisória.

Ao acrescentarem um novo artigo à proposta do Palácio do Planalto, alterando a redação do artigo 41 e seu parágrafo 4º da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos e Benefícios da Previdência Social, Suas Excelências vieram ao encontro de uma reivindicação deste Senador, encaminhada e discutida com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros da Previdência Social e da Fazenda.

O que pretendíamos, já a partir deste ano, era a unificação da data do reajuste do salário mínimo com a do reajuste dos benefícios da Previdência Social de valor superior ao piso salarial. Mais que isso, pretendíamos dar a todos os benefícios previdenciários o mesmo reajuste dado ao salário mínimo, incluindo eventual ganho real sobre a inflação. Foi isso que reivindiquei ao Presidente da República e aos seus Ministros.

Apesar das tentativas que fizemos junto às áreas social e econômica do governo, não conseguimos atingir o nosso objetivo neste ano. Mas não podemos deixar de reconhecer o avanço que significa para os aposentados e pensionistas da Previdência Social o texto aprovado na Câmara dos Deputados, que deve ser preservado aqui no Senado Federal. A minha proposta foi aceita para ser aplicada a partir do ano que vem.

Além de estabelecer a unificação da data dos reajustes do salário mínimo e dos benefícios previdenciários de valor superior ao piso salarial, o Projeto de Lei de Conversão, que vem à nossa deliberação estabelece também que a partir do próximo ano es-

ses benefícios deverão ser pagos até o quinto dia útil do mês.

Essa alteração é da maior importância, tendo em vista que a legislação atual estabelece o prazo de dez dias úteis, o que faz com que muitos aposentados e pensionistas recebam seus benefícios até o dia 18 de cada mês, enfrentando toda ordem de dificuldades inerentes a esse atraso. Pois acarreta prejuízo no pagamento de suas contas em decorrência da aplicação de multas e juros.

Apesar desses avanços, ainda não estamos satisfeitos. Além da unificação das datas, é necessário também unificar os percentuais de reajustes. Mais que isso, esses reajustes precisam ser calculados com base em um índice que reflita com mais realismo a verdadeira variação dos preços para que aquelas pessoas que vivem do salário mínimo, ou as que dependem de benefícios previdenciários, não continuem assistindo passivamente à corrosão do valor dos seus já parcós rendimentos.

Diante disso, continuarei trabalhando para a aprovação por esta Casa de projeto de lei de nossa autoria que além de unificar as datas de reajustes do salário mínimo e dos benefícios previdenciários, aí incluídos as aposentadorias e as pensões, também estabelece o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) como índice de correção dos salários e aposentadorias. Já existe ação no Supremo, o IGP-DI é usado para corrigir as contribuições, e para corrigir as aposentadorias, o INPC.

Até mesmo para evitar, SRA.s e Srs. Senadores, o que está ocorrendo agora com o reajuste dos benefícios de valor superior a um salário mínimo. Depois que o governo, por meio do Decreto 4.709, de 29 de maio de 2003, reajustou em 19,71% esses benefícios, com base numa expectativa de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para vigorar a partir de 1º de junho, somos surpreendidos hoje com a divulgação do INPC de maio, que registrou alta de 0,99%. Nos últimos 12 meses, o INPC acumula uma elevação de 20,44%, superior, portanto, ao reajuste decretado pelo governo para as aposentadorias e pensões. Isso significa uma perda real e imediata – pois se dá antes mesmo do recebimento do reajuste – de 0,63% no valor dos benefícios. A eles não foi dado o aumento real concedido ao Salário Mímino.

Diante da gravidade da situação, levarei este assunto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reunião que teremos amanhã. É preciso, de uma vez por todas, dar um basta nas perdas dos rendimentos dessa parcela tão sofrida da população.

O salário mínimo, mais uma vez, não chega ao valor que gostaríamos. Não estou falando sobre o que manda a Constituição Federal, mas sim sobre o correspondente, neste momento, a 100 (cem) dólares, ou seja, R\$290,00 (duzentos e noventa reais). O acordo firmado na Câmara dos Deputados, pelos líderes de todos os partidos, fixou o Salário Mímino em R\$240,00 (duzentos e quarenta reais). Espero que para o ano que vem chegaremos até mais do que 100 (cem) dólares. Já apresentei projeto nesse sentido que já está em discussão aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência lembra às SRA.s e Srs. Senadores a realização de sessão conjunta solene do Congresso Nacional, amanhã, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a dar início às comemorações dos 180 anos de criação do Poder Legislativo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência lembra às SRA.s e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa extraordinária a realizar-se amanhã, às 12 horas, a seguinte:

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA

A Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Congressistas, que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a dar início às comemorações dos 180 anos de criação do Poder Legislativo no Brasil.

**Em 12 de junho de 2003
(quinta-feira)**

Às 12 horas

76ª SEÇÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2003, que dispõe sobre o salário

mínimo a partir de 1º de abril de 2003, e dá outras providências, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003, tendo

Pareceres proferidos

– no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Cláudio Magrão (PPS-SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária da matéria e da Emenda nº 8 e inadequação das Emendas nºs 1 a 7 e 9 a 15; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão, que oferece; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 15, apresentadas perante aquela Comissão;

– sob nº 606, de 2003, de Plenário, Relator revisor: Senador Roberto Saturnino: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade relevância e urgência, e adequação financeira e orçamentária da matéria; e, quanto ao mérito, pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão, e contrário às emendas.

– 2 –

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 19, DE 2003**

(Proveniente da Medida Provisória nº 117, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão em turno único do Projeto de Lei de conversão nº 19, de 2003, que altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e dá outras providências (dispõe sobre o Fundo Garantia-Safra e o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica), proveniente da Medida Provisória nº 117, de 2003, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Benedito Lira (PPB-AL), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária da matéria e das Emendas nºs 1 a 13 e 15 a 23 e inadequação da Emenda nº 14; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 4, 6, 13 a 23, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, 5, 7 a 12, 14 a 19, 21 e 22, apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu pare-

cer anterior, com alterações que promove, e rejeitando parcialmente a Emenda nº 20.

Relatora revisora: Senadora Patrícia Saboya Gomes

– 3 –

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2003**

(Proveniente da Medida Provisória nº 118, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão em turno único do Projeto de Lei de conversão nº 20, de 2003, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, proveniente da Medida Provisória nº 118, de 2003, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Miguel de Souza (PL-RO), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária da matéria e das Emendas nºs 3 a 13 e pela injuridicidade das nºs 1 e 2; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 8 e 12, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 7, 9 a 11 e 13, apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu parecer anterior, com as alterações que promove.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide

Às 14:30 horas

**77ª SEÇÃO
DELIBERATIVA ORDINÁRIA**

Oradores Inscritos

(Até as 20:00h de 11-6-2003)

1. Senador Hélio Costa
2. Senador Almeida Lima
3. Senador Leonel Pavan
4. Senador Eurípedes Camargo
5. Senador Demóstenes Torres

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência lembra ainda que haverá sessão deliberativa ordinária às 14 horas e 30 minutos,

com agenda em aberto, que dependerá do resultado da sessão extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 47 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOSÉ JORGE, NA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE 19/05/2003, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, PUBLICA-SE NESTA EDIÇÃO.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, como todos sabemos, a reforma política é um assunto de urgência máxima e importância incontestável para a sociedade brasileira. Atualmente, tramitam no Congresso Nacional duas reformas constitucionais encaminhadas pelo Executivo: as reformas da Previdência e tributária. Temos também, nesta Casa, a reforma do Judiciário, que já tramitou na Câmara dos Deputados. Mas a reforma política, apesar de já haver tramitado, através de projetos de emenda constitucional, lei complementar e projeto de lei, no Senado, não recebeu, ainda, qualquer análise importante pela Câmara Federal.

A reforma política carrega em seu bojo uma conotação democrática muito grande – ponto de vista no qual já evoluímos bastante – haja vista que realizamos eleições com um número cada vez maior de eleitores, acrescentando novos personagens no processo eleitoral, como jovens entre 16 e 18 anos que exercem com alegria e elevado espírito de cidadania o seu direito de voto, ainda que facultativo, o mesmo se dando com os idosos; além dos analfabetos que também ganharam o direito de votar a partir da Constituição de 1988. Talvez o Brasil seja, hoje, o País que apura o maior número de votos, o que fortalece a democracia. Nossos últimos Presidentes têm sido de Partidos diferentes. Recentemente o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi substituído pelo Presidente Lula, seu maior oposicionista. E essa substituição foi realizada sem qualquer anormalidade, nem mesmo na apuração dos votos. Portanto, a democracia já parece bastante consolidada.

Há, no entanto, casos recentes bastante controversos no cenário internacional quanto à escolha dos mandatários de alguns países importantes como a eleição do Presidente George W. Bush, nos Estados Unidos, na qual houve grande confusão na apuração. Na Argentina, um dos candidatos renunciou ao se-

gundo turno. Talvez o candidato eleito, dessa maneira, tenha maior dificuldade em impor sua autoridade, por prescindir de legitimidade. Enquanto que, aqui no Brasil, praticamente em todo o território nacional, o sistema de apuração dos resultados eleitorais é completamente informatizado, transparente e eficiente, dando excelentes resultados.

Então, a nossa democracia está consolidada, mas é preciso consolidar a governabilidade, ou seja, a possibilidade do Presidente eleito ter efetiva condição e maioria parlamentar para governar de forma tranquila e aprovar os seus projetos. Não tivemos isso no tempo do Presidente Fernando Henrique nem o temos agora com o Presidente Lula. No mandato de Fernando Henrique Cardoso, apesar de sua base ser formada pelo PSDB, PMDB, PFL, PPB, com mais de 400 deputados, na verdade, havia sempre dificuldades nas votações na Câmara e, com menos razão, aqui no Senado.

Agora, o Presidente Lula também, com uma base eleitoral menor, e conseguindo pouco apoio de outros Partidos, está aliciando Deputados de Partidos da Oposição, como é o caso do PSDB e do PFL, que não fazem parte da base do Governo. Já há casos de Deputados dos PSDB e do PFL que se filiam a Partidos menores para apoiar o Governo do Presidente Lula. Isso já aconteceu com cerca de 70 Parlamentares em menos de um semestre de funcionamento do Congresso na nova legislatura.

Verificamos com isso que, na realidade, o sistema político não está funcionando a contento. No primeiro momento em que isso é possível, parlamentares saem rapidamente de seus partidos e agremiam-se a outros que lhes possam oferecer alguma vantagem momentânea.

Gostaria de citar quatro pontos da reforma política que, de certa maneira, foram discutidos no Senado, aprovados e encaminhados à Câmara, onde ainda não foram votados. São os seguintes: primeiro, a fidelidade partidária; segundo, a proibição da coligação proporcional; terceiro, a cláusula de barreira e em quarto, o financiamento público das campanhas eleitorais. Farei um pequeno comentário sobre cada um desses pontos.

A fidelidade partidária talvez seja o ponto da reforma política onde é maior a dificuldade de proceder-se alterações na legislação, tendo em vista que, para modificá-la, teria que haver uma emenda constitucional, de difícil tramitação. Então, o Senado aprovou um projeto que amplia o prazo de filiação para as candidaturas nos pleitos. Por exemplo, atualmente, o prazo é de um ano para que qualquer pessoa possa candidatar-se a uma determinada função ou cargo. O candidato necessita de um ano de filiação partidária. A idéia do Senado foi exatamente de ampliar esse

prazo, de preferência para três ou quatro anos, para aqueles que já têm filiação partidária. Isso é, quem já fosse filiado a um partido precisaria ficar, por três ou quatro anos, filiado a ele antes de poder trocá-lo por outro. Por exemplo, suponhamos que eu quisesse deixar o PFL para ingressar em outro partido: nesse caso, eu necessitaria ter ficado por três anos no PFL para poder mudar. Na prática, isso significa que toda vez que alguém mudar de Partido, fica impedido de disputar a próxima eleição, já que esta é de dois em dois anos se levarmos em conta as eleições nacionais e as municipais. Essa é uma maneira indireta de fazer com que os parlamentares ou todos aqueles que têm filiação partidária tenham um compromisso maior com o partido ao qual pertence, sem que haja necessidade de alterar a Constituição, visto que uma proposta de emenda constitucional tem uma tramitação mais complexa.

Quanto à proibição da coligação proporcional, hoje há mais de 50 partidos no Brasil, e muitos deles só funcionam em épocas eleitorais. Essa proliferação de agremiações partidárias que, muitas vezes, funcionam como legendas de aluguel, traz muita confusão à cabeça do eleitor, que não sabe em que partido está votando e quais são os partidos reais e efetivos existentes no País.

Há um princípio para coligações. Com a grande quantidade de partidos, é evidente que há necessidade de coligação entre os partidos para os cargos majoritários. Por exemplo, em Pernambuco, nas últimas eleições, o candidato a governador pertencia ao PMDB, o atual Governador Jarbas Vasconcelos, o candidato a vice-governador era do PFL; e os candidatos ao cargo de senador: o Senador Marco Maciel, vinha do PFL, e o Senador Sérgio Guerra, do PSDB. Os partidos se juntaram e formaram uma coligação necessária para a eleição majoritária que venceu a outra coligação, formada pelo PT, pelo PTB etc.

Pelas regras atuais, a coligação proporcional torna-se extremamente difícil para os candidatos filiados aos grandes Partidos. Torna-se difícil compor uma chapa de candidatos proporcionais para vereador, deputado estadual ou para deputado federal. Partidos pequenos, que muitas vezes se coligam com outros também pequenos, escolhem os candidatos entre aqueles que recebem muitos votos. Ou seja, escolhem o candidato pela capacidade de obter votos. Muitas vezes, um vereador necessita de três mil votos para se eleger por um desses partidos ou uma dessas coligações, enquanto precisaria de cinco, seis ou sete mil para se eleger pelo PT, pelo PFL ou pelo PMDB. Tal situação gera um clima de injustiça que causa insegurança àqueles que pretendem se eleger em uma eleição proporcional para vereador, deputado estadual ou deputado federal. Os candidatos, na

verdade, escolhem o partido pelo qual vão se candidatar não pelo programa partidário, pela ideologia ou pela estrutura; mas porque o partido vai se coligar com partidos menores, o que permitirá ao candidato se eleger com menor número de votos.

Acredito que se o projeto for aprovado na Câmara proibindo a coligação proporcional, todos os partidos terão que funcionar de forma integral durante todo o período, para que possam ter uma chapa efetiva de candidatos e eleger aqueles que têm maior número de votos.

Quanto à cláusula de barreira, que também foi bastante discutida no Senado, houve até a idéia de incluir no projeto a possibilidade da criação de uma federação de partidos que funcionariam de forma integrada não só na eleição, mas também durante o funcionamento do Legislativo, para permitir que os menores partidos disputassem a eleição e pudessem funcionar no Congresso de forma integrada. Na verdade, a única maneira de fortalecer partidos efetivos é com a cláusula de barreira. A outra maneira, dificultar a criação de partidos, é antidemocrática de certa forma, porque todas as tendências devem estar representadas no Congresso caso recebam votos para isso. Se uma determinada tendência não está representada no Congresso, ela pode vir a escolher o mau caminho de partir para a guerrilha ou para o terrorismo, no intuito de externar suas opiniões. Se novas idéias vão surgindo, teoricamente devem surgir novos partidos que vão exatamente representar aquelas idéias. O Partido Verde, na Alemanha, por exemplo, demorou anos para ter representação no Congresso, até que, em determinado momento, atingiu o número de votos mínimo e hoje participa do Congresso e até mesmo do Governo, porque o Partido Verde hoje faz parte da coligação que está no poder. Então, efetivamente, se todos esses partidos pequenos formarem federações, eles poderão mais facilmente alcançar o número mínimo de votos em determinado número de Estados e ter uma representação efetiva no Congresso, sem que a Câmara fique, muitas vezes, com 15 ou 20 partidos diferentes sendo representados, quando, na realidade, alguns deles não representam nenhuma idéia, nenhuma parcela da população.

O último ponto é a questão do financiamento público das campanhas eleitorais. Sobre o assunto, que considero o ponto mais polêmico de todos, tendo em vista a legislação eleitoral que temos no Brasil, já foi aprovado um projeto no Senado e encaminhado para a Câmara. Os países que adotam o financiamento público das campanhas eleitorais têm outras formas de eleição dos seus candidatos proporcionais: ou são candidatos por lista, ou são candidatos através de distritos. Pois, quando se tem uma candidatura por lista ou através de distritos, tem-se uma eleição única,

que é a eleição partidária. Por exemplo: o Estado de Pernambuco vai ter uma eleição para Deputado Estadual, uma para Deputado Federal, uma para Senador e uma para Governador. Se os Deputados Estaduais forem eleitos por lista, assim como os Deputados Federais, e temos as candidaturas majoritárias para Senador e Governador, então tudo isso é uma eleição só, ou seja, todos aqueles que vão participar da eleição estão incluídos numa única eleição, porque os candidatos a Deputados Federais vão ser votados todos numa única lista preparada anteriormente. A mesma coisa se a votação for por distrito, porque cada distrito vai ter um único candidato e, então, a eleição vai ser em todo o Estado. Quem for do PFL vai votar no distrito "a", quem for de outro partido vota no distrito "b", e assim por diante. Teremos uma eleição única. Porém, aqui no Brasil, com uma eleição para Deputados Federais e outra para Deputados Estaduais, realizando-se a votação nominal para cada deputado, é muito difícil haver financiamento público, porque não é uma eleição única a ser realizada.

Por exemplo, no Estado de Pernambuco ou do Amazonas, do Senador Mestrinho, quando houver uma eleição, haverá a de governador, de senador, que poderá ser uma eleição só, integrada. Mas para cada deputado federal é uma eleição diferente. Cada deputado federal tem que ter a sua estrutura própria, porque, às vezes, um deputado do PFL, por exemplo, disputa um eleitor até mais com um candidato do próprio partido do que com o de outro.

Se considerarmos que temos 27 Estados e se em cada um deles houver, por exemplo, 100 candidatos a deputado federal e 200 a deputado estadual, haverá milhares de candidatos, e ninguém sabe como se dividirá esse dinheiro.

Penso, na realidade, ser muito bom e muito útil que se faça o financiamento público de campanha aqui no Brasil. Mas, antes disso, temos de implantar um sistema de votação para deputado federal, estadual e vereador que mude a votação nominal, para aquela procedida por lista, ou, então, que seja distrital, para permitir que o financiamento vá diretamente ao partido.

Imaginemos a situação atual em uma eleição no Piauí, por exemplo, Estado do Senador Mão Santa. O Partido de S. Ex^a, o PMDB, terá candidato a governador, a senador, 20 candidatos a deputado federal e 40 candidatos a deputado estadual. Quando o dinheiro do financiamento de campanha chegar, ele terá que ser dividido igualmente entre o candidato majoritário, o candidato a deputado estadual e o candidato a deputado federal.

Então, dessa maneira, a população não aceitaria a distribuição desses valores aos candidatos para que eles os usassem na sua própria campanha. Dessa maneira, nós voltaríamos ao pior dos mundos, anterior a

esse sistema atual, em que não era permitido aos candidatos receberem recursos, mas a maioria deles recebia e não prestava contas. Hoje é permitida uma parte de financiamento público, que é repassado para os partidos através do fundo partidário, e se permite que a outra parte seja recebida pelos candidatos a senadores e deputados, de recursos próprios ou de terceiros, mas devendo-se prestar contas para que a população fique sabendo de onde esses recursos vieram.

Acho que essa questão do financiamento público de campanha tem que ser bastante debatida para que não fiquemos na difícil situação de não termos recursos públicos da campanha para todos, sendo financiados apenas os candidatos majoritários, por um lado, e, por outro lado, impedindo-se de se ter outras fontes de financiamento.

Dessa forma, tendo havido a deliberação desses quatro pontos no Senado, torna-se necessária a sua discussão e votação na Câmara dos Deputados, para que, caso haja alguma modificação na proposta, ela volte para esta Casa para que nós, definitivamente, possamos aprová-la.

Concluindo, quero dizer que nós, do PFL, estamos, há muito tempo, dando prioridade às questões da reforma política. Infelizmente, na legislatura anterior não conseguimos aprová-la. Agora, novamente, a reforma política não está recebendo uma tramitação prioritária por parte do Governo. A reforma da previdência e a reforma tributária são necessárias. Mas, sem sombra de dúvida, a reforma política é a mais importante. É ela que vai garantir a governabilidade do País sem a necessidade de colocar o Executivo, constantemente, em mesas de negociações pontuais, pessoais e individuais, causando um desgaste, tanto para o Legislativo quanto para o Executivo.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Efetivamente, V. Ex^a tocou em um ponto importante: a necessidade da reforma política. Ela deveria preceder todas as reformas para que o País possa ter uma estrutura política capaz de desenvolvê-lo, para que os estamentos do Governo possam ser estabelecidos de acordo com os Partidos consequentes. A reforma política, sob o meu ponto de vista, deveria ser uma iniciativa do Congresso, nossa. Temos sempre a mania de depender do Governo. Esperamos que o Governo faça aquilo que quer, depois o atacamos pelos erros que cometeu. Cabe a nós formular um projeto que, efetivamente, dê ao País a estrutura política correta, organizada, consentânea com a realidade brasileira. Não podemos ter 30 partidos, muitos sem expressão, verdadeiras legendas de aluguel. Sobre a questão do siste-

ma de financiamento público, se não houver previamente uma reforma política, uma boa estrutura partidária, vai ser muito difícil fazer financiamento público porque este só terá efeito no sistema de lista partidária distrital. De outra forma, dariam R\$ 2 mil para cada candidato, o que não iria adiantar nada. Congratulo-me com V. Ex^a por abordar um tema importante e por dar a dimensão exata do que representa a reforma política para o interesse nacional. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Realmente, V. Ex^a tem grande experiência ao participar de dezenas de eleições para Governador, Senador e Deputado. Considero muito importante o aparte que V. Ex^a fez. Realmente, estamos na mesma linha: a reforma política deve ser a prioridade do Congresso. Concordo, também, que a reforma política deve ter sua origem no Congresso. No entanto, em um regime presidencialista, o Executivo é uma espécie de catalisador de opiniões. No Congresso, principalmente com a grande quantidade de partidos que temos, há uma tendência a nos dispersarmos em opiniões diferentes. O Executivo, no caso, tem uma capacidade muito grande de catalisar essas opiniões para que sigam em determinada linha. Ou seja, é necessário um trabalho efetivo do Congresso nessas reformas, mas também uma participação do Executivo, para que possamos discutir a linha de votação, favorável ou contrária, mas, de qualquer maneira, tendo o Executivo como catalisador.

Sr. Presidente, muito obrigado.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOSÉ JORGE, NA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE 20/05/2003, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, PUBLICA-SE NESTA EDIÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

Em seguida, daremos a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, trago à tribuna na tarde de hoje um assunto de grande gravidade acontecido, ontem, no Estado de Pernambuco, e noticiado por toda a imprensa nacional.

Sr. Presidente, trago ao conhecimento do Senado matéria publicada pelo jornal **O Globo**, intitulada “Sem-terra destroem usina em Pernambuco”, que passo a ler:

Padre e Deputada estadual do PT são acusados de terem incitado invasores; colonos puseram fogo no engenho.

Armados com foice, tochas e coquetéis molotov, cerca de 300 trabalhadores sem-terra ocuparam ontem a sede do Engenho Prado, onde incendiaram a casa-sede, os escritórios, o galpão, o depósito de defensivos agrícolas, seis tratores, seis carregadeiras, além de uma retroescavadeira. Os imóveis e os veículos ficaram totalmente destruídos. A invasão foi uma ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, da Comissão Pastoral da Terra e da Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (Fetape). A Companhia Agroindustrial de Goiana (Caig), mais conhecida como Usina Santa Tereza, da qual faz parte a área invadida, calculou em R\$ 1 milhão o prejuízo provocado pelos sem-terra.

Temendo um conflito, a própria empresa pediu que seus vigilantes e policiais, que já estavam na área, se retirassem do engenho, segundo o chefe de Segurança Patrimonial da Caig, Mateus Medeiros. A Santa Tereza fica em Tracunhaém, a 65 quilômetros de Recife.

A manifestação não se limitou apenas à destruição da sede do Prado. Depois do incêndio, os sem-terra recrutados em cidades próximas ocuparam outros engenhos e impediram que cerca de 50 bóias-frias contratados pela usina continuassem o trabalho. A ação envolveu pelo menos duas mil pessoas. As duas ações marcaram o Dia Nacional de Luta Contra o Latifúndio.

Sr. Presidente, há uma outra matéria, gostaria que o plenário visualizasse as fotos, que também passarei a ler:

Diz a matéria:

“Não merecia isso. Sou um trabalhador igual a eles”. (Aqui vemos a casa incendiada do caseiro Manoel da Silva.)

Tracunhaém. Nem os trabalhadores do engenho nem os bóias-frias foram poupanos na invasão de ontem dos sem-terra. Aos 38 anos, e há oito como caseiro do Engenho Prado, Manoel José da Silva perdeu tudo com os incêndios provocados pelos sem-terra.

“Eles chegaram aqui logo cedo, disseram que eu tinha que sair de casa porque iam queimar tudo. Eles me deram tempo apenas para pegar meus documentos – disse ele, que perdeu roupas, armário, mesa, cadeira, cama, colchão e televisão”.

“Eu não merecia isso porque sou um trabalhador igual a eles – disse”.

Nos canaviais do Engenho Prado, pelo menos 60 bóias-frias ficaram ontem sem receber suas diárias.

Portanto, Srás e Srs. Senadores, isso foi o que aconteceu ontem, em Pernambuco, fato que reputo como gravíssimo, tendo em vista a violência do ataque. Durante todo o período em que os sem-terras agiram em Pernambuco, invadindo propriedades públicas e privadas, nunca haviam demonstrado tanta violência como no dia de ontem.

Sr. Presidente, o Governo atual, por intermédio de entrevistas concedidas pelo Ministro da Reforma Agrária, pelo Presidente do Incra e por diversos membros do Governo, tem defendido uma política que, de certa maneira, está incentivando invasões, coincidindo, inclusive, com o aumento da violência.

Acredito, portanto, ser essa uma boa oportunidade para que o Ministro da Reforma Agrária e o Presidente do Incra revejam suas posições a fim de garantir o direito de propriedade e também o direito dos trabalhadores que ali estavam cumprindo com as suas obrigações e foram prejudicados pela ação dos invasores.

Sr. Presidente, por ter sido uma atitude de alto padrão de violência, espero que o Governo responda e dê uma explicação à sociedade.

Era isso que tinha a dizer,

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR JOSÉ SARNEY**

11-6-2003
quarta-feira

- 10h15** – Senhor Hafik Hariri; Presidente do Conselho de Ministros do Líbano
Salão Nobre do Senado Federal
- 11h** – Ex-Ministro Luis Ponte, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, acompanhado do Senhor Paulo Simão, Presidente Eleito, Senhor Lair Krahnenbul, Presidente CII, Senhor Gilson Frade, Presidente da FNC, Senhor José Orlando

Soares Leite Filho, Presidente SindusCon/MA, Senhor Aníbal Barbalho, Presidente SindusCon/RN, Senhor João Alberto Teixeira Mota Filho, Vice-Presidente da SindusCon/MA, Senhor Sergio Castor, Assessor Técnico do SindusCon/MA, Senhor José Augusto, Empresário da Construção/MA

Presidência do Senado Federal

- 11h15** – Deputada Telma Pinheiro Ribeiro – PFL/MA

Presidência do Senado Federal

- 11h30** – Senhor Read Taylor, Presidente da Empresa Devon Energy Corporation, acompanhado do Senhor Ricardo Peixoto, Diretor Presidente da Petrogal Brasil

Presidência do Senado Federal

- 12h** – Senhora Rose Coutinho Jorge, esposa do ex-Senador Coutinho Jorge

Presidência do Senado Federal

- 12h30** – Senhor Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional de Cinema – ANCING

Presidência do Senado Federal

- 13h** – Almoço oferecido pelo Senhor Presidente da República, em homenagem ao Presidente Néstor Kirchner, Presidente da Argentina

Palácio da Alvorada

- 14h30** – Senhor Luis Marinho, Presidente da CUT, acompanhado do Senhor João Felicio, ex-Presidente

Presidência do Senado Federal

- 15h** – Senhor Osvaldo Siciliano, Presidente da Câmara Brasileira do Livro e Proprietário da Editora Siciliano, acompanhado da Senhora Ana Emilia Oliveira Silva, Editora Geral

Presidência do Senado Federal

- 15h30** – Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal

- 20h30** – Jantar oferecido pelo Senador Ney Suassuna com a presença do Senhor Jorge Eduardo Mattoso Levi, Presidente da Caixa Econômica Federal

Residência do Senador Ney Suassuna – SQS 309 bloco D aptº 201

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA			
PFL -	Rodolpho Tourinho	PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	PMDB -	Mão Santa
PFL -	César Borges	PTB -	RIO GRANDE DO NORTE
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Fernando Bezerra
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	Garibaldi Alves Filho
PL -	Marcelo Crivella	PTB -	José Agripino
PMDB -	Sérgio Cabral	PMDB -	SANTA CATARINA
MARANHÃO		PFL -	Jorge Bornhausen
PMDB -	João Alberto Souza	PT -	Ideli Salvatti
PFL -	Edison Lobão	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Roseana Sarney	PT -	ALAGOAS
PARÁ		PMDB -	Heloísa Helena
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Renan Calheiros
PT -	Ana Júlia Carepa	PT -	Teotônio Vilela Filho
PTB -	Duciomar Costa	PMDB -	SERGIPE
PERNAMBUCO		PSDB -	Renildo Santana
PFL -	José Jorge	PFL -	Almeida Lima
PFL -	Marco Maciel	PDT -	Antonio Carlos Valadares
PSDB -	Sérgio Guerra	PSB -	AMAZONAS
SÃO PAULO		PMDB -	Gilberto Mestrinho
PT -	Eduardo Suplicy	PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Aloizio Mercadante	PDT -	Jefferson Peres
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	PARANÁ
MINAS GERAIS		PT -	Alvaro Dias
PL -	Aelton Freitas	PT -	Flávio Arns
PSDB -	Eduardo Azeredo	PDT -	Osmar Dias
PMDB -	Hélio Costa	PT -	ACRE
GOIÁS		PSB -	Tião Viana
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Geraldo Mesquita Júnior
PFL -	Demóstenes Torres	PMDB -	Sibá Machado
PSDB -	Lúcia Vânia	PT -	MATO GROSSO DO SUL
MATO GROSSO		PMDB -	Juvêncio da Fonseca
PSDB -	Antero Paes de Barros	PT -	Delcídio Amaral
PFL -	Jonas Pinheiro	PMDB -	Ramez Tebet
PT -	Serys Slhessarenko	PT -	DISTRITO FEDERAL
RIO GRANDE DO SUL		PMDB -	Valmir Amaral
PMDB -	Pedro Simon	PT -	Eurípedes Camargo
PT -	Paulo Paim	PFL -	Paulo Octávio
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	TOCANTINS
CEARÁ		PFL -	Eduardo Siqueira Campos
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	João Ribeiro
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	PFL -	Leomar Quintanilha
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	AMAPÁ
PARAÍBA		PSB -	José Sarney
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	João Capiberibe
PFL -	Efraim Morais	PSB -	Papaléo Paes
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	RONDÔNIA
ESPÍRITO SANTO		PT -	Amir Lando
PPS -	João Batista Motta	PT -	Fátima Cleide
PMDB -	Gerson Camata	PMDB -	Valdir Raupp
PL -	Magno Malta	PPS -	RORAIMA
PIAUÍ		PDT -	Mozarildo Cavalcanti
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Augusto Botelho

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**
(27 titulares e 27 suplentes)**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)****Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Shessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<u>PMDB</u>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<u>PFL</u>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<u>PSDB</u>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<u>PDT</u>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<u>PPS</u>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) ¹
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3114605 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

Atualizado em 28/04/2003

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papeléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: gildete@senado.gov.br
 Atualizada em 13/05/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n° 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

Atualizada em 10/04/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n º 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113915 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.
 Atualizada em 28/04/2003

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) ¹	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretaria: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3113915 Fax: 3111060
 E – Mail: mariadul@senado.br .

Atualizada em 26/03/2003

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n º 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 14/05/2003

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÉNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago)'			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995
2^a Designação: 30.06.1999
3^a Designação: 27.06.2001
4^a Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação geral: 03.12.2001
2^a Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Sihessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo¹	GO	3148
PFL⁶		
Senadora Roseana Sarney¹	MA	3070
PT⁵		
Senadora Serys Sihessarenko¹	MT	2291
PSDB⁶		
Senadora Lúcia Vânia¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho³	RR	2041
PTB⁵		
Senador Papaléo Paes¹⁻⁵	AP	3253
PSB⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior²	AC	1078
PL⁵		
Senador Magno Malta¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL)⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
FEU ROSA (PSDB/ES)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (<i>aguardando definição</i>)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÉ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

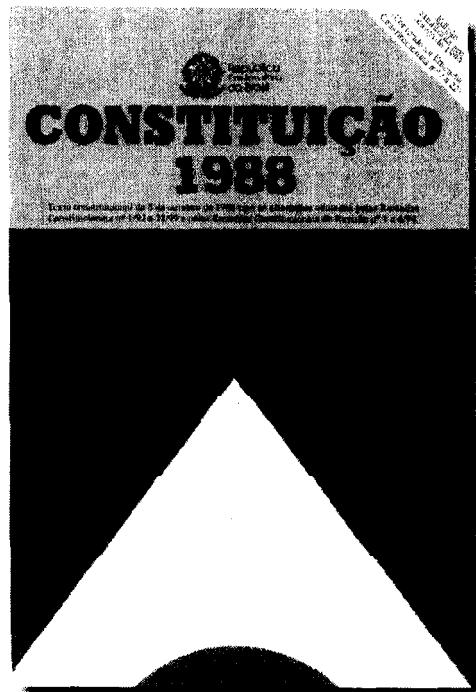


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 148 PÁGINAS